SUMÁRIO – ARTIGOS/AUTORES

Eixo Temático 1: Geografia Política e Geopolítica Clássica e Contemporânea dos Séculos XX e XXI

1. A Contribuição de Josué de Castro para a Geografia Política e a Geopolítica: Uma Visão Alternativa para o Pensamento Geopolítico Tradicional ..... 1 - 16
   Autor: Gleydson Gonzaga de Lucena

2. A Geopolítica da Inteligência e a Inteligência na Geopolítica: Brics e Cinco Olho ..... 17 - 34
   Autor: Alexandre de Oliveira Martins

3. A Regionalização do Espaço Mundial Através das Organizações de Cooperação em Defesa ..... 35 - 49
   Autor: Vinicius Modolo Teixeira

4. A Responsabilização Penal de Crimes Ambientais: Uma Questão de Direito Internacional ..... 50 - 63
   Autores: Amanda Vidal Pedinotti da Silva e Humberto Lourenção

5. A Rivalidade Greco-Turca e o Papel da OTAN ..... 64 - 77
   Autor: Vinicius Modolo Teixeira

6. Cooperação Sul-Sul como Marco Geopolítico e Hegemônico na Política Externa Brasileira: a Era Lula e a Cooperação com a África ..... 78 - 90
   Autor: André Santos da Rocha

7. Geografia Política de Friedrich Ratzel: o *espaço vital* e a elaboração de Estado ..... 91 - 104
Autor: Kárita de Fátima Araújo

8. GEOPOLÍTICA DO BALUQUISTÃO: GÁS, NACIONALISMO, E TERRORISMO ..... 105 - 126
Autor: Rafael Regiani

9. Geopolítica Energética: Uma perspectiva a Partir da Empresa Petrolífera CGXEnergy inc ..... 127 - 140
Autores: Thiago Rocha de Sousa Marinho e Gutemberg Vilhena Silva

10. Hegemonia, Política Externa da Índia na Primeira Década do Século XXI e o 'BRICS'.....141 - 154
Autor: Bruno de Campos

11. O Boletim Geográfico do IBGE e a Geografia Política e Geopolítica.
.....155 - 175
Autor: Eduardo Karol

12. O Fenômeno do Terrorismo e o Espaço Urbano: Uma Análise Geográfica
..... 176 - 189
Autor: Gleydson Gonzaga de Lucena

13. O Lugar de Julian Corbett na Geopolítica e na Geografia Política .
.....190 - 204
Autor: Roberto Rodolfo Georg Uebel

14. O Mar no Pensamento Geopolítico Brasileiro no Século XX
..... 205 - 215
Autores: Ana Carolina de Oliveira Assis e Rodrigo de Souza Framento

15. O OIL BOOM ESTADUNIDENSE E O FUTURO GEOPOLÍTICO DO GOLFO PÉRSICO ..... 216 - 227
Autores: José Késsio Floro Lemos, Raquel Katllyn Santos da Silva e Ana Cristina Cordeiro da Fonseca

16. O Soft Power Indiano no Afeganistão: A Geopolítica da Reconstrução ..... 228 - 239
Autor: Rafael Regiani

17. Perfil das Migrações Internacionais Contemporâneas Para o Brasil: o Papel das Fronteiras Terrestres..... 240 - 265
Autores: Roberto Rodolfo Georg Uebel e Aldomar Arnaldo Rückert

18. Perspectivas e Geopolítica das Categorias América Latina e Caribe ..... 266 - 279
Autor: Adalberto de Salles Lima

19. REFLEXÕES SOBRE O TERRITÓRIO: idéias a serem exploradas a partir do diálogo da Geografia com outras ciências ..... 280 - 290
Autor: Gabriel Bias Fortes

20. “Sangue e Solo”: As Políticas de Preservação da Paisagem e de Conservação da Natureza no III Reich..... 291 - 306
Autor: Antonio Carlos Vitte

A contribuição de Josué de Castro para a Geografia Política e a Geopolítica: uma visão alternativa para o pensamento geopolítico tradicional

Eixo Temático 1: Geografia Política e Geopolítica Clássica e Contemporânea dos Séculos XX e XXI

Gleydson Gonzaga de Lucena

Universidade de Brasília – gleydson_lucena@hotmail.com

Resumo: Durante o século XX, a Geografia Política se desenvolveu como base doutrinária para os imperialismos europeus. A geografia universitária brasileira herdou esse pensamento geográfico, principalmente o francês, incluindo as suas características eurocêntricas. O presente trabalho objetiva mostrar a contribuição de Josué de Castro, a partir de 1940, para desenvolver um pensamento nacional na área, analisando as suas principais obras (em especial *Geopolítica da Fome,* de 1946), e comparando-as com os principais autores europeus. Tal análise mostrou que Castro refutou as teorias hipócritas e excessivamente descritivas dos europeus, propondo uma teoria que denunciava a herança do colonialismo como causa principal do subdesenvolvimento em grande parte do planeta, numa época em que ainda existiam vastos impérios coloniais. Ele procurou diferenciar, também, os estudos geopolíticos da *Geopolitik* nazista alemã.

Introdução:

O presente trabalho foi baseado em parte, na monografia de especialização *A obra de Josué de Castro e sua importância para o ensino médio de geografia* (LUCENA, 2009), e, em parte, nas pesquisas posteriores sobre o geógrafo Josué de Castro no programa de pós-graduação em Geografia na Universidade de Brasília (UnB).

A hipótese inicial é que o geógrafo Josué de Castro constituiu uma via alternativa em relação ao pensamento geográfico da época, inclusive na Geografia

política e na Geopolítica. Ele não resumia a sua investigação na descrição acrítica dos fenômenos, não se prendia a análise das ações dos governos em prol da segurança nacional, como a maioria dos autores fazia, e defendia que a Geografia tinha um papel a ser desempenhado: a denúncia das desigualdades socioeconômicas como fruto das relações assimétricas de poder.

Com efeito, o corte temporal da análise se dá entre as décadas de 1930 a 1970. Primeiramente, apresentaram-se os postulados principais da Geografia política no exterior e no Brasil, no período em tela. Em seguida fez-se uma síntese do pensamento de Josué de Castro na mesma época, apresentando as diferenças entre as suas visões e aquelas dominantes.

A geografia política e a geopolítica clássicas:

A Geografia moderna, e também a Geografia política, se desenvolveu a partir do final do século XIX, principalmente em dois países europeus: Alemanha e França. Dessas duas escolas se desenvolveram as outras, sendo mais ou menos influenciadas pelos mestres franco-germânicos. A ciência geográfica esteve atrelada, nesta fase inicial, também chamada de período clássico, às políticas estatais dos seus países de origem, servindo essencialmente como suporte teórico-ideológico para os governos nacionais. Outras características marcantes da Geografia clássica foram a busca da cientificidade positivista, como forma de obter legitimidade junto a comunidade científica e valorização maior dos temas naturais em detrimento dos assuntos humanos, principalmente na corrente francesa.

É consenso, entre os estudiosos da história da Geografia, que ela se caracterizou, nesta fase inicial, por ser mais descritiva e menos crítica da realidade social, estando a serviço dos Estados e de suas políticas imperiais. O geógrafo Dante Reis explica esse período:

> a prática inventariante, o discurso literário, o raciocínio indutivista e o foco regional (Claval, 1998). Ao longo do período, a Geografia jogará o papel de “informar” – por exemplo, a respeito das regiões e seus recurso. Esteve, assim, previsivelmente, muito associada às esferas da tomada de

> decisão; e, não raras vezes, “orientando tecnicamente” ingerências imperialistas e neocoloniais (REIS JÚNIOR, 2011, p. 20)

A Alemanha pode ser considerada como pioneira nos estudos geográficos e, em especial, na Geografia Política, tendo Frederich Ratzel como principal representante. Sua teoria fundamentou-se na valorização da nação alemã, na consolidação da sua tardia unificação e na busca do chamado “espaço vital”, já que ela tinha ingressado tardiamente na corrida colonial (MORAES, 2005). Na sua principal obra, Geografia Política, de 1897, ele defende que o governo nacional teria que articular o povo com uma base física: o território, tendo em vista a sobrevivência do país (COSTA, 1992).

Tais idéias seriam aperfeiçoadas pelo general-geógrafo Kaul Haushofer - que também teve influência do sueco Rudolf Kjéllen, inventor do termo “geopolítica” e discípulo de Ratzel - na Alemanha do pós-primeira guerra mundial. Junto com o chamado “Círculo de Munique”. Haushofer teria se encontrado com Hitler na prisão. "No curso dessa visita, Hitler foi iniciado nos mistérios da Geopolitik. Ali Haushofer pontificou sobre a necessidade do espaço vital' e deu a Hitler um de seus mais efetivos argumentos para suas subseqüentes loucuras" (COSTA, 1992, p. 123, *apud* DORPALLEN). A geopolítica nazista, ou *Geopolitik*, consistia na ideia de que a Alemanha possuía um território pequeno demais para a sua população – ao contrário de países como os Estados Unidos e A União Soviética-, daí a importância da expansão territorial. Haushofer afirmava que:

> (...) a política externa repousa sobre o espaço vital. A partir dessa idéia geral, desenvolve uma estratégia política para os Estados, que leva em conta, necessariamente, a correspondência ideal entre a densidade populacional, os projetos de plena realização econômica e cultural das nações e a base territorial, indispensável ao pleno desenvolvimento de cada país (COSTA, 1992, p. 139).

No caso francês, houve uma aceitação de parte dos ensinamentos dos vizinhos alemães, principalmente a análise privilegiada dos fenômenos naturais. Paul Vidal de La Blache, principal nome da geografia francesa, define, em seu artigo *As características próprias da Geografia*, que a "Geografia distingue-se como ciência essencialmente descritiva. Não seguramente que renuncie à explicação (...). Mas esse objeto mesmo a obriga, mais que em outra ciência, a seguir minuciosamente o método descritivo." (LA BLACHE, p. 45, 1982).

Contudo, devido às rivalidades imperiais com os germânicos, os franceses rejeitaram as teorias de Ratzel, chamado-as de "deterministas", e construíram um modelo adaptado ao projeto francês de nação, que também tinha um caráter imperialista e geopolítico, pois legitimava o colonialismo francês, inclusive instituindo a disciplina de "Geografia colonial" (MAGNOLI, 1994), para estudar os suas possessões de além-mar. Sobre o embate franco-alemão na Geografia, Reis Júnior esclarece que:

> Na realidade, só houve uma dissensão entre os pensamentos alemão e francês por efeito do projeto empreendido durante a chamada Terceira República (1870-1940). Mobilizado pelas causas nacionalista e colonialista, o regime se serviria da Geografia para semear, notadamente nos ambientes escolares, os ideais da altivez e da superação. Afinal, se o país havia sido amputado de uma parcela de seu território (a região Alsace-Lorraine), o expediente de um discurso ufanista poderia insuflar os compatrícios a uma recuperação econômica. Bem, e boa parte deste ideário seria absorvido pelos geógrafos franceses, os quais produziriam estudos, de certo modo, a serviço da pátria. (...) De fato, o aspecto mais marcante da Geografia Clássica praticada na França seria a resistência a um raciocínio muito rígido, do tipo que enxergava nas paisagens relações de causa-efeito. E o próprio contexto histórico incentivava o repúdio: os reveses e infortúnios vivenciados pelo povo francês não podiam ser efeitos de um destino sentenciado pela história. A cultura os auxiliaria a, inclusive,

> superar entraves interpostos pela natureza (contraints naturels). (REIS JÚNIOR, 2011, p. 22-23).

Após a segunda guerra mundial, as profundas mudanças ocorridas a partir daquele momento histórico se refletiria nos diversos campos do conhecimento, fazendo com que o paradigma positivista começasse a entrar em crise, forçando a construção de um novo, que poderia explicar melhor a nova realidade. No caso da Geografia, surgiu a chamada "Nova Geografia", que procuraria aperfeiçoar a "cientificidade" da ciência. Segundo Christofoletti (1982), as metas básicas seriam: um maior rigor na aplicação da metodologia científica, o desenvolvimento de teorias próprias e o uso de técnicas estatísticas, o uso da abordagem sistêmica (visão de conjunto dos fenômenos) e do uso de modelos na explicação dos fenômenos. Essa tendência teria o seu apogeu entre as décadas de 1950 e 1970. No caso da Geopolítica, a sua associação com o nazismo causou uma retração em seus estudos.

O Desenvolvimento da geografia política e a da geopolítica clássicas no Brasil:

No Brasil, a ciência geográfica moderna foi tributária desses modelos europeus, principalmente o francês, mas também o alemão, e se desenvolveu como um conhecimento científico organizado a partir da década de 1930. Como explica o geógrafo Manoel Correia de Andrade no artigo *A Construção da Geografia Brasileira* (1999), neste período inicial, muitos dos trabalhos na disciplina foram desenvolvidos sob a orientação de franceses e alemães, sendo que estes últimos influenciaram, sobretudo, as pesquisas em Geografia política e na nascente "Geopolítica", já que os principais teóricos desse ramo eram germânicos.

Sobre a influência francesa, o professor Flamarion Dutra Alves esclarece que:

> O principal motivo está associado à criação dos primeiros cursos de geografia universitária no Brasil, em 1934 na Universidade de São Paulo, e em 1935, na Universidade do Distrito Federal (Rio de Janeiro), nos quais surgiram pelo

> esforço de geógrafos trazidos da França, para sua criação e constituição, entre eles destacam-se Pierre Deffontaines, Emmanuel De Martonne, Pierre Monbeig e Francis Ruellan, entre outros que colaboraram (ALVES, 2012).

Ainda segundo Alves, essa influência determinou, por exemplo, a metodologia dos estudos geográficos, como a forma descritiva e a preferência pelos estudos regionais. A herança francesa implicava, portanto, num caráter pouco crítico da realidade social brasileira.

No campo específico da geografia política e da geopolítica, os especialistas concordam que a influência da geopolítica alemã foi mais marcante. Costa (1992) ressalta que as ideias do “Circulo de Munique” receberam adeptos entre os militares de países do Terceiro Mundo, como Brasil, Chile e Argentina. Tese também defendiada pelo cientista político Shiguenoli Miyamoto (1995), ao tratar dos primeiros passos da geopolítica brasileira. Miyamoto cita como principais seguidores da escola determinista germânica: Elyseo de Carvalho, Everardo BAckheuser, Delgado de Carvalho e Mário Travassos.

Essa influência ratzeliana se traduzia, segundo Miyamoto (1995), na defesa de um Estado forte, autoritário e centralizador, na manutenção da unidade territorial nacional. Tais pressupostos foram aprofundados, principalmente pelos intelectuais das forças armadas no contexto da guerra fria, concentrando as suas preocupações nas questões de segurança e na construção do Brasil-potência (MAGNOLI, 1994). A criação e a posterior militância da Escola Superior de Guerra (ESG) foram fundamentais nesse processo, que culminou com o golpe militar de 1964 e a implantação, a partir daí, do projeto geopolítico gestado há algumas décadas (pelo menos desde o movimento tenentista).

O pensamento de Josué de Castro: uma visão alternativa para o pensamento geográfico e geopolítico tradicional:

Com a criação das Universidades de São Paulo e do Distrito Federal (no Rio de Janeiro), a Geografia começou a ser renovada por um grupo de pioneiros dedicados à área. Entre eles, Josué de Castro, que começou sua carreira

acadêmica nas Ciências Humanas dando aulas de Antropologia e, posteriormente, de Geografia Humana na Universidade do Distrito Federal (ANDRADE, 2003).

Na sua formação dentro da Geografia, foi grandemente influenciado pela escola francesa, assim como a maioria dos geógrafos brasileiros (ANDRADE, 1999). Contudo, Castro sempre criticou o modo como os estudos geográficos estavam sendo desenvolvidos ao longo do século XX: uma geografia excessivamente descritiva e pouco crítica das questões sociais. Esse fato fica claro quando se analisa textos de autores como La Blache, bastante influenciados pelo paradigma positivista desde o século XIX. Castro afirma no prefácio da 1ª edição da obra *Geopolítica da Fome,* que:

> A chamada Geografia Humana – ciência dos nossos dias – encarrega-se de apresentar os brilhantes resultados da epopéia do trabalho do homem e escrita na superfície da Terra. De registrar tudo o que o homem fez, alterando o meio natural, como um verdadeiro agente geográfico. Já nossa geografia tratava de outros aspectos das relações do homem com o meio: tratava, exatamente, daquilo que o homem não fez, não soube ou não quis fazer. (...) Não era, pois, uma geografia das grandezas humanas, mas uma geografia de suas misérias. (CASTRO, 1968, p. 25)

A principal contribuição do referido geógrafo está, segundo Antônio Alfredo Carvalho (2002), ”na instituição de uma geografia social crítica no país (...). Outros autores a exemplo de Santos e de Moraes (...) o vêem como referência ao entendimento das metamorfoses efetuadas no contexto geográfico brasileiro”. Já a geógrafa Mônica Sampaio Machado (2000), define a contribuição do autor para o desenvolvimento acadêmico da Geografia da seguinte forma:

> (...) Josué de Castro desempenhou também significativa colaboração à modernização e difusão da ciência geográfica brasileira. Em 1945, defendia para a Geografia um ensino universitário moderno, o que implicava ir além da pura descrição e enumeração dos fenômenos naturais e culturais

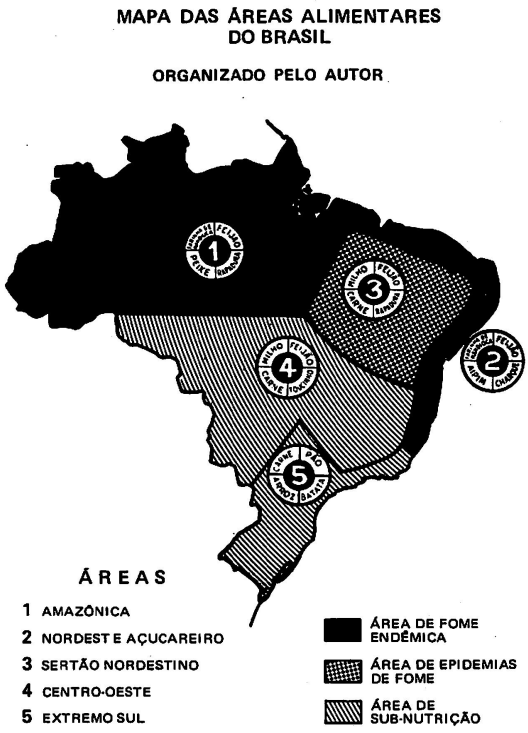
> presentes na superfície terrestre. Era necessário capacitar os estudantes à classificação científica dos fenômenos, objetivando a construção de explicações das diferenças espaciais existentes no território nacional.

Portanto, ele pode ser considerado um dos precursores da moderna ciência geográfica brasileira, sendo a sua leitura bastante recomendável àqueles que se propõem a estudar os "pais" do pensamento geográfico brasileiro moderno.

A especialidade de Josué de Castro foi a Geografia Humana, sendo que o problema da fome era a sua principal temática. Em 1937, lançou *A alimentação à luz da Geografia Humana,* livro que inovou e se tornou uma das suas principais obras no campo geográfico. Os clássicos *Geografia da Fome* (1946) e *Geopolítica da fome* (1951) constituem marcos teóricos quando se fala na questão da fome e deu a Josué de Castro o reconhecimento internacional. Ele defendia, pioneiramente, que o problema da fome estava ligado à questão do subdesenvolvimento e das desigualdades socioeconômicas, ou seja, que esta questão deveria ser resolvia a partir da política e não da agronomia (ANDRADE, 2003).

Geografia da Fome é o livro mais conhecido, lido e comentado de Josué de Castro. Fruto de suas pesquisas acadêmicas e práticas, o trabalho trata da questão da fome no Brasil. Em *Geografia da Fome*, Castro regionalizou o país em cinco regiões (ver figura 1), de acordo com as carências alimentares, características naturais e problemas específicos: Amazônia, Nordeste açucareiro, Sertão do Nordeste, Centro-Oeste e Extremo Sul. Segundo a pesquisa feita pelo autor, as três primeiras regiões citadas sofriam de fome e as duas últimas não, embora apresentassem problemas quanto à qualidade da alimentação de sua população. Assim, o autor apontou como cada região – e o Brasil como um todo – poderia combater a pobreza e a fome, levando-se em consideração o que cada região poderia oferecer, sempre ressaltando o caráter político da questão. No caso brasileiro, a herança do modelo latifundiário que não privilegiava a produção de alimentos para a população (CASTRO, 1984).

Figura 1: Mapa das áreas alimentares do Brasil



Fonte: retirado do livro “Geografia da Fome”.

Na mesma perspectiva do livro anterior, em *Geopolítica da Fome* Josué de Castro tratou do problema da fome em escala mundial. Seu objetivo era “estudar o terrível fenômeno que a erosão da fome está provocando no homem e na civilização” (CASTRO, 1968, p. 74). Castro apresentou a questão da fome como um problema que sempre existiu na história da humanidade, em todas as regiões do planeta. Contudo, a questão sempre foi encarada como tabu, pois o estudo de suas causas reais poderia afetar o poder das elites dominantes. No entanto, era necessário superar esse tabu e tratar o assunto com a devida importância e sinceridade. Nesse sentido, no prefácio da edição francesa de *Geopolítica da fome*, o geógrafo e grande expoente da Geografia Humana do século XX, Max Sorre, reconheceu a importância do tema, e que fora, de fato, neglicenciado pela geografia francesa clássica:

> Realmente, a importância de tais problemas não era desconhecida dos entendidos do assunto. Existe muito de humanidade profunda na obra de um E. Réclus ou de um Vidal

> de la Blache, para que não se tivesse deles uma clara consciência. Na verdade nossos antigos mestres não estavam enganados a respeito dos tabus que Josué de Castro denuncia. Todavia, ele tem muita razão quando afirmava que o comum dos geógrafos e, principalmente, o comum dos homens, preferiria nada dizer a propósito desse assunto (CASTRO, 1968, p. 19, apud SORRE).

Castro analisou a questão por continentes: América, Ásia, África e Europa; e explicou como se deu historicamente o fenômeno da fome em cada uma delas, apontando que uma das principais causas da situação atual dos países periféricos foi o processo de colonização no passado e o "neocolonialismo" econômico do presente momento (meados do século XX).

Ele procurou contrapor a tese defendida pelos chamados neomalthusinos de que o problema da fome era devido principalmente ao crescimento exagerado da população mundial, em especial a do Terceiro Mundo.O geógrafo defendia a idéia de que "...não é possível exterminar a fome do mundo com medidas tendentes a controlar o crescimento das populações, é perfeitamente viável obter-se desse crescimento pelo extermínio da fome." (CASTRO, 1968, p. 74). Portanto, atacar as causas reais da pobreza e do subdesenvolvimento era a forma mais viável de acabar com a explosão demográfica e com a fome mundial.

Na sua atuação internacional, como conferencista e diplomata, Castro se dedicou a temas da agenda mundial. A sua formação multifacetada se traduziu em uma rica produção que passa através de seus vários campos de estudo e atuação (Medicina, Geografia, Política internacional, Sociologia, etc). Além de escrever também sobre a problemática da fome ao redor do mundo, Castro tratou de outros temas como desenvolvimento, meio ambiente e desarmamento.

Em 1968, escreveu um artigo intitulado *A explosão demográfica e a fome no mundo*. Nele, Castro critica severamente a teoria neomulthusiana de que o crescimento populacional era a causa primeira da fome:

> A fome é, regra geral, o produto das estruturas econômicas defeituosas e não de condições naturais insuperáveis. Querer

> justificar a fome do mundo como um fenômeno natural e inevitável não passa de uma técnica de mistificação para ocultar as suas verdadeiras causas que foram, no passado, o tipo de exploração colonial imposto à maioria dos povos do mundo, e, no presente, o neocolonialismo econômico a estão submetidos os países de economia primaria, dependentes, subdesenvolvidos, que são também países de fome. (CASTRO, 2003, p. 51)

A questão do subdesenvolvimento constituiu tema recorrente na obra de Josué de Castro. Destacam-se três trabalhos que tratam do referido assunto: *De Bandung a Nova Delhi: A grande crise do terceiro mundo***,** de 1968 e *Estratégia do desenvolvimento***,** de 1970; e *Subdesenvolvimento: causa primeira de poluição*, de 1972.

No primeiro trabalho, o autor discorre sobre a crescente mobilização política dos países do Terceiro Mundo – ou "países em desenvolvimento", como se diz atualmente - em torno do movimento dos países não-alinhados à época da guerra fria. Para Castro, esses países tomariam consciência, a partir da conferência de Bandung em 1955, de que o desenvolvimento era a aspiração fundamental de todos os povos do planeta e de que deveria se desenvolver uma política de auxílio financeiro internacional para combater o desequilíbrio econômico existente no mundo (CASTRO, 2003).

No segundo, Castro faz uma crítica ao pensamento liberal herdado de Adam Smith, que defende que apenas as forças do mercado trariam, naturalmente, o desenvolvimento às nações subdesenvolvidas. Ele argumenta que:

> ...o subdesenvolvimento não é a ausência de desenvolvimento, mas o produto de um tipo universal de desenvolvimento mal conduzido. É a concentração abusiva de riqueza - sobretudo neste período histórico dominado pelo neocolonialismo capitalista que foi o fator determinante do subdesenvolvimento de uma grande parte do mundo (CASTRO, 2003, p. 104).

No terceiro, publicado em meio a primeira grande conferência sobre o Meio Ambiente patrocinada pela ONU, em 1972, o geógrafo pernambucano defende que a situação ambiental do planeta é derivada principalmente do tipo de desenvolvimento econômico vigente e que os países subdesenvolvidos não poderiam ser responsabilizados por estes problemas, pois a maior parte da poluição mundial estava concentrada nos países ricos (CASTRO, 2003).

Outro tema tratado pelo autor foi a questão do desarmamento mundial. Em plena guerra fria, Josué de Castro, quando esteve na presidência do Conselho Executivo da FAO, denunciou a corrida armamentista que desviava bilhões de dólares em recursos para o setor bélico, em detrimento aos projetos de desenvolvimento e auxílio internacionais, tão importantes aos países mais pobres. Castro, em discurso, intitulado *Armamentismo*, defendeu que "o maior perigo contra a paz é o desequilíbrio econômico do nosso planeta" (CASTRO, 2003, p. 119). E concluiu: "Há dois caminhos a nossa frente: o caminho do pão e o caminho da bomba. (...) Eu quero simbolizar pelo caminho do pão, este da justiça social..." (CASTRO, 2003, p. 124).

Especificamente sobre a geografia política e a geopolítica, Castro não se preocupou em distinguir uma da outra em suas análises. Ele tinha um entendimento claro que a geopolítica estava sendo injustiçada pela associação à *Geopolitik* nazista, que "não passava de uma "pseudociência de Karl Haushoffer, (...) concebida com a finalidade única de justificar as aspirações expansionistas do Terceiro Reich" (CASTRO, 1968, p. 27). Sendo assim, ela precisava ser reabilitada. Nesse sentido, fez questão de conceitua-la:

> O sentido real da palavra Geopolítica é o de uma disciplina científica, que busca estabelecer as correlações existentes entre os fatores geográficos e os fenômenos de categoria política, afim de demonstrar que as diretrizes políticas não tem sentido fora dos quadros geográficos, isto é, destacada das realidades e das contingências do meio natural e do meio cultural (CASTRO, 1968, p. 27).

Afirma ainda que a Geopolítica não se resume a “uma arte de ação política na luta entre os Estados, nem tão pouco uma fórmula de predizer a História”. E acrescenta que ela é apenas um “método de interpretação da dinâmica dos fenômenos políticos em sua realidade espacial” (CASTRO, 1968, p. 27), finalizando que a questão alimentar é um dos principais fenômenos políticos que afeta o mundo (CASTRO, 1968).

Está claro, portanto, que Josué de Castro não se enquadrava no pensamento geopolítico clássico, predominante em sua época. Castro acreditava que a realidade social poderia ser transformada por meio da ação política, por isso rejeitava veemente a concepção determinista de Ratzel e suas principais formulações dentro da geografia política. Indiretamente, também discordava de autores de outras nacionalidades (europeus e norte-americanos), pois eles, em geral, se concentravam nos temas de segurança e consolidação dos Estados, não dando a mesma importância às questões socioeconômicas, pois não admitiam que tais questões fossem importantes na análise geopolítica. Deve-se assinalar, ainda, que Castro condenava abertamente a política colonial europeia e a disputa entre os blocos capitalista e socialista durante a guerra fria. Ele chega a admitir que tinha muito receio da reação de países como França e Inglaterra, já que tais nações ainda possuíam colônias em 1951, quando *Geopolítica da fome* foi publicado pela primeira vez (CASTRO, 1968).

Semelhantemente, entre os autores brasileiros da área em questão, Josué de Castro não tinha grandes afinidades, até porque grande parte deles vinha das forças armadas. Enquanto os principais expoentes se baseavam na escola alemã e, em menor grau, de outras europeias e na americana, Castro preferia construir uma teoria mais voltada para temas que considerava mais importantes para um país de Terceiro Mundo: os problemas do subdesenvolvimento, da pobreza e da fome, que ele tratava como fenômenos políticos.

No Brasil, quando a geopolítica foi se tornando um campo de estudo cada vez mais concentrado na área militar, no contexto da guerra fria, mais Josué de Castro foi sendo afastado de tais debates. Inclusive, com a concretização do golpe militar em 1964, o referido geógrafo esteve na primeira lista de políticos cassados, não só pela sua teoria geográfica, mas também pela sua militância política de esquerda; coerente com o seu discurso acadêmico, enquanto deputado federal pelo Partido

Trabalhista Brasileiro (PTB), defendeu, entre outras teses progressistas, o direito de voto aos analfabetos, a reforma - agrária e o reatamento das relações diplomáticas com a então União soviética, rompidas desde 1947 (LUCENA, 2009).

Considerações Finais:

Josué de Castro não viveu a redemocratização do país e não pôde, dessa forma, retomar sua carreira acadêmica, como outros intelectuais perseguidos pelo regime militar o fizeram. Mas aos poucos o seu pensamento foi sendo relido e analisado. Hoje a Geografia Política tem um objeto de estudo mais amplo, tratando de temas que Castro já abordava precocemente. Urge-se, portanto, aprofundar a contribuição do referido autor no tocante às relações entre a política e o espaço.

Bibliogafia:

ANDRADE, Manoel Corrêa de**. A Construção da Geografia Brasileira.** In: Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia. Vol. XXXIV, número 67-68, Lisboa, 1999, p. 21-30.

ANDRADE, Manoel Corrêa de. “Uma releitura crítica da obra de Josué de Castro”. In ANDRADE, Manoel Corrêa de**. Josué de Castro e o Brasil.** São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 73-82.

ALVES, Flamarion Dutra. **O pensamento francês na geografia rural do Brasil**. In Revista franco-brasileira de Geografia, vol. , Nº 12, 2012.

CARVALHO, Antônio Alfredo Teles de. **Josué de Castro na Perspectiva da Geografia Brasileira – 1934/1956: uma contribuição à historiografia geográfica nacional**, Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

CASTRO, Josué de. “Armamentismo”. In ANDRADE, Manoel Corrêa de**. Josué de Castro e o Brasil.** São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 118-125.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço).** 10a ed. Rio de Janeiro: Editora Antares, 1984.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da Fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população.** 8. Ed. São Paulo : Brasiliense, 1968.

CASTRO, Josué de. “A explosão demográfica e a fome no mundo”. In CASTRO, Anna Maria de. **Fome: um Tema Proibido – últimos escritos de Josué de Castro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 39-71.

CASTRO, Josué de. “De Bandung a Nova Delhi: A grande crise do Terceiro Mundo”. In CASTRO, Anna Maria de. **Fome: um Tema Proibido – últimos escritos de Josué de Castro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 163-181.

CASTRO, Josué de. “Estratégia do desenvolvimento”. In CASTRO, Anna Maria de. **Fome: um Tema Proibido – últimos escritos de Josué de Castro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 101-121.

CASTRO, Josué de. “Subdesenvolvimento: causa primeira de poluição”. In CASTRO, Anna Maria de. **Fome: um Tema Proibido – últimos escritos de Josué de Castro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 133-144.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. “As perspectivas dos estudos geográficos”. In CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982, p.9-36.

COSTA, Wanderley Messias. **Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder**. São Paulo: HUCITEC/Edusp, 1992.

LA BLACHE, Paul Vidal de. “As características próprias da geografia”. In CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982, p.37-47.

LUCENA, Gleydson Gonzaga de. **A obra de Josué de Castro e sua importância para o Ensino Médio de Geografia.** 2009, 63p. Monografia (Especialização, Educação) – Universidade de Brasília, Centro de Educação à distância, Brasília - DF.

MACHADO, Mônica Sampaio. **A implantação da geografia universitária no Rio de Janeiro.** In Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, Nº 69 (5), 1º de agosto de 2000.

MAGNOLI, Demétrio. **O que é Geopolítica**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e poder no Brasil.** São Paulo : Papirus, 1995.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia**: **Pequena história crítica**. 20. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

REIS JÚNIOR, Dante Flávio da Costa. **História da ciência geográfica: espectro temático e uma versão descritiva.** In Cadernos de História da Ciência, vol.7, no.1, São Paulo, jan./jun. 2011.

A Geopolítica da Inteligência e a Inteligência na Geopolítica: Brics e Cinco Olhos

Eixo Temático 1: Geografia Política e Geopolítica clássica e contemporânea dos séculos XX e XXI

Alexandre de Oliveira Martins (USP-Prolam)

Resumo: O objetivo é refletir sobre as relações entre a atividade de inteligência e as ações estatais de defesa do território como objeto e meio de seu poder. Por um lado, observar como estariam distribuídos os 'recursos de inteligência'. Por outro, descrever como os Estados colocariam à prova capacidades de prevenção advindas das práticas de inteligência. O artigo se organiza em 3 partes: na 1ª, descreve-se, a partir de suposição do especialista Marco Cepik (gastos militares), uma possível distribuição geopolítica das principais agências de inteligência; na 2ª, busca-se correlacionar os dados referentes a recursos militares com listas elaboradas por órgãos de mídia (rol de principais agências); na 3ª, são apresentados alguns resultados: os Brics apresentam-se na cena atual como grupo capaz de equilibrar a desproporção que os Cinco Olhos apresentam na prática de inteligência.

Palavras-chave: Serviços de Inteligência; Geopolítica; Brics; Cinco Olhos.

La Geopolítica de la Inteligencia e La Inteligencia en la Geopolítica: BRICS y cinco ojos

Resumen: El objetivo es reflexionar sobre la relación entre la actividad de inteligencia y las acciones estatales para defender el territorio como objeto y medio de su poder. Por un lado, observar como serían distribuídos los “recursos de inteligencia”. Por otro lado, describir como los estados pondrían a prueba

capacidades de prevención derivadas de las prácticas de inteligencia. El artículo se estructura en 3 partes: en la 1ª se describe, a partir de suposiciones del especialista Marco Cepik (gastos militares), una posible distribución geopolítica de las principales agencias de inteligencia; la segunda trata de correlacionar los datos de recursos militares con listas elaboradas por medios de comunicación (lista de los principales organismos); en la tercera se muestran algunos resultados: los BRICS se presentán en la escena actual como un grupo capaz de equilibrar la desproporción que los Cinco Ojos presentán en la práctica de inteligencia.

Palabras clave: Servicios de Inteligencia; Geopolítica; BRICS; Cinco Ojos.

Introdução

Após os atentados ocorridos em 2001, nos Estados Unidos, em 2004, na Espanha, em 2005, na Inglaterra, e em 2015, na França, a atividade de inteligência passou a ocupar um lugar central na agenda de segurança internacional. Esses acontecimentos têm intensificado ainda mais a relação dos Estados com seus territórios, sobretudo em virtude do ineditismo 1) das formas de violência praticadas por agentes não estatais (grupos organizados transnacionais); 2) de expedientes bélicos não tradicionais (aviões civis como instrumento de ataque, por exemplo) visando também alvos civis; e 3) da manifestação violenta irromper no interior do próprio espaço doméstico nacional, sem a caracterização clara do rompimento ou invasão de fronteiras.

Diante de uma ameaça a princípio 'anônima' ('o terrorismo'), liderados pelos EUA, os Estados encontraram na tentativa de prevenção dos ataques, mais que em sua defesa, a resposta mais imediata ao 'medo' imposto pelo 'terror'. Nesse contexto, entre outras ações, a securitização e a consequente ampliação do orçamento da atividade de inteligência destacam-se como uma variável importante na compreensão da Geopolítica contemporânea. A partir de um olhar panorâmico, é possível deduzir que uma suposta Geopolítica da Inteligência, se existisse, tenderia a seguir o escalonamento dos recursos militares entre os países. Por outro lado, a

manifestação da atividade de inteligência na Geopolítica parece seguir uma lógica ligeiramente diferente.

O objetivo deste artigo é propor uma reflexão sobre as relações entre a atividade de inteligência e as ações estatais cujos fins são a defesa do território como objeto e meio de seu poder. Em uma primeira mirada, pensar de que maneira estariam distribuídos os 'recursos de inteligência' entre os Estados. Num segundo olhar, para além de retê-los, pensar como os Estados poderiam colocar à prova tais capacidades de prevenção advindas das práticas de inteligência.

Buscando responder essencialmente a essas duas questões, o artigo se organiza em três partes. Na primeira, é descrita uma hipótese, a partir de suposição do teórico brasileiro Marco Cepik, sobre o percentual do orçamento em defesa que os países dedicariam às atividades de inteligência. Assim, nessa parte faz-se uma descrição de uma suposta distribuição geopolítica atual das principais agências de inteligência. Na segunda parte, busca-se correlacionar os dados referentes a recursos militares dos principais Estados da Geopolítica atual com listas elaboradas por órgãos de mídia quanto às principais agências de inteligência estatal. A intenção é comparar as informações e observar o comportamento contemporâneo da distribuição da atividade de inteligência. A segunda parte mostra ainda que uma suposta geopolítica da inteligência (baseada em recursos militares) coaduna-se apenas parcialmente com o uso prático da inteligência na Geopolítica atual. Por fim, a terceira parte apresenta algumas considerações, à guisa de conclusão.

Geopolítica da Inteligência

Segundo Cepik (2001), de modo geral, “os serviços de inteligência do mundo diferem bastante de um país para outro em termos organizacionais” [de dezenas de agências como na Rússia e EUA até duas organizações principais, como no Canadá

e Itália], assim como se distinguem “na escala de operações” e, ainda, “pela composição predominantemente civil ou militar de seus oficiais de inteligência”.

A análise da formação de um serviço de inteligência demanda extensa pesquisa e envolve interdisciplinaridades, vez que olhar em retrospectiva para as atividades de inteligência de um país é resgatar também todo seu processo histórico-social de formação, além da geografia política e da geopolítica do Estado analisado. Além disso, variáveis como aquelas assinaladas por Bayley (1975) complexificam ainda mais a pesquisa, sendo importante avaliar:

> 1) o papel do crescimento populacional e sua distribuição ao longo do *continuum* rural-urbano; 2) a extensão da criminalidade e da insegurança entre a população; 3) a revolução industrial e/ou outras transformações sociais ou econômicas desse porte; 4) a ocorrência de revoluções e/ou outras transformações políticas desse porte; 5) a presença de ameaças externas; 6) as ocorrência de guerras e mobilizações militares; e 7) o impacto de uma ideologia qualquer (absolutismo, liberalismo, nacionalismo, socialismo etc).

Frente à natureza limitada deste artigo, não será possível abordar todos esses elementos. Nosso objetivo é tecer considerações generalizantes com a intenção de, neste primeiro momento, traçar um panorama de uma possível Geopolítica da Inteligência na atualidade. Para isso, retomando a proposta de Cepik (2001), poder-se-ia falar em um modelo de inteligência ‘anglo-saxão’,

> caracterizado por alta centralização da autoridade sobre as unidades do sistema, alto grau de integração analítica, média separação entre inteligência e política, além de média efetividade dos mecanismos de accountability e supervisão. Nesse modelo poderiam ser incluídos os sistemas nacionais de inteligência e segurança de países como Estados Unidos, Grã-Bretanha, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e, com muitos cuidados, Índia e África do Sul.

em um modelo ‘europeu continental’,

> caracterizado por média centralização da autoridade sobre as unidades do sistema, média integração analítica dos produtos de inteligência, alto envolvimento da atividade de inteligência com as instâncias de policymaking e, finalmente, uma baixa efetividade dos mecanismos de accountability e supervisão (oversight). Nesse modelo poderiam ser incluídos os sistemas nacionais de inteligência e segurança de países como França, Alemanha, Rússia, Polônia, Itália e, com muitos cuidados, Brasil e Argentina.

por fim, em um modelo ‘asiático’,

> caracterizado por baixa centralização da autoridade sobre as unidades do sistema, alta integração analítica dos produtos de inteligência, médio envolvimento da atividade de inteligência com as instâncias de policymaking e, de forma ainda mais

> pronunciada do que no tipo ‘europeu continental’, uma baixa efetividade dos mecanismos de accountability e supervisão. Nesse modelo poderiam ser incluídos os sistemas nacionais de inteligência e segurança de países como China, Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Coreia do Norte e, com muitos cuidados, Indonésia e Vietnã.

Cepik (2001) ressalta que o Paquistão e a Índia ficam na Ásia, mas seus aparatos de inteligência são bastante diferentes entre si, pois, embora o Paquistão seja o principal aliado dos Estados Unidos na Ásia central e no subcontinente indiano, seria a Índia que adotaria mais claramente o modelo anglo-saxão em seu sistema de inteligência. Também aponta que os japoneses e chineses se pareceriam mais entre si do que o sistema japonês se parece com o anglo-americano ou que o sistema chinês se parece com o soviético-russo. E que, de todo modo, assim como no caso das capacidades militares, em termos de recursos de inteligência há que se observar a enorme disparidade entre os casos norte-americano e russo e todos os demais sistemas nacionais de inteligência.

Cepik (2001), ressalta que, “como não há dados confiáveis sobre orçamentos de inteligência em nenhum país do mundo, antes de mais nada porque esses gastos são secretos e, mesmo nos casos em que o volume total de gastos é conhecido, as proporções alocadas para cada tipo de atividade e de organização são apenas estimadas por observadores externos aos governos”. No entanto, buscando aqui fazer um exercício comparativo hipotético, considerar-se-á um percentual proposto pelo próprio autor (Cepik, 2001).

Para ele, Cepik, a curva de gastos com inteligência acompanhou a evolução dos orçamentos militares depois da II Guerra Mundial. Assim, embora não haja relação direta conhecida entre o PIB de um país e seus gastos com inteligência, parece haver alguma razão entre gastos com defesa e gastos com inteligência, a despeito dessa proporção também variar significativamente. No caso dos Estados Unidos e da União Soviética/Rússia, os gastos com inteligência teriam chegado a

cerca de 10% dos gastos totais com defesa na década de 1980, recuando um pouco ao longo dos anos 1990.

Com muitas restrições, Cepik (2001) assume, então, em caráter provisório, um gasto nacional médio com atividades de inteligência em torno de 5% dos gastos nacionais com defesa, ressalvando a diferença dos Estados Unidos e da Rússia em relação a todos os demais países, em virtude de sua condição de super-potências durante a Guerra Fria e ao custo de desenvolvimento e manutenção de suas frotas de satélites espião.

Seguindo estatísticas comparativas de defesa do IISS (The International Institute for Strategic Studies) publicadas em 2014, referentes a 2013, sobre os 15 maiores orçamentos em defesa do mundo, e aplicando a tese de Cepik, observar-se-ia na geopolítica da inteligência a mesma desproporção registrada na distribuição de recursos militares, ou seja, os Estados Unidos sozinhos, com 600,4 bilhões de dólares investem em defesa praticamente o que os outros 14 maiores Estados investem somados, isto é, 634,5 bilhões de dólares. Também observa-se um desequilíbrio importante entre os EUA, os outros 14 maiores países (respectivamente China, Rússia, Arábia Saudita, Reino Unido, França, Japão, Alemanha, Índia, Brasil, Coreia do Sul, Austrália, Itália, Israel e Irã) e o resto do mundo. Se, por um lado, poder-se-ia falar em certo equilíbrio entre EUA num extremo e as 14 outras potências militares em outro, por outro lado dever-se-ia registrar que a soma dos 15 ultrapassam um trilhão de dólares, quantia três vezes maior que o resto do mundo investe em defesa.

Nesse sentido, os rumos que as políticas de inteligência recebem nessas 15 nações acabam por influenciar a atividade no mundo todo. Não por outro motivo, portanto, os atentados nos EUA, Espanha, Reino Unido e França foram e têm sido decisivos para a securitização da atividade. Ademais, a despeito da influência do orçamento de defesa para a área de inteligência, duas peculiaridades da atividade de inteligência precisam ser apontadas para uma melhor compreensão de sua 'geopolítica'.

A primeira dessas peculiaridades diz respeito aos modelos de inteligência existentes no mundo. O modelo anglo-saxão incorpora a principal aliança de inteligência da contemporaneidade, os chamados Cinco Olhos (Five Eyes), formado de EUA, Reino Unido, Canadá, Austrália e Nova Zelândia. Após os atentados de 2001, essa coalizão de inteligência foi reforçada, conforme revelações de Edward Snowden, em 2013[1]. O fenômeno da "guerra ao terror", entretanto, impôs uma cooperação mundial em inteligência cujo primeiro desafio parece ser justamente a conciliação de modelos rumo a uma cooperação efetiva entre especialmente 1) os EUA (modelo anglo-saxão) e França e Alemanha (modelo europeu continental); 2) os EUA (modelo anglo-saxão) e Coreia do Sul, Taiwan e Japão (modelo asiático). Afora isso, a conjuntura atual síria tem gerado novas possibilidades de alianças, impondo desafios cada vez maiores para atores como China e Rússia.

A segunda peculiaridade tem a ver com a criação dos Brics. Na cooperação em inteligência, o grande desafio dos Brics está associado à percepção de ameaça entre seus componentes. Uma tese inicial poderia indicar que entre Brasil e África do Sul, e dos dois para os demais, a tendência seja mais de convergência que divergência, dadas suas posições geográficas distintas, mas de interesses mútuos no Atlântico Sul. Já no que se refere às percepções entre Índia, Rússia e China, sobretudo entre as duas últimas, a situação é agravada pelas tensões em que os países estão envolvidos em suas zonas de influência, como seria o caso, em linhas gerais, da região da Caxemira (Índia, China e Paquistão); da Ucrânia (Rússia e Otan), do Cáucaso (conflitos separatistas na Rússia), da fronteira sino-russa (acordada em 2004); daqueles envolvendo a China (Tibet, Taiwan, Japão, Índia, Coreia do Norte). Se, por um lado, tais situações tendem a dificultar a cooperação em inteligência, por outro as potencialidades – reforçadas com as

1 C. GREENWALD, Glenn. Sem lugar para se esconder: Edward Snowden, a NSA e a espionagem do governo americano e HARDING, LUKE. Os arquivos Snowden: a história secreta do homem mais procurado do mundo.

declarações conjuntas dos Brics[2] – apresentam um quadro cuja predominância parece mais de convergências do que divergências.

Nesse sentido, os Brics, mesmo a Rússia, compartilham o desafio de ter de enfrentar questões relacionadas à demografia e à distribuição da população pelo território. Os cinco países Brics passaram por transformações sociais e econômicas significativas nas últimas décadas. Todos, em escalas diferentes, registram um passado de transformações políticas impactantes (algumas revolucionárias). E, sobretudo os dois com atividades de inteligência de mais longa data, apresentam um legado na área bastante decisivo: a China, por sua prática milenar com base no mais antigo manual de inteligência já escrito (Sun Tzu); a Rússia (e toda a herança recebida da ex-URSS), por seu arcabouço teórico e prático desenvolvido ao longo da Guerra Fria.

Aplicando um raciocínio bastante simples, é possível dizer que, havendo maior concertação entre os membros dos Brics, o que em tese diminuiria a percepção de ameaças e aumentaria as certezas de um para com o outro, poderia haver compartilhamento senão de informações sensíveis, pelo menos de morfologias organizacionais entre os membros.

Em um nível mais específico, pode-se observar que, a despeito da grande "experiência" de China e Rússia, tais Estados não compartilham um mesmo modelo organizacional, chamando a atenção a alta integração analítica chinesa e o baixo grau de supervisão, de um lado, e a alta conexão entre inteligência e política na Rússia (e também no Brasil); já no modelo anglo-saxão de Índia e África do Sul, além da alta integração analítica, destaca-se uma alta centralização.

Em outras palavras, observam-se três modelos fortemente diferenciados, marcados, um, pela preocupação com a comunicação entre suas diversas partes, o que acentua a dinâmica do sistema e sua autonomia, como é o caso chinês; outro, vincula as atividades de inteligência especialmente com a política, parecendo, portanto, tornar os serviços de inteligência um instrumento de política governamental

2 Cf. CÚPULAS BRICS I, II, III, IV, V, VI e VII: **Declarações Conjuntas e Planos de Ação.** Documentos disponíveis em: www.itamaraty.gov.br. Acesso em 2 de janeiro de 2015.

e menos de Estado, como insinua o caso russo e brasileiro; um terceiro, o anglo-saxão, de Índia e África do Sul, aparenta um modelo mais independente, formatando os serviços de inteligência como parte integrante do Estado, não apenas como assessoria especializada.

Os Brics, no curto prazo, veem-se bastante limitados frente aos EUA, neste momento o líder dos 'Cinco Olhos' que mais se revela interessado em coletar informações no mundo. O fato de Snowden ter feito suas denúncias em um hotel chinês e a seguir ter conseguido asilo político na Rússia apimenta mais ainda o enredo quase cinematográfico que, agora, instaura os Brics como um grupo potencial, mas não pragmaticamente coeso, embora único, capaz de fazer frente ao sistema global de espionagem liderado pelos Estados Unidos.

Essa geopolítica da inteligência, que segue, como se observa, a proporcionalidade de gastos em defesa dos países, oferece uma interpretação apriorística da divisão da atividade no mundo. Como contraponto, embora pecando pela falta de rigor científico, outras perspectivas, como aquelas advindas de listas elaboradas pela mídia, devem ser contempladas, especialmente pelo fato de que, frente a natureza secreta da atividade de inteligência, tais 'ranqueamentos' desempenham um importante papel no sentido de tornar o assunto menos sigiloso.

Na sequência, portanto, são apresentados alguns dados com o objetivo de incrementar a geopolítica da inteligência a partir de como em tese os países vêm usando suas atividades de inteligência na proteção de seu território, entendido como manifestação direta do poder do Estado.

Inteligência na Geopolítica

A discussão sobre as formas de mensurar a efetividade de uma agência de inteligência é longa e exigiria instrumentos complexos, muitos indisponíveis ou não autorizados pelos Estados. A complexidade das tensões no pós-Guerra Fria acabou por se agrupar no conceito de 'ameaças', cuja definição foi se configurando a partir

da agenda, interesses e necessidades dos países militarmente mais poderosos do mundo (elencados anteriormente), resultando na focalização de conceitos como “guerra ao terror” ou “guerra às drogas”, quase sempre variáveis a depender da ótica do enunciador. Assim, especialmente a partir de 2001, a efetividade de uma agência de inteligência passou a ser calculada pelos potenciais atentados que ela teria sido capaz de evitar. Os eventos ocorridos na Espanha em 2004, na Inglaterra em 2005 e na França em 2015 expuseram a dificuldade das agências no enfrentamento de ataques surpresas caracterizados pelo ineditismo de configuração a cada manifestação.

Dessa maneira, além da capacidade de prevenção, é bem possível que seja inserido na composição do cômputo da efetividade de uma agência de inteligência sua capacidade também de identificar com clareza a principal ameaça a seu território. A partir desse critério, ao observar, por exemplo, as agências estipuladas pelos órgãos de mídia como as maiores, vemos que, primeiro, há uma pequena diferença entre os países que mais gastam com defesa e aqueles que tem as agências de inteligência melhores posicionadas; em segundo lugar, observamos que algumas agências chamam a atenção pela forma categórica com que definem e combatem o que consideram sua ameaça principal, como seria o caso paquistanês.

A tabela a seguir apresenta as dez maiores agências de inteligência segundo sete fontes, a saber: 1) o endereço eletrônico “The Richest”, que se intitula uma fonte líder sobre os mais variados temas; 2) a “Abc News”, que pertence à Disney Interactive Media Group, uma subsidiária da Walt Disney Company; 3) a “Z News”, que é a maior rede de notícias da Índia; 4) o “Smashing List”, que é um endereço de elaboração de listas multitemáticas; 5) o “Top10mais.org”, que é um site ligado ao portal R7 brasileiro; 6) o “Expert.Security”, que é um blog dedicado a oferecer conselhos de segurança; e, por fim, 7) a “Baaghi.tv”, que é um canal de TV paquistanês.

	The Richest	**Abc News**	**Z News**	**Smashing List**	**Top10mais.org**	**Expert.Security**	**Baaghi.tv**
1	CIA(EUA)	ISI(Paquistã	FSB	CIA	CIA	ISI	ISI

		o)					
2	MSS(China)	CIA(EUA)	BND	MI6	Mossad	CIA	CIA
3	Mossad(Israel)	MI6(UK)	ASIS	ISI	MSS	MI6	MI6
4	DGSE(França)	FSB(Rússia)	RAW	Mossad	Anonymous	FSB	FSB
5	FSB(Rússia)	BND(Alemanha)	ISI	MSS	ISI	BND	BND
6	RAW(Índia)	RAW(Índia)	MI6	BND	RAW	DGSE	DGSE
7	ISI(Paquistão)	DGSE(França)	Mossad	FSB	FSB	ASIS	RAW
8	MI6(UK)	ASIS(Austrália)	CIA	DGSE	DGSE	RAW	KHAD(Afeganistão)
9	CSIS(Canadá)	MSS(China)	MSS	RAW	MI6	MSS	ASIS
10	ASIS(Austrália)	Mossad(Israel)	DGSE	ASIS	BND	Mossad	DGSE

Embora questionáveis, as fontes oferecem algum indicador sobre o sigiloso campo da atividade de inteligência. Ainda que não reflitam o real, a divulgação de listas como essas contribui para a invenção de uma realidade com a qual o senso comum enxerga a atividade de inteligência. No entanto, para além do caráter provisório com o qual nos valemos de tais listas, merecem destaque a relativa correlação entre elas e os dados elaborados pelo IISS, quanto às principais potências militares.

Observando-se a tabela, é possível tecer algumas considerações:

1) Conforme as sete fontes aqui selecionadas, haveria certa convergência quanto às doze principais agências de inteligência do mundo, a saber, em ordem alfabética, sediadas nos seguintes países: Afeganistão, Alemanha, Austrália, Canadá, EUA, China, França, Israel, Índia, Paquistão, Reino Unido e Rússia;

2) Chama a atenção o fato de uma fonte inserir um agente não estatal (Anonymous) como quarta maior agência de inteligência do mundo, fato que poderia ser explicado pelo advento da atividade de inteligência ao centro da agenda internacional e seu conseqüente processo de securitização;

3) À exceção de Canadá, Afeganistão e do ator não estatal Anonymous, que são mencionados apenas uma vez, as sete fontes escolhidas, embora ordenando as agências de maneira diferente, apresentam uma lista comum das dez principais agências de inteligência do mundo, rol que difere ligeiramente daquele das quinze maiores potências militares do mundo, respectivamente segundo o IISS: Estados Unidos, China, Rússia, Arábia Saudita, Reino Unido, França, Japão, Alemanha, Índia, Brasil, Coréia do Sul, Austrália, Itália, Israel e Irã (já citados anteriormente);

3.1) Cotejando uma com a outra, embora constatando mais semelhanças que diferenças, são notáveis alguns descompassos, como a ausência de Arábia Saudita, Japão, Brasil, Coréia do Sul, Itália e Irã do rol das dez maiores agências de inteligência do mundo e, no entanto, presentes entre as quinze maiores potências militares;

3.2) Por outro lado, vê-se que Afeganistão, Canadá e Paquistão, apesar de constarem das maiores agências de inteligência do mundo, não estão no rol das maiores potências militares.

A considerar a tese de Cepik, é possível observar que a correlação entre gastos em defesa e seu conseqüente percentual de 5% direcionado à atividade de inteligência não necessariamente tende a significar correspondente proporção entre potência militar e potência em inteligência. Embora países como EUA, China, Rússia, Reino Unido, França, Alemanha e Índia coincidam em figurarem como líderes tanto no critério militar quanto de inteligência, países como Arábia Saudita, Japão, Brasil, Coréia do Sul, Itália e Irã compõem um grupo que desconfigura a relação entre gastos com defesa e o reconhecimento como líderes na atividade de inteligência. Por certo, várias razões deveriam ser pesquisadas na busca por explicações. Uma hipótese é que, à exceção do Irã, os demais países desse grupo acabam por se inserirem no guarda-chuva maior do Ocidente, capitaneado pelos

EUA, cujo domínio em inteligência acaba absorvendo-os, da mesma forma como o Irã poderia sê-lo pela Rússia.

Por outro lado, Estados como Austrália, Israel, Canadá e mesmo Paquistão, que não se notabilizam entre as 10 maiores potências militares, destacam-se por estarem entre os países com as 10 maiores agências de inteligência do mundo. Em parte, tal reconhecimento, especialmente de Austrália e Canadá, deve-se ao seu pertencimento aos Cinco Olhos, grupo de cooperação em inteligência liderado pelos EUA. De igual maneira, Israel e Paquistão, por razões diferentes, representam no Oriente Médio os interesses norte-americanos.

O caso afegão e o da organização não estatal Anonymous são peculiares, pois, além de terem sido elencados apenas por uma das sete fontes selecionadas, constituem, no caso do primeiro, um complexo nó de interconexões históricas, sob influência de potências variadas, e, no caso do segundo, uma novidade que ainda exige muita pesquisa.

Os últimos 14 anos, nos quais se inserem o 11/09/2001, em Nova Iorque, o 11/03/2004, em Madri, o 07/07/2005, em Londres e os 07/01/2015 e 13/11/2015, em Paris, para se circunscrever a atentados ocorridos somente nos EUA e Europa, têm sido cruciais para a securitização da atividade de inteligência. De função assessora tradicional, os serviços de informação têm sido alçados cada vez mais a um papel central na busca por prevenção das novas vulnerabilidades experimentadas no cenário internacional. Não que não tivessem tido sempre um papel associado à segurança, mas desta feita a conjuntura e a maneira como os atentados têm se dado têm imposto aos órgãos de inteligência um questionamento sobre sua própria natureza e funções, o que parece vir resultando em uma necessidade de securitizar a atividade de inteligência a fim de justificar o incremento de seu orçamento.

Dito de outra maneira, tem-se a impressão de que os atentados ocorridos nos EUA, Espanha, Inglaterra e França têm colocado os Estados, pelo menos os chamados 'ocidentais', diante das três principais razões orientadoras de uma cooperação de inteligência indicativa tanto de um processo securitizante da atividade, como de uma procura por formalização de procedimentos, regras e normas para a área: 1) a cooperação em inteligência indicia uma expectativa de

ganhos recíprocos no longo prazo; a natureza semelhante dos eventos, a saber: atentados no interior do território e o ineditismo da forma de atuação dos perpetradores têm levado os Estados a crerem que pode valer a pena pagar os custos políticos imediatos de maior austeridade concertada quanto aos monitoramentos dos dados de cidadãos de suas circunscrições; 2) a cooperação em inteligência, nestes últimos 14 anos, parece emergir da crença de que as vulnerabilidades internacionais serão melhor combatidas com a ação coordenada do que sem ela; isso significa que os Estados, no caso específico de combate a atentados, têm a percepção de que a reciprocidade é mais benéfica que a ação individual, o que enseja a procura por instâncias de normas e procedimentos que permitam cursos de ações diferenciados, impossíveis na ausência das regras; nesse sentido, a concertação de inteligência conhecida como os *Five Eyes* (EUA, Reino Unido, Canadá, Austrália e Nova Zelândia) é o exemplo mais ilustrativo; 3) a cooperação em inteligência, com possibilidade de desenvolvimento para um 'regime de inteligência' ou mesmo uma 'instituição de inteligência' permitiria a geração de um bem público, apropriado por todos, cujo objetivo, de qualquer instituição, mas sobretudo em uma de inteligência, seria a informação de qualidade; nessa perspectiva, a cooperação em inteligência, para além de uma saída ao turvamento da anarquia internacional, na busca por mais transparência entre atores desconfiados, na atualidade, parece indicar ser a principal fonte de iluminação contra a incógnita quanto a nova forma na qual se materializará o atentado seguinte.

É bem possível que a cooperação em inteligência tenda a se aprofundar no seio das organizações de segurança já existentes, entretanto, o processo de securitização em curso parece insinuar que a atividade tenda também a se descolar da segurança genérica para se particularizar num regime próprio, dada a centralidade que passou a ocupar na agenda internacional a própria busca pela prevenção de atentados e a 'guerra ao terror'.

Neste cenário, considerando o exposto, observa-se, na área de inteligência, um movimento geopolítico de alianças polarizado de um lado, pelos Cinco Olhos e, de outro, pelos Brics.

Considerações Finais

Por meio da análise panorâmica aqui elaborada foi possível observar que se poderia falar, como possível categoria de análise, de uma Geopolítica da Inteligência, caracterizada por certa correspondência entre gastos em defesa e gastos em inteligência, o que faria coincidir as principais potências militares com os países anfitriões das maiores agências de inteligência. Por outro lado, seria legítimo também pensar a Inteligência na Geopolítica como uma categoria diferente, embora associada com a primeira. Se aquela vincula o desempenho da atividade de inteligência ao orçamento em defesa, essa evidenciaria a clareza na descrição de ameaças como o principal fator de desempenho.

Combinadas, tanto a Geopolítica da Inteligência quanto a Inteligência na Geopolítica sugerem que os atentados de 2001 (EUA), 2004 (Espanha), 2005 (Inglaterra) e 2015 (França) desencadearam um processo de securitização da atividade, tornando-a pauta da agenda internacional. Essa centralidade na agenda, combinada com uma avaliação das 15 maiores potências militares do mundo (segundo o IISS) e com a observação das 10 maiores agências de inteligência (segundo algumas fontes), tendem a fazer concluir essencialmente duas coisas: a primeira é a que, em termos de atividade de inteligência, parece estar havendo tentativas de maior cooperação na área, justificadas especialmente pela intenção de evitar a concretização de atentados; a segunda é que, a considerar os dados, mais do que militarmente, ou não somente militarmente, os Brics, e seus aliados, apresentam-se na atual conjuntura como o único grupo de países capaz de equilibrar a desproporção que os Cinco Olhos, e seus aliados, apresentam na prática da atividade de inteligência no mundo.

Referências

BAYLEY, David H. **The police and political development in Europe**. In: TILLY, Charles. (Ed.). *The formation of national states in Western Europe*. Princeton: Princeton University Press, 1975

BUZAN, B. WAEVER, O. & WILDE, J. **Security: A New Framework for Analysis**. United Kingdom: Lynne Rienner Roland Publishers, 1998.

CEPIK, Marco A. C**. Serviços de Inteligência: Agilidade e Transparência como dilemas de institucionalização**. Tese de doutorado apresentada no IRPERJ, 2001.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder**. 2 ed.2 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

GREENWALD, Glenn. **Sem lugar para se esconder: Edward Snowden, a NSA e a espionagem do governo americano**. Tradução de Fernanda Abreu. Rio de Janeiro: Sextante, 2014.

HARDING, LUKE. **Os arquivos Snowden: a história secreta do homem mais procurado do mundo**. Tradução de Alice Klesck, Bruno Correia. Rio de Janeiro: LeYa, 2014.

HERZ, John H. "**Idealist internationalism and the security dilemma**". World Politics, 2: 1950.

JERVIS, Robert. "**Security Regimes**", International Organization, 36 (2), 1982.

TANNO, Grace. **A contribuição da escola de Copenhague aos estudos de segurança internacional**. Contexto int. [online]. 2003, vol.25, n.1, pp. 47-80. ISSN 0102-8529

VOLKMAN, Ernest. **A história da espionagem: o mundo clandestino da vigilância, espionagem e inteligência, desde os tempos antigos até o mundo pós-9/11**. Título Original: The History of Espionage. Copyright Editora Escala Ltda, São Paulo: 2013.

A Regionalização do Espaço Mundial Através das Organizações de Cooperação em Defesa

Eixo Temático 1: Geografia Política e Geopolítica Clássica e Contemporânea dos Séculos XX e XXI

Vinicius Modolo Teixeira

Resumo: O presente trabalho busca discutir a construção de organizações voltadas para a cooperação em defesa e a sua regionalização no espaço mundial. A discussão que apresentamos procura demonstrar como estão estabelecidas essas organizações, as quais tem interesse na construção da cooperação em defesa entre seus membros e a possibilidade de ocorrência de disputas e conflitos entre essas organizações. Assim, o presente trabalho busca contribuir com a discussão da Geopolítica, demonstrando as possibilidades de análise do contexto mundial a partir das Organizações de Cooperação em Defesa, entendendo essas organizações como os principais mecanismos de influência nas atividades militares e orientadoras dos futuros conflitos mundiais.

Palavras Chave: Organizações de Cooperação em Defesa; Regionalização; Geopolítica.

Resumen: En este trabajo se analizalaconstrucción de organizaciones dedicadas a la cooperaciónen defensa y su regionalización en el espacio global. La discusión que presentamos pretende demostrar cómo se establecen estas organizaciones, que está interesado en la construcción de la cooperación de defensa entre sus miembros y la posibilidad de disputas y conflictos entre estas organizaciones. Por lo tanto, este

estudio busca contribuir a la discusión de la geopolítica, lo que demuestralas posibilidades de análisis del contexto global de las organizaciones de cooperación para la defensa, la comprensión de estas organizaciones como losprincipales mecanismos de influencia en las fuerzas armadas y las actividades de los futuros conflictos mundial es guía.

Palabras clave: Organismos de Cooperaciónen Defensa; regionalización; Geopolítica.

Introdução

As Organizações e Agências de Cooperação em Defesa estabelecidas ao redor do globo levantam questões sobre o futuro da geopolítica mundial. Essas organizações criadas com o objetivo específico de integrar países através de acordos de cooperação militar ou, inseridas como agências de cooperação em tratados de integração, tem por objetivo fomentar os aparelhos de defesa de seus membros, bem como mantê-los modernos frente às novas ameaças. No entanto, esses organismos de cooperação, tendem a orientar as disputas e rivalidades entre blocos distintos, servindo como instrumentos geopolíticos de grandes potências.

As questões envolvidas neste trabalho são oriundas da Geografia, Relações Internacionais e Ciências Políticas, e buscam contribuir com análises de recorte regional para a discussão Geopolítica mundial. Dadas suas características, ao tratar sobre cooperação, questões militares, geopolítica e integração, devemos muitas vezes utilizar campos distintos dessas ciências, já que, algumas vertentes teóricas tratam esses temas de maneiras opostas. Assim, este trabalho busca reunir condições para analisar a construção de organismos cooperativos em questões militares, sem estar vinculado à somente um campo de análise ou à uma área da ciência. As iniciativas, tratados e acordos que tenham por base a cooperação em defesa e militar, serão tratadas nesse artigo de maneira geral como Organizações de Cooperação em Defesa (OCD`s).

Uma nova regionalização do espaço mundial a partir da Cooperação em Defesa

A discussão em torno da cooperação em assuntos de origem militar não é fato recente nas Relações Internacionais e Geopolítica Mundial. No continente europeu, os Estados nacionais e impérios que se organizaram após o século XVII construíram alianças com seus vizinhos como forma de ampliar sua segurança contra o ataque de terceiros. A política de alianças que se desenvolveu nos séculos seguintes era norteada pela dinâmica de conflitos no continente, a qual se alterava rapidamente, modificando também tais alianças.

Exemplos de alianças militares nesse período são encontradas nos acordos desenvolvidos por Inglaterra e Prússia contra França e Áustria, durante a Guerra dos Sete Anos; a coalização anti-francesa formada por Áustria, Prússia, Rússia e Inglaterra, durante as Guerra Napoleônicas; ou a aliança entre Inglaterra, França e Áustria para combater o expansionismo russo na Guerra da Criméia (THIES, 2009).

Essas alianças, entretanto, como aponta Thies (2009), tinham pouca coesão entre os aliados e praticamente nenhuma cooperação. As garantias necessárias para enfrentar períodos de crises entre seus membros eram restritas. Muitas vezes, as alianças eram abandonadas com acordos de paz em separado ou em favor de novos arranjos ou parceiros e, dificilmente, mantinham-se por mais do que algumas décadas. Um Estado que conseguisse seus objetivos territoriais derivados de uma aliança pretérita, teria interesse em abandonar seus aliados o mais rápido possível para não ajudar um rival potencial numa futura batalha.

Segundo esse mesmo autor, é no momento pós-Segunda Guerra que as alianças militares tornam-se distintas, quando as mesmas deixam de ter caráter temporário, vinculadas ao momento de crise específico e, passam a ter caráter de organização, formalizadas através de acordos de cooperação e com objetivos mais amplos e complexos do que as antigas alianças militares. Dessa maneira, entendemos que essas alianças passam efetivamente a figurar como Organizações de Cooperação em Defesa, buscando a integração e construção conjunta de suas forças militares.

Nesse sentido, observamos a aproximação de nações através de acordos de cooperação em defesa, criando uma divisão do território mundial em organizações orientadas para fins militares ou com forte interesse na construção desses ambientes de cooperação, separando blocos antagônicos, à luz da geopolítica mundial.

Na busca por definir o escopo dessas organizações, devemos nos atentar para o conceito de Defesa. Os trabalhos que se debruçam sobre as questões conceituais de Segurança e Defesa são motivados por razões distintas, muitas vezes condicionadas à escala sobre a qual está inserida o objeto de estudo. Ao se tratar de questões nacionais, regionais e mesmo em uma análise global, entendemos que a perspectiva que melhor se adéqua à essa análise está fundamentada no conceito de "Defesa", já que, o "setor de defesa pressupõe unidades políticas em disputa, uso das Forças Armadas, risco de guerra e ameaças de natureza geralmente externa, estatal e militar" (MEDEIROS FILHO, 2008, p.3). De acordo com Proença Jr. e Diniz (1998), o termo *defesa* é atribuído ao conjunto das ações militares que visam garantir o estado de *segurança.* Mesmo que as formulações derivadas dos acordos de Cooperação em Defesa resultem em mudanças no quadro de Segurança dos estados partícipes, entendemos que ao atrelar a análise às questões relacionadas principalmente ao papel do Estado, suas Forças Armadas e cooperação militar, e mesmo a inclusão de sujeitos não estatais aos exércitos de algumas nações, estamos lidando preponderantemente com assuntos ligados à Defesa, conceito que utilizaremos para tratar dos acordos de cooperação neste trabalho.

A Cooperação em Defesa teria o envolvimento direto do Estado como promotor das ações colaborativas com seus parceiros. Para o instrutor da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), General Rocha Paiva (2011) a Cooperação em Defesa, tratada por ele como Cooperação Militar, é realizada com as seguintes ações:

> A cooperação militar abrange: ajuda, apoio, parcerias e intercâmbios; reuniões e órgãos de defesa; exercícios e missões combinadas; parcerias em outros campos da ciência e tecnologia, desenvolvimento e indústria de defesa; medidas de equilíbrio de poder, que desenvolvam a confiança mútua; e controle de armas. (PAIVA, 2011, p.38)

De maneira analítica, para este trabalho, devemos considerar uma Organização de Cooperação em Defesa como um bloco oriundo de acordos e tratados internacionais que mantenham em seus documentos de criação, ações como as mencionadas acima, seja como objetivo principal dessa entidade, ou de suas secretarias, conselhos e agências, que tenham como finalidade, desenvolver as atividades acima especificadas.

Dentro dessa perspectiva, buscamos analisar o estudo sobre as Organizações de Cooperação em Defesa a partir da visão da regionalização do espaço mundial, caracterizado nas últimas décadas pela conformação de blocos e associações entre países, em busca de melhor posicionamento no cenário internacional.

A ideia de região tem se apresentado para a Geografia como uma de suas principais ferramentas para as análises espaciais, buscando caracterizar fenômenos semelhantes sobre o espaço, de maneira a facilitar seu estudo. Sua utilização como um conceito analítico contribui para a apreciação de problemas comuns que podem ser espacializados, como nesse caso, que distinguimos diferentes porções do planeta inseridas em blocos de cooperação. Para Gomes, as divisões do espaço oriundas da regionalização “não são definitivas, nem pretendem inscrever a totalidade da diversidade espacial, elas devem simplesmente contribuir para um certo entendimento de um problema, colaborar em uma dada explicação” (GOMES, 2012, p. 63). O processo de regionalização, dessa forma, é caracterizado pela diferenciação do espaço terrestre a partir de características comuns. No caso deste trabalho, a regionalização que se estabelece é caracterizada pela formação de

Organizações de Cooperação em Defesa, formalizadas através de acordos, tratados ou relações diplomáticas estreitas em países aliados.

A regionalização do espaço, utilizada como ferramenta para análise da política mundial, não é restrita apenas à Geografia, sendo um instrumento de análise também das Ciências Políticas e Relações Internacionais. Barry Buzan e OleWæver, exploram essa possibilidade de análise através da formulação da teoria dos Complexos Regionais de Segurança (CRS). Como comentam Fucille e Rezende (2013), a divulgação dessa teoria causou grande impacto para as discussões de temas voltados à segurança e defesa, justamente pela inserção do nível regional nessas abordagens.

Para os autores, a região passa a ser o caminho pelo qual transitam as principais questões de ordem entre os Estados, já que “O nível regional é onde os extremos da segurança nacional e global interagem, e onde a maioria das ações ocorre” (BUZAN; WÆVER, 2003, p.43). Ainda, segundo os autores, a análise originária do nível regional detém vantagens sobre as abordagens de outros níveis, “Nosso ponto de vista é que a principal vantagem da abordagem regionalista é adquirida com a diferenciação global de dinâmicas regionais de segurança, e as dinâmicas regionais de segurança uns dos outros. (BUZAN; WÆVER, 2003, p. 480).

A perspectiva regionalista nos serve também como chave para compreender a formação de conflitos e cooperação, fora de uma ótica militarista, sem aderir, contudo, a teses que diminuem o papel do Estado e sua condição de ator no cenário internacional, tanto para fatores econômicos como, culturais. A teoria regionalista passa a ser complementar às teorias neorrealistas e as ditas “globalistas”, já que, assim como a primeira, ela é voltada para questões territoriais, enquanto que temas oriundos da segunda, fornecem alguns dos aspectos presentes nos processos de regionalização, como a formação de blocos econômicos (BUZAN; WÆVER, 2003).

A ocorrência de conflitos como os que acontecem atualmente na Síria e na Ucrânia e, a continuidade da importância dos aparatos de defesa da OTAN e da Rússia para o desenvolvimento da política externa desses países e organizações,

fornece-nos argumentos para o desenvolvimento desses estudos. Ainda nesse sentido, concordamos com Keohane e Nye, quando fazem considerações sobre o papel de questões militares no interior de blocos formados através do que eles chamam de interdependência complexa.

> A força militar não é utilizada pelos governos em relação a outros governos dentro das regiões, ou sobre seus problemas, quando a interdependência complexa prevalece. Pode, no entanto, ser importante nas relações de governos com governos fora dessa região, ou sobre outras questões. A força militar poderia, por exemplo, ser irrelevante para a resolução de discordâncias sobre questões econômicas entre os membros de uma aliança, mas, ao mesmo tempo, pode ser muito importante para as relações políticas e militares dessa aliança com um bloco rival. (KEOHANE; NYE, 2012, p.21, tradução nossa)

As Organizações de Cooperação em Defesa, desta feita, podem ser interpretadas como um derivado da formação dos Complexos Regionais de Segurança, os quais buscam reduzir o papel negativo das atividades militares entre seus membros. Isso se dá através de ações de confiança mútua, integração das operações de suas forças armadas, colaboração estreita para a construção conjunta de equipamentos militares e etc., ao passo que, essas organizações exploram a vantagem adquirida pela formação de um bloco contra possíveis rivais.

As Organizações de Cooperação em Defesa no momento atual

A regionalização do espaço mundial no pós-Guerra Fria esteve pautada, em grande parte, pelo discurso e lógica neoliberal do “Consenso de Washington”, com a defesa das condicionantes de livre mercado como fórmula central para o

engrandecimento das relações entre as nações. Nesse sentido, a criação de blocos regionais voltados para cooperação econômica foram orientados por essa fórmula, embasando os tratados de criação do MERCOSUL, NAFTA, APEC, dentre outros.

A construção da cooperação através de bases econômicas nos anos 1990, no entanto, não conseguiu suplantar ou mesmo neutralizar a colaboração estratégica que era desenvolvida através da cooperação militar. Esses ambientes pautados pelas negociações comerciais e suspensão de barreiras alfandegárias não impediu que organismos com objetivos militares fossem criados e ampliados, demonstrando que o poder bélico não se tornou ineficaz ou ultrapassado, pelo contrário, continuou como uma das formas de cooperação mais ativas e importantes.

O fim da URSS em 1991 fez ruir junto a ela o Pacto de Varsóvia, principal estrutura antagônica da OTAN. Já essa, apesar das críticas e discursos contrários à sua utilidade no mundo pós-Guerra Fria, não foi desmobilizada. Sua continuidade foi justificada com os conflitos na região dos Balcãs no anos 1990 e novamente com as diversas operações de combate ao terrorismo mundial na primeira década do século XXI, com operações em áreas distantes de sua responsabilidade original, o Atlântico Norte.

Não obstante, a OTAN ampliou o conjunto de países participantes de sua aliança, expandido o tratado por praticamente todo o leste europeu, na antiga área de influência soviética e de ex-membros do Pacto de Varsóvia. Tal fato não passou despercebido a Rússia, como uma ameaça a sua segurança, levando-a a criação de organismos capazes de contrabalançar a influência dessa organização (THIES, 2009).

Ainda a respeito dos EUA, esse país como única superpotência no pós-Guerra Fria, continuou a estabelecer relações, influência e pressões ao redor do globo, através da execução de acordos de Cooperação em Defesa em locais distantes de seu entorno territorial imediato. Esses acordos passaram a vigorar com países associados ao título de Aliados Extra-OTAN, com base em acordos preponderantemente voltados para a defesa. Dentre os países que figuram como

Aliados Extra-OTAN estão, Israel, Egito, Paquistão, Coréia do Sul e Japão, todos em áreas consideradas *hotspots* da geopolítica mundial.

Fora dos interesses dos EUA, existem outras organizações criadas com fins de cooperação em defesa atualmente em operação, sendo as duas principais, a Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC) e, a Organização de Cooperação de Xangai (OCX), ou simplesmente Pacto de Xangai.

A primeira é uma organização liderada pela Rússia, que é derivada da antiga aliança militar do Tratado de Segurança Coletiva, formada por antigas repúblicas soviéticas Armênia, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão, a qual, em 2006, se somou o Uzbequistão. A partir de 2002, esse tratado passou ao status de organização, a princípio atendendo a demandasdo pós-11 de setembro, para fornecer proteção contra grupos terroristas e grupos separatistas.Porém, o seu desenvolvimento no anos seguintes se viu mais atrelado a objetivos militares, como a formação e treinamento de oficiais dos países signatários em academias na Rússia;execução de exercícios militares anuais e;fornecimento de equipamentos de defesa avançados produzidos pela Rússia. Dessa maneira, o real interesse dessa organização não estaria voltado ao combate a grupos rebeldes e sim fortalecimento do entorno estratégico russo, frente à expansão da OTAN (FROST, 2009).

A segunda organização provém de uma iniciativa chinesa para solucionar disputas fronteiriças entre a China e seus vizinhos da Ásia Central, criada em 1996. Os membros fundadores dessa organização foram Rússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão, aos quais se juntaram a partir de 2001, o Uzbequistão como membro efetivo, juntamente com Mongólia, Irã, Índia e Paquistão, como observadores. Em 2015, esses dois últimos iniciaram o processo para tornarem-se membros permanentes dessa organização.

A sobreposição da OTSC e OCX sobre a Ásia central ainda não se reflete em problemas para Moscou. No entanto, as futuras pretensões chinesas de acessar essa região podem vir a colocar um peso sobre a dupla existência dessas organizações. Embora para a Rússia, os objetivos atrelados a ambas organizações perpassem pela exclusão da influência estadunidense da Ásia Central, isso pode se

tornar uma complicação no futuro. Se por um lado a OCX realiza manobras militares que servem para enfraquecer o prestígio militar dos Estados Unido e aumentar o da Rússia, criando uma voz política unida pela retirada estadunidense da Ásia Central, por outro lado, aumentada a influência chinesa nessa região (FROST, 2009). Nesse sentido, a OTSC pode ser utilizada para bloquear os membros de uma aliança extra-OTAN e também, bloquear os esforços chineses para desenvolver laços militares com os estados da Ásia Central. No momento em que a OCX começar a ultrapassar a OTSC em sua posição estratégica, a coordenação da Rússia na Ásia Central será ameaçada.

Atualmente, os objetivos estabelecidos pelos membros da OCX ainda estão longe de se equiparar aos estabelecidos pela OTAN, desenvolvidos ao longo dos mais de 75 anos. No entanto, torna-se notório que através dessa organização figurem nações como Rússia, China – e futuramente, Índia – objetivando exercícios militares anuais envolvendo as forças armadas de seus membros.

Nesse sentido, deve-se lembrar que a aproximação russo-chinesa nos anos 1990 teve como destaque a retomada das negociações de material militar, interrompidas desde o rompimento das relações com a URSS nos anos 1960. Desde 1991, segundo consulta aos registros da SIPRI (2016), as vendas de armas da Rússia para a China foram retomadas em grande quantidade. Essas vendas envolveram sistemas de armas avançados, como equipamentos de defesa antiaérea, sistemas de radar, aviões de caça, transporte e etc.

As relações entre China e Rússia, no entanto, enfrentaram crises e atritos em torno do material exportado, envolvendo principalmente questões sobre a produção não licenciada dos produtos russos em território chinês. Tal prática tem tornado restritas as novas vendas por parte da Rússia, motivada pelo receio dos chineses tornarem-se competidores no mercado de defesa com produtos derivados do material russo copiado. Essas crises, assim como as enfrentadas no seio da OTAN, devem pautar futuros acordos na área militar, porém, não devem os acordos assinados.

Estabelecidas as principais OCD´s atuais, devemos tecer considerações sobre as relações entre suas estruturas e a constituição dos Complexos Regionais de Segurança. De maneira geral, visualizamos a OTAN, OTSC e OCX, como oriundas dos complexos de segurança de suas respectivas regiões. Naturalmente, a OTAN como organização mais antiga, não se origina da estruturação do CRS da Europa Ocidental no pós-Guerra Fria. No entanto, acreditamos que a estruturação desse CRS, congregando as grandes potências europeias e a adesão do subcomplexo dos Balcãs, não pode ser compreendida sem levarmos em conta a manutenção da OTAN como principal organização de cooperação em defesa na Europa e, sua expansão sobre o leste europeu, conjugada à ampliação da União Europeia.

Quando da publicação do livro de Buzan e Wæverem 2003, os países do Báltico (Estônia, Letônia e Lituânia) foram considerados como "*insulators*"[1] e a região dos Balcãs como um subcomplexo. Naquele momento, ambas as regiões permaneciam fora das associações econômicas e militares com os países europeus no âmbito da OTAN e UE. Entretanto, o cenário se altera a partir de 2004 quando os países Bálticos são aceitos em ambas organizações. Já na região do chamado subcomplexo dos Balcãs, Romênia, Bulgária e Eslovênia são integrados à OTAN em 2004, ano em que a Eslovênia também é aceita na UE, sendo que, os dois outros passam a ser membros dessa união econômica em 2007. Ainda nessa região, Albânia e Croácia aderiram à OTAN em 2009 e a Croácia à UE em 2013. Assim, as considerações que concernem aos dois conjuntos de países merecem uma atualização, que possivelmente levaria sua inclusão ao CRS da Europa Ocidental, já que, estão integrados à um processo de securitização através da OTAN.

No que tange à OTSC, essa organização encontra-se inserida sob o Complexo Regional de Segurança pós-Soviético, que conta com a Rússia como grande potência centralizadora dos processos de segurança nessa região. Porém, a

[1] Segundo Buzan e Wæver(2003), a posição de *insulator*seria ocupada por um estado ou mini-complexo situado entre os complexos regionais de segurança, definido como um local onde as maiores dinâmicas de segurança regional estão orientadas para lados opostos.

dimensão da OTSC não atingiu a totalidade de países inseridos nesse CRS, o qual também sofreu a perda dos países Bálticos para a Organização Atlântica.

O Pacto de Xangai tem uma aproximação mais complexa com a caracterização dos CRS estabelecidos por Buzan e Wæver(2003), já que, o mesmo ultrapassa os limites do complexo regional do leste da Ásia, agregando membros dos complexos do sul da Ásia, Oriente Médio e complexo Pós-Soviético. Deve-se lembrar que essa organização ainda se encontra em estruturação e alguns de seus membros ainda são observadores ou em transição para membros plenos. Além disso, essa Organização tem como intenção a integração entre China e Ásia Central, estabelecendo relações comerciais e políticas mais próximas, o que poderia levar a uma reconfiguração das propostas de CRS estabelecida pelos autores.

Observa-se ainda, que países como Turquia e Mongólia, apontados por Buzan e Wæver(2003) como "*insulators*", estariam mais integradas às OCD´s e processos de integração econômicos de suas respectivas regiões, podendo no futuro terem suas definições atualizadas. Já a posição atribuída à Ucrânia, inserida junto ao complexo pós-soviético, poderia ser alterada para "*buffer*"[2], já que, o país que se posiciona entre a OTAN e OTSC, estando fortemente envolvido com ambos os processos de securitização dessas organizações.

Ainda em relação aos processos de construção de OCD´s sob as estruturas dos CRS em outras regiões, podemos atribuir a ausência de um bloco de cooperação voltado para as questões de defesa no continente africano ao processo de formação de seus Complexos Regionais de Segurança, ainda pouco distintos e organizados. Entretanto, nos dois complexos regionais que se encontram melhor estruturados, sendo, o do Oriente Médio, que se estende pelo norte da África e, o Sul-Africano, encontram-se países associados a acordos de defesa. No primeiro caso, Egito, Tunísia e Marrocos, mantém estreita aliança com os EUA e, no segundo, a África do Sul, desenvolve relações com Brasil e Índia, através da iniciativa IBAS.

[2] Segundo Buzan e Wæver(2003), a posição de *buffer* seria ocupada por um estado ou mini-complexo dentro de um complexo de segurança e situado no centro de um forte padrão de securitização, cujo papel é separar potências rivais.

Já América do Sul também se encontra inserida nessa regionalização a partir de acordos voltados para a Defesa conjunta. A assinatura do documento de criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) em 2008, consagrou o que há muito já havia se tentado no continente, um ambiente para a construção da confiança mútua e superação das rivalidades, aproximando os países sul-americanos através de um mecanismo de cooperação em defesa. Assim, a discussão em torno da Cooperação em Defesa na América do Sul pode ser analisada sob o viés da regionalização de Complexos de Segurança, fruto da regionalização do espaço mundial.

Considerações Finais

As principais Organizações de Cooperação em Defesa se concentram no hemisfério norte e são nucleadas por grandes potências e potências regionais, trazendo a luz um processo histórico, derivado da disputa de poder mundial entre elas. Com a evolução tecnológica e distanciamento das capacidades de poder militar entre as nações mais e menos poderosas, a cooperação tende a se tornar a saída para divisão de custos oriundos dos projetos de defesa, aliviando as pressões sobre o conjunto de nações que estão fora do eixo principal de desenvolvimento militar.

Em similaridade aos processos de integração econômicos, esses mecanismos geram a exclusão de países periféricos e permitem o acesso a equipamentos de defesa somente a um pequeno número de nações, as quais buscam sua inserção e subordinação à essas alianças militares.

A Cooperação em Defesa, mais do que nunca, deve se estabelecer como característica comum dentro do futuro processo de regionalização mundial, da mesma forma que os processos de regionalização econômicos se tornaram uma orientação para a integração das nações nos anos 1990. Dessa forma, acreditamos que as análises que utilizem a teoria dos Complexos Regionais de Segurança devam levar em consideração a formação das Organizações de Cooperação em Defesa como um elemento de aglutinação das regiões.

Referências

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and Powers**: The Structure of International Security. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003.

FROST, Alexander. The Collective Security Treaty Organization, the Shanghai Cooperation Organization, and Russia's Strategic Goals in Central Asia. **China and Eurasia Forum Quarterly**, Volume 7, No. 3 (2009) pp. 83-102.

FUCILLE, Alexandre; REZENDE, Lucas P. Complexo Regional de Segurança da América do Sul: Uma Nova Perspectiva. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, vol. 35, no 1, janeiro/junho 2013, p. 77-104.

GOMES, P. C. C. O Conceito de Região e sua discussão. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 15° Ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Power and Interdependence**. 4 Ed. Pearson, 2012.

MEDEIRO FILHO, Oscar. Geografia Política sul-americana e percepções das agências de defesa. In: D Araújo, Maria Celina Soares; Soares, Samuel Alves; Svartman, Eduardo. (Org.). **Defesa, Segurança Internacional e Forças Armadas II Encontro da ABED**. Campinas, Mercado das Letras, 2009.

PAIVA, Luiz Eduardo Rocha. **Principais Áreas de Fricção no Mundo Atual**: Reflexos para a Defesa Nacional. In: ACIOLY, L; MORAES, R. F. Prospectiva, Estratégias e Cenários Globais: Visões de Atlântico Sul, África Lusófona, América do Sul e Amazônia. Brasilia, IPEA, 2011.

PROENÇA Jr., Domício; DINIZ, Eugenio. **Política de defesa no Brasil**: uma análise crítica. Brasília, Editora Universidade de Brasil, 1998.

SIPRI - Stockholm International Peace Research Institute. **Arms Transfers Database**. 2016. Disponívelem:<http://armstrade.sipri.org/armstrade/page/trade_register.php>.. Acesso em 12 de Abril de 2016.

THIES, Wallace J. **Why NATO Endures**. Nova York, Cambridge University Press, 2009.

A responsabilização penal de crimes ambientais: uma questão de Direito Internacional

Eixo Temático 1: Geografia Política e Geopolítica Clássica e Contemporânea dos Séculos XX e XXI

Amanda Vidal Pedinotti da Silva(UNIFA)
Prof. Dr. Humberto Lourenção (UNIFA)

Resumo: Ao falar em defesa dos Direitos Humanos, pensamos na garantia dos direitos básicos da pessoa humana, o que nos remete a defesa das questões ambientais, essenciais para uma vida em condições saudáveis. Os fatos históricos nos mostram que durante conflitos bélicos, o meio ambiente não raro é afetado indiscriminadamente, tendo em vista o atingimento de objetivos militares. O presente artigo fez um análise bibliográfica e documental da aplicabilidade do Tribunal Penal Internacional (TPI) em questões ambientais, confrontando as missões humanitárias em que o Brasil atua e o seu ordenamento jurídico interno, concluindo ser possível a responsabilização de líderes brasileiros pelo TPI.

Palavras-chave: Meio ambiente; TPI; Direitos Humanos.

Resumen: Al hablar en defensa de los derechos humanos, creemos que la hora de garantizar los derechos básicos de la persona humana, lo que nos lleva a defender el medio ambiente, las cuestiones clave para una vida en condiciones saludables. Los hechos históricos nos muestran que durante los conflictos armados, el medio ambiente a menudo se ve afectada de manera indiscriminada, en vista de la consecución de los objetivos militares. En este artículo se hace un análisis bibliográfico y documental de la aplicabilidad de la Corte Penal Internacional (CPI)

en temas ambientales que enfrentan las misiones humanitarias en las que actúa Brasil y su ordenamiento jurídico, concluyendo posible responsabilidad de los dirigentes brasileños por la CPI.

Palabras-clave: Medio ambiente, CPI, Derechos Humanos

Introdução

O meteorologista americano Edward Lorenz, em 1963, observou pela primeira vez o chamado “efeito borboleta” enquanto trabalhava em equações relativas às transformações do clima. Tal efeito, encontra-se dentro da Teoria do Caos e consiste na idéia de que o simples bater das asas de uma borboleta poderia ensejar em uma tempestade ou até mesmo um tornado em outra parte do mundo.

A teoria aplicada em sistemas abertos foi cientificamente verificada em19 de fevereiro de 1998, quando o sistema de previsão de tempestades tropicais dos Estados Unidos apontou a formação de uma tempestade sobre Lousiana em três dias. Entretanto, sobre o Oceano Pacífico, descobriu-se que havia uma pequena variação nas medições, que poderiam ocasionar uma pequena diferença no deslocamento das massas de ar. Tal diferença foi detectada através de uma movimentação do ar em maior velocidade na região do Alasca. Após realimentar de dados os computadores e cálculos, concluíram que a formação não era de uma tempestade tropical em Lousiana, mas sim, a formação de um tornado de proporções gigantescas em Orlando, na Flórida, acontecendo três dias depois.

Importante ressaltar que a teoria é aplicada para sistemas complexos, dinâmicos e adaptativos, submetidos a muitas variáveis. Assim como são os danos ambientais decorrentes dos conflitos armados, cujos efeitos são sentidos em todo o mundo independente de onde ocorram, ultra-fronteiriços. Sendo portanto, de interesse da Comunidade Internacional a proteção do meio ambiente visando a proteção da segurança internacional.

A Human Rights Watch estimou que, no curso da invasão do Iraque, em 2003, as forças americanas e britânicas utilizaram cerca de 13 mil bombas clusters,

causando não só danos humano mas também ambientais, tendo em vista que essas bombas são constituídas de minibombas, “minando” o solo em que é lançado.

Outro fato inesquecível são as imagens do incêndio de 736 poços de petróleo no Kuwait, após a invasão iraquiana na Guerra do Golfo de 1991. Ou ainda a destruição do ecossistema no sul do Iraque, que servia de base de alimentação para 500 mil árabes, devido a drenagem sistemática dos pântanos de al-Hawizeh e al-Hammar por Saddam Hussein.

Isso sem falar, no envenenamento de poços e instalações de água potável vitais na região ocidental de Darfur, no Sudão, como estratégia da milícia arábeJ anjaweed, na tentativa de eliminar ou remover os africanos de etnia negra residentes na região.

Por outro lado, o meio ambiente não é só “vítima” dos conflitos armados, por vezes é o próprio estopim destes. Por exemplo, o acesso à água é importante discussão entre Israel e Síria. O Programa Ambiental das Nações Unidas afirma que os danos ambientais influenciam diretamente no aumento dos conflitos na República Democrática do Congo e no Haiti.

Em 1968, a Assembléia Geral das Nações Unidas já havia salientado as conseqüências dos efeitos da obliteração do meio ambiente sobre a condição humana e a realização dos direitos humanos fundamentais. A própria Declaração de Estocolmo de 1972, afirma que: *“man has the fundamental right to freedom, equality and adequate conditions of life, in an environment of quality that permits a life of dignity and well-being and he bears a solemn responsibility to protect the environment for present and future generations.*”

O que nos leva à uma vertente “ecocêntrica” questionando-se a prioridade dada às necessidades humanas sobre a natureza.

O Conselho de Segurança da ONU (CSNU), em janeiro de 1992, afirmou que:

> A ausência de guerra e de conflitos militares entre os Estados não garante por si só a paz e a segurança internacionais. As fontes não-militares de

> instabilidade nos campos econômico, social, humanitário e ecológico tornaram-se ameaças à paz e a segurança internacionais. As Nações Unidas como um todo têm de dar prioridade máxima à solução desses problemas.

Nesse mesmo raciocínio, o presente artigo visa demonstrar a viabilidade de responsabilização penal de crimes ambientais através do Tribunal Penal Internacional, o mais recente órgão jurisdicional do Direito Penal Internacional. Tal análise englobará a verificação das principais normas jurídicas internacionais vigentes relacionadas à proteção do ambiente em períodos de guerra e a possibilidade de enquadrar os crimes ambientais em um dos tipos penais julgados pelo Tribunal Penal Internacional, especificamente como crime de guerra.

A proteção do meio ambiente nos conflitos armados tem respaldo legal na legislação internacional, especificamente no Protocolo Adicional I às Convenções de Genebra, relativo à Proteção das Vítimas de Conflitos Armados Internacionais. O documento define que "*it is prohibited to employ methods or means of warfare which are intendedor may be expected, to cause widespread, long-term and severe damage to the natural environment."*Encontra-se também previsto, *"careshallbetaken".*

O presente artigo tem caráter transdisciplinar, segundo Bertha Becker (2005), a geopolítica sempre se caracterizou pela presença de pressões de todo tipo, intervenções no cenário internacional desde as mais brandas até guerras e conquistas de territórios. Muito mais que somente a geografia, o estudo da geopolítica vem buscar, a partir das relações estabelecidas entre os Estados, embasar as decisões estratégicas a serem tomadas. Tais decisões incluem as inovações realizadas nos ordenamentos jurídicos internos de cada Estado a fim de adaptar-se às normas internacionais nas quais se dispõem a submeter-se, garantindo o equilíbrio da Comunidade Internacional e a garantia da própria soberania.

O meio ambiente e a Segurança Internacional

Após a Guerra Fria, com o enfraquecimento das tensões das grandes potências, EUA e URSS, temas como direitos humanos e a preservação do meio ambiente ganharam destaque na agenda internacional, assumindo vínculo direto com a segurança do Estado e do sistema de Estados. Pois, com a perda da hegemonia desses Estados, houve uma ruptura da conexão segurança do Estado/internacional e influências militares, possibilitando a variação de problemas relacionados a segurança.

Para os autores da Escola de Copenhague, o conceito de segurança é abrangente, possuindo cinco campos do conhecimento: político, econômico, ambiental, social e militar. Este último possui como objetivos a proteção territorial e populacional. Com a legitimidade do uso da força pelo Estado, no que se refere ao binômio território-população, as suas elites governamentais e militares são os condutores dos "processos sociais pelos quais se concebe algo como ameaça" (BUZAN e HANSEN, 2012, p. 72). Ou seja, tornam-se os principais "agentes securitizadores" das ameaças ao campo da segurança militar (BUZAN, WAEVER e WILDE, 1998, p.49).

O que se observa foi o surgimento de novos atores nas relações internacionais, resgatando-se a preocupação com o indivíduo, principalmente em decorrência de violações aos direitos humanos. Tal fato, deu início às tentativas de tutela jurídica do indivíduo fora do Estado de que é nacional e se tenta punir violadores destes direitos, ignorando sua condição interna dentro de um Estado.

A redefinição dos temas de segurança na passagem para os anos 1990 implicou na inclusão de problemas como a nutrição, a preservação ecológica e a garantia de fontes de energia trazidos em conceitos como segurança alimentar, segurança ambiental/ climática e segurança energética (Bazan, 2009).

Ainda segundo Bazan (2009), os discursos diplomático-militares dos Estados e da ONU passaram a englobar questões envolvendo as pessoas, os governos, fluxos e o planeta como ameaça à segurança dos Estados individualmente e à estabilidade internacional.

A securitização das questões envolvendo a segurança humana, em que o "homem" assume a posição de bem a ser protegido, tendo em vista que passou a estar sujeito à perigos tais como: genocídio, fome, privações derivadas de degradação ambiental, cataclismas, envolvendo muito mais que os danos colaterais gerados pelos conflitos armados envolvendo apenas os beligerantes.

No Brasil, o artigo terceiro, inciso I da Lei 6.938/81 (Lei de Política Nacional do Meio Ambiente), define o meio ambiente como o "conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas." O art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1998 (CRFB) diz que:

> Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Para a Comunidade Internacional, o princípio número 2 da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo no ano de 1972, o meio ambiente é a união dos "recursos naturais da terra incluídos o ar, a água, a terra, a flora e a fauna e especialmente amostras representativas dos ecossistemas naturais devem ser preservados em benefício das gerações presentes e futuras, mediante uma cuidadosa planificação ou ordenamento."

Importante ressaltar que segundo Freitas (2002), o problema ambiental ultrapassa fronteiras. Ou seja, conforme CARRAMENHA (1999) não há limites para as lesões ao meio ambiente, todos os seres humanos são co-proprietários, e por este motivo, são supra-individualmente lesados quando este bem jurídico é ofendido, logo um número indeterminado de pessoas é ferido quando o bem ambiental também o é, por tal razão:

> Urge lembrarmos aqui, que este magnífico patrimônio- o meio ambiente – não é uma res mullius, isto é uma coisa de ninguém, como preconizavam alguns doutrinadores em épocas passadas, mas uma res comuunisonmium, ou seja, uma coisa pertencente a todos os homens, um precioso acervo que diz respeito não somente a determinado local, a um país, porém a toda humanidade, visto que todos os cidadãos deste planeta azul, chamado há milênios de terra, têm o direito, por si e pelas gerações futuras, à continuidade da vida, de forma saudável e adequada, e, para isto, é necessária a preservação do equilíbrio existente entre todos os elementos naturais, artificiais e culturais componentes deste segmento por nós ocupado no espaço. (CONSTANTINO, 2002, p.20)

Tendo em vista que o bem está distribuído por todo o planeta, é sensato afirmar que a ofensa contra ele também não é restrita à fronteiras, o que é um desafio ao Direito Internacional, especificamente para o Direito Penal Internacional.

> Outro fator que também coloca em xeque a modernidade, tal como concebida para um indivíduo que doa parte de sua liberdade para a formação de um Estado soberano, é a falta de limites fronteiriços no que tange aos novos acontecimentos ambientais. Para o derramamento de óleo no oceano, ou para o efeito estufa, não existem fronteiras estatais quanto aos danos causados ao meio ambiente e a saúde do homem. (MORAES, 2004, p.29-30).

Tendo sido incluído na agenda internacional , a tentativa de proteção ao meio ambiente com a criação de normas universais seria um meio de incentivar os Estados a incorporarem tais normas internacionais em seus ordenamentos internos.

Do Direito Internacional Penal e do Tribunal Penal Internacional

Conforme Portela (2011), o Direito Internacional Penal tem como objetivo preciso o combate aos chamados “crimes internacionais”, com o intuito de promover a defesa da sociedade internacional, dos Estados e da dignidade humana.

É sabido que o interesse em estabelecer limites aos embates entre as partes beligerantes é bem anterior à II Grande Guerra, o assunto é norteado pelo Direito Internacional Humanitário (DIH), Direito da Guerra ou Direito Internacional de Conflitos Armados (DICA).

Sua origem remonta o ano de 1859, quando Henry Dunant, suíço natural de Genebra, deparou-se com os horrores da guerra, especificamente o sofrimento dos combatentes que lutavam na Batalha de Solferino, na Guerra pela unificação da Itália. Dunant ficou estarrecido com o tratamento aplicado aos feridos que eram, na sua maioria, abandonados à própria sorte, no campo de batalha.

Assim, nasceu, em 1863, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), uma organização imparcial, neutra e independente, cuja missão exclusivamente humanitária é proteger a vida e a dignidade das vítimas de conflitos armados e outras situações de violência, assim como prestar-lhes assistência. E, com o CICV, surge o DICA.

O DIH , segundo SWINARSKI (1996):

> É o conjunto de normas internacionais, de origem convencional ou consuetudinária, especificamente destinado a ser aplicado nos conflitos armados, internacionais ou não-internacionais, e que limita, por razões humanitárias, o direito das Partes em conflito de escolher livremente os métodos e os meios utilizados na guerra, ou que protege as pessoas e os bens afetados, ou que possam ser afetados pelo conflito (p.18)

Cabe comentar que essa definição reconhece que as fontes desse ramo do direito englobam as convenções, tratados e os costumes e que devem ser utilizadas nos ambientes de conflitos armados. Nota-se que os Estados que não aderiram nem ratificaram os tratados utilizam dos costumes para nortearem seus comportamentos.

Por meio da assinatura do Estatuto de Roma em 1998 foi proposta a criação o Tribunal Penal Internacional (TPI), e em 2002 foram atingidas as 60 ratificações

necessárias para que o TPI viesse a existir, sendo definidos os quatro tipos de crimes passiveis de julgamento:

1. Genocídio: atos visando destruir um grupo étnico, racial nacional ou religioso;
2. Contra a Humanidade: ataques contra a população, como estupro, assassinato, escravidão e tortura, entre outros;
3. Guerra: violações as Convenções de Genebra de 1949, e;
4. Agressão: ataques premeditados que violem os casos previstos na Carta das Nações Unidas (CALETTI, 2003).

Além de elencar de maneira objetiva quais seriam os delitos punidos, outra grande diferença do TPI foi deixar claro que ele só julgaria indivíduos em situações de comando, e não o Estado em si. Em outras palavras, o objetivo do TPI é julgar a pessoa responsável pela ação, seja de um grupo ou de um Estado, responsabilizando-o pela sua posição na cadeia de comando dos eventos que aconteceram.

Segundo o embaixador Marcel Biato, por ocasião do prefácio do livro Tribunal Penal Internacional de Elio Cardoso, “a adesão do Brasil ao Estatuto de Roma, em 2002, foi uma das primeiras e precoces manifestações da determinação coletiva de assumir esse novo status de potência emergente. Dava-se assim mais um passo na caminhada rumo ao papel mais ativo, confiante e engajado que se espera do Brasil no mundo globalizado do século XXI.”

A criação do TPI concretizou uma aspiração antiga da Comunidade Internacional em instituir um Organismo Internacional eficaz, com a finalidade de dissuadir pessoas, governos, Estados, exércitos de violar os Direitos Humanos impunemente. Considerando os tipos penais apurados pelo TPI, sendo eles, genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e agressão, é possível inferir que a idéia foi criar um órgão jurisdicional apto a salvaguardar os direitos humanos garantindo a proteção à Dignidade da Pessoa Humana em todos os seus

ângulos, como a saúde, integridade física, moral e a própria vida dos seres humanos.

Ainda no mesmo discurso, o embaixador afirma que o TPI tratava de oferecer uma resposta pragmática à inexistência de meios jurídicos eficazes para coibir violações massivas de direitos humanos motivadas também por campanhas de ingerência ou agressões perpetradas por Estados, sobretudo os mais poderosos.

No contexto atual, as FFAA cada vez mais atua nas missões humanitárias definidas pela Organização das Nações Unidas, estando submetido às regras do DIH e por ter ratificado o Estatuto de Roma, aos seus dispositivos também.

3.-Dos crimes de guerra

Segundo Gehrard Werle, professor da Universidade Humboldt, em Berlim, um crime de guerra é uma violação de norma do DIH que cria responsabilidade criminal direta sob o Direito Internacional. Ou seja, são crimes relacionados à conflitos armados, seja internacionais ou não.

Os Tribunais ad hoc de Nuremberg e Tóquio trataram de crimes de guerra. O Estatuto do IMT definiu que:

> War crimes: namely, violations of the laws or custos of war. Such violations shall include, but not be limited to, murder, ill-treatment or deportation to slave labour or for any other purpose of civilian population of or in occupied territory, murder or ill-treatment of prisioners of war of persons on the seas, killing of hostages, plunder of public or private property, wanton destruction of cities, towns or villages, or devastation not justified by military necessity.

O TPI, por sua característica de complementaridade, pode exercer sua competência em relação a esses crimes, em situações de omissão do direito interno do país

Segundo Gilberto Sabóia, chefe da Delegação brasileira e Presidente do Comitê de Redação:

> Algumas das questões mais sensíveis negociadas em Roma foram relacionadas a este capítulo, uma vez que abrangem a conduta de operações militares, inclusive a proibição do emprego de certas armas e a possibilidade da incriminação pessoal subordinado às forças armadas. Este último aspecto suscitou acentuada preocupação por parte de potências com envolvimento militar global.

Dentre os principais entraves encontrados para se chegar a um consenso sobre a inclusão dos crimes de guerra praticados no contexto de Conflito Armado Não Internacional (CANI), conforme o Embaixador Saboia, “além da ênfase na intencionalidade dos atos listados, inclui-se salvaguarda relativa às responsabilidades dos governos de manter ou restabelecer o direito e a ordem no Estado ou defender a unidade e integridade territorial do mesmo, valendo-se, para tanto, de todos os meios legítimos.”

Tendo em vista que os efeitos dos danos ambientais gerados pelos conflitos armados não podem ser mensurados, nem controlados, confirma-se a hipótese de que poderiam ser enquadrados como crimes de guerra nas seguintes hipóteses:

Os art8 (2) (a) (iii) e 8 (2) (a) (iv) do Estatuto de Roma definem que são considerados crimes de guerra:

> O ato de causar intencionalmente grande sofrimento ou ofensas graves à integridade física ou à saúde;
>
> Destruição ou a apropriação de bens em larga escala, quando não justificadas por quaisquer necessidades militares e executadas de forma legal e arbitrária.

Especificamente no art.8,(2),(b),(iv), constitui crime de guerra:

> Lançar intencionalmente um ataque, sabendo que o mesmo causará perdas acidentais de vidas humanas ou ferimentos na população civil ou prejuízos extensos, duradouros e graves no meio ambiente que se revelem claramente excessivos em relação à vantagem militar global concreta e direta que se previa. (grifo nosso)

Embora seja difícil definir o que seja dano “claramente excessivo” frente a vantagem militar esperada e ainda seria necessário identificar se havia conhecimento suficiente por parte do beligerante quanto aos graves efeitos ambientais que seriam provocados pelo ataque militar; pode-se inferir que há total possibilidade de se considerar as ações delituosas contra o meio ambiente como crimes de guerra nessas condições dispostas no ER, podendo ser objeto de apuração do TPI.

CONCLUSÃO

Considerando que o Direito Internacional ampliou o conceito de Direitos Humanos reconhecendo no conceito de segurança internacional não só os direitos dos indivíduos, mas também do meio ambiente que os cerca. Infere-se que a ofensa deliberada ao ambiente durante os conflitos armados seja tipificada no ordenamento jurídico internacional.

Nesse contexto, demonstrou-se a viabilidade de responsabilização penal de crimes ambientais através do Tribunal Penal Internacional, o mais recente órgão jurisdicional do Direito Penal Internacional enquadrando-o como crime de guerra.Tendo em vista, que foi criado para coibir e punir os mais graves crimes internacionais, que também “ameaçam a paz, a segurança e o bem-estar da humanidade”. Logo, os crimes ambientais em conflitos armados e os danos causados por tais condutas delituosas se enquadram perfeitamente nessa descrição.

A importância desse estudo resume-se ao fato de que os beligerantes e pessoas envolvidas nos conflitos armados devem considerar os danos causados no meio ambiente, incluindo-os no planejamento das ações militares, respeitando os princípios do DIH. Inclusive o Brasil, na condução das operações durante as missões humanitárias.

Outrossim, extrapolar a jurisdição do TPI para julgar os crimes ambientais consistiria em mais um avanço do DI, tendo em vista que a condenação por tais condutas daria fim à impunidade a sérias violações dos direitos humanos.

E ainda, mesmo que as grandes potências mundiais refutem a adesão ao Tribunal Penal Internacional, ao ampliar o espectro de tipos penais , valorizando a criação do Órgão Jurisdicional, maior a pressão da Comunidade Internacional imposta àqueles que não o reconhecem como instrumento importante para proteção dos Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Hildebrando. **Manual de Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BECKER, Bertha K. ***"Geopolítica da Amazônia".*** **Estudos Avançados**. Vol.19, n.53.p. 71-86.

BIERRENBACH, Ana Maria. **O Conceito de responsabilidade de proteger e o Direito Intenacional Humanitário.**Brasília. Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

BREGALDA. Gustavo. **Direito internacional público & direito internacional privado.** São Paulo: Atlas, 2007.

BREGALDA. Gustavo. **Direito internacional**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BUZAN, Barry (2009). **People, states and fear: an agenda for international**

security studies in the post-cold war era. Colchester/UK: ECPR Press.

CARDOSO, Elio .**Tribunal Penal Internacional: Conceitos, realidades e implicações para o Brasil.** Brasília. Fundação Alexandre de Gusmão,2012.

JARDIM, Tarciso Dal Maso. **Direito Internacional dos Conflitos Armados (Tomo I e Tomo II)**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editora, 2006.

MARQUES, Helvetius. **Direito Internacional Humanitário: Limites da Guerra.** Ed Adcoas/Esplanada, 2004.

MELLO, Celso Albuquerque D.**Direitos Humanos e conflitos armados.** Rio de Janeiro: Renovar, 1977.p.137.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Direito Internacional Econômico**, Rio de Janeiro: Renovar, 1993, p. 101.

REZEK,Jose Francisco; **Direito internacional publico: curso elementar**. 13. ed. rev., aumen e atual. Sao Paulo: Saraiva, 2011.

SWINARSKI, Christophe, **Introdução ao Direito Internacional Humanitário.** Brasília: Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 1996.pp.16 e 17.

WERLE, Gerhard. **Principles of International Criminal Law**.The Hague, TMC – Asser Press, 2005. P. 269.

A Rivalidade Greco-Turca e o Papel da OTAN

Eixo Temático 1: Geografia Política e Geopolítica Clássica e Contemporânea dos Séculos XX e XXI

Vinicius Modolo Teixeira

Resumo: Este trabalho busca analisar o papel de influência da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na histórica rivalidade entre Grécia e Turquia.A discussão feita aqui,trata da relação dessa organização com as questões conflituosas desses dois países e as conseqüências para o desenvolvimento da cooperação no interior da principal Organização de Cooperação em Defesa do mundo. O trabalho se pauta por uma revisão bibliográfica de autores da Geografia, Relações Internacionais e Ciências Políticas,os quais são analisados sobre a perspectiva da Geopolítica, trazendo contribuições a respeito do processo de construção da cooperação em defesa na OTAN.

Palavras Chave: Grécia; Turquia;OTAN; Organizações de Cooperação em Defesa.

Resumen: Este trabajo pretende analizar el papel de la influencia de la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) en la rivalidad histórica entre Grecia y Turquía. El argumento presentado aquí, se refiere a la relación de la organización con las cuestiones conflictivas de los dos países y las consecuencias para el desarrollo de la cooperación dentro de la principal Organización de Cooperación en defensa del mundo. El trabajo está guiado por una revisión bibliográfica de los autores de Geografía, Relaciones Internacionales y Ciencias Políticas, que se analizan desde el punto de vista de la geopolítica, con lo que las

contribuciones sobre el proceso de construcción de la cooperación de defensa de la OTAN.

Palabras clave: Grecia; Turquía; OTAN; Organismos de Cooperación en Defensa.

Introdução

Grécia e Turquia mantêm uma histórica rivalidade e fazem parte da Organização do Tratado do Atlântico Norte desde os anos 1950. No entanto, a adesão a essa organização de cooperação em Defesa não teve efeito atenuante sobre a rivalidade desses membros. Os dois países mantêm ativas as disputas territoriais sobre o mar egeu, a qual envolve a linha de limites e a posse de várias ilhas, que resultaram em diversos incidentes ao longo dos últimos anos. Além disso, a rivalidade é permeada pela questão de suas populações na Ilha de Chipre e a influência de ambos sobre esse território, o qual afeta também suas relações com os EUA e Grã-Bretanha.

As questões que envolvem as atuais disputas entre Grécia e Turquia têm uma longa trajetória, porém, podemos apontar o período da dominação da Grécia por parte do Império Otomano como um fator preponderante na construção da rivalidade Grego-Turca. A submissão dos gregos ao poder Otomano, assim como de parte da região dos Balcãs após a queda de Constantinopla, no século XV, nunca se deu de maneira pacífica. As diversas rebeliões gregas lograram êxito na guerra pela independência no início do século XIX,gerando outros conflitos até o início do século XX.Nesse século, uma das mais graves crises envolvendo as duas nações, se deu com o conflito sobre ilha de Chipre, em 1974, após sua invasão por parte da Turquia.

Já a OTAN, organização criada para estabelecer a cooperação militar na Europa Ocidental e fazer frente aos países do bloco comunista, criada em 1949, não contava com Grécia e Turquia como pactuantes iniciais. Esses dois países somente viriam a ser incorporados em momento posterior, no primeiro movimento de expansão da organização, em 1952. A adesão de ambos no mesmo período deu-se

em atenção a importância desses territórios frente aos países do bloco comunista, no flanco sudeste da Europa, ao mesmo tempo em que a adesão concomitante serviria para mediar a rivalidade entre eles, não proporcionando diferenças dentre os aliados ocidentais.

As políticas da OTAN, ao propor uma organização de defesa comum, se baseavam na estratégia dos EUA de combate ao comunismo. Segundo Mello (2015), sua criação e ordenamento se enquadravam na Doutrina Truman, baseadas nas idéias de Nicholas Spykman e o controle da *Rimland*. O autor aponta ainda que, segundo o pensamento de outro influente pensador da estratégia da contenção, Zbigniew Brzezinky,Grécia e Turquia eram a extremidade da primeira frente estratégica de contenção da União Soviética, e que sua perda resultaria no controle comunista do Mediterrâneo Oriental e estreitos do Mar Negro. Dessa maneira, a incorporação dos dois países sob a organização de defesa comum proporcionaria a segurança necessária nessa região, evitando o controle de forças hostis sobre territórios estratégicos. No entanto,se a incorporação de ambos os países ao mesmo tempo no seio da OTAN tentou minimizar os efeitos da rivalidade pretérita, a influência da Organização dirigida pelos EUA sobre Grécia e Turquia se mostrou diferenciada ao longo da Guerra Fria.

No período pós-guerra a Grécia enfrentou uma séria crise interna, com movimentos insurgentes e o risco de entrar para a órbita de influência comunista. Dessa forma, a influência estadunidense se tornou mais forte e direta do que na Turquia, que contava com uma condição política mais estável e território contiguo a União Soviética. A importância da Grécia e o apoio ao combate de grupos de esquerda nesse país era visto como uma forma de assegurar o futuro da junto aos aliados ocidentais, já que a queda da Grécia resultaria na quase certa incorporação da Turquia à órbita da URSS (BOZIKAS, 1998).

Apesar de a rivalidade entre Grécia e Turquia envolver questões históricas muito anteriores ao período da conformação da OTAN, a existência de uma rivalidade no interior de uma organização de cooperação em defesa, permite a análise da dinâmica interna de um bloco criado para a defesa comum e uma situação que envolve um conflito entre seus membros. Nesse caso em específico, a

política comum da OTAN e a existência de um inimigo externo não foram suficientes para a aproximação e superação das diferenças entre dois inimigos regionais, podendo contribuir para os estudos da geopolítica e das Organizações de Cooperação em Defesa.

As Relações Internacionais e o Discurso Expansionista da OTAN

A Cooperação em Defesa como fenômeno não é um fato novo, podendo ser considerada uma evolução das alianças militares que desde a antiguidade serviram de orientação para os conflitos, chegando até a contemporaneidade como fator de orientação para as casualidades bélicas. As questões que envolvem Cooperação em Defesa, no entanto, ampliam o escopo das alianças militares para uma relação mais profundo do que a experimentada nas alianças militares que se desenvolveram até a Segunda Guerra Mundial. Os participantes dessas organizações se dispõem a integração de suas forças em vários níveis, indo desde a utilização de equipamentos comuns, até a uma rede de comando unificado.

Nesse sentido, a Organização do Tratado do Atlântico Norte pode ser vista como uma pioneira na proposição desse tipo de integração no período recente. Sua criação para se opor ao risco de um conflito com a União Soviética, impôs uma série de necessidades entre seus membros, de maneira a torná-los aptos ao combate conjunto, derivado dos ensinamentos apreendidos durante o último conflito mundial.

No período Pós-Guerra Fria, a OTAN iniciou sua expansão no sentido leste, sob territórios anteriormente pertencentes ao Pacto de Varsóvia. Um dos principais argumentos para sua expansão e a inclusão de países do leste europeu durante os anos 1990, era o potencial de pacificação que a adesão a essa aliança militar proporcionaria a esses países, sobe a idéia de que membros de uma aliança não entram em conflitos por estarem em cooperação. Keohane e Nye (2012) apontam que a força militar poderia ser irrelevante para a resolução de discordâncias entre membros de uma mesma aliança.

Essa percepção, oriunda do campo neoliberal institucionalista das Relações Internacionais, advoga que os laços proporcionados pelas organizações multilaterais diminuem o risco da anarquia sob as quais estão submetidas as relações entre os Estados, idéia que servia de discurso para a administração de Bill Clinton e a expansão da OTAN no Leste Europeu (KREBS, 1999).

Nesse caso específico, o argumento central residia sob o progresso feito por França e Alemanha no pós-Segunda Guerra, através dos diversos empreendimentos desenvolvidos em conjunto em vários campos, dentre os quais destacamos os projetos comuns em defesa. Para Krebs (1999), o governo Clinton argumentava que a adesão à OTAN seria um fator estabilizador da região, preenchendo o vácuo de poder e eliminando a necessidade de competição que levaria a insegurança entre essas nações. Os argumentos utilizados pelo Presidente Clinton (1996) se baseavam ainda na então recente guerra da Bósnia e a participação da OTAN como força de oposição e garantidora da paz na região, o que justificava a existência e expansão da organização na Europa.

Tradicionalmente uma área volátil, a Europa Centro-Oriental estava repleta de potenciais separatistas e conflitos étnicos, e a OTAN poderia ajudar a arbitrar e limitar essas disputas. Por outro lado, Krebs (1999)defende uma interpretação baseada “realismo institucional”, no qual as organizações são importantes, mas ao mesmo tempo, o autor vê com ceticismo seus efeitos pacificadores.

Essa abordagem se torna relevante quanto temos em questão o estudo das relações de Grécia e Turquia no interior da OTAN. As diversas crises pelas quais passaram esses dois países, bem como a Guerra do Chipre em 1974, expõe argumentos contrários ao efeito de pacificação de uma organização, como exposto pelo pensamento neoliberal das Relações Exteriores no Pós-Guerra Fria, estabelecendo conformidades com a argumentação realista dessa ciência. Além disso, o autor considera que o aumento das capacidades militares, quantitativa e qualitativamente, pode amplificar as disputas entre membros que tenham pendências territoriais.

> Entre os estados envolvidos em uma disputa limitada, essas transferências de armas agravam o dilema de segurança, criando suspeitas de que outros abrigam objetivos revisionistas mais amplos e desencadeando uma espiral de tensão diplomática (KREBS, 1999, p. 345, tradução nossa).

Dessa maneira, no que tange as questões teóricas, a OTAN como uma Organização de Cooperação em Defesa, está sujeita a conflitos internos e. como argumenta, sob certas condições, Alianças podem amplificar os conflitos entre seus membros.

A rivalidade Grego Turca e a Influência da OTAN no período da Guerra Fria

A OTAN teve papel importante para o balanceamento de poder entre Grécia e Turquia durante os anos da Guerra Fria.Através de seu planejamento para o possível enfrentamento com a URSS, a organização foi responsável pelo incremento direto e indireto do poderio militar de ambos os países.

A alocação de importantes ativos estratégicos na Turquia, mesmo que sobre estrito controle dos EUA, fornecia a Turquia um lugar importante na estratégia do bloco. Ao mesmo tempo, cientes da rivalidade e do risco que uma ruptura poderia acarretar sobre a região, os EUA, sob justificativa de auxílio a um país da organização, permitiam a Grécia acesso aos principais armamentos de seu arsenal, semelhantes aos equipamentos fornecidos ao seu vizinho.

Durante a Guerra Fria a OTAN tinha na Turquia um de seus principais territórios para contrapor um possível embate contra a União Soviética. Dada a proximidade com a URSS, o território turco serviu de base para a alocação de mísseis balísticos *Jupiter*, dotados de ogivas nucleares, capazes de alcançar importantes cidades soviéticas a partir da Base Aérea de Izmir. Além dessa base, a Turquia contava também ogivas nucleares armazenadas na Base Aérea de Incirlik, uma das principais bases aéreas estadunidenses fora de seu território. Outro ponto relevante da Turquia para a OTAN era o seu papel na vigilância da frota soviética do Mar Negro, principalmente através dos estreitos de Bósforo e Dardanelos, a qual

ainda se somavam as instalações de vigilância, radares e a operação de aviões espiões próximos a fronteira da URSS.

Já a Grécia, não detinha papel estratégico como sede das forças nucleares da OTAN, nem contava com bases aéreas estrangeiras, porém, mantinha fronteiras com países de regime socialista,Iugoslávia, Albânia e Romênia. Nesse sentido sua participação na OTAN era valiosa, como um agente de contensão na região dos Balcãs. Sua adesão conjunta ao da vizinha Turquia, pode ser compreendida como um movimento realizado para a manutenção do equilíbrio dentro da Europa, permitindo que as atenções se concentrassem sobre a URSS, impedindo que a rivalidade entre esses países precipitasse um conflito, o qual poderia ser aproveitado para expansão de um governo de esquerda sobre a Grécia.

> O status da Grécia como Estado cliente dos EUA levou ao subdesenvolvimento inicial da postura de defesa nacional da Grécia. Embora os EUA tenham fornecido à Turquia sistemas de armas de tal qualidade e número para permitir às forças armadas turcas resistir a um ataque soviético direto, a assistência militar dos EUA à Grécia foi inicialmente concebida principalmente para garantir a segurança interna da Grécia no período Pós-Guerra Civil. (BOZIKAS, 1998, p.16-17, tradução nossa)

A adesão à OTAN, no entanto, não garantia a esses dois países papeis de destaque dentro da organização. Diferentemente dos países fundadores e com maior poder econômico,Grécia e Turquia não participaram diretamente de nenhum grande empreendimento para a construção coletiva de armamentos, tampouco estavam em condições de financiar tais projetos. Ambos figuraram entre os países receptores dos produtos finais que eram produzidos por consórcios firmados pelos países centrais da OTAN.Estando posicionadas na periferia da OTAN, esses países se tornaram dependentes da ajuda e projetos de terceiros, passando adquirir armamentos em estreita relação de competição.

Essa questão é facilmente percebida quando se analisa a lista de transferência de armamentos com origem nos EUA para os dois países em questão, disponibilizada pelo *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI). Avaliando o período de 1950 à 2015, atenta-se que durante o período da Guerra Fria ambos os países tiveram acesso a tipos semelhantes de armamentos e a liberação para compra e assinatura de contratos em períodos muito próximos, denotando uma tentativa de equilíbrio da balança de poder entre os aliados por parte dos EUA.

Isso se observa, por exemplo, na compra de aviões de caça *F-4* e *F-16*, adquiridos nos anos 1970 e 1980, que foram adquiridos concomitantemente (SIPRI, 2016). No entanto, como observa Bozikas (1998)a transferência de equipamentos militares e assistência à Grécia e Turquia entre os anos 1950 e 2000, dentro dos programas de auxílio militar aos aliados da OTAN por parte dos EUA, mantiveram uma razão da ordem de 7:10 em favor dos turcos.

Já a disputa sobre a ilha de Chipre levaram os dois países a uma Guerra nos anos 1970.Essa questão, além de repercutir diretamente sobre a OTAN, tinha influência direta sobre as relações desses países com os EUA e o Reino Unido, países que mantinham bases militares na Turquia e Chipre respectivamente.

Essa disputa acabou desencadeando uma invasão turca a ilha de Chipre e a formação de um Estado independente em parte da ilha. Como aponta Cid (2016), os EUA tiveram grande influência na decisão turca de invadir a ilha, forçando uma partilha através da força militar. De acordo com o autor “os EUA influenciaram o movimento de tropas turcas até uma determinada área. Isso mostra a influência que EUA foram capaz de exercer, bem como o apoio aos movimentos de tropas turcas em áreas especificado” (CID, 2016 p.14). Essa postura teve impacto direto na participação grega na OTAN, com a sua retirada do comando da organização no ano de 1974, em protesto ao não posicionamento da organização frente a agressão turca.

Posteriormente, a Grécia retornaria ao comando da OTAN em 1980, com apoio da Turquia, que havia participado das negociações. Como condição, a Grécia passou a sediar dois quartéis generais da organização, aumentando sua relevância

para a mesma (PEDLOW, [2009?]).No entanto, a Grécia passou a requisitar que a sua segurança em relação a Turquia fosse considerada como responsabilidade da organização. Em 1981, governo socialista de Andreas Papandreou chegou a anunciar a suspensão parcial das responsabilidades gregas com a OTAN, caso a organização não a protegesse frente a ameaça da Turquia.

> A principal exigência de Papandreou é um compromisso da OTAN de proteger a Grécia contra o que Atenas considera uma ameaça da Turquia. Os Estados Unidos e outros aliados da OTAN têm resistido a isso no passado, argumentando que a OTAN é projetada para enfrentar uma ameaça externa comum - a União Soviética - e não pode dar ao luxo de se envolver em disputas entre os países membros (CODY, 1981,tradução nossa).

Os EUA como organizadores da macro-estratégia da organização tiveram papel fundamental para a continuidade da rivalidade entre seus membros, não conseguindo estabelecer laços de confidencialidade e, como observado, em certos momentos ampliando as relações de insegurança ao atender a demandas específicas da Turquia.

A política da OTAN para Grécia e Turquia no período recente

Mais recentemente, as questões baseadas nos limites territoriais do mar Egeu e o controle da Ilha de Chipre continuam a envolver Grécia e Turquia em posições antagônicas. Essas disputas envolvem ainda os direitos sobre a plataforma continental e o controle do espaço aéreo sobre a região, os quais resultarem em incontáveis atritos ao longo dos últimos 60 anos. Esses atritos são demonstrados pelas constantes incursões aéreas e marítimas sobre áreas em disputa, principalmente por parte da Turquia.

No caso das incursões aéreas, em pelo menos quatro ocasiões nos últimos 20 anos as interceptações resultaram na queda de aeronaves de algum dos lados, sendo o caso mais grave o abate de um caça turco por aviões gregos em outubro de 1996, após a violação do espaço aéreo do último país. Esse fato em si, foi o ponto

culminanteda escalada de tensão provocada pela crise das ilhas Immia/Kardak, iniciada no princípio do mesmo ano.

As invasões do espaço aéreo têm constituído o principal ponto de atrito entre os dois parceiros da OTAN, gerando tensão e conseqüente baixo nível de relações bilaterais no interior da organização. Mais recentemente, uma notícia veiculada pelo jornal grego (BRAW, 2015), reportou que a Turquia havia violado mais de duas mil vezes o espaço aéreo grego em 2014. Tal notícia vinha na esteira dos acontecimentos gerados pelo conflito na Síria, quando um avião russo fora derrubado por caças turcos após invadir o espaço aéreo desse país. A notícia demonstrava como a Turquia se comportava em relação à disputa com a Grécia pelo controle do Egeu, apresentando fontes militares gregas que contabilizavam centenas de invasões anuais por parte dos caças turcos sobre o território grego.

A situação de constante provocação, podendo elevar-se para combates, como já observado, gera um elevado grau de desgaste dos aviões gregos, que são acionados para interceptar os invasores e também das relações entre os dois países, promovendo baixo grau de confiança. A postura conflitante tem reflexo também nas operações da organização, as quais raramente conseguem reunir Grécia e Turquia em um mesmo exercício ou missão. Essa posição se dá principalmente em razão da troca de informações que devem ser elemento básico da cooperação em treinamentos conjuntos, permitindo o engrandecimento das relações. No entanto, mesmo estando em uma mesma Organização de Cooperação em Defesa, Grécia e Turquia tem se recusado a abrir partes importantes de suas informações militares para o vizinho, em atenção à sua segurança e interesses territoriais.

O exemplo mais recente dessa postura conflitiva no interior da organização ocorreu em 2016, quando a OTAN iniciou patrulhas para combater o tráfico de pessoas e controlar a onda migratória com origem no Oriente Médio e África em direção a Europa. Essa missão sob liderança alemã tem o mar Egeu como principal alvo para conter a rota de navios clandestinos e migrantes, contando também com embarcações de Turquia e Grécia nas patrulhas.

Segundo o jornal grego Ekathimerini (2016), a Grécia enviou um documento ao comando central da OTAN apontando territórios marítimos envolvidos nas patrulhas com nomes gregos, territórios esses disputados com a Turquia. Ainda segundo o jornal, a partir da submissão desse documento, referindo-se a esses espaços como seus territórios,Atenas passa a requerer a soberania de uma parte do Mar Egeu através de documento oficial da Organização, fato inédito na história das relações desses países dentro da OTAN. Outra questão é que, apesar de colaborarem com essa missão, as patrulhas de ambos os países devem ser realizadas unicamente em seus territórios marítimos, impedindo que navios de ambos os países cruzem seus respectivos limites,permitindo livre trânsito apenas de embarcações alemãs. Tal fato demonstra a ausência de uma cooperação mais profunda, mesmo em relação a problemas comuns.

> Uma preocupação recorrente para os Estados Unidos e seus aliados tem sido a perene ameaça das relações turco-gregas para a coesão da OTAN. De fato, a OTAN tem se preocupado com as brigas greco-turcas em grande parte de sua existência. Em teoria, como se esforça para superar as diferenças greco-turcas, a OTAN poderia agir sem ser carregada por acusações de parcialidade que muitas vezes enfrentam Washington na Turquia e, especialmente, na Grécia. Na prática, no entanto, a contribuição da OTAN tem sido modesta, geralmente na área de promoção de uma série de medidas de confiança no Mar Egeu(BAHCHELI, 2000,pág. 7, tradução nossa)

Dessa maneira, como demonstrado, mesmo após quase sete décadas de convivência dentro de uma Organização de Cooperação em Defesa, evidencia-se que Grécia e Turquia não construíram canais de comunicação pelos quais informações com grau de segurança elevado poderiam ser partilhados, diminuindo a tensão e favorecendo a superação da rivalidade.

Considerações Finais

As Organizações de Cooperação em Defesa ganham nova dimensão no século XXI, transformando a geopolítica mundial em um jogo de grandes blocos. O alargamento da OTAN e a solidificação de alianças na Ásia demonstram uma

tendência para as relações militares entre aliados para as próximas décadas, porém, não sem o enfrentamento de problemas entre seus pactuantes.

Em tese, a alocação de dois países que detinham rivalidades anteriores no interior de uma organização de cooperação, nesse caso específico, não forneceu elementos para a ruptura das hostilidades e as bases para sua superação. Ao contrário, a segurança proporcionada pelos termos do acordo da OTAN, principalmente no que concerne ao seu art.5 (NATO, 1949), deu liberdade aos dois países para se concentrarem em suas disputas, já que o inimigo externo e comum a ambos, estaria sob a pressão e vigilância da organização. Ainda mais relevante, é que a entrada nessa organização permitiu a ambos os países o acesso a equipamentos de defesa modernos, sob a idéia de se proteger de um ataque do bloco oriental, que, no entanto, acabaram sendo utilizados nos conflitos entre ambos.

A expansão da OTAN sob o argumento de criação de uma zona de segurança e resolução de conflitos no continente europeu esbarra nas relações conflituosas de dois de seus mais antigos membros. Dessa maneira, o exemplo Greco-Turco deve servir de referência para a análise de problemas nessas organizações.

REFERÊNCIAS

BAHCHELI, Tozun. **The Potential for Conflicts in Greek-Turkish Relations**. 2000. Disponível em: <http://www.bundesheer.at/pdf_pool/publikationen/03_jb00_24.pdf>. Acesso em 12 de Julho de 2016.

BOZIKAS, George P., U**.S. Security Assistance and Regional Balance of Power: Greece and Turkey: a Case Study**. U.S. Army War College, 1998. Disponível em: <http://www.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a344973.pdf>. Acesso em 12 de Junho de 2016.

BRAW, Elizabeth. Turkey buzzes weakened Greece. **Político**. 23 de Julho de 2015. Disponível em: <http://www.politico.eu/article/turkey-buzzes-weakened-greece-military-airspace/>. Acesso em 17 de Julho de 2016.

CID, Mauro C. B. O Chipre e sua importância geoestratégica durante a Guerra Fria. In: IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, 2016. Florianópolis. **Anais do IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa**. Florianópolis, UFSC, 2016. Disponível em: <http://www.enabed2016.abedef.org/resources/anais/3/1465570268_ARQUIVO_ArtigoChipre.pdf>. Acesso em 28 de Agosto de 2016.

CLINTON, William J. **Transcript of the Remarks by President W. J. Clinton To People Of Detroit from United States**. 1996. Disponível em: <http://www.nato.int/cps/en/natohq/opinions_25141.htm?selectedLocale=en>. Acesso em 15 de Agosto de 2016.

CODY, E. Greece Announces 'Partial Suspension' of NATO Commitments. **Washington Post**, 9 de dezembro de1981. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1981/12/09/greece-announces-partial-suspension-of-nato-commitments/0a75af67-8606-4db5-be12-684dfc64b593/>. Acesso em 13 de Agosto de 2016.

EKATHIMERINI. *Turkey disputes Greek sovereignty via NATO patrols****. 06 de Março de 2016. Disponível em: <http://www.ekathimerini.com/206675/article/ekathimerini/news/turkey-disputes-greek-sovereignty-via-nato-patrols>. Acesso em: 20 de Agosto de 2016.***

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Power and Interdependence**. 4 Ed. Pearson, 2012.

KREBS, Ronald R. Perverse Institutionalism:

NATO and the Greco-Turkish Conflict. **International Organization** n°53, V.2, Spring, 1999, pp. 343–377. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.530.2045&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em 10 de Junho de 2016.

MELLO, Leonel I. A. **Quem tem medo da Geopolítica?**. 2°Ed. São Paulo, Hucitec Editora, 2015.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION (NATO). **The North Atlantic Treaty.**1949. Disponível em: <http://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_17120.htm>. Acesso em 12 de Setembro de 2016.

PEDLOW, Gregory W. “The Evolution of NATO’s Command Structure, 1951-2009.” **NATO Unclassified**. [2009?]. Disponível em: <https://www.shape.nato.int/resources/21/evolution%20of%20nato%20cmd%20structure%201951-2009.pdf>. Aceso em 16 de Setembro de 2016.

SIPRI - Stockholm International Peace Research Institute. **Arms Transfers Database**. 2016. Disponível em:<http://armstrade.sipri.org/armstrade/page/trade_register.php>.. Acesso em 12 de Abril de 2016.

Cooperação Sul-Sul como marco geopolítico e hegemônico na política externa brasileira: a Era Lula e a cooperação com a África[1]

Eixo temático 1: Geografia Política e Geopolítica clássica e contemporânea dos séculos XX e XXI

André Santos da Rocha

Prof. Adjunto II da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Departamento de Geociências/ Docente do Programa de Pós-graduação em Geografia. Laboratório de Geografia Econômica e Política e Práticas educativas (LAGEPPE)

asrgeo@gmail.com/asrgeo@ufrrj.br

Resumo: A cooperação Sul-Sul (CSS) é uma estratégia de política externa caracterizada pela aproximação diplomática, econômica e técnica entre países do Sul Global. Todavia, revela em seu cerne dimensões geopolíticas e hegemônicas por transformar a arquitetura de poder mundial e alimentar lógicas políticas e produtivas com claras expressões de projeção e domínio territorial. O presente trabalho, faz apontamentos teóricos a partir do horizonte da Geopolítica Crítica, trazendo contribuições empíricas do mapeamento da cooperação técnica e da projeção hegemônica brasileira, que teve como foco o continente africano na Era Lula (2003- 2010). Esse recorte temporal é indicado por trazer elementos quantitativos e qualitativos de uma geopolítica da CCS.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul, Geopolítica, Brasil-África.

[1]Este artigo apresenta resultados parciais da pesquisa financiada pelo CNPq através do Edital Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - 2014.

Resumen: Cooperación Sur-Sur (CSS) es una estratégia de política exterior caracterizada por la aproximación diplomática, económica y técnica entre los países del Sur Global. Sin embargo, contiene dimensiones geopolíticas y hegemônicas por cambiar la arquitectura del poder en el mundo y fomentar lógicas políticas y productivas con clara expresiones de proyectos del dominio territorial. El presente trabajo, hacer notas desde el horizonte teórico de la geopolítica crítica, aportando contribuciones empíricas de la asignación de la cooperación técnica y la proyección hegemónica brasileña, que teníaun enfoque enel continente africano em el gobierno Lula(2003-2010). Este periodo de tiempo está indicado para elementos cuantitativos y cualitativos de una geopolítica del CCS.

Palabras-claves: Cooperación Sur-Sur, Geopolítica, Brasil-África,

Introdução – Sobre o que entendemos como geopolítica e hegemonia.

No mundo contemporâneo emergem novas dinâmicas que provocam transformações na configuração mundial do poder (AGNEW, 2008; CHOMSKY, 2004) porque tratam diretamente tanto:do traçado territorial de novos Estados-Nações do desenho de novas arquiteturas de hegemonia; da crise do sistema financeiro global;da emergência de novos atores - seja como *Global Players* seja como movimentos de resistência–e;até mesmo,o resgate de iniciativas que corroboram outros modelos cooperação entre países.

Este contexto revela dimensões e expressões estratégicas, que reverberam na compreensão mais alargada da geopolítica, vista aqui para além da simples meta da dominação efetiva – material – do território por parte do Estado. A partir do horizonte da Geopolítica Crítica (Ó TUATHAIL, 1996)entendemos que a forma de entendimento da Geopolítica se traduz em observar elementos mais sutis, que envolvem entender que outros atores, são também, atores geopolíticos (tais como a mídia, organizações criminosas, e o próprio grupos capitalistas, movimentos sociais, entre outros), que há necessidade de entender as representações - seja aqueles

presentes na cartografia, seja nos discursos e imagens (CAIRO, 2008); e avaliar as formas de aproximação, associativismo que visam estratégia de expansão de poder sem desconsiderar os efeitos materiais da dominação.

Desse modo, podemos entender que a Geopolítica está presente tanto nas práticas imperiais de dominação bélica (*Hard Power*), quanto nas estratégias discursivas e de associativismos de cooperação (Soft Power) uma vez que a construção de acordos, e outros mecanismos de dominação podem ser entendidos como trunfos de poder (RAFFESTIN, 1993), por viabilizarem que atores estruturem o exercício do poder – seja ele territorial seja ele diplomático.

Se poder é inerente a natureza geopolítica e entendemos que a Hegemonia é uma forma de exercício de poder, podemos discuti-la sob auspícios da geopolítica.

Concordamos com Jonh Agnew (2008) que o termo hegemonia não deve ser confundida com a noção de império. O "exercício hegemonia"[2]não deve confundido com a característica relacionada apenas a práticas coercitivas, espraiamento territorial em lógica zonal ou contígua, e a tentativa de se impor como poder supremo ou absoluto. No sentido mais amplo, a Hegemonia pode ser construída partir de acordos e difusão de valores, ter a arquitetura de operação territorial difusão e descontinua (rede), e tentar se revelar como um poder em liderança. É possível indicar que a construção de uma Hegemonia passa pela construção da percepção enquanto um país potência que não se distancia da forma de constituição do sistema mundo (ROCHA,2014).

Ana Ester Ceceña (2008) argumenta que a configuração do poder mundial no contexto do final do século XX e início do XXI, indica que o entendimento da ordem de poder, que passa necessariamente por um duplo entendimento: Há uma hegemonia do capital e uma hegemonia de Estado. A autora, a partir de uma concepção Gramsciana sinaliza que essa hegemonia é construída num sistema de valores (simbólicos e materiais) e de prática, que contextualizadas no período

[2] Utilizamos o termo "exercício da hegemonia" uma vez que apontamos que a Hegemonia é uma forma de exercício do poder. O Poder para Claude Raffestin (1993) a partir da leitura de Michel Foucault não pode ser compreendido fora de seu exercício – dimensão prática. Ou seja, a compreensão da Hegemônica, como forma de poder, se faz na medida que entendemos como ela opera.

vigente se revela como parte inerente do ciclo de acumulação capitalista essa que indica, de certa forma, o *modus operadis* para a hegemonia de Estado. Os moldes da globalização neoliberal indicam o dinheiro como expressão de poder, ou seja,através da compra das mercadorias em âmbito internacional (comercio exterior), cessão de créditos, elaboração de acordos comerciais e políticas para o desenvolvimento pode-se projetar o "exercício da hegemonia" do Estado.

A questão que centralizamos aqui espraia exatamente nesta filiação. Que é tentar mostrar como formas de cooperação entre países evidencia o olhar geopolítico. Tomamos aqui o caso mais específico da dita Cooperação Sul-Sul, que vem se tornando uma tendência que vêm sendo bastante articulada pelos países emergentes. Ganha destaque aqui o Brasil, como país emergente que efetivou nos últimos 20 anos suas estratégias de política externa em aproximação com o dito Sul Global[3], em especial, no direcionamento ao continente africano, a qual obteve maior ênfase das ações de Cooperação Internacional anos de 2003-2010[4].

Faremos a leitura acerca do "exercício da hegemonia Brasileira" a partir de levantamentos de dados do Governo Brasileira através da Agência Brasileira de Cooperação e de ações governamentais que permitem analisar a construção dessa conjuntura da projeção da política externa como uma estratégia Geopolítica. Neste sentido, lançamos como questões duas norteadoras para construir nossa argumentação: [a] o que é a cooperação sul-sul para o governo brasileiro?; e [b] quais são as estratégias usadas para projeção hegemônica no continente Africano nas últimas décadas?

Cooperação Sul-Sul:uma Geopolítica para o Brasil?

A cooperação Sul-Sul pode ser entendida como o fortalecimento das relações econômicas e políticas entre países tidos como "periféricos e semi periféricos".

[3] Apresentamos a noção de Sul Global como diferente de países pertencentes a Hemisfério Sul. Uma vez a posição ao Sul trata de uma condição histórica e econômica constituída e não a sua localização cartográfica. Assim, Sul Global se constitui de países periféricos e semi periféricos que participam da constituição do sistema-mundo.

[44] Tais informações estão disponíveis no balaço feito pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

Essas aproximações demandam, para além da cooperação econômica, o incremento tecnológico e o desenvolvimento de infraestruturas territoriais e sociais.

Diferentes autores destacam a emergência deste tipo de cooperação desde os anos de 1970 e que se intensificaram ainda mais nos últimos anos (KRASNER, 1989; PAUTASSO, 2010; LIMA, 2005; MILANI, 2012). Por vezes é apontado como uma modelo mais brando em oposição a constituição da forma vertical contido nas relações Norte-Sul. Todavia, não se pode ignorar que essa relação Sul-Sul, ocorre num contexto de Hegemonia global do capital (CECEÑA,2008), logo Assimetrias e lógicas de apropriação se desenvolvem conjuntamente (GARCIA,2012).

Num plano hegemônico a cooperação Sul-Sul se revela como uma alternativa de consolidação de outras geometrias de poder, que podem consolidar o Brasil num plano favorável na diplomacia mundial. Isto posto, que a construção de agendas desta cooperação não se dá por imposição, mas numa condição horizontal, chamada *demand driven*[5]. Neste sentido a construção para o arcabouço da cooperação Sul-Sul prima pelas respostas de demandas existente em países parceiros que percebem no Brasil a possibilidade de criar vínculos para o desenvolvimento. Neste sentido, afirma-se, o que já apontamos os elementos de avaliação da projeção hegemônica brasileira, que envolvem: [a] perceber a capacidade de materiais no que tange a produção de uma tecnologia embrionária e expansão financeira; [b] a medida de auto percepção; e [c] a percepção de outros países do Brasil como potência emergente (ROCHA, 2014).

Neste contexto, destacamos a compreensão desde modelo de cooperação pela própria ABC:

> A política externa brasileira tem dimensão global, embora confira ênfase às relações mantidas com as nações com as quais o Brasil tem um patrimônio histórico, lingüístico, cultural e étnico comum. Nesse arcabouço e em razão do extenso acervo de conhecimentos e

[5] Termo usado para designar as demandas oriundas do país parceiro. O princípio utilizado pelo Brasil através da Agência Brasileira Cooperação (ABC) para indicar a forma de construção da agenda de projetos e atividades isoladas, que passam necessariamente pela demanda inerente do país solicitante. Ou seja, O Brasil não propõe a parceria, a ele é solicitado. Isto revela uma dimensão de projeção Hegemônica - medida de percepção dos outros.

> de experiências disponíveis em inúmeras instituições nacionais, bem como à luz da capacidade brasileira de criar soluções inovadoras para problemas que se reproduzem em outros países em desenvolvimento, a cooperação técnica Sul-Sul brasileira compartilhada com países em desenvolvimento tem-se consolidado como um significativo instrumento de correção de assimetrias sociais e econômicas[6] [Grifos nosso] (ABC, 2015)

Ao entender a política externa como uma dimensão global, assume-se o caráter estratégico das ações que foi amplamente defendido como uma forma de posicionar o Brasil no sistema mundial. Abre-se destaque para a geopolítica discursiva da qual funda os princípios da cooperação Sul-Sul, no fato de ter "um patrimônio histórico, lingüístico, cultural e étnico comum" coloca uma posição privilegiada ao país que possui uma geografia e uma história na composição do sistema-mundo muito similar aos demais países periféricos e semi periféricos. Assim, a própria geografia e história colonial são agenciadas para justificar a aproximação com países latinos e africanos. Questões presentes em muitos discursos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva que os utiliza em menção a cooperação com estes países e para situar o Brasil com uma potência.

Neste sentido, emerge a questão do exercício do poder em uma construção hegemônica. Jonh Allen (2003) destaca que o exercício do poder pode ser interpretado de duas formas: sobre os outros e/ou com os outros. O poder sobre os outros recorre a uma dimensão impositiva, coercitiva de demandas próprias para outros. A construção da hegemonia no sentido da liderança, no contexto da cooperação Sul-Sul, que é parte da compreensão da ABC e do Itamaraty, está centrado na construção do poder com os outros, na medida que assume as demandas dos países e percebe um diálogo que permite uma ajuda mútua para o desenvolvimento.

O argumento colocado, da condição de construção desde modelo de cooperação, evidencia o papel da política externa como um instrumento geopolítico.

[6] Informações disponíveis http://www.abc.gov.br/Gestao/CooperacaoSulSul. Data do Acesso: 15/08/2016

Aproxima-se em grande grau da perspectiva da Teoria Meridionalista de André Martin que assume tanto uma dimensão práticas (baseada numa geoestratégia das políticas tecnológicas, do setor militar-defesa, dos recursos e do *modus operadis* do sistema produtivo) quanto "*geoideológica*" (no sentido de produzir outras formas des-coloniais de pensamento) em oposição daquela construção do padrão Norte-Sul (SILVESTRE, 2014).

Assim, entendemos a cooperação Sul-Sul como estratégias usadas para alcançar aspirações brasileiras em escala mundial seja na conquista de assento permanente no conselho de segurança, seja na expansão econômica e reconhecimento brasileiro para além da porção sul-americana. Assim, a projeção e breve análise da cooperação Brasileira para o Continente Africano no período de 2003 a 2010 merece lugar de destaque.

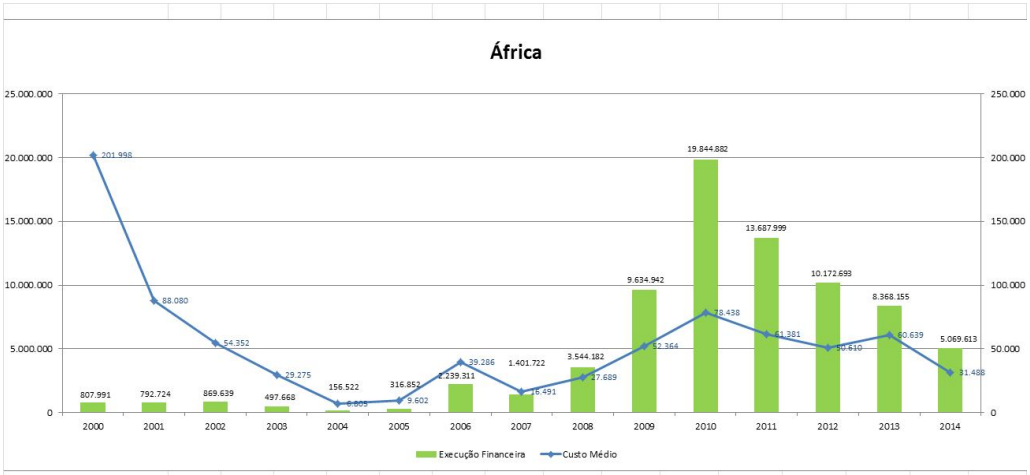
O Brasil e a Cooperação com a África na era Lula.

> O Brasil tem com a África laços profundos, que definem nossa própria identidade. Somos a segunda maio nação negra do mundo[...]O comercio com a região cresceu exponencialmente: Aumentou 110% nos últimos quatro anos. A cooperação avançou. (Luiz Inácio Lula da Silva, 2006)[7]

O resgate do discurso presidencial foi uma maneira que utilizamos para iniciar a parte final de nossa argumentação. Com base nos dados apresentados pela ABC e já na comprovação de diferentes autores (LIMA,2005, VISENTINI 2010, COSTA LIMA & MELO, 2010) entende-se que a era Lula [2003-2010] foi importantíssima na retomada das relações internacionais e da política externa para cooperação Sul-Sul, em especial,com o Continente Africano, por ter expandido o número de projetos e atividades isoladas de cooperação técnica para este continente (ver gráfico I)

[7] Trechos do Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura da cúpula África-América do Sul realizado em Abuja, Nigéria em 30 de novembro de 2006.

Gráfico I - Execução financeiras de projetos e atividades Isoladas Brasileira para a África.



África	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Execução Financeira	807.991	792.724	869.639	497.668	156.522	316.852	2.239.311	1.401.722	3.544.182	9.634.942	19.844.882	13.687.999	10.172.693	8.368.155	5.069.613
Projetos e Atividades Isoladas	4	9	16	17	23	33	57	85	128	184	253	223	201	138	161
Custo Médio	201.998	88.080	54.352	29.275	6.805	9.602	39.286	16.491	27.689	52.364	78.438	61.381	50.610	60.639	31.488

Fonte: ABC, 2014.

A leitura do gráfico mostra a crescimento exponencial do número de projetos e atividades isoladas, que saiu de 2003 de 17 chegando a número de 253 em 2010,que envolve 42 países no continente. Destaca-se também valor orçamentário na ordem de 19.844,882,00 US$ que é superior ao destinado no mesmo período para América do Sul, Central, Norte e Caribe e para a Europa, Ásia, Oceania e Oriente Médio[8]. O contexto da Cooperação Sul-Sul repercurte como questão de continuidade do capital simbólico construído e é reafirmado no discurso presidencial – de base culturalista que fundamenta a aproximação entre países emergentes. Para a África esse discurso de projeto geopolítico meridionalista desenhou ações específicas de investimento para além da cooperação técnica. Visto por exemplo no aumento de número de embaixadas brasileiras abertas no período, da qual das 37 embaixadas no continente africano, 19 foram abertas ou reativas no período pós 2003[9].

Também se fundamenta no ato de modifica estatuto do BNDES – o País redefiniu um marco para financiamento de capital privado brasileiro fora do

[8] Verificar gráficos correspondentes – América do Sul e Caribe <http://www.abc.gov.br/Content/ABC/imagens/americas_financeiro.png>; e Asia, Europa, Oceania e Oriente Médio <http://www.abc.gov.br/Content/ABC/imagens/asia_financeiro.png>.

[9] Informações disponível no BLOG do Itamaraty <http://blog.itamaraty.gov.br/83-semana-da-africa> acesso 15/08/2016.

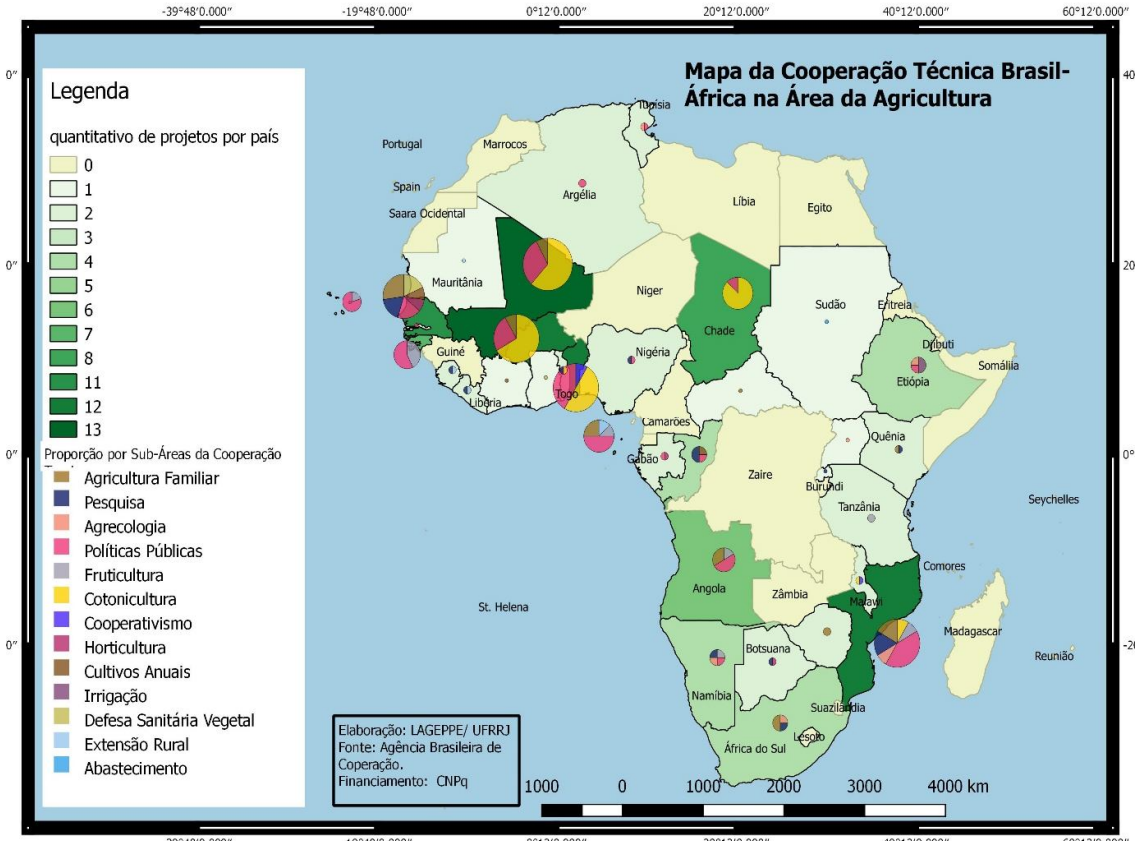
País.Numa perspectiva de projeto expansionista que beneficia capitais privados Brasileiros como braços de sua expansão hegemônica e territorial, uma vez que muitas das empresas atuam no continente africano - tais como a Vale do Rio Doce, Petrobrás além de grandes empreiteiras como Odebrecht, OAS e Andrade Gutierrez.

No que tange a especificidades dos projetos de cooperação técnica, que são coordenados pela ABC, destaca-se a heterogeneidade das relações externas brasileiras com a presença de vários ministérios e institutos de pesquisa Estes atuam conjuntamente na difusão de tecnologias sociais, em especial aquelas destinadas a Agricultura, Saúde, Educação, Administração Pública, Defesa e segurança. Tais projetos de cooperação técnica alimentam a percepção da força tecnológica e espraiamento territorial da institucionalidade brasileira. Mas, também, reforçam o caráter geográfico da projeção hegemônica, na medida de que as ações oriundas do *demand driven,* buscam os casos de sucesso empregados pelo governo brasileiro nos últimos anos.

Abre-se aqui a questão de uma especificidade geográfica e de projeção Hegemônica que permite o espraiamento brasileiro para o continente Africano. Além do agenciamento de um suporte cultural – “geoideologia” – a tropicalidade do país reverbera o potencial das tecnologias aqui difundidas. Pois o Brasil é o único país emergente - em comparação a Índia, China e Rússia - que possui domínios territoriais em condições ambientais muito similares a aquelas existentes no continente africano.

Neste sentido,as percepções das tecnologias não são oriundas apenas de aporte financeiros no setor, mas de *Know-How,* que se apoia em experiências práticas, como a do segmento da agricultura Tropical. Diante da limitação de páginas, escolhemos apresentar, o levantamento dos projetos e atividades isoladas para o continente na área da Agricultura por exemplificar bem o *demand drive*n e a percepção do potencial tecnológica do país, mas também por indicar a geografia do direcionamento da cooperação técnica para o Continente Africano. (Ver mapa I).

Mapa I – Projetos e atividades Isoladas do Brasil para o continente africano.



O mapa acima, foi elaborado com base de dados disponibilizados no site da ABC sobre cooperação na área da Agricultura, que congregou a maior parte dos aportes financeiros com proporção de 33,35% de 2000 a 2014[10].Indicamos que no referido mapa constam os projetos e atividades isoladas que compõe as ações de cooperação técnica. Este segmento tem como marca a presença massiva da EMBRAPA como um parceiro executor na difusão de técnicas agrícolas que envolvem a pesquisa, o plantio, o melhoramento de sementes difusão de modos de cultivo, entre outras.

O mapa reforça a tendência de aproximação com os Países Africanos de língua português (PALOP's) - que agregaram entre projetos e atividades isoladas um total de 37 ações. Sendo em Cabo verde (5), Angola (6), Guiné-Bissau (7), São Tomé e Príncipe (8), e com destaque para Moçambique que agregou no levantamento o conjunto de 13 ações.

[10] Informações presentes no relatório de Gestão 200-2014 da ABC. Disponível <http://www.abc.gov.br/Gestao/AfricaSegmentoCooperacao> data do acesso 15/08/2016

O mapa de projetos revela também o espraiamento Brasileiro para países não falantes de língua inglesa e francesa, em especial na África Ocidental e Central, com destaques para Chade, Mali, Benin e Burquina-Faso que utilizam a plataforma de um projeto estruturante chamado *Cotton-4,* que sintetiza o apoio ao setor algodoeiro nos países partícipes com o aporte financeiro da ABC na ordem de 5.219.451,00 US$. Estas ações no setor algodoeiro marcam e o territorialidade da expansão tecnológica brasileira com projetos já em execução outros países como Togo, Tanzânia e Senegal.A percepção do potencial tecnológico brasileiro também pode ser indicada na proporcionalidade das subáreas que caracterizam os projetos de cooperação na área de agricultura, com destaques para pesquisa, políticas públicas e cotonicultura.

No que tange a dimensão da cooperação técnica outras áreas também são igualmente importantes com a Saúde e Educação que contaram, respectivamente com 18,46% e 22,98% do orçamento no período de 2000-2014.

Tais aproximações, tem revelado uma outra faceta que permite também os países expandir, como um parceiro comercial para as continentes, expandido sua fronteira econômica, e se tornou o terceiro mais destino de investimentos brasileiros no exterior, todavia ainda ganham destaque países lusófonos como Angola e Moçambique[11].

Por fim, partes destas parcerias no campo das relações Sul-Sul tem reverberado no apoio de países africanos do Brasil no Conselho de segurança da ONU[12], uma vez que o projeto de cooperação tem servido como espaços de alianças entres estes países. Assim, reforça-se o papel e a importância desta estratégia como um elemento geopolítico mais amplo.

Considerações Finais.

[11] Ver informações em <http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/o-investimento-direto-brasileiro-na-%C3%A1frica-caracter%C3%ADsticas-condicionantes-e> data do Acesso: 15/11/2016.

[12] Ver informações<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2015-01/angola-reafirma-apoio-ao-brasil-no-conselho-de-seguranca-da-onu> Data do Acesso 15/11/2016.

A cooperação Sul-Sul como elemento estratégico para política externa brasileira, foi alimentada e reforçada no período de 2003-2010, em especial o enfoque dado pelo governo Lula aos países africanos destaca, tanto dimensão quantitativa quanto qualitativa o papel de sua geopolítica meridionalista. Para além de um controle efetivo do território, os acordos de cooperação técnica produzem uma projeção hegemônica do Brasil, perceptível no seu potencial tecnológico e *know-how*de execução de políticas sociais na qual esses países vislumbram no país a construção de parcerias.Neste sentido, a construção do poder, com os outros, revela as estratégias de composição numa nova teia global de poder, que pode posicionar o Brasil neste novo sistema hierárquico em níveis econômicos e diplomático. Todavia, como a leitura do gráfico I, revelou há uma sensível queda investimentos na cooperação técnica a partir de 2011 para a África, assim como para as demais regiões do globo. Acreditamos a partir dessas leituras a necessidade de aprofundas uma geopolítica meridionalista sob a lógica da cooperação Sul-Sul.

Referências Bibliográficas:

ALLEN, Jonh. Power. In: Agnew, J. et all. **A Companion to political Geography***.* Oxford*:* Blackwell*,* 2003. pp.95-108*.*

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. ***Manual da gestão da Cooperação técnica Sul-Sul*.** Brasília: ABC, 2013.

AGNEW, John. A nova Configuração do Poder Global. ***Revista Caderno CRH****,* Salvador, v. 21, n. 53, p. 207-219, Maio/Ago. 2008.

COSTA LIMA; Marcos Ferreira; MELO, Victor Denis Sousa. Revalorização do lugar da África: Política de desenvolvimento e as relações Sul-Sul no Governo Lula da Silva. ***SÉCULOXXI****,*Porto Alegre, V. 1, Nº1,pp.127-155, jan-dez 2010

CAIRO, Heriberto. A América Latina no século XXI: geopolítica crítica dos Estados e os movimentos sociais, do conhecimento e da representação.***Cad.*** **CRH [online]**. 2008, vol.21, n.53, pp.201-206

CECEÑA, Ana Ester.**Hegemonia, emancipaciones y politicas de seguridaden América Latina**. Lima, Clacso, 2008.

CHOMSKY, Noam. **O Império Americano** - Hegemonia ou Sobrevivência. São Paulo: Campus, 2004.

GARCIA, Ana E. Saggioro**. A internacionalização de empresas brasileiras durante o governo Lula:** uma análise crítica da relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo. 2012. Tese (Doutorado em Relações Internacionais). Instituto de Relações Internacionais – PUC-RJ, Rio de Janeiro,RJ.

KRASNER, Stephen D. **Strucutural conflict.** The Third World against global liberalism. Berkeley: University of California Press, 1985.

LEITE, Patrícia Soares**. O Brasil e a cooperação sul-Sul em três momentos de política externa:** os governos Jânio Quadros/João Goulart,Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva.Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

LIMA, Maria Regina Soares. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul**. Rev. Bras. de Política Internacional,** *nº* 48 (1): 24-59 ,2005.

MILANI, Carlos. Aprendendo com a história: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul.**Card. CRH,** Salvador, v. 25, n. 65, p. 211-231, Maio/Ago. 2012
Ó TUATHAIL, Géaroid. **Critical Geopolitics**, Londres, Routledge, 1996.

PAUTASSO, Diego. O fortalecimento das relações sul-sul: estratégia e realidade para os países emergentes. **Revista Conjuntural Austral,** vol.2, nº8 out-nov, 2010. pp.48-62.

RAFFESTIN, Claude*.* **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, André Santos.Território e Hegemonia no tear das Relações Internacionais na cooperação Sul-Sul: Apontamentos sobre a aproximação Brasil-África. In: **Anais do I Congeo**. Porto Alegre / Rio de Janeiro: Editora Letra 1 / REBRAGEO, 2014. v. 1. p. 39-48.

SILVESTRE, Edu. A teoria geopolítica meridionalista de André Martin. **Revista de Geopolítica**, v. 5, nº 2, p. 5-18, jul./dez. 2014.

ViSENTINI, Paulo Fagundes. Cooperação Sul-Sul, diplomacia de prestígio ou imperialismo“soft”? as relações Brasil-África no governo Lula. **Século XXI***,* Porto Alegre, V. 1,Nº1, pp.65-84, jan-dez 2010

Geografia Política de Friedrich Ratzel: o *espaço vital* e a elaboração de Estado

Eixo Temático 1: Geografia Política e Geopolítica clássica e contemporânea dos séculos XX e XXI

Kárita de Fátima Araújo

Resumo: Representante fundamental no processo de institucionalização da Geografia moderna, Friedrich Ratzel trouxe contribuições que vão desde a inserção da discussão humana no temário da geografia – antropogeografia, até formulações caras às ciências políticas. Alimentado pelo contexto histórico do expansionismo e da formação do Estado alemão final do século XIX, Ratzel transita entre os conceitos de *espaço vital* e de território, definindo, assim, o caminho para a elaboração de uma teoria em torno do Estado.Objetiva-se, portanto, em, a partir de uma revisão bibliográfica dos principais conceitos elaborados por Ratzel, compreender a contribuição do alemão para as discussões da Geografia Política e para a própria constituição do pensamento geográfico.

Palavras-chave: Território, Espaço vital, Pensamento geográfico.

Resumen: Representante clave en el proceso de institucionalización de la Geografía moderna, Friedrich Ratzel trajo contribuciones que van desde la inclusión de discusión humano en elorden del día de la geografía - antropogeografía hasta formulaciones caros a laciencia política. Desarrollado por el contexto histórico del expansionismo y la formación del finales del siglo XIX del estado alemán, Ratzel trabaja entre los conceptos de espacio y territorio vivo, definiendo así el camino para el desarrollo de una teoría de todo el Estado. El objetivo del trabajo es, por lo tanto, a partir de una revisión de la literatura de los conceptos clave desarrollados por Ratzel, comprender la contribución alemana a las discusiones de la geografía política y la constitución del pensamiento geográfico.

Palabras clave: Território, Espacio vital, Pensamiento geográfico.

Introdução

Com intuito de revisitar alguns dos conceitos e discussões promovidas no seio da constituição da Geografia moderna, nos idos do século XIX, momento de formação do Estado Nacional alemão, pretende-se revisitar o conceito de espaço vital, elaborado por Friedrich Ratzel, bem como, sua discussão em torno do território e sua contribuição para a elaboração de uma teoria de Estado e para a constituição do pensamento geográfico.

Para tanto, elegem-se algumas de suas obras principais – que alcançaram maior amplitude dentre as produzidas por Ratzel e, que tiveram partes reunidas no livro organizado por Antonio Carlos Robert Moraes e coordenado por Florestan Fernandes, na década de 1990. As obras em questão são: “Antropogeografia”, “As raças humanas” e, “As leis do crescimento espacial dos Estados”.

Friedrich Ratzel, nascido em 1844 no então ducado de Baden, filho de uma pequena família burguesa local. Após trabalhar como ajudante em uma farmácia local, ingressa no ensino superior, nas universidades de Heidelberg, Jena e Berlim. Após ser recrutado pelo exército alemão para a guerra franco-prussiana, ingressa na universidade de Munique onde inicia trabalhos no âmbito do jornalismo geográfico. A serviço do jornal *KolnischZeitung*, viaja pelos Estados Unidos e México, sul da Itália, Alpes e Transilvânia. O material por ele recolhido na viagem pela América foi fundamental para que publicasse sua principal obra, Antropogeografia, em 1882 (MORAES, 1990).

Entre os anos de 1885 e 1888, publica sua outra obra de maior expressividade, “As raças humanas”. Nesse período, Ratzel já havia se consagrado no meio acadêmico em virtude da publicação de Antropogeografia e, após transferir-se para a universidade de Leipzig, passou a ocupar a cátedra de geografia. Dentre outras publicações, destaca-se ainda a obra Geografia Política (MORAES, 1990).

O autor é notadamente influenciado pelo período em que escreve, concernente ao processo de formação do Estado moderno alemão, em que, a unificação é pensada a partir da unidade territorial, conferindo à geografia papel central. Tendo surgido em 1870 como disciplina acadêmica, a Geografia valia-se de idéias nacionalistas que, conforme aponta (Vlach,1990) possuía proposta pedagógica em acordo com interesses econômicos e políticos dos Estados-nação da época.

Embora seja um representante da Geografia chamada de “Tradicional”, tendo sua obra pautada no positivismo clássico e, sendo considerado um dos responsáveis por introduzir esse método no pensamento geográfico, Ratzel foi um crítico do “determinismo simplista”, que considera o homem um produto do meio, sem que haja reflexões mais profundas sobre essa afirmação (MORAES, 1990).Ainda assim, em trechos de seu texto, o determinismo se apresenta de maneira incontestável:

> [...] Do mesmo modo que a onda quebra sempre da mesma maneira contra determinada forma de rocha, ocorre também que determinadas condições naturais impõe ao movimento da vida sempre as mesmas vias e, renovando-se perenemente, colocam sempre e no mesmo sentido obstáculos ou limitações. (RATZEL, 1990a, p. 32).

Ou ainda:

> [...] parece-nos prematura a afirmação de Darwin: “O tipo de modificação depende em maior medida da natureza e da constituição do organismo que da natureza das condições externas que mudaram”. Verifica-se de todo modo como era escasso o fundamento do conceito de que os povos podem se adaptar exatamente ao seu ambiente como se este fosse uma massa plástica, de modo a se tornar com o tempo um espelho do próprio ambiente; e como por outro lado se impõe a constatação de que os povos, sendo constituídos por organismos vivos, estão sujeitos à lei da variabilidade, não podendo portanto subtrair-se à ação das influências externas. (RATZEL, 1990a, p. 61-62, grifos nossos).

Sua concepção de geografia muito deve à Ritter e Humboldt, embora esteja estruturada sob uma visão darwinista. Ao estabelecer leis gerais sobre a influência da natureza sobre o homem, Ratzel coloca-o sob uma perspectiva ainda não vista. Seu pensamento exerce influência considerável no desenvolvimento da geografia. Tanto na França, onde Vidal de La Blache acompanha atentamente suas publicações, quanto nos países anglo-saxônicos (CLAVAL, 2015).

A importância da geografia é conferida à sua obra no momento em que Ratzel desmistifica-a enquanto uma ciência "auxiliar" da história, alertando que a mesma, já afirmava Kant, "está na base da história, porque os fatos históricos devem também ter um elemento ao qual se referir" (RATZEL, 1990a, p. 84).

Ao retirar a geografia da posição "servil" e conferi-la a condição, não de "subalterna", mas, de "irmã" da história, Ratzel ressalta a importância prestada à história, mas, reforça sua predileção pelo estudo do elemento humano. Ressaltando que, seu interesse pelo homem reside especialmente no fato de que as outras ciências "deixaram sempre o estudo de uma grande quantidade de fenômenos que se referem ao homem [...] e esta (a geografia) tinha que, querendo ou não, tomá-las para si" (RATZEL, 1990a, p. 87).

Os principais conceitos desenvolvidos pelo autor são de espaço vital e de território, indicando de antemão o caminho tomado em suas proposições. Assim, como pontua Moraes (1990), a disputa pelo território é uma condição inerente dos homens e, tanto a luta como a propriedade são colocadas por ele como naturais à história. Ratzel concebe o embate entre sociedades, etnias e nações um processo normal que garante a expansão de um povo e a conquista territorial. Sob esses preceitos, o elogio ao colonialismo feito por Ratzel vai conferir ao seu pensamento as bases para o expansionismo alemão no contexto do século XIX.

Positivismo: escolha metodológica do pensamento ratzeliano

O positivismo para Capel (1981) é uma metodologia científica e uma concepção filosófica que se difundiu primeiramente na Europa, em meados do século XIX. Juntamente com o evolucionismo, o positivismo teve forte influência na constituição da geografia e na busca de um método científico único para as ciências humanas como um todo, partindo de uma lógica empírica, tal qual a das ciências naturais. Assim, “a obra de Friedrich Ratzel é apresentada por Capel,dentre outros, como o exemplo de impacto do positivismo e do evolucionismo na geografia universitária” (MARTINS, 1993, p. 83).

Portanto, metodologicamente, o pensamento de Ratzel está pautado no positivismo. Para Moraes (1990), essa constatação se deve ao fato do autor professar o princípio da unidade do método científico, ou seja, acreditar na existência de um único método comum a todas as ciências.

> Assim como a geografia do homem tem em comum com as ciências naturais o método científico, ela ordena sua matéria do mesmo modo que estas, com base em classificações, e chega às suas conclusões pela via das comparações. O fato de ela estudar o homem em relação com seu território não dá lugar a nenhuma diferença, tanto mais que coloca o homem dentro da natureza e o considera nas suas relações recíprocas com a Terra. (RATZEL, 1990a, p. 101).

Houve ainda, algumas tentativas de aproximação de Ratzel do materialismo histórico e dialético, tendo em vista o fato de seu pensamento não se pautar diretamente na metafisica ou subjetivismo, além de suas colocações acerca do objeto antropogeográfico serem de cunho materialistas, entretanto:

> [...] isso não basta para aproximá-lo do materialismo histórico e dialético. [...]. Se a visão ratzeliana do objeto geográfico pode ser considerada materialista, não há maneira de avalia-la como histórica ou dialética. As suas posições metodológicas se encarregam de não deixar nenhuma dúvida quanto a esse respeito [...]. (MORAES, 1990a, p. 12).

Em suas obras, Ratzel faz frequentes elogios a Comte, além de citar historiadores como Herbert Spencer e Hippolyte Taine, expoentes do positivismo no século XIX, o que revela com clareza sua adesão ao método. Sua postura metodológica introduz um caráter naturalista à antropogeografia, imprimindo uma analogia com as ciências naturais. Ou seja, para Moraes (1990, p. 13), "a geografia dedicada ao estudo dos fenômenos humanos foi por ele equacionada dentro dos cânones metodológicos oriundos da análise da natureza".

Ademais, a antropogeografia foi pautada no método indutivo, tendo como base, a observação empírica. Ratzel se posicionou contrário ao procedimento dedutivo e ao levantamento de hipóteses.

> [...] O trabalho deveria partir da descrição minuciosa de quadros espaciais circunscritos, vistos como conjuntos de elementos diferenciados entre os quais os fenômenos humanos. À descrição seguiria a comparação tendo por meta a classificação. Nesse percurso a indução comandaria a pesquisa [...] a classificação seria o limite desses estudos tópicos. De posse desses resultados, o pesquisador deveria retornar à escala local e à consideração de um povo específico, tentando identificar aí os nexos causais existentes. (MORAES, 1990, p.13).

Sobre o a opção pelo método indutivo, o próprio Ratzel salienta que:

> [...] é inexata a concepção daqueles que consideram a geografia como uma ciência dedutiva; porque, se é verdade que o geógrafo tem os olhos voltados constantemente para toda a Terra e está sempre pronto para passar das considerações de um fenômeno singular à consideração de uma série de fenômenos, isto é, do procedimento analítico ao sintético [...]. (RATZEL, 1990a, p. 96).

É na causalidade de sua visão positivista que reside a crítica do empobrecimento das formulações de Ratzel. A ideia de causa e efeito passa a coordenar o pensamento ratzeliano, as condições naturais são vistas como determinantes para o movimento da história humana. Assim, a sociedade é vista como elemento passivo, apenas reagindo a seu ambiente exterior – sua antropogeografia passa a veicular, portanto, uma perspectiva naturalista (MORAES, 1990).

No pensamento ratzeliano há que se considerar ainda as influências das proposições evolucionistas – Darwin e Lamarck [1], tendo sido "grandemente influenciado pela teoria do evolucionismo" (LENCIONE, 2009, p. 82) –e, como já mencionado, do próprio Ritter[2], que já manifestava a preocupação em considerar a influência das condições naturais sobre a condição do homem. Ratzel aproximava-se ainda do filósofo Herder que, sendo um dos participantes do movimento *Sturm undDrang*[3] compartilham o mesmo ideal nacionalista. Assim, em resumo, Moraes (1990, p. 17), afirma que a antropogeografia de Ratzel "visava realizar um projeto teórico românticocom um instrumental positivista". Ainda nessa perspectiva, Moraes (1990, p. 17) ressalta que:

> [...] Deve-se assinalar que tal filiação aos postulados herderianos, limitou-se, de forma absoluta, ao plano da definição antropogeográfica do objeto. No que tange à discussão de método, Ratzel foi bastante crítico com relação ao filósofo, cujas

[1] Naturalista francês que propôs sinteticamente uma teoria da evolução. Segundo Ratzel: "Lamarck, com o vasto conhecimento que possuía do mundo orgânico, não poderia ter acolhido melhor a simples teoria da plasticidade dos seres orgânicos; aos contrário, ele tentou expressar no seu conceito de devir aquilo que chamamos hoje de adaptação, fazendo deste um de seus conceitos fundamentais." (RATZEL, 1990a, p. 42).

[2] Dentre algumas das críticas tecidas ao trabalho de Ritter, Ratzel apontou que "[...] Para perceber a simples relação que se dá entre a superfície estável da Terra e a humanidade em transformação sobre ela, Karl Ritter deveria ter abandonado a concepção teleológica, a partir da qual ele considera os processos históricos como partes preordenadas de um grande plano de educação da humanidade." (RATZEL, 1990a, p. 48). Cabe ressaltar que, a teleologia refere-se ao estudo dos fins últimos da natureza, da sociedade ou do homem e, teve início com o pensamento aristotélico.

[3] Dá início ao Romantismo na Europa, tendo suas raízes na Alemanha do século XVIII. O chamado "Sturm undDrang", de 1770, traz para a discussão o conceito de "espírito nacional" ou "caráter nacional".

> considerações nesse particular ele avaliou como “não-científicas”, num juízo distinto do de Ritter.

Não se pode assim desconsiderar que “o destaque maior da análise ratzeliana é dado à E. Kant e a J. G. Herder” (MORAES, 1983, p. 322).Sendo, portanto, essas as principais concepções que embasaram o pensamento ratzeliano, cabe ressaltar, como bem aponta Moraes, que no plano metodológico Ratzel limita-se aos postulados do positivismo, prezando por rígida objetividade e por uma “postura absolutamente científica”.

No tocante às suas inspirações na análise do objeto, no entanto, Ratzel busca fontes consideradas “metafísicas”, o que faz de sua proposta a união de concepções díspares, já que, “a temática vem do idealismo transcendental, e seu tratamento é proposto em moldes positivistas, tendo por modelo os estudos das ciências da natureza” (MORAES, 1990, p. 17).

Espaço Vital e território: uma teoria de Estado

Sendo responsável por um discurso legítimo no período em que escrevia – ainda que o mesmo parecesse, em certa medida, neutro e despretensioso, Ratzel encontrava-se ideologicamente em consonância com o período da unificação alemã.

Para Ratzel, a importância da geografia política residia no fato de que é inconcebível a idéia de Estado sem a pressuposta existência do território ou das fronteiras. O alemão postula que, ainda que as ciências políticas freqüentemente tenham ignorado as relações entre o espaço e a posição geográfica, “uma teoria de Estado que fizesse abstração do território não poderia jamais, contudo, ter qualquer fundamento seguro” (RATZEL, 1990a, p. 73).

A questão de domínio espacial tinha forte peso em suas formulações. Nesse sentido, são construídos os conceitos de espaço vital e território, que assim podem ser definidos:

> O território seria, em sua definição, uma determinada porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano [...]. O espaço vital manifestaria a necessidade territorial de uma sociedade tendo em vista seu equipamento tecnológico, seu efetivo demográfico e seus recursos naturais disponíveis. Seria assim uma relação de equilíbrio entre a população e os recursos, mediada pela capacidade técnica. Seria a proporção do planeta necessária para a reprodução de uma dada comunidade. (MORAES, 1990, p. 23, grifos nossos).

Com base nessas formulações, a guerra e o conflito se tornariam tendências *naturais* para o autor e o embate na defesa do território seria fruto de um trabalho dispendido, especialmente advindo de um aparato bélico. Assim, o progresso técnico garantiria uma estabilidade do domínio territorial e o Estado seria o agente impulsionador desse progresso (MORAES, 1990).

A *naturalização* desse processo levaria o Estado à condição de essencial no processo civilizatório, ou seja, sua existência seria decisiva para diferenciar os povos por ele considerados *naturais* e os *civilizados*. O surgimento do Estado além de pressupor certo desenvolvimento cultural, deveria ter por base a delimitação territorial, uma vez que, a defesa desse território pressupunha organização entre os membros da sociedade, o que levaria, por suposto, à criação do Estado (MORAES, 1990).

Sobre a naturalização da existência do Estado sobre o território, o autor é enfático:

> Que território seja necessário à existência do Estado é coisa óbvia. Exatamente porque não é possível conceber um Estado sem território [...]. O fato de estes dois organismos (Estado e território) estarem ligados ao seu solo é a consequência natural da ligação evidente que une a criatura humana à Terra. (RATZEL, 1990a, 73).

Além dessa concepção, Ratzel pressupunha que a função imediata do Estado é a proteção do território "contra as violações vindas de fora". O que ele chama de "apetite territorial" estria presente no interior do próprio Estado e, com esse intuito, haveria a necessidade de aumento do espaço vital. Esse discurso é verificado no autor na medida em que a "estratégia imperial bismarckiana[4]" é por ele assumida. Para Ratzel:

> No seu crescimento e evolução, o Estado seleciona os benefícios geográficos, ao ocupar antes os bons locais de um distrito [...]. Seu crescimento está relacionado com a despossessão de outros Estados, ele captura vitoriosamente as boas áreas, e os despossuídos permanecem nas áreas ruins. (RATZEL, 1990c, p. 186).

A expansão do território foi por ele comparada com a naturalidade que cresce uma "família" – analogia usada por Ratzel em seu Antropogeografia: "À medida que a família cresce, aumenta também a porção de território que ela necessita para o seu desfrute. [...] Assim, a unidade estatal cresceria gradativamente e "alcançaria a amplitude dos impérios mundiais". (RATZEL, 1990a, 76-77).

A comparação feita por Ratzel ao núcleo familiar não se limita à apresentada acima. A figura do "elemento patriarcal" que detém a força e o controle sobre os demais, é comparado ao próprio Estado:

> O elemento patriarcal que entranha formação da tribo e na criação de um ordenamento político se exprime aqui do modo mais acentuado, e assim como na organização dos povos caçadores o mais forte representa o centro do Estado, entre os pastores este é representado pelo mais velho.(RATZEL, 1990b, 143-144).

[4]Estratégias do diplomata Otto von Bismarck, responsável pelas últimas três guerras de unificação do Império Alemão, entre 1871 e 1890.

Tais comparações são, em certa medida, frequentes na concepção ratzeliana tendo em vista que, o autor considera que “Nenhum povo é totalmente destituído de organização política [...]. ” (RATZEL, 1990b, 141). Os povos considerados por Ratzel como *naturais* – não civilizados quando comparados aos europeus – possuem, segundo o alemão, conceitos jurídicos ainda elementares e utilizados apenas para a “defesa pessoal ou reparação de culpa”. Suas guerras são “muito menos cruentas que as nossas, e freqüentemente se nos apresentam como caricaturas do verdadeiro *estado de guerra*[5] ” (RATZEL, 1990b, 145).

As comparações tecidas entre os povos naturais e os civilizados também são freqüentes por Ratzel na “defesa” desses últimos:

> É algo por assim dizer congênito às organizações políticas dos povos naturais a indeterminação das fronteiras; não há uma linha precisa, mas um espaço livre de grandeza variável, e isto parece ser feito deliberadamente. Esta falta de precisão nas fronteiras perdura também nos Estados semicivilizados. O Estado no seu conjunto não se identifica com seu território [...]. (RATZEL, 1990b, 143-147).

A vida em sociedade, organizada e civilizada, pressupõe a saída da condição de isolamento do homem, uma vez que, essa condição torna-o “infecundo”. A união entre mais de um indivíduo possibilita a “consolidação da união política” e, a partir desse pressuposto, o Estado é criado “pela comunhão da autoridade dominante e dos interesses comuns” (RATZEL, 1990b, p. 150).

Assim, uma sociedade considerada como civilizada por Ratzel somente poderia originar o que ele chamou de grandes Estados. Estes, por sua vez, estariam situados na Europa ou em áreas coloniais europeias, sendo que, tais áreas “o poder

[5] Situação em que o Estado promove atividades econômicas, sociais e militares justificadas pela condição ou ameaça de guerra.Para o Direito Internacional, estado de guerra é uma condição de dois ou mais Estados causada por uma declaração de guerra entre os Estados envolvidos.

político expandiu-se com o comércio, as crenças e a cultura européia [sic].” (RATZEL, 1990c, p. 178).

Para Ratzel, o elemento cultural é definitivo para que, progressivamente, construa-se as bases coesivas de uma população. Ainda que, segundo ele, “nem sempre as maiores culturas tenham sido as maiores construtoras de Estados – a formação de Estados é apenas uma das muitas maneiras nas quais as forças culturais podem ser utilizadas –, todos os grandes Estados do passado e do presente pertencem aos povos civilizados” (RATZEL, 1990c, p. 177).

A composição desta série de elementos na concepção ratzeliana, confere à sua teoria de Estado uma *natureza orgânica*, ou seja:

> O Estado é um organismo não somente porque articula a vida do povo sobre a fixidez do solo, mas porque esta relação reforça-se por reciprocidade, ao ponto que formam não mais do que um único ser e que não se possa mais pensar em um sem o outro. Solo e povo alcançam esta situação, na medida em que possuem as características necessárias para a ação de um sobre o outro.(RATZEL, 2011, p. 52).

Assim, o Estado passa a se constituir como um organismo ligado à uma porção da superfície terrestre, o qual possui propriedades que se originam do solo e do povo, dentre as mais importantes estão, sua extensão, as fronteiras, o tipo e forma do solo. Ainda, sua vegetação, irrigação e as relações com o restante da superfície terrestre. Além disso, incluem-se à essas propriedades – as quais formam o “país” – o homem e as lembranças ali enraizadas (RATZEL, 2011).

Para a geografia política, portanto, cada povo, localizado em sua área delimitada (solo), que dela retira seu sustento e por ela está ligado por relações espirituais,

> [...] representa um corpo vivo que se estendeu sobre uma parte da Terra e se diferenciou de outros corpos, que igualmente se expandiram por fronteiras ou espaços vazios. As populações estão em contínuo movimento interno. Ele se transforma em movimento

> externo, para diante ou para trás, quando se ocupa um novo trecho de terra ou se abandona uma possessão anterior. (RATZEL, 1990c, p. 176, grifo nosso).

Desta feita, os estímulos para o crescimento espacial dos Estados vêm, prioritariamente, de seu exterior, “o crescimento natural renova um corpo político simples e o reproduz continuamente” (RATZEL, 1990c, p. 188). Para Ratzel, as fronteiras são o “órgão periférico do Estado” é nelas que reside o “suporte e a fortificação de seu crescimento” (RATZEL, 1990c, p. 184), sendo assim, o *organismo Estado* para o alemão, “nunca está em repouso”.

Considerações Finais

Com o objetivo de compreender a elaboração do pensamento de Friedrich Ratzel para as discussões da Geografia Política, bem como, sua contribuição para a constituição da própria ciência geográfica, buscou-se fazê-lo à luz de uma revisão bibliográfica de alguns de seus principais textos traduzidos, resgatando seus conceitos essenciais,*espaço vital* e *território*.

Ao constatar sua opção metodológica pelo positivismo clássico, sem, no entanto, desconsiderar seu interesse pelo debate no âmbito do idealismo alemão, observa-se que, o pensamento ratzeliano mais tem a revelar que “apenas” sua já consolidada contribuição à Geografia Política.

Nessa área, entretanto, a elaboração feita pelo alemão de uma teoria de Estado que, ao compará-lo com um organismo vivo, ressalta propriedades e elementos em constante movimento, tal qual aconteceria com qualquer “corpo” em constante movimentação, aliando à essa perspectiva a necessidade “natural” de expansão territorial de qualquer sociedade que necessite de recursos suficientes para se manter em equilíbrio.

Seu discurso, como é bem sabido, caro ao pensamento da época e essencial à geografia em sua constituição enquanto ciência, garantiu ainda, legitimidade ao expansionismo alemão e ao seu processo de unificação.

Referências

CAPEL, Horacio Sáez. **Filosofia y ciência en la geografia contemporânea: uma introduccion a la geografia.** 3. ed. Barcelona: Barcanova, 1988, c1981.

CLAVAL, Paul. **História da Geografia.** Lisboa: Edições 70, 2015. 140p.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia.** (1ª ed. 1999). 2ª reimpressão. São Paulo: Edusp, 2009. 221p.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Os fundamentos filosóficos do pensamento de Ratzel. In: **Contribuição para uma história crítica do pensamento geográfico: Alexandre von Humboldt, Karl Ritter e Friedrich Ratzel.** Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia da FFLCH/USP, pp. 318-349, 1983. 604p.

_____. A antropogeografia de Ratzel: indicações. In.: MORAES, Antonio Carlos Robert (Org.). **Ratzel.** São Paulo: Editora Ática, 1990. 199p.

RATZEL, Friedrich. Geografia do Homem (Antropogeografia). In.: MORAES, Antonio Carlos Robert (Org.). **Ratzel.** São Paulo: Editora Ática, 1990a. 199p.

_____. As raças humanas. In.: MORAES, Antonio Carlos Robert (Org.). **Ratzel.** São Paulo: Editora Ática, 1990b. 199p.

_____. As leis do crescimento espacial dos Estados. In.: MORAES, Antonio Carlos Robert (Org.). **Ratzel.** São Paulo: Editora Ática, 1990c. 199p.

_____. **A relação entre o solo e o Estado - Capítulo I O Estado como organismo ligado ao solo.**Tradução de Matheus Pfrimer. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 29, pp. 51 - 58, 2011.

VLACH, Vânia Rubia Farias. **Geografia em debate.** Belo Horizonte: Lê, 1990. 104p.

GEOPOLÍTICA DO BALUQUISTÃO: GÁS, NACIONALISMO, E TERRORISMO

Eixo Temático 1: Geografia Política e Geopolítica Clássica e Contemporânea dos séculos XX e XXI

Rafael Regiani

Resumo: Este artigo tem como objetivo compreender o conflito do Baluquistão à luz dos referenciais teóricos fornecidos por Mackinder e Spykman. De acordo com o primeiro, a potência que controla o Heartland, controlará o restante do mundo se ela conseguir atingir os mares. Na visão do segundo autor, a zona estratégica do mundo não é nem o controle dos continentes, e nem dos mares, mas sim de uma extensa faixa no encontro dos dois, que ele chama de Rimland, região em que se encontra o Baluquistão. Pretendemos colocar assim, a questão como imersa no confronto entre poder marítimo e poder terrestre. A metodologia adotada será a análise individual dos fatores envolvidos, como Geografia, Interesses Internacionais, e Grupos Políticos.

Palavras-chave: Baluquistão; Energia; Nacionalismo.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo comprender el conflicto de Baluchistán a la luz de las teorías de Mackinder y Spykman. Según la primera, la potencia que controla el Heartland, controlará el resto del mundo si puede llegar a los mares. En opinión del segundo autor, la parte estratégica del mundo no es ni el control de los continentes, y ninguno de los mares, sino una amplia franja en la reunión de los dos, que él llama Rimland, una región que estás el Baluchistán. Tenemos la intención de ponerlo de esa forma, la cuestión baluche inmersa en la confrontación entre el poder

del mar y el poder de la tierra. La metodología será el análisis individual de los factores que intervienen, tales como la geografía, los intereses internacionales y los grupos políticos.

Palabras-clave: Baluchistán, Energía, Nacionalismo.

Geografia

O Baluquistão é uma região compreendida entre o Paquistão, Irã e Afeganistão que se estende por aproximadamente 535.898 Km², um tamanho similar ao da França, por exemplo. No Paquistão corresponde à província do Baluquistão; no Irã abrange a província de Sistão e Baluquistão; e no Afeganistão envolve a porção meridional do país, englobando parte das províncias de Nimruz, Helmand e Kandahar. A região do Baluquistão localiza-se à beira do Mar da Arábia, com uma linha costeira de mais de 1.450 Km (Figura 1).

Figura 1 – Mapa Político-Administrativo do Baluquistão. Fonte: Elaboração própria.

O Baluquistão possui uma paisagem dominada por desertos e montanhas, em meio aos quais se encaixam vales estreitos com pequenos cursos d'água onde floresce a escassa vegetação local, além de permitir algum cultivo. Na porção meridional encontra-se a zona mais desértica ocupada pelo Makran, enquanto que na região setentrional o relevo torna-se mais montanhoso conforme se aproxima da cordilheira do Hindu Kush, destacando-se as montanhas Suleiman. Mas, em que pese sua geografia desolada, por baixo de suas pedras e areias acredita-se que haja grandes recursos naturais, como carvão, gás natural, petróleo, urânio, ouro, cobre, platino, alumínio, cromita, barita, enxofre, mármore, ferro, quartzito, calcário, e asbestos.

É habitada majoritariamente pelos baluques, um povo do tronco indo-iraniano de línguas, e que pressupõe-se sejam assemelhados aos curdos. São majoritariamente de religião islâmica do ramo sunita. Os baluques possuem uma identidade e cultura próprias ligada ao ambiente áspero em que vivem. Uma canção de guerra do século XVI dizia que "os picos elevados são nossas fortalezas; as gargantas intransitáveis são nossas amigas" (HARRISON, p. 142).

Acredita-se que a população de baluques seja algo em torno de 15 milhões divididos em cerca de 70 tribos, distribuídos a sua maioria no Paquistão, com 6,9 milhões, seguidos pelo Irã, que soma 1,5 milhão de baluques, e mais atrás pelos 400 mil de Omã, e os 300 mil do Afeganistão, conforme o *The World Factbook* da CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY.

Tanto a província paquistanesa do Baluquistão quanto a província iraniana de Sistão e Baluquistão são áreas economicamente deprimidas. No geral os baluques praticam uma economia de subsistência, se dedicando principalmente ao pastoreio, embora no litoral também haja comunidades de pescadores. A descoberta de reservas de gás natural deu início a algum grau de industrialização no lado paquistanês, mas sem beneficiar os baluques, posto que em ambos os lados da fronteira eles se queixam de discriminação tanto nos empregos privados quanto públicos. Mais recentemente a atividade portuária vem sendo desenvolvida,

conferindo ao Baluquistão o papel de região de trânsito de navios, dutos e até drogas.

Geopolítica

O que torna o Baluquistão em estratégico é sua localização que permite tanto a conexão entre o *heartland* da Ásia Central com as águas quentes do Oceano Índico quanto a conexão entre as ricas regiões produtoras de hidrocarbonetos do Golfo Pérsico e Mar Cáspio e os grandes mercados consumidores da China e Índia.

Dois projetos de gasodutos ligando essas regiões através do território baluque se destacam: o IPI e o TAPI. (Figura 2)

O IPI, sigla que reúne as iniciais de Irã-Paquistão-Índia, é uma iniciativa iraniana de exportar o gás natural do campo de South Pars para centros industriais do Paquistão e da Índia. Deste total, 760 Km, ou 28% do gasoduto, passariam por regiões sensíveis a atividade guerrilheira no Baluquistão (WIRSING, p. 12). Mas ao mesmo tempo em que seria vulnerável a sabotagem, também traria desenvolvimento às províncias meridionais do Paquistão – Baluquistão e Sind –, bem como promoveria sinergias econômicas e energéticas entre os três países, sendo por isso chamado de “gasoduto da paz” (SÉBILLE-LOPEZ, p. 294). Só o Paquistão poderia ganhar entre 600 e 700 milhões de dólares por ano com direitos de trânsito do gás para a Índia.

A resistência da Índia em optar pelo IPI é a sua tradicional desconfiança em relação ao vizinho Paquistão. A segurança energética indiana poderia ser posta em risco em uma eventual crise diplomática entre os países que levasse Islamabad a interromper o fluxo de gás. E a decisão de construir um gasoduto que passe pelo estado rival poderia soar impopular entre os eleitores da maior democracia do mundo. Se não houver uma guinada radical na relação entre os dois países, o IPI só se tornaria viável com a separação das províncias paquistanesas do Baluquistão e do Sindh, criando um estado-corredor aliado por onde passaria o gasoduto. De fato, além de nacionalistas baluques e sindhis que defendem a criação de dois países

independentes – Baluquistão e Sindhudesh – há aqueles que advogam por uma Confederação Baluque-Sindh baseado na complementaridade entre as províncias: o Baluquistão detém recursos naturais mas carece de capital industrial, enquanto o Sindh possui recursos financeiros porém é pobre em recursos naturais (KAPLAN, p. 75). Contudo, se separar apenas o Baluquistão já é uma dificuldade, ter de seccionar duas províncias paquistanesas seria mais árduo ainda.

O IPI esbarra também na resistência dos EUA, que através do ILSA (*Iran Lybia Sanctions Act*, de 1996, rebatizado para *Iran Sanctions Act* em setembro de 2006) tenta demover Paquistão e Índia de participar do projeto em favor do TAPI. Para compensar a desistência, o governo Bush ofereceria à Índia novos reatores nucleares americanos, e ao Paquistão, novos aviões caças para fazer frente à Índia. O paradoxo desta posição política é que ela recompensaria a Índia, que não segue as convenções internacionais na área nuclear, ao mesmo tempo em que priva o Irã, que sempre aderiu ao TNP, de desenvolver suas capacidades nucleares (SÉBILLE-LOPEZ, p. 295). Não menos contraditória fica a posição de Washington quando proíbe o programa nuclear iraniano sob a desculpa que as enormes reservas de hidrocarbonetos o tornam desnecessário e ao mesmo tempo tenta frear Teerã de alavancar sua indústria do gás através do IPI.

Por sua vez, o TAPI é acrônimo de Turcomenistão-Afeganistão-Paquistão-Índia. Teria 1.680 Km e capacidade de transporte de 3,2 bilhões de pés cúbicos de gás natural do campo de Dauletabad. Inicialmente o gasoduto se chamaria TAP, ou *TransAfghan Pipeline*, mas ganhou uma nova letra após a Índia ser convidada em fevereiro de 2006. Era um projeto da sociedade californiana Unocal, acionista majoritária do consórcio Centgas, entre 1994 e 1998, e que reunia também a sul-coreana Hyundai, a saudita Saudi Arabia Delta Oil, e a paquistanesa Crescent. O TAP visava transportar petróleo e gás do Turcomenistão para o porto de Gwadar, no Baluquistão paquistanês, através do território afegão, contornando os regimes adversários do Irã e Rússia.

Sua trajetória também passa pelo Baluquistão, mas com um trecho menor e na altura da cidade de Quetta, a capital da província, que já é uma área de maioria

pashtuns. Até por isso, mais do que o Baluquistão, um Afeganistão estável é necessário para o sucesso do TAPI. A Unocal chegou até a apoiar o Taliban no período final da guerra civil afegã, quando a vitória deste parecia certa, mas desistiu após o governo Clinton começar a bombardear a Al-Qaeda em represália aos atentados contra as embaixadas americanas no Quênia e Tanzânia. A Unocal ainda recorreu a conselhos de especialistas em assuntos políticos afegãos, como Hamid Karzai – futuro presidente interino e posteriormente eleito do país –, e como Zalmay Khalilzad – americano de origem afegã, que já havia trabalhado para os governos de Ronald Reagan e George Bush. Mais tarde se tornaria conselheiro de George W. Bush para o Golfo e Ásia Central no Conselho Nacional de Segurança, e depois em embaixador americano no Afeganistão (SÉBILLE-LOPEZ, p. 201).

Os EUA se opõem ao IPI porque consideram que este gasoduto poderia anular os efeitos das sanções econômicas impostas ao Irã em sua tentativa de frear o programa nuclear dos aiatolás. Com base nessa lógica o secretário de energia Samuel Bodman foi despachado para a Índia em março de 2007 para levar a mensagem de que o IPI "contribuiria para o desenvolvimento de armas nucleares" (WIRSING, p. 12). Pelo mesmo motivo a secretária de estado Condoleezza Rice, em sua jornada pela Ásia em março de 2005 "desaconselhou" Nova Delhi a investir no IPI (SÉBILLE-LOPEZ, p. 203), e preteri-lo em favor do projeto concorrente.

O TAPI interessa muito mais aos EUA, porque não só evita fortalecer regimes rivais, como ainda favoreceria empresas americanas participantes em sua construção e operação. Tracey Ann Jacobson, embaixadora americana no Turcomenistão, declarou em 2005 que "os Estados Unidos consideram este projeto com seriedade e é perfeitamente possível que companhias americanas se envolvem nele" (Idem, 202). Além do mais, enquanto o IPI poderia ser construído sem financiamento externo, o TAPI, passando pelo Afeganistão, país pobre em recursos, precisaria de investimentos do Banco Asiático de Desenvolvimento, ou mesmo do Banco Mundial, para construir seu trecho, favorecendo o grande capital financeiro global.

Uma terceira alternativa estudada pela Índia seria a construção de um gasoduto submarino saindo do Irã, e contornando o Paquistão através de Omã. A ideia foi lançada pelo então primeiro-ministro Narasimha Rao, quando de uma visita sua a Mascate em 1993 (TANCHUM, jul./2015). Mas mesmo nesse caso a Índia não escaparia totalmente dos baluques. Em Omã, apesar do idioma oficial ser o árabe, a língua baluque é bastante utilizada, dada a proximidade do país com o Baluquistão, do qual é separada apenas pelo Golfo de Omã. Inclusive historicamente Omã sempre teve influência sobre a região dos baluques. Gwadar, por exemplo, era um enclave de Omã até ser transferido para o Paquistão em 1958. Igualmente se pode dizer da influência dos baluques em Omã, onde eles adotam o sobrenome Al Balushi, e, ao contrário de seus semelhantes da outra margem do golfo, em Omã os baluques ocupam posições de destaque no Estado.

Esta iniciativa, levada a cabo pela *South Asia Gas Enterprise* (SAGE), prevê um gasoduto de aproximadamente 1.400 Km de extensão, com capacidade de transporte de 31 milhões de m³/dia, o mesmo volume previsto pelo IPI. Sairá de Ra's Al Jifan, na costa de Omã, e atingirá o litoral da Índia na localidade de Porbandar, no estado de Gujarat, o mesmo estado do atual Primeiro-Ministro Narendra Modi, com uma ramificação opcional para Mumbai.

A dificuldade seria sua construção a uma profundidade de 3.400 metros sob o Mar Arábico, o que faria do IOI o gasoduto mais profundo do mundo. Nem Índia e nem Omã possuem navios para instalar os dutos a tal profundidade. Além disso, a profundidade também imporia dificuldades no caso de se precisar fazer reparos, e os danos ambientais que um vazamento de gás submarino poderia causar. Há também a preocupação com o impacto de desastres naturais como terremotos e tsunamis sobre o gasoduto, e acidentes com âncoras de navios, plausível numa região maritimamente movimentada como é o Golfo Pérsico (SAKHUJA).

Figura 2 – Projetos dutoviários no Baluquistão. Fonte: elaboração própria.

Além dos projetos de gasodutos que atravessam o Baluquistão, planos de sistemas viários com terminais em portos no território baluque, capazes de reforçar os laços políticos e comerciais de Índia e Paquistão com a Ásia Central reforçam o valor estratégico da região. Gwadar e Chabahar são os nomes dos portos em questão (Figura 3).

O porto de Gwadar foi inaugurado em 20 de março de 2007 durante o governo de Pervez Musharraf em evento que contou com a presença do Ministro das Comunicações chinês Li Shen. No discurso inaugural, Musharraf fez alertas aos "elementos extremistas" que seriam "aniquilados desta área" se não depusessem suas armas (WIRSING, p. 16). Localizado a 725 Km a oeste de Karachi, principal porto paquistanês, Gwadar tem entre outros objetivos dar maior profundidade estratégica à Marinha do Paquistão, que até então só contava com uma base em

Karachi e que era facilmente bloqueada pela Marinha indiana nas guerras travadas por estes dois países.

A China foi a principal contribuidora da primeira fase do projeto com US$ 248 milhões investidos, e concluída em 2006. Os interesses de Pequim são monitorar suas rotas de suprimento de petróleo na saída do Golfo Pérsico, e abrir rotas comerciais que tirem do isolamento a província do Xinjiang, impulsionando o desenvolvimento da mesma. Portanto, dos conflitos que devem afetar a China, a questão baluque e o terrorismo em Xinjiang estão relacionados. Se a China sucede em criar um corredor de transporte viário colocando o extremo ocidental do país no hinterland do porto de Gwadar, Xinjiang pode progredir economicamente, gerando empregos e renda para os nativos uigures, e atenuando a diferença de nível de desenvolvimento em relação ao restante do país. Mas por outro lado, se fracassar, o Xinjiang será comprometido, e a inquietação dos uigures alimentará nova onda de atentados nacionalistas separatistas. Uma solução que não exclusivamente baseada na repressão para a ameaça do terrorismo islâmico na província passa pela paz e prosperidade no Baluquistão paquistanês. Pois um corredor de transporte unindo Gwadar e Xinjiang através da Caxemira paquistanesa, porém sem beneficiar também os povos que vivem na área afetada, corre o risco de ser utilizado pelos terroristas islâmicos que agem no Paquistão para penetrar na China, e fortalecer a força de seus correligionários lá.

Gwadar também é a oportunidade de modernização econômica do Paquistão. Cidade próxima aos ricos recursos petrolíferos e às economias dinâmicas do Golfo, e no caminho das principais rotas marítimas da região, Islamabad pretende transformar Gwadar em um centro multidimensional de atividade econômica, ligado aos países vizinhos por rodovias, ferrovias, aerovias e dutovias, para lhes dar uma saída para o mar, e aumentar a influência paquistanesa sobre estes países, podendo ainda criar uma zona de livre comércio capaz de atrair investimentos externos. A segunda fase do porto de Gwadar vai custar em torno de US$ 1 bilhão e prevê a construção de dois terminais e um oleoduto capaz de transportar petróleo direto para a China. Para isso o governo central procura aumentar o povoamento da região para prover os profissionais necessários. Gwadar que, quando o porto

começou a ser construído em 2001, era uma singela vila de pescadores baluques de 5 mil habitantes passou para mais de 125 mil, ou 25 vezes mais, atualmente (Idem, pp. 16-17). Os planos de Islamabad não param por aí e pretendem aumentar a população de Gwadar e seu entorno para até 2 milhões de habitantes.

Banhado por uma baía natural, o porto de Gwadar é capaz de receber cargueiros de 30 mil toneladas e contâineres de até 25 mil toneladas. O termino das obras da 2ª fase o habilitarão a receber petroleiros de até 200 mil toneladas.

O governo central faz grandes apostas sobre o sucesso de Gwadar, e acredita que possa torná-lo em uma 'nova Dubai'. Contudo, o geopolítico americano Robert Kaplan faz importantes ressalvas que diferenciam Dubai de Gwadar, e que tornam suas expectativas em relação ao sucesso deste último bem mais modestas que as oficiais. Kaplan destaca que o triunfo da modernização econômica de Dubai e de outros xecados petrolíferos do Golfo foi, entre outros, graças à eficiência administrativa de seus governos em converterem a riqueza de hidrocarbonetos do subsolo em uma economia de negócios e serviços, e a legitimidade de suas monarquias perante a população. O Estado paquistanês, em contrapartida, é muito mais corrupto e ineficiente no trato do dinheiro público, além de ter sua legitimidade questionada em várias províncias, o que provoca insurgências nas porções interiores do país. Dubai e outros xecados do Golfo são praticamente cidades-estado sem um *hinterland* próprio. A riqueza que as sustenta não é fornecida por uma região própria. Seus trabalhadores adveem de países desde Filipinas até Somália, os cargos mais qualificados são ocupados por americanos e europeus, enquanto que as mercadorias vendidas são fornecidas por empresas transnacionais. Assim, podemos dizer, em realidade, que o *hinterland* de Dubai é o globo todo. O fenômeno urbano de Dubai é uma cria da globalização. E quando a tendência globalista passar, a tendência é Dubai se tornar em uma cidade-morta, porque não tem um *hinterland* que a sustente. Gwadar, por sua vez, tem um *hinterland* próprio, que é a província do Baluquistão. Menos globalizada que a economia emiratense, a mão-de-obra que constrói a cidade de Gwadar é composta de paquistaneses sindhis, pashtuns, e outras etnias que não os baluques que, alienados do progresso local, se são incluídos chocar-se-ão com os trabalhadores de outras etnias

deslocados para lá, e se permanecem excluídos se revoltarão contra o estado. Violência étnica em caso de subemprego baluque; violência política no caso de desemprego baluque. A turbulência do *hinterland* de Gwadar afasta potenciais investidores e compromete o potencial comercial de seu porto. Essas as diferenças tornam KAPLAN bem menos otimista que os oficiais paquistaneses (2010, p. 74).

A resposta da Índia ao porto sino-paquistanês foi a construção em 2002 de um porto alternativo em Chabahar, no Baluquistão iraniano, a 72 Km de Gwadar, com investimentos na ordem de US$ 100 milhões. Este porto foi conectado ao Afeganistão por meio de uma rodovia unindo as cidades de Zaranj, na fronteira com o Irã, e Delaram, de onde se liga ao restante da malha rodoviária afegã, e pode-se chegar até Feyzabad, e posteriormente ao Tadjiquistão. Feyzabad, na província de Badakshan, é o território original da Aliança do Norte. Quando a Aliança do Norte assumiu o poder interino no Afeganistão, após a derrubada do regime Taliban, a construção da rodovia foi uma das primeiras medidas de ajuda da Índia ao Afeganistão (WIRSING, p. 19). O objetivo da Índia era diminuir a dependência econômica de Cabul do porto paquistanês de Karachi, por onde o Afeganistão realiza 90% de suas exportações, e ao mesmo tempo abrir uma rota de acesso para a Ásia Central contornando o território do Paquistão.

Inicialmente a construção do porto de Chabahar fazia parte de uma iniciativa conjunta de Índia, Irã e Rússia chamada de *International North-South Transport Corridor* (INSTC), que visava a abertura de uma rota alternativa e mais curta para a Europa do que Canal de Suez, em que por meio de um trajeto iniciando em Chabahar, passaria pelo Irã, Mar Cáspio e terminaria em São Petersburgo na Rússia, com uma ramificação para o Turcomenistão. Contudo, a derrubada do Taliban abriu espaço para uma segunda ramificação do INSTC, se estendendo também ao Afeganistão.

As pressões de Washington sobre o Irã tiveram efeito e a Índia suspendeu as obras de construção do porto de Chabahar. Contudo a transferência da administração do porto de Gwadar para uma companhia chinesa em 2012 levou Nova Delhi a retomar as obras em Chabahar contra a vontade dos EUA.

As vantagens do porto de Chabahar para Índia e Irã são mútuas. Se por um lado a Índia ganha competitividade internacional ao obter uma saída que a permite acessar mercados da Ásia Central, Rússia e Europa a um custo 30% menor percorrendo um trajeto 40% menor do que a rota do Canal de Suez, o Irã ganha seu primeiro porto de águas profundas e acessado diretamente pelo Oceano Índico, descongestionando o porto iraniano tradicional de Bandar Abbas que, localizado nas águas rasas do Golfo Pérsico, não é capaz de receber cargueiros de mais de 100 mil toneladas. Desde que boa parte do comércio marítimo atual é realizada por cargueiros de 250 mil toneladas, os navios teem de se dirigir primeiro aos Emirados Árabes Unidos onde a mercadoria é transferida para navios menores capazes de atracarem em Bandar Abbas, o que deixa o Irã vulnerável a uma interrupção de 85% do seu comércio marítimo no caso de um conflito no Estreito de Ormuz com os EAU, com quem o Irã disputa a soberania de algumas ilhas, ou de outro país do Conselho de Cooperação do Golfo (TANCHUM, mai./2015).

Chabahar embora não esteja em um sítio tão central no Mar da Arábia quanto Gwadar, o fato de seu *hinterland*, o Baluquistão iraniano, ser mais pacífico do que o do concorrente paquistanês, pode compensar suas desvantagens locacionais. Quando associado com os projetos ferroviários ligando o porto a países vizinhos, e a maior legitimidade e eficiência administrativa do Estado iraniano, Chabahar talvez se torne mais promissor do que Gwadar.

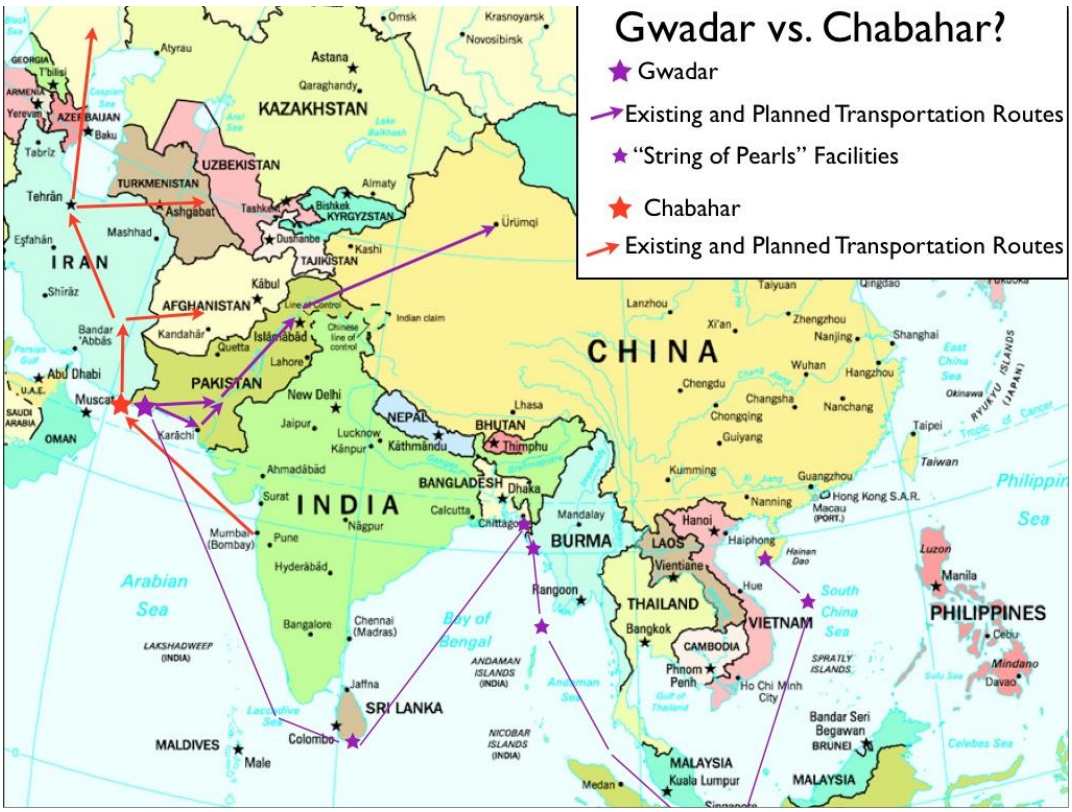


Figura 3 – Mapa dos portos de Gwadar e Chabahar e respectivos Corredores de Transporte. Fonte: BALOCH.

A valorização estratégica, as atividades guerrilheiras baluques e as operações antiterrorismo conduzidas pelos EUA levaram a uma militarização do Baluquistão.

Como já foi mencionado, Gwadar além de porto comercial, serve como uma nova base naval para a Marinha do Paquistão. Além dela, há outra base naval construída como parte dessa política de diversificar as instalações portuárias na cidade de Ormara, financiada pelos turcos e operacional desde 2000 (GRARE, p. 4), e uma outra menor em Jiwani, mais antiga e herdada dos britânicos. Do ponto de vista da Índia, todas essas bases teem como implicação complicar o planejamento estratégico da Marinha indiana (WIRSING, p. 17).

Por terra, o exército paquistanês também avançou em suas construções na província, com novos quartéis instalados em Sui (onde estão os principais campos de gás), em Gwadar (pela importância recente adquirida), e em Kohlu, cidade que é

considerada a capital da tribo Marri, uma das mais poderosas e problemáticas do Baluquistão (GRARE, p. 6).

Por parte dos EUA, as bases aéreas paquistanesas de Pasni, Shamsi, e Dalbandin situadas dentro do Baluquistão são utilizadas para operações aéreas de drones no Afeganistão. A base aérea de Jacobabad, esta localizada na divisa da província do Sindh com o Baluquistão, também é utilizada pelos americanos.

Por fim, a localidade de Ras Koh serve como tradicional campo de testes nucleares para o Paquistão. No caso de uma eventual separação do Baluquistão, outro sítio para testes nucleares precisaria ser encontrado, mas que poderia ficar perto de regiões mais povoadas.

Figura 4 – Bases militares no Baluquistão. Fonte: elaboração própria.

Nova Insurgência Baluque

A quinta e última insurgência tem como motivação econômica. Em realidade desde que se iniciou a extração de gás natural na província do Baluquistão, lideranças nacionalistas baluques veem questionando a partilha dos recursos econômicos advindos do gás. A diferença para o momento atual é que a valorização estratégica, e consequente implantação de grandes projetos de infraestrutura na província que em pouco ou nada beneficiaram a população nativa baluque, levou a uma sensação mais aguda do sentimento de exploração econômica sofrida pelo governo central.

Os primeiros depósitos de gás natural descobertos no Paquistão foram na localidade de Sui em 1953, no distrito de Dera Bugti. Esse gás era bombeado para suprir as cidades de Multan e Rawalpindi, no Punjab. Quetta só começou a ser abastecida de gás em 1986, e apenas porque o governo central decidiu estabelecer um quartel na cidade. Dera Bugti começou a receber o gás produzido nos campos de Sui e Pir Koh somente na década de 90, e também apenas porque um campo paramilitar foi aberto lá. Ao todo, meramente quatro distritos do Baluquistão são abastecidos com gás natural produzido pela província (GRARE, p. 5).

A falta de abastecimento de gás nos distritos provinciais contrasta com o fato do Baluquistão produzir cerca de 36% do gás natural do Paquistão. Desses, 17% são consumidos provincialmente enquanto que os 83% restantes do gás vão para outras partes do país. Não bastasse essa expropriação do gás, nacionalistas baluques ainda reclamam que o preço pago pelo gás baluque é menor do que o preço oferecido pelo governo central para o gás natural extraído de outras províncias, graças a um complexo sistema que varia de acordo com a porcentagem da população provincial em relação ao total, o que claramente prejudica o Baluquistão, com cerca de 4% da população.

Decididos a impedir a contínua expropriação dos recursos de sua terra, as milícias baluques teem como alvos, além dos militares paquistaneses, as instalações da indústria do gás, e até mesmo os chineses, maiores investidores na modernização excludente do Baluquistão.

O mapa da Figura 5 deixa bem claro a relação entre terrorismo e recursos naturais, se observar-se que os distritos que concentram a maioria dos ataques são os mesmos em que se extrai gás natural ou passa-se dutos de transporte desse gás. O distrito de Dera Bugti, e onde se localizam os campos de gás operados pela companhia estatal paquistanesa *Sui Southern Gas Company*, é o que concentra o maior índice de violência, com 160 casos, ou 70% das ocorrências do período analisado.

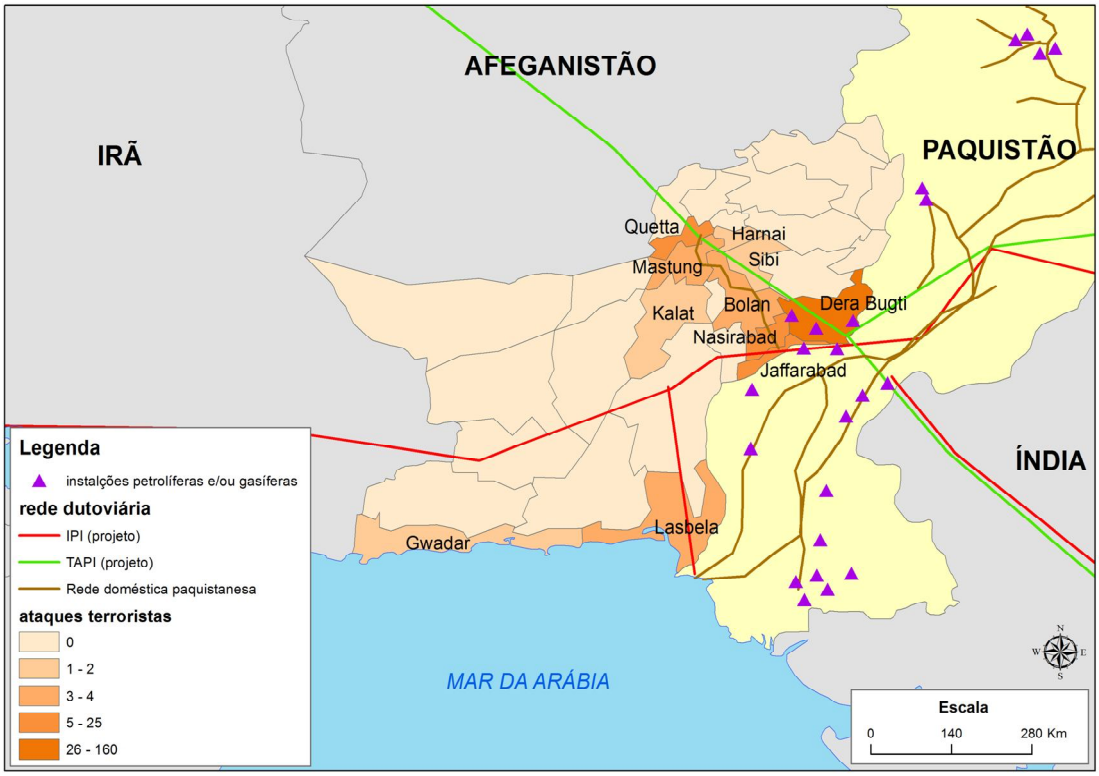


Figura 5 – Mapa da Violência e Indústria do Gás no Baluquistão. Fonte: elaboração própria. Dados: South Asia Portal Terrorism.

A já pequena porcentagem da população baluque vem apresentando um leve declínio nos últimos anos. Isto porque a elite militar se preocupa mais em manter a unidade nacional do que os direitos das etnias, e adota políticas de reengenharia demográfica que estimulam migrações internas promovendo uma mistura dos

grupos étnicos nas províncias, a fim de diluir suas identidades étnicas, e construir um país em que o credo islâmico comum a eles seja o cimento da unidade nacional de um Estado que desde suas origens se definiu como islâmico. Políticas essas que são inspiradas nas praticadas pelos seus aliados chineses nas províncias do Tibete e Xinjiang.

Numa província já pouco populosa, cada migrante de outra parte do país que se assenta no Baluquistão representa um deslocamento significativo de peso na frágil balança étnica, e desperta o temor de os baluques se tornarem uma minoria na sua própria terra.

O movimento nacionalista baluque não é uma força unificada, mas sim um movimento pluripartidário e com diferenças ideológicas entre si. Eles não teem uma única liderança, e nem adotam as mesmas táticas e objetivos. De um lado temos os nacionalistas seculares, e do outro temos os fundamentalistas islâmicos, como o Jundullah (Figura 6).

Para alguns o sentimento nacionalista é mais estrito e não vai além dos limites da tribo, como no caso dos baluques membros dos Marri ou dos Bugti, isto é, não se advoga pelos direitos de todos os baluques, a não ser os da própria tribo. Enquanto que para outros o nacionalismo é mais amplo e abarca todas as tribos baluques. Se uns reivindicam a independência como objetivo, a maioria reclama por mais autonomia provincial, nos mesmos moldes da Constituição paquistanesa de 1973, para fundar um sistema federalista mais fortalecido. Por fim, há aqueles que recorrem à violência antiestatal como tática política, e há aqueles que preferem se queixarem junto às instituições estatais existentes (WIRSING, p. 21).

O Jundullah, ou Exército de Deus, é um grupo extremista que age a partir do Baluquistão paquistanês para cometer ataques no Baluquistão iraniano. Na mídia ocidental a luta da organização é representada ora como um conflito sectário entre combatentes sunitas e agentes da repressão xiitas, ora como um conflito étnico em torno dos direitos de uma minoria. Esta mesma mídia ainda classifica outros grupos que utilizam táticas semelhantes como terrorista, mas o Jundullah não. Oficiais

iranianos afirmam que o grupo não é surgido do Irã, enquanto que outros estudiosos estabelecem origens paquistanesas e apoio americano (NAZEMROAYA).

A urbanização, ainda que incipiente na província, gerou uma nova camada de jovens baluques com maior grau de instrução e ideais diferentes dos daqueles baluques pastores. Descontentes com sua situação de desemprego ou subemprego perante trabalhadores de outras etnias na província, eles se somam aos tradicionais *sardars* na condução do movimento nacionalista baluque. Em realidade, hoje organizações como o Exército de Libertação do Baluquistão (BLA), Exército Republicano Baluque (BRA), Frente Unida de Libertação Baluque (BLUF), Fronte de Libertação Baluque (BLF), Organização dos Estudantes Baluques (BSO), etc., até suplantam em força política as milícias tribais, o que leva os *sardars* a terem que defender os separatistas para não perderem influência dentro do movimento nacionalista, ou ao menos não contrariá-los. Hirbyair Marri, atual líder do BLA e filho do tradicional *sardar* Khair Baksh Marri diz: “Hoje mesmo se meu pai quisesse sequestrar o movimento e trair os baluques, ele não poderia fazê-lo” (INSTITUTE FOR DEFENSE STUDIES AND ANALYSES, p. 33).

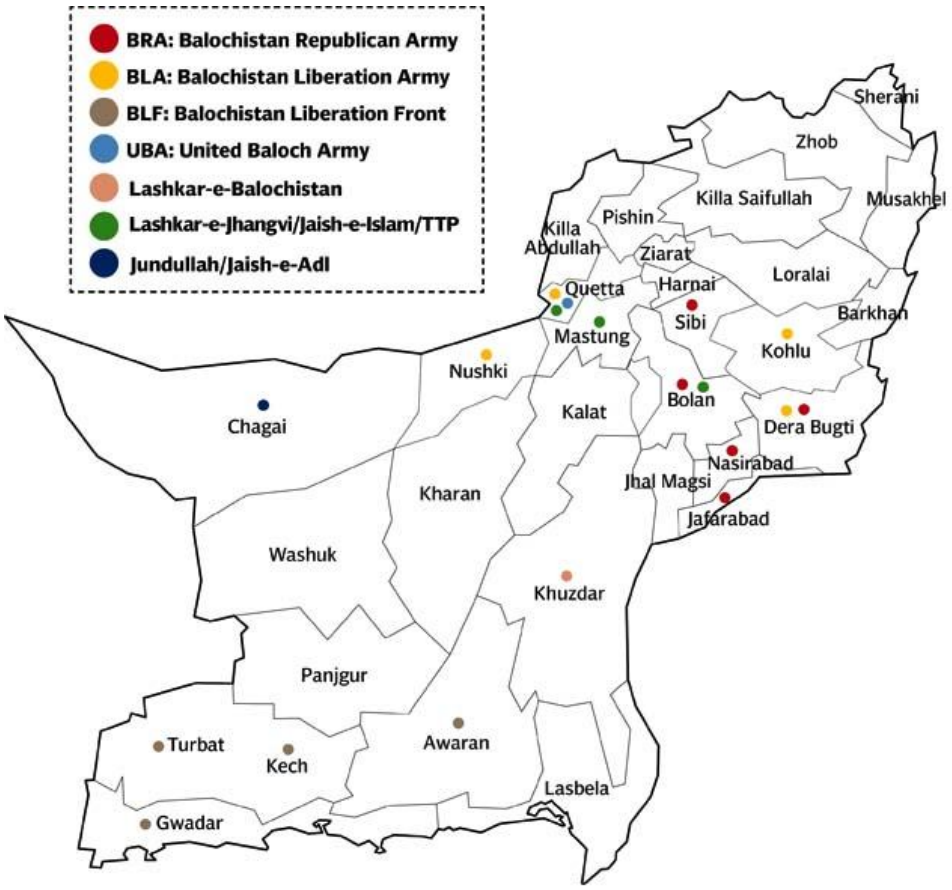


Figura 6 – Mapa da Atuação dos Grupos Terroristas Baluques por Distrito. Fonte: GISHKORI.

Conclusão

Como dito por Mackinder e sua Teoria do Heartland, o estado ocupante desse território tende a buscar uma saída de sua fortaleza continental em mares quentes. Além da Rússia, a China era outro país que Mackinder acreditava que poderia controlar o heartland. E o que se observa no Baluquistão é que a China tenta abrir essa saída através do porto de Gwadar, no Baluquistão paquistanês, para desenvolver seu heartland no Xinjiang.

A Índia, por outro lado, ocupando o Rimland, tenta conter a expansionismo chinês, conforme as elaborações teóricas de Spykman. Daí que há uma

convergência entre interesses indianos e americanos no tocante à atuação dos grupos nacionalistas seculares baluques. Ao mesmo tempo em que busca conter a China no Baluquistão paquistanês, Nova Delhi tenta sair de seu isolamento subcontinental através de conexões marítimas com o Baluquistão iraniano em seu porto de Chabahar.

Nessa encruzilhada de interesses contraditórios entre americanos, chineses e indianos, está o Paquistão, país por onde passaria dois importantes projetos dutoviários destinados a atender as demandas energéticas dos gigantes econômicos asiáticos China e Índia. O aliado natural de Islamabad é Pequim, mas dada a existência de diversos movimentos nacionalistas e separatistas, não é de todo impossível uma 'sirianização' dos conflitos internos do Paquistão, pois foi uma mesma disputa entre dois projetos dutoviários que levou à guerra da Síria. Contra guerrilhas em seu próprio território, as ogivas nucleares paquistanesas são inúteis.

A menos que o Paquistão passe por uma reforma federalizante que devolva às províncias sua autonomia, que acomode suas identidades étnicas e religiosas, que se desenvolva economicamente além do Punjab, suas tensões internas ameaçarão se insurgirem, e os baluques a desempenharem um papel semelhante aos curdos no combate ao Estado Islâmico, o qual o Paquistão não deixa de ser um.

Bibliografia

BALOCH, Haybtan. **Great Game and Balochistan**. Disponível em: https://bolanvoice.wordpress.com/2011/10/ - Acesso 10/11/2015.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook**. Disponível: https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/ - Acesso 05/11/2015.

GISHKORI, Zahid. **Balochistan sees 'substantial drop' in violence**. Disponível em: http://tribune.com.pk/story/947842/balochistan-sees-substantial-drop-in-violence/ - Acesso 12/11/2015

GRARE, Frédéric. **Pakistan: the resurgence of baloch nationalism**. *Carnegie Papers*, o. 65, Washington, DC: Carnegie Endowment for International Peace, January 2006.

HARRISON, Selig S. **Nightmare in Baluchistan**. Disponível em: http://docslide.us/documents/nightmare-in-balochistan-selig-s-harrison.html - Acesso 03/11/2015.

INSTITUTE FOR DEFENSE STUDIES AND ANALYSES. **Whiter Pakistan? Growing instability and implications for India**. New Delhi: IDSA, 2010.

KAPLAN, Robert D. **Monsoon: the Indian Ocean and the future of American power**. New York: Random House, 2010.

NAZEMROAYA, Mahdi Darius. **Destabilizing Baluchistan, Fracturing Pakistan: the triangle of Jundullah, the Taliban, and Sipah-e-Sahaba**. Disponível em: http://www.globalresearch.ca/destabilizing-baluchistan-fracturing-pakistan-the-triangle-of-jundallah-the-taliban-and-sipah-e-sahaba/21521 - Acesso 13/11/2015.

SAKHUJA, Vijay. **The Oman Gas Pipeline: India's underwater energy supply chain**. Disponível em: http://www.ipcs.org/article/india/the-oman-gas-pipeline-indias-underwater-energy-supply-chain-4421.html - Acesso 10/11/2015.

SÉBILLE-LOPEZ, Philippe. **Geopolíticas do Petróleo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2006.

TANCHUM, Michael. **Iran's Chabahar Port Transforms its Position**. Publicado em: 01/mai/2015. Disponível em: http://www.jpost.com/Opinion/Op-Ed-Contributors/Irans-Chabahar-port-transforms-its-position-337167 - Acesso 13/11/2015.

_____. **Modi and the Sino-Indian Game for Iranian Gas**. Publicado em: 17/jul/2015. Disponível em: http://thediplomat.com/2015/07/modi-and-the-sino-indian-game-for-iranian-gas/ - Acesso: 07/11/2015.

WIRSING, Robert G. **Baloch Nationalism and the Geopolitics of Energy Resources: the changing context of separatism in Pakistan**. Carlisle: Strategic Studies Institute, 2008.

Geopolítica Energética: Uma Perspectiva a Partir da Empresa Petrolífera CGXEnergy inc.

Eixo Temático 1: Eixo Temático 1: Geografia Política e Geopolítica clássica e contemporânea dos séculos XX e XXI

Thiago Rocha de Sousa Marinho[1]
Gutemberg Vilhena Silva[2]

Resumo: O petróleo é responsável por pelo menos 60% da produção energética mundial. Sua importância nasce de seus derivados bastante usados no cotidiano, sendo tal recurso fundamental para o funcionamento de grande parte dos fluxos globais de mercadorias direta ou indiretamente. Por tais motivos, a cobiça em torno de suas reservas é inconteste na geopolítica energética. Nosso objetivo neste trabalho é avaliar a geopolítica do petróleo, destacando a ação da multinacional canadense *CGX energy inc.* Esse objetivo se desdobra em duas questões atentamente avaliadas: 1) quais os locais de exploração da empresa? ; e 2) qual o papel histórico-geopolítico da ação desta multinacional na região das Guianas? Para tanto, recorreremos à análise documental/estatística como balizador metodológico. Neste caso, procedemos a um levantamento/coleta de dados. Tal estratégia, associada a uma base bibliográfica que perpassa pela geopolítica energética, permite-nos avaliar de maneira clara e consistente a ação da *CGX energy inc.*

Palavras-chave: Geopolítica Energética. Petróleo. Empresas. *CGX energy inc.*

[1] Discente do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Amapá. Email: marinho.thiago17@gmail.com
[2] Docente do Curso de Relações Internacionais, Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Amapá (DFCH, UNIFAP). Pesquisador do Observatório das Fronteiras do Platô das Guianas (OBFRON) e líder do grupo Politicas Territoriais e Desenvolvimento (POTEDES). Email: bgeografo@gmail.com

La geopolítica de la energía: Una perspectiva desde la petrolera CGX Energy Inc.

Resumen: El petróleo representa al menos el 60% de la producción mundial de energía. Su importancia se deriva de sus derivados utilizados en la vida cotidiana, un recurso tan fundamental para el funcionamiento de la mayor parte de los bienes globales fluye directamente o indirectamente. Por estas razones, la codicia alrededor de sus reservas es indiscutible en la geopolítica de la energía. Nuestro objetivo en este estudio es evaluar la geopolítica del petróleo, poniendo de relieve la acción de la energía inc CGX multinacional canadiense. Este objetivo se desarrolla en dos cuestiones cuidadosamente evaluados: 1) que los sitios de exploración de la empresa? ; y 2) ¿cuál es el papel histórico y geopolítico de acción en esta región de las Guayanas multinacional? Por lo tanto, vamos a utilizar el documento de análisis / estadística como baliza metodológica. En este caso, llevamos a cabo una encuesta de recogida / datos. Esta estrategia, junto con una base de datos bibliográfica que corre a través de la geopolítica de la energía, nos permite evaluar con claridad y coherencia de la acción de la energía inc CGX.

Palabras clave: La geopolítica de la energia. Aceite. Empresas. *CGX energy inc.*

Introdução

As fontes de energia são primordiais para as atividades humanas. Para muitos as fontes de energia estão no núcleo das tensões e conflitos, o que pode aproximar conceitos como energia, geopolítica e guerra, em um ambiente de intensa competição. Daí a importância e atualidade que do tema emergem. Dentre todas as fontes de energia, o petróleo merece destaque, pois ele é responsável por pelo menos 60% da produção energética mundial e a cobiça em torno de suas reservas é inconteste na geopolítica energética. Sua exploração é tida como fonte de poder para os estados, já que está diretamente ligado às questões de sobrevivência. Daí

surge às implicações do petróleo na economia, na política e nas diversas relações na sociedade. Neste texto, nosso objetivo é analisar a geopolítica do petróleo por meio de um estudo de caso, qual seja: a ação da multinacional canadense CGX energy inc. Duas são as questões balizadoras: 1) quais os locais de exploração da empresa?; e 2) qual o papel histórico-geopolítico da ação desta multinacional na região das Guianas? Para tanto, recorreremos à análise documental/estatística como pilar metodológico. Dentro desse contexto é possível perceber os atores da geopolítica do petróleo. Os estados que são considerados centrais e as companhias petrolíferas, que surgiram justamente como consequência da procura dos estados por fontes de energia. Estão Representadas neste trabalho pela Cgx Energy Inc. A estrutura do artigo segue uma linha dedutiva e está dividido em três tópicos, o primeiro traz uma discussão teórica da geopolítica energética e do petróleo apontando a *Comoditty* como destaque. O segundo problematiza a participação das empresas nesse contexto e o ultimo trás uma análise da CGX, empresa que ainda não atua com a comercialização de petróleo, mas que tem a licença de uma área considerável na Guiana.

Geopolitica energética e do petróleo

A geopolítica é a forma como ocorrem às relações de poder e disputas territoriais. Quando nós nos referimos à geopolítica energética, a imagem recorrente é de guerras e conflitos (exemplo: a guerra Irã-Iraque, guerra do Golfo), embora outras variáveis e expressões resultem também do tema. Dentro da geopolítica energética o petróleo merece destaque. É o que mostra o *World Energy Outlook* (WEO), da agência internacional de energia (AIE). O petróleo é a fonte primaria mais utilizada no mundo, representa 31% do consumo mundial, seguido de outros combustíveis fosseis. Em sua previsão para os anos seguintes, até 2040, apesar de ocorrer o crescimento de outras fontes primarias de energia, principalmente as de fonte renováveis e consideradas como energia limpa, o petróleo ainda estará na primeira posição.

Maugeri (2012)apresenta uma visão de evolução na produção do petróleo ao contrário do que muitos pesquisadores pensam, ou seja, que haveria uma revolução energética, com possível substituição do petróleo por outras fontes. Esse aumento

levaria a uma superprodução de petróleo, fazendo com que seus preços diminuíssem (fato que tem sido confirmado em 2016). Existem dois lados dessa previsão, a otimista aponta que até o ano de 2020 a produção de petróleo tida em milhões de barris por dia tenderá a aumentar para mais da metade da produção que se tinha em 2012. E pessimista, que considera os diversos riscos aponta para um acréscimo de 17,6 Mpd (milhões de barris por dia). Produção do ano, alcançando a marca de 110 Mpd no ano de 2020. De qualquer maneira, as duas visões são positivas quanto ao aumento da produção mundial de petróleo. Isso acarretará por consequência uma diminuição dos preços. Também é feita uma análise positiva *country-by-country* dos 23 maiores produtores, em que somente quatro diminuirão sua produção, levando em conta aspectos políticos.

Sachs (2007) tem uma visão interessante a respeito da atual geopolítica energética. Para ele, há uma revolução do *paradigma energético* mundial no começo do século XXI. Essa revolução ocorreria por três motivações. A primeira seria a aproximação do chamado pico do petróleo (pico de Hubbert[3]) apontado por alguns geólogos naquela época para a década em que vivemos. A segunda seria *uma política voluntarista e rigorosa de redução do consumo das energias fósseis para evitar mudanças climáticas deletérias e irreversíveis, causadas pela emissão excessiva de gases de efeito estufa* (2007, p. 21). O autor acrescenta, em terceiro, que *as incertezas e a ameaça crescente à paz decorrentes da geopolítica explosiva do petróleo* (Ibid. loc.cit). Procura-se considerar tais proposições como plausíveis, não à risca, pois se entende que uma revolução energética de fato pode ocorrer, porém pode não ser provocada por tais fatores. O autor mesmo considerando a possibilidade de revolução, acaba pontuando o petróleo como fundamental para a presente configuração energética. Acredita-se que o petróleo um dia possivelmente se extinguirá, e seu uso tenderá antes disso, a ser substituído por outras fontes de

[3] Segundo Pimentel (2011, p. 54), o pico de Hubbert ou *hunbert's peak* é uma teoria formulada por *M. King Hubbert* (1956). Para ele o petróleo dos estados unidos atingiria seu pico nos próximos 50 anos. Tendo em vista a tendência inicial de aceleração da produção. Posteriormente a isso ocorreria um declínio em que a produção chegaria à zero. Essa teoria foi posta como global, compreendendo-se que um dia a produção mundial de petróleo chegará a um pico.

energia, porém o que deve constar é sua importância no contexto atual como predominante em face de outras fontes energéticas.

Petrolíferas

É importante considerar os principais atores ligados às questões energéticas, os estados e as companhias que exploram, produzem, refinam e exportam o petróleo. As companias podem ser divididas em duas, as multinacionais privadas e as companias estatais nacionais. As empresas multinacionais aparecem forte nesse cenário ainda em 1928, conhecidas como as sete irmãs (na época Exxon; Shell; BP; Mobil; Texaco; Gulf e Chevron, algumas mudaram de nomes, hoje são conhecidas como big Five). Montando uma espécie de cartel, chegando a ter o domínio do mercado até a guerra fria, período onde postulavam preços baixos aos países produtores e tinham o controle de 85% das reservas de petróleo no mundo (COUTINHO, 2016). Porém, a partir de 1970 elas perderam espaço para o protagonismo das empresas estatais operada pela OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo). Isso tem reflexo nos dias atuais, já que as maiores empresas petrolíferas do mundo são estatais (ou semiestatais) mesmo em face de certos lapsos de autonomia que se tem em virtude da globalização. Apesar das configurações diferentes, as empresas petrolíferas exercem forte influência na manutenção da competição a níveis nacionais e internacionais. Barros (2007, p. 52) - ao analisar o petróleo, pontua – indiretamente - a importância das Companias petrolíferas. Para ele, a importância se expressa na disputa *pelo controle de (...) reservas e locais de produção - envolvendo extração, refino e vias de transporte, que se relacionam, entre outros*. O autor aponta também as características do mercado de petróleo em uma nova cena em que as empresas devem apresentar um comportamento diferente para que se alcance um lugar de prestígio no mercado, levando em consideração as politicas das nações em termos de poder. Poder este que passa pelo controle ou posse de energia. Assim, é possível entender o petróleo é tido como tema de *High Politics* por afetar diretamente o poder dos estados. É entendido que os diversos atores, dentre eles estados e empresas, exercem um papel não só econômico, mas também geopolítico, haja vista que participam de disputas comerciais, financeiras e diplomáticas que envolvem as fontes primárias de

energia. Pode ser dito que a importância da ação das empresas petrolíferas nasce da argumentação de que não adianta somente ter ou controlar fontes de petróleo, é preciso habilidade técnica para explorar e refinar tal recurso, para transforma-lo em riqueza e em elemento de poder. As multinacionais tem esse papel que não é somente econômico, mas também é geopolítico, tendo em vista sua importância estratégica para explorar matérias primas. Dentro do ambiente de comércio, cria-se uma atmosfera de competição, no qual somente as empresas de grande porte e com alto grau de internacionalização, altos investimentos em tecnologia e logística para distribuir produtos, fazem parte do setor petroquímico.

CGX Energy inc.

É importante considerar que por ser uma empresa nova e por não possuir as mesmas proporções das empresas consideradas *Majors,* atribui-se a ela o status de *transnacional júnior*[4]. Dai surge à dificuldade de se encontrar literaturas que abordem de maneira direta[5]. Esta é uma empresa canadense, com escritório em Toronto, que atua somente na bacia Guiana-Suriname, onde possui três bases, nas quais trabalha com atividades de avaliação e exploração[6], assim como a prospecção de petróleo e gás natural. A empresa ainda não atua com exportação e comercialização, tendo em vista que ainda não conseguiu sucesso em nenhum de seus campos, não possui até o presente momento poços com potencial para realização de comercio. Cabe aqui então uma análise do ponto de vista histórico-geopolítico dela na região das guianas, dos resultados obtidos, assim como de sua configuração atual que não é positiva, tendo por base os problemas que enfrenta.

[4] *Transnacional Junior* não tem um conceito definido. Seria um termo usado pela própria empresa ao fazer comparação com multinacionais de grande porte.
[5] É importante destacar que a maioria das informações a respeito da empresa foram encontradas no seu site. disponível em:< cgxenergy.com> e em um órgão vinculado ao governo canadense este conhecido pela sigla SEDAR disponível em <http://www.sedar.com>. Acesso em 11/09/2016.
[6] É importante entender o conceito de exploração: é aquela que realiza os estudos preliminares para a localização de uma jazida. Fonte: Departamento de engenharia da Unicamp.

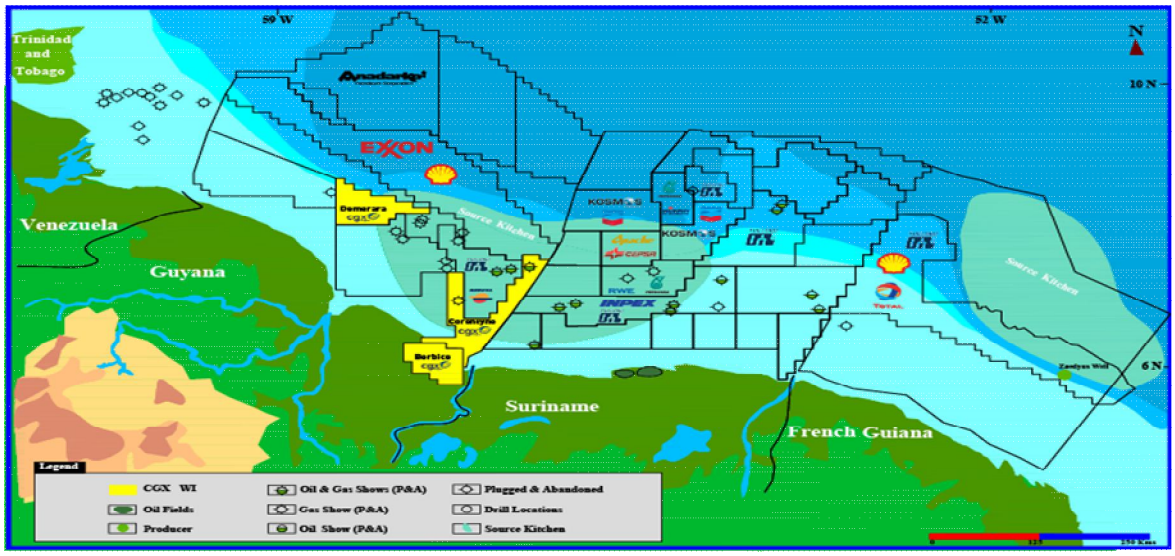
Competindo com diversas empresas de grande porte tais quais a Exxon mobil, Anadarko, Hess, Repsol, Chevron, Petronas, Tullow, Kosmos, Apachee Murphy, a CGX, assim como as diversas que atuam na região, tem por base até os dias atuais um levantamento feito pela *United States Geological Survey (USGS)*, que pontua a bacia guiana-suriname como a segunda maior bacia do mundo com maior quantidade de recursos inexplorados. Em um dado aproximado seriam 13,6 bilhões de barris de petróleo e cerca de 40 bilhões de metros cubicos de gás nartural não explorados. Daí emerge uma perspectiva bastante positiva quanto à exploração de petróleo na região e a possibilidade de grande crescimento da empresa com embasamento na prospecção. Empresa esta que tem bases consideradas estratégicas, apontando visões positivas para futuros investimentos, considerando-se certa a geração de lucro para seus investidores no futuro, mesmo com a existência de ricos. As areás concedidas a CGX são: Demerara, Berbice e Corentyne. Estas possuem potencial para a exploração de petróleo e gás. Em uma área de três milhões de acres liquidos (a licensa da cgx cobre 3,3 milhões de acres brutos e três milhões de acres liquidos). Tais áreas são tidas como uma das maiores em termos potênciais. Em face da movimentação da plataforma continental, que ocorreu 50 nos millhões de anos anteriores. O interesse para exploração e outras atividades na área surge ainda em 1996, Com o início de uma aproximação entre o governo da guiana e os fundadores da CGX: *John Cullen* e *Edris Kamal Dookie,* com vistas à compra de concessão para exploração de petróleo offshore na bacia Guiana Suriname. Tal bacia na época teria alta quantidade de hidrocarbonetos(dado baseado no estudo da *USGC)* e alta possibilidade de exploração de petróleo e gás. Em 1998 dois fatos importantes ocorreram: O primeiro foi a compra do campo de Corentyne pela subsidiaria e antecessora integral (CGX Resources inc.) e o segundo foi a criação da empresa com a nomenclatura que permanece até hoje (Cgx Energy inc). No ano de 2001 foi anexado a área Corentyne um total equivalente a um milhão de acres, possibilitada através de uma descoberta feita pela empresa que demonstrou o potencial de exploração reduzido para o local. No ano de 2002 a empresa passou a ter participação em 25% da concessão em *Georgetown,*Porém tal licença expirou dez anos depois (2012) e não foi renovada, sendo hoje de posse única da multinacionalRepsol Exploracion S.A. No decorrer de sua atuação nas

guianas a empresa esteve envolvida em dois entraves geopoliticos. O primeiro envolvimento geopolítico foi solucionado em fevereiro de 2004, quando ocorreu um contento internacional que atingiu áreas de interesse da empresa,na fronteira marítima entre Guiana e Suriname, influenciando de maneira indireta suas ações. Este foi resolvido no Tribunal Internacional sobre o Direito do Mar (ITLOS), em favor da guianaseguindo as posições vinculantes da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM). O segundo envolvimento geopolítico se deu em 2004, quando aCGX adquiriu uma área adjascente à faixa de fronteira com a Venezuela, equivalente a 2,8 milhões de acres, Porém a empresa não pode explorar em face da indenfinição de fronteira maritima com o país vizinho. Fato que gerou conflito, este que envolveu de maneira direta a ação da empresa, pois tal área teve que ser revertida ao governo no ano 2012 em função da impossibilidade de exploração. Apesar de tais entraves a empresa não deixou de atuar em fronteiras marítmas, hoje está na fronteira da guiana com o Suriname.Antes do segundo envolvimento geopolítico, em 2003, a empresa adquiriu licença da área Berbice através de uma subsidiária na Guiana (ON Energy inc.) que equivale à quantidade de 800 mil acres em terra, pegando parte da costa da Guiana. No ano de 2009 a CGX fechou um arrendamento de 22 hectares para os anos seguintes, tal terreno seria estratégico, onde se pretendia a construção de um cais para o exercício de atividades logisticas, fato que permanesce em fase de planejamento. Também em 2009 a empresa participou da exploração de dois poços *offshore*, que foram abandonados em face da falta de sucesso. As perfurações foram: *jaguar-1* que foi perfurado na antiga licensa Georgetown, este foi abandonado por questões de segurança e o *Eagle-1* na licensa area Corentyne, que foi abandonado por serum poço seco. Os acordo mais recentes entre a empresa e o governo da guiana, foi o que renovou e ampliou a licença de berbice para propescção de petróleo também em terra e o de Demerara com algumas mudanças. As informações mais recentes podem ser retiradas do ultimo News Release[7] da multinacional, em janeiro de 2016, este informa a participação de um novo acionista, *A JAPAN Drilling Co (JDC)* que pegou 15% das ações da empresa, através de acordo para quitar parte de dívidas com um

[7] Documento em PDF. Disponível em <www.sedar.com> acesso em 10/09/2016.

equipamento de perfuração (*Hakuryu*-12 que serviria para tentar perfurar um poço em Corentyne, mas que não teve êxito).

Partiremos agora para a análise das áreas especificas nas quais a empresa atua, são as partes em amarelo no mapa abaixo, Respectivamente: Demerara, Berbice e Corentyne. Tais areas estão sob-responsabilidade da empresa, e possuem um plano de atuação, em curto prazo. Com possiveis renovações de contrato, conforme o sucesso das operações. Ressalta-se que a empresa não exporta petróleo nem trabalha com comécio,pois tais áreas ainda estão em fase avaliação e exploração.



Fonte: Cgx Energy Inc.[8]

Corentyne é a maior área e foi a primeira a ser adquirida, ainda em 1998. Em 27 de novembro de 2012 seu contrato foi renovado, sendo emitido um novo acordo de petróleo (PA) e uma nova licença para propescção de petróleo (LPP). Válida pelo periodo de até 5 anos, sendo possivel a renovação por mais 10 anos.Possui um plano de operações para os cinco anos posteriores e se tal obtiver resultados (objetivo maior é perfurar um poço com sucesso) poderá ser renovado até pelo menos duas vezes. É a área que representa o maior desafio, pois a empresa seria obrigada a perfurar algum poço de petróleo até 21 de julho de 2016, Porém isso não

8 Disponível em: <cgxenergy.ca/Home.aspx> Acesso em 10/09/2016.

ocorreu. A tentativa de perfuração até existiu, mas não teve resultados positivos em virtude dos altos custos. A área para exploração de petróleo Berbice é a que possui a maior extensão territorial (3,295 km^2). A renovação trouxe a obrigação de uma análise geofísica em pelo menos 1000 km^2. O plano de operação e exploração para essa área compreende três períodos. O primeiro seria o de quatro anos e estaria divido em duas fases de 24 meses. A primeira fase foi cumprida, que era a análise geofísica do 1000km^2 e a segunda está vigente até 12 de fevereiro de 2017. Até tal período deve-se apontar um estudo de pelo menos 100 quilómetros de linha de Sísmica 2D, tratar e interpretar a mesma ou simplesmente perfurar alguma área de exploração, Tal Objetivo que certamente deve ser cumprido em virtude da simplicidade. Para tal área, se os objetivos (o objetivo maior de toda a operação é o de perfurar poços com sucesso) forem alcançados, tem-se o plano de renovação por até dois períodos de três anos.A área para exploração de petróleo Demerara é a porção *offshore* de 3.975 km2 e era um conjunto subsidiário da Corentyne. Hoje está vigente o acordo de 12 de fevereiro de 2013, que estabeleceu um novo acordo de petróleo (PA) e uma nova licença para exploração de petróleo (PPL). Essa licença também dura até fevereiro de 2017, já que também tem a duração de quatro anos. Nesse período inicial de quatro anos notam-se dois objetivos que deveriam ser alcançados dentro de 24 meses (2 anos). O primeiro (já foi alcançado) seria um levantamento 3D em escala marinha sísmica, consistindo em 3.000 km^2 e o segundo, que deve ser alcançado até fevereiro do próximo ano é o de perfurar um poço de petróleo. Se tal objetivo for alcaçado o contrato será renovado por mais 3 anos. Se todos os objetivos das avaliações e explorações forem alcançados a exploração possui um plano de renovação que pode durar até fevereiro de 2023. A tabela adaptada abaixo mostra as recuperações que já ocorreram em cada área. Recuperações nada significativas, tendo em vista o não sucesso nas operações.

Tabela – recuperação de despesas em cada área

	Corentyne	**Berbice**	**Demerara**	**Total**
31 de dezembro de 2014	$ 12,380,590	75,000	5,572,222	18,027,812

As adições líquidas	1,593,211	445,000	1,324,325	3,297,911
Recuperação de despesas de exploração e avaliação .				64,625
31 de dezembro de 2015.	**$ 13,973,801**	**520,000**	**6,896,547**	**21,390,348**
As adições líquidas	**659,970**	**25,000**	**114,670**	**799,640**
30 de junho de 2016	**14,633,771**	**$545,000**	**$7,011,217**	**$ 21,964,988**

Fonte: Adaptado de CGX Energy inc./ SEDAR[9]

Por tanto, é possivel compreender que a empresa trabalha forte no ramo da prospecção e avaliação, não trabalhando ainda com exportação, o que gera um saldo negativo na conta dos investidores, mesmo possuindo o controle de uma grande extensão do território guianense. Tais ações que geram custos e são honerosas. A empresa segue apontando as reservas que estão sobre seu controle como fonte para o sucesso, Considerando situações diversas de risco dentre elas estão: que os preços atuais do petróleo são caractiristicamente flutuantes, mudanças de câmbio, equilibrio dos mercados, diversas adequções a leis e exigências governamentais, assim como se o produto será comerciamente viavel no periodo posterior a descoberta (isso significa que no futuro as descobertas podem não ser rentáveis). A empresa afirma estar em um contexto de incerteza e de extrema dificuldade, Em toda a história de sua atuação já teve um déficit de $287.585.473 e hoje não tem fluxo de caixa sulficiente para atender suas necessidades, Sobrevivendo com seu capital de giro. Então segue apostando em

[9] Unaudited Interim Consolidated Financial Statements For the three and six month periods ended June 30, 2016 and 2015. Disponível em <www.sedar.com> acesso em 11/09/2016. Valores em dólar canadense.

inciativas diversas. Como a emissão de novas ações, novos instrumentos para quitar dividas, venda de ativos da empresa e a procura por financiamento, iniciativas essas que apostam no resultado esperado por todos, que é o sucesso na exploração.

Conclusão:

No artigo foi abordada a questão da geopolítica energética, fomos levados a compreender importância do petróleo que toma a cena como protagonista, já que é a fonte de energia mais usada. Procuramos mostrar o papel das empresas petrolíferas sem alijar a atuação dos estados como centrais nesse contexto, fazendo um corte diferente e problematizando um ator considerado secundário. Desta forma fizemos um corte analisando a ação da CGX energy inc. com as informações adquiridas. Foram notados alguns aspectos primordiais de sua atuação nas guianas, tanto histórico quanto geopolítico. Compreendemos que ela enfrenta dificuldades para se manter no mercado, justamente por ser uma empresa considerada de porte pequeno, isso confirma o que foi dito por Barros (2007, p. 52), Que as empresas devem apresentar um comportamento diferente para alcançar um lugar de prestigio no mercado. Entendemos que Alcançamos os resultados específicos, que eram compreender o papel histórico e geopolítico da empresa mesmo em face da dificuldade para se adquirir mais informações, assim como analisar os locais de exploração. Talvez se expectasse resultados diferentes, que a empresa estivesse comercializando ou que estivesse em um momento diferente, mas confiamos queperquirimos os alvos do trabalho com grande esforço, esperamos que os resultados apresentados sejam de grande valia para o que foi proposto de início.

BLIBIOGRAFIA:

BARROS, Evandro Vieira. **A Matriz Energética Mundial e a Competitividade das Nações: Bases de uma Nova Geopolítica.** Engevista. 2007.

COUTINHO, Felipe.**O fracasso da gestão das multinacionais do petróleo e as lições para a Petrobrás.** 2016

Departamento de engenharia de petróleo.**O que é Petróleo?.** Unicamp. 2016.

LINS, Hoyêdo Nunes. **Geoeconomia e geopolítica dos recursos energéticos no capitalismo Contemporâneo: o petróleo no vértice das tensões internacionais na primeira década do século XXI.** 2009

FERNANDO, Pimentel **O Fim da Era do Petróleo e a Mudança do Paradigma Energético Mundial: Perspectivas e Desafios Para a Atuação Diplomática Brasileira**. FUNAG.2011. (pág. 24-76).

MAUGERI, Leonardo.**The Geopolitics of Energy Project. Oil: The Next Revolution.**Havard Kennedy School. 2012.

METRI, Paulo. **Pré-Sal: Riqueza, Poder e Discórdia**. World Tensions. 2009

SACHS, Ignacy. **A Revolução energética do século XXI.**Estudos Avançados. 2007.

Documentos da empresa:

-Corporate Presentation Exploring for Oil & Gas in Guyana. De maio de 2015. Acesso em 10/09/2016.

-**NEWS RELEASE CGX ENERGY INC.(TSX-V | OYL) January 21, 2016.**Acesso em 10/09/2016.

-Interim MD&A – Quarterly Highlights (the "Quarterly Highlights") For the three and six month periods ended June 30, 2016. Acesso em 10/09/2016.

-**Unaudited Interim Consolidated Financial Statements.** Acesso em 10/09/2016

Sites: -http://www.sedar.com, -cgxenergy.com

Hegemonia, Política externa da Índia na Primeira Década do Século XXI e o 'BRICS'

Eixo Temático 1: Geografia Política e Geopolítica Clássica e Contemporânea dos séculos XX e XXI

Bruno de Campos[1]

Resumo: O presente trabalho pretende discutir sobre a política externa indiana na primeira década do século XXI e o BRICS, a partir de levantamento bibliográfico. A perspectiva teórica do trabalho é o conceito de Hegemonia de Gramsci aplicado as Relações Internacionais, principalmente a partir de Robert W. Cox. O trabalho visa contribuir com a busca por respostas para uma pergunta central, qual seja, qual a importância da Índia na atual configuração geopolítica mundial e no BRICS. Considerando o conceito de Hegemonia abordado no trabalho, uma possível resposta para a questão central deve ser buscada focando no BRICS. Se o BRICS conseguir manter uma postura de coesão, poderá alcançar maior influência geopolítica mundial.

Palavras-chave: Hegemonia; Geopolítica; Índia.

Resumen: Este artículo discute sobre la política exterior de la India en la primera década de este siglo y los BRICS, desde la literatura. La perspectiva teórica de la obra es el concepto de hegemonía de Gramsci aplica Relaciones Internacionales,

1 Doutorando e bolsista CAPES do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGG/UFSC). Contato: camposbrunode@yahoo.com.br

principalmente de Robert W. Cox. El trabajo tiene como objetivo contribuir a la búsqueda de respuestas a una cuestión central, es decir, ¿cuál es la importancia de la India en la corriente configuración geopolítica global y BRICS. Teniendo en cuenta el concepto de hegemonía se acercó en el trabajo, una posible respuesta a la pregunta central debe buscarse centrándose en BRICS. Si los BRICS pueden mantener la postura de cohesión, se puede lograr una mayor influencia geopolítica mundial.

Palabras clave: Hegemonía; la geopolítica; India.

1 Introdução

A última década do século XX apresentou importantes mudanças geopolíticas e geoeconômicas globais, principalmente advindas do fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e da Guerra Fria. Para Domenico Losurdo (2010), com a vitória dos Estados Unidos na Guerra Fria, não estávamos mais diante de uma disputa hegemônica entre Estados ou alianças militares com força mais ou menos equivalente, mas, uma superpotência (Estados Unidos) que queria reforçar sua primazia militar. Ainda segundo o mesmo, somam-se as mudanças nas relações de força no plano militar, também mudanças nas relações de força no plano ideológico.

O encerramento da Guerra Fria representou também o fim de uma época, já que era tanto um conflito como um sistema. O desaparecimento de uma ameaça antagônica externa representou o fim de um elemento de coesão do sistema como um todo. O capitalismo triunfou, tornando-se praticamente o único sistema vigente no mundo, demonstrando grande capacidade de renovação. No entanto, tal fato não significa que o sistema internacional tenha assumido um período de nova ordem estável a longo prazo. O sistema passou a ter uma competição interna, ao invés da competição entre sistemas durante a Guerra Fria (VISENTINI, 2008).

Segundo Eiiti Sato (2012), alguns analistas apontam a hipótese de que a ordem internacional emergindo no início do século XXI, teria possíveis padrões de

comportamento político no plano internacional semelhantes com os do século XIX e o do período anterior ao da Guerra Fria. Tais analistas argumentam que junto ao surgimento de novos polos de poder (multipolaridade), ao invés da bipolaridade da Guerra Fria, seriam visíveis o ressurgimento de rivalidades nacionais, de problemas étnicos na Europa e mesmo do uso de força militar na resolução de conflitos internacionais. Tal ressurgimento poderia ser explicado pela ausência de um poder predominante, o que resultaria em uma pauta de problemas e interesses muito mais complexa e com maior dificuldade para construção de consensos. Nessa perspectiva o fim da Guerra Fria também seria o término de um período onde as relações internacionais eram pautadas, normalmente, pela ótica dos riscos de um possível confronto militar entre as duas superpotências, esse risco do confronto teve um papel de força estabilizadora em termos mundial.

Entretanto, Sato (2012) acredita parecer muito improvável o retorno aos padrões do século XIX, mesmo que alguns acontecimentos lembrem o passado, como o crescimento de pressões nacionalistas ou rivalidades étnicas, tais fatos não significam que os Estados venham a adotar as mesmas posturas anteriores. Para o autor, o sistema internacional é muito diferente, com mudanças fundamentais, sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial, mudanças essas internas aos Estados e também no sistema de relações internacionais que ficou muito mais complexo.

Mesmo que no final do seu texto aqui referido, Eiiti Sato aponte a possibilidade de um sistema internacional multipolar, assim como Samuel Pinheiro Guimarães (2006), Acioly e Cintra (2010), Marco Aurélio Garcia (2010) e Visentini (2013), José Luís Fiori (2008) demonstra que os Estados Unidos continuam sendo potência decisiva no sistema mundial e Acioly e Cintra (2010) afirmam que o governo Obama, apesar de inúmeras referências de sua equipe a um “mundo multipolar”, quando analisada de perto a orientação de sua política externa, parece melhor enquadrada em uma vertente moderada do cenário unipolar.

Contrapondo indiretamente José Luís Fiori (2008), Emmanuel Todd (apud Visentini, 2008, p.245) afirma que o mundo é muito vasto, diverso e dinâmico para aceitar a predominância de apenas uma potência. Um quadro realista apresenta um

grande Estado cuja potência foi incontestável, mas que o seu declínio relativo parece irreversível.

A primeira década do século XXI, principalmente após os atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, nos parece ter presenciado um sistema internacional mais multipolar do que a década anterior. Além de uma cada vez maior importância geopolítica internacional da China, conforme Guimarães (2006), Arrighi (2007) e Fiori (2008), também ocorreu uma projeção de blocos ou agrupamentos entre Estados.

Um destes agrupamentos entre Estados foi o BRICS, a partir da crise econômica de 2008, e principalmente no ano seguinte, tais países se aproximam ainda mais, através de Cúpulas entre as altas autoridades de cada país (BRIC) ou encontros ministeriais temáticos (OLIVEIRA, 2008; POMERANZ, 2013), e desde 2011 contam com a participação da África do Sul, transformando o acrônimo em BRICS (“S” de South Africa, em inglês).

Após o exposto nos parágrafos anteriores, o trabalho que se segue pretende contribuir com a busca por respostas para uma pergunta central, qual seja, qual a importância da Índia na atual configuração geopolítica mundial e no BRICS. Para isto, além desta introdução, o trabalho terá mais três seções. Uma sobre a perspectiva teórica que guiará o trabalho e outra seção sobre a política externa indiana, por último, apresentaremos algumas considerações a respeito da política externa da Índia na primeira década do século XXI e o BRICS.

2 Hegemonia e relações internacionais

A perspectiva teórica que servirá a este trabalho será o conceito de hegemonia de Gramsci, a partir das interpretações de Robert W. Cox (2007), Giorgio Carnevali (2005), Giovanni Arrighi (2007) e Roberto Cicarelli (2008).

O conceito de hegemonia vindo de Gramsci passou por um longo caminho desde Maquiavel. Gramsci partindo principalmente de *O Príncipe* de Maquiavel,

pensou sobre o problema de fundar um novo Estado. O príncipe individual era levado em consideração por Maquiavel, já por Gramsci era o príncipe moderno, ou, o partido revolucionário em diálogo continuado e produtivo com sua base apoiadora. De Maquiavel, Gramsci também retira a imagem do poder como um centauro, meio homem meio animal, combinação essa necessária de consentimento e coerção. Gramsci não retirava a importância do Estado, ele o via como entidade básica das relações internacionais e o local onde ocorrem os conflitos sociais, assim sendo, também o local onde as hegemonias das classes sociais podem ser construídas. Em tais hegemonias das classes sociais, as especificidades das nações se combinam em formas originais (COX, 2007).

Um Estado para se tornar hegemônico, teria que estabelecer e proteger uma ordem mundial que fosse universal em termos abstrato, ou seja, uma ordem em que um Estado não explorasse os demais Estados diretamente, mas a maioria deles possa aceitá-la como em consonância com seus interesses. Uma ordem dessa provavelmente não teria como ser concebida apenas em termos interestados, pois isso talvez pusesse em evidência os interesses divergentes dos Estados. Provavelmente enfatizaria as oportunidades para as forças da sociedade civil operar em escala mundial, ou em determinada esfera onde certa hegemonia seja prevalecente. O conceito hegemônico de ordem mundial não é somente baseado na regulação de conflitos interestados, é também em uma sociedade civil concebida globalmente, ou seja, em um modo de produção de extensão global, gerador de vínculos entre as classes sociais dos países nela inclusos. Esse tipo de hegemonia foi fundado ao longo da história por Estados fortes e que sofreram uma revolução social e econômica completa, que não apenas modificam as estruturas econômicas e políticas do Estado em questão, mas também lança energias que se expandem para além do território do Estado. Por conseguinte, uma hegemonia mundial é, primordialmente, uma projeção para o exterior da hegemonia nacional estabelecida por uma classe social dominante. O aparato institucional econômico e social, a cultura e a tecnologia vinculadas a essa hegemonia nacional se transformam em modelos a serem imitados no exterior. Essa hegemonia expansiva é então incutida

aos países mais periféricos na forma de uma revolução passiva[2], ela é mais intensa e coerente no centro e possui mais contradições na periferia (CARNEVALI, 2005; COX, 2007).

A leitura que Roberto Cicarelli (2008) faz, é a de que a teoria da hegemonia histórica evolui em duas direções, uma horizontal e outra vertical. A primeira abrange aparatos ideológicos e econômicos e a segunda os espaços (territórios). Certa hegemonia não pode acontecer fora de espaços para projetar a potência produtiva e ideológica de uma "nação desenvolvida". Entretanto, não podemos deixar de atentar para o fato de que o desenvolvimento histórico da hegemonia abarca o espaço de maneira diferente, a hegemonia nunca é igual a si mesma, varia de espaço a espaço.

Apresentamos até aqui algumas interpretações a respeito do conceito gramsciano de hegemonia, o que nos parece importante pois acreditamos que no século XXI a hegemonia dos Estados Unidos na geopolítica mundial teve uma diminuição de força soberana. No entanto, a influência dos Estados Unidos em instituições internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), por exemplo, ou seu aparato militar, que além da capacidade técnica ainda conta com bases de apoio direto em vários pontos do planeta, demonstram que o país ainda exerce uma hegemonia geopolítica. Lembrando Giovanni Arrighi (2007), uma mudança de hegemonia pode perdurar por anos, mesmo passando por crises.

Mas o mesmo século XXI viu uma projeção internacional cada vez maior da China e de outras nações, as últimas em outros níveis, diga-se, como Rússia, Brasil e Índia.

---

2 Trata-se, segundo Antonio Gramsci, de um processo em que se observa "[...] as necessidades da "tese" de desenvolver-se integralmente, até o ponto de conseguir incorporar uma parte da própria antítese, para não se deixar "superar". Isto é, na oposição dialética só a tese desenvolve, na realidade, todas as suas possibilidades de luta, até atrair para si os chamados representantes da antítese" (GRAMSCI, 1989, p. 77). É a combinação entre o "velho" e o "novo" de que nos fala Milton Santos (1979).

3 Índia – política externa na primeira década do século XXI e BRICS

A Índia chega ao século XXI logo após ter realizado testes nucleares em 1998, onde seu primeiro-ministro Atal Behari Vajpayee (1998-2004), declarou que a Índia passava a ser um Estado com armamento nuclear, uma potência nuclear. O país não ratificou o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (1968) nem o Tratado para a Proibição Completa dos Testes Nucleares (1996), o que demonstra sua capacidade de suportar pressões das demais potências nucleares. Em seu governo Vajpayee buscou um melhor entendimento e cooperação regional com sua política *"Look East"* (iniciada por P. V. Narasimha Rao), procurando não apenas fortalecer laços com o mundo islâmico e o ocidental, mas principalmente com o Sudeste Asiático. Em viagens a vários países do Sudeste Asiático negociou acordos de livre-comércio e convênios antiterroristas. Não apoiou o ataque dos Estados Unidos ao Iraque e teve participação ativa ao lado de outros países em desenvolvimento (G20) na Conferência de Cancún da OMC em 2003, insistindo pela redução dos subsídios agrícolas por parte dos países desenvolvidos. Falando sobre a política externa de seu país, o então ministro dos Negócios Exteriores, Shri Yashwant Sinha, em pronunciamento diante da Academia Diplomática da Rússia em 2003, da ênfase a interdependência entre fatores internos e externos na política externa da Índia. O ministro faz uma avaliação positiva dos avanços obtidos por seu país nas relações com os principais centros do poder mundial, com seus vizinhos, com tradicionais aliados e com países da América Latina. Entre os desafios destacados, estaria a relação com o Paquistão e o terrorismo na Caxemira e em alguns lugares da Índia, e manifesta preocupação em relação ao enfraquecimento das Nações Unidas e do multilateralismo em geral, pensando no caso da invasão do Iraque pelos Estados Unidos (KHANNA, 2007; GUIMARÃES, 2008).

A partir de 2004 a Índia tem como primeiro-ministro Dr. Manmohan Singh, o que não trouxe significativas mudanças na política externa indiana, mesmo com pressões de partidos de esquerda que faziam parte de sua base de apoio, pedindo para reverter a uma orientação política de não-alinhamento. Na área de energia atômica seu primeiro mandato ficou marcado por um acordo de cooperação nuclear

civil com os Estados Unidos, que ficou em discussão de 2005 a 2008 e causou grande polêmica na sociedade indiana. Foi feito um esforço em prol de relações pacificas mais sólidas com o Paquistão, país que a Índia possui longo histórico de problemas militares e diplomáticos (KHANNA, 2007; GUIMARÃES, 2008; GHAREKHAN, 2009).

De acordo com Varun Sahni (2013), se tratando de política internacional, os Estados se agrupam para somar poderio, para a resolução de problemas comuns, em prol da construção de uma comunidade ou por alguma combinação dessas motivações. Essas três motivações, geralmente possuem uma sequência, e pode ser considerado difícil tomar o caminho da construção de uma comunidade sem ter passado anteriormente por esforços bem-sucedidos no uso coletivo de poder e no tratamento de problemas comuns. Sahni (2013) então indaga: como, então, a Índia vê o BRICS? E para o mesmo, um claro entendimento da perspectiva indiana a respeito do BRICS pode ser deduzido por meio de uma análise do discurso proferido pelo primeiro-ministro da Índia, Dr. Manmohan Singh, em sessão plenária da IV Reunião de Cúpula do BRICS que ocorreu em Nova Delhi em março de 2012.

Sahni (2013) examinou minuciosamente o referido discurso, do qual apresentaremos aqui alguns apontamentos de sua análise. O primeiro-ministro Singh ressaltou o fato de que as economias de mercado emergente estavam crescendo a uma taxa saudável e aumentando sua participação no comércio e produção mundiais. Logo se assim desejarem, o BRICS teria capacidade de agregar poder. Mas para qual finalidade? Claramente a visão atual da Índia sobre o BRICS é principalmente econômica, o primeiro-ministro assinala que a fim de “revitalizar a demanda e crescimento globais, os países em desenvolvimento necessitam ter acesso ao capital, especialmente para o desenvolvimento da infraestrutura” (SAHNI, 2013, p. 570). Singh então sugeriu a expansão da base de capital do Banco Mundial e outros bancos multinacionais de desenvolvimento com o intuito de permitir que essas instituições desempenhem papel adequado no financiamento da infraestrutura de desenvolvimento. Outra proposta do mesmo, mais radical, do ponto de vista da agregação de poder, foi estabelecer um Banco Sul-Sul de desenvolvimento, tendo a

liderança do BRICS, financiado e gerido pelo BRICS e outros países em desenvolvimento (SAHNI, 2013).

Outra questão que o BRICS deve abordar em conjunto, para o primeiro-ministro Singh, é o tratamento das deficiências na governança global. Sobretudo as instituições globais de governança política e econômica, que criadas há mais de sessenta anos, não acompanharam o ritmo das mudanças no cenário internacional. Ele lembra que mesmo tendo havido certo progresso nas instituições financeiras internacionais, acontece ausência de movimento no lado político. Singh também demonstra esperança de que os países do BRICS falem com uma única voz em temas importantes como a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (SAHNI, 2013). Mas segundo Sahni (2013), são evidentes os limites da agregação de poder do BRICS, seus vários países possuem interesses mutuamente opostos em relação à reforma do Conselho de Segurança. Se a agregação de poder para grandes movimentos e transformação dos sistemas por parte do BRICS não tem muita probabilidade de ocorrer, continua aberta a possibilidade de agregação de poder em menor escala, mediante um aumento na densidade das relações mútuas. Dentre os países do BRICS, a China é o único que figura entre os dez principais parceiros comerciais da Índia, e se analisarmos o comércio entre os países do BRICS, a China é o único país que está presente de forma significativa entre os parceiros comerciais de todos os outros BRICS. Tal fato precisaria sofrer alteração para que a agregação de poder entre os BRICS possa vir a ter alguma significação (SAHNI, 2013).

Sendo economias grandes e diversificadas, os países do BRICS deveriam fazer um esforço diferenciado visando encontrar formas de explorar complementaridades intra-BRICS, expôs Singh. O primeiro-ministro continua, focando as complementaridades econômicas e de negócios, afirmando que os países do BRICS devem fomentar uma mais ampla interação entre suas comunidades de negócios. Questões como facilitar a emissão de vistos de negócios deveriam ter prioridade. Possuindo intenso intercâmbio externo, os países do BRICS possuem grande interesse contrário as barreiras aos fluxos de comércio e investimento e em evitar medidas protecionistas. Logo, em se tratando de agregação

de poder por parte dos BRICS, “a posição oficial da Índia atualmente oscila entre o prático e atingível (complementaridades de negócios) e o improvável e altamente irrealista (colaboração na reforma do Conselho de Segurança)” (SAHNI, 2013, p. 573).

Ainda segundo Sahni (2013), sobre problemas comuns que necessitam ser resolvidos, o primeiro-ministro Singh foi bastante prudente no seu discurso, declarando que todos são afetados pela queda global no ritmo de crescimento econômico, pela volatilidade dos preços de alimentos e energia, pelo desafio de combinar crescimento com metas ambientais, pela condição da Ásia ocidental com incerteza política e pelo aparecimento do terrorismo e do extremismo. A respeito da queda do ritmo de crescimento econômico, Singh afirmou que o BRICS estava unido no desejo de promover crescimento econômico global sustentado e equilibrado. Sobre comércio global e mudanças climáticas, temas importantíssimos na construção de coesão do BRICS, o primeiro-ministro utilizou uma interpretação voltada para a solução de problemas, e também apontou como desafio importante para o BRICS a revitalização das conversações comerciais globais (exemplo: Rodada Doha). Referindo-se a temas políticos e econômicos, o primeiro-ministro indiano afirmou “astutamente” que as respostas dos países do BRICS a tais desafios podem ser diferentes, mas existem muitos interesses comuns que os une. Claramente, pela visão indiana, “a solução de problemas continua a ser uma motivação mais forte para os BRICS do que a agregação de poder” (SAHNI, 2013, p. 575).

Sobre a união de países objetivando a construção de comunidade, Varun Sahni afirma que o BRICS não demonstra disposição para tal, “além de 'aprender uns com os outros' e 'compartilhar experiências' existem muito poucos indícios de construção de comunidade entre seus países” (SAHNI, 2013, p. 575).

Basicamente, a visão da Índia a respeito do BRICS é que se trata de um foro para cooperação e colaboração, uma aspiração que pode ser expressa pelas ideias finais contidas no discurso do primeiro-ministro Singh (apud Sahni, 2013, p. 576): “espero que possamos cooperar uns com os outros para moldar os acontecimentos globais e trazer benefícios tangíveis a nossos povos”. Esta seria uma aspiração

externa e interna, passando pela transformação dos sistemas internacionais e por ganhos concretos no âmbito doméstico, em conjunto também com ganhos absolutos e relativos. Se os integrantes do BRICS continuarem nos seus respectivos caminhos para o desenvolvimento, o sistema internacional como um todo sofrerá transformações. Benefícios absolutos elevados, em países com grandes dimensões, acarretam amplas consequências sobre o poder relativo; na medida que a distribuição de capacidades sofre transformações, os seguidores de normas tendem a se tornarem produtores de normas (SAHNI, 2013).

Considerações finais

Depois do exposto anteriormente, retornaremos aqui aquela indagação apresentada na introdução do presente trabalho: qual a importância da Índia e do Brasil na atual configuração geopolítica mundial e no BRICS?

Acreditamos que a resposta, ou uma delas, para esta pergunta tem que ser buscada focando no BRICS. Se o BRICS conseguir manter uma postura de coesão, poderá alcançar maior influência geopolítica mundial. Para tal, Índia e Brasil (assim como os outros países do BRICS) possuem grande importância, pois se um desses países adotar uma posição muito divergente dos demais, prejudicará a coesão do BRICS e por consequência sua projeção geopolítica no cenário internacional.

Varun Sahni (2013), possivelmente poderia expor opinião diferente em relação a resposta anterior, pois para o mesmo, existem diferenças significativas entre os países do BRICS. Concordamos com a existência das diferenças significativas, mas ressaltamos, o foco deve ser no BRICS, pois se enquanto BRICS os países conseguirem manter uma postura consensual – lembrando aqui a interpretação gramsciana de Robert W. Cox – as diferenças poderão ser relativizadas.

No que diz respeito a questão da hegemonia no sistema internacional, mesmo que os Estados Unidos venha no século XXI sofrendo uma perda

hegemônica em relação a década de 1990, não significa consequentemente que perderá sua capacidade hegemônica. O país conta com um forte complexo militar-industrial, capacidade técnico-militar, bases militares em vários lugares do mundo (facilitando o uso de força militar direta) e em 2013, de acordo com a página da internet Defesanet (2014), participou com 37% dos gastos militares mundiais (enquanto o segundo colocado, a China, participou com 11%). Além da opinião de José Luís Fiori (2008) sobre os Estados Unidos, que já citamos anteriormente no presente trabalho, Franklin Trein (2011) expõe existir indícios de que o poder dos Estados Unidos, seja ele militar, econômico ou político, estaria muito distante de um fim. Ainda segundo Trein (2011), não se pode desconsiderar que o *hard power* e o *soft power* (capacidade industrial, capacidade militar, recursos humanos, ciência e tecnologia e dominância cultural), nos quais se apoia a hegemonia dos Estados Unidos, em conjunto representam uma potente capacidade de decisão e ação. Uma hegemonia pode permanecer por um longo período em crise, assim como pode reconquistar importância perdida. Além disso, outras possibilidades podem surgir no sistema internacional, como mais de uma potência hegemônica equivalente (exemplo da Guerra Fria) ou blocos (ou grupos) de países, por exemplo.

Referências bibliográficas

ACIOLY, Luciana; CINTRA, Marcos Antonio Macedo (Editores/Orgs). **Inserção internacional brasileira**: temas de política externa. Brasília: IPEA, 2010.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith in Beijing**: Lineages of the Twenty-First Century. London e New York: Verso, 2007.

CARNEVALI, Giorgio. A teoria da política internacional em Gramsci. In: MEZZAROBA, Orides. (Org.). **Gramsci: Estado e Relações Internacionais**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

CICARELLI, Roberto. A Visão do Centauro: Hegemonia e o Lugar do Oriente em Gramsci. In: DEL ROIO, Marcos. (Org.). **Marxismo e Oriente: quando as periferias se tornam os centros**. São Paulo: Ícone; Marília, SP: Oficina Universitária da FCC-UNESP Marília, 2008.

COX, Robert W. Gramsci, hegemonia e Relações Internacionais: um ensaio sobre o método. In: GILL, Stephen. (Org.). **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

DEFESANET. **SIPRI – Brasil é o 12º orçamento defesa**. Disponível em: < http://www.defesanet.com.br/defesa/noticia/14978/SIPRI---Brasil-e-o-12%C2%BA-Orcamento-Defesa/ >. Acesso em: 30 de agosto de 2014.

FIORI, José Luís. O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. In: FIORI, José Luis; MEDEIROS, Carlos Aguiar de; SERRANO, Franklin. **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

GARCIA, Marco Aurélio. O lugar do Brasil no mundo: a política externa em um momento de transição. In: GARCIA, Marco Aurélio; SADER, Emir. (Orgs.). **Brasil, entre o passado e o futuro.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e Boitempo Editorial, 2010.

GHAREKHAN, Chinmaya R. Foreword. In: SIKRI, Rajiv. **Challenge and Strategy**: Rethinking India´s Foreign Policy. New Delhi: SAGE, 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Grande Sertão: Veredas: o Mercosul no mundo. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

GUIMARÃES, Lytton L. Política Externa e Segurança da Índia. Implicações para o Fórum IBAS. In: **Conferência Índia**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

KHANNA, V N. From Non-Alignment to Nuclear India. In: KHANNA, V N. **Foreign Policy of India**. 6. ed. New Delhi: VIKAS, 2007.

LOSURDO, Domenico. **A linguagem do império**: léxico da ideologia estadunidense. São Paulo: Boitempo, 2010.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. Índia: Estratégia e Política Externa. In: **Conferência Índia**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2008.

POMERANZ, Lenina. O Brasil, os BRICS e a agenda internacional. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá. (Org.). **O Brasil os BRICS e a agenda internacional**. 2. ed. rev. ampl. Brasília: FUNAG, 2013.

SAHNI, Varun. Perspectiva indiana sobre o BRICS: entusiasta, evasiva e ainda em evolução. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá. (Org.). **O Brasil os BRICS e a agenda internacional**. 2. ed. rev. ampl. Brasília: FUNAG, 2013.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. In: SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SATO, Eiiti. A nova ordem econômica: Mudança, estabilidade e perspectivas de cooperação internacional. In: SATO, Eiiti. **Economia e política das Relações Internacionais.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

TREIN, Franklin. Unipolaridade e multipolaridade: novas estruturas na geopolítica internacional e os BRICS. In: VIANA, André Rego; BARROS, Pedro Silva; CALIXTRE, André Bojikian (Orgs.). **Governança global e integração da América do Sul**. Brasília: IPEA, 2011.

VISENTINI, Paulo Fagundes. Pós-Guerra Fria e globalização: do “fim da história” ao “choque das civilizações” (1987-2007). In: VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevcz. **História do mundo contemporâneo**: da Pax Britânica do século XVIII ao Choque das Civilizações do século XXI. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

VISENTINI, Paulo Fagundes. O reconhecimento do Brasil como potência emergente. In: VISENTINI, Paulo Fagundes. **A Projeção Internacional do Brasil 1930-2012**: diplomacia, segurança e inserção na economia mundial. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

O BOLETIM GEOGRÁFICO DO IBGE E A GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA

Eixo Temático 1: Geografia Política e Geopolítica clássica e contemporânea dos séculos XX e XXI

Eduardo Karol
UERJ – Faculdade de Formação de Professores
eduardokarol01@gmail.com

Resumo : O Boletim Geográfico publicado pelo IBGE, entre os anos de 1943 e 1978, foi um periódico de divulgação da geografia produzida no Brasil e no mundo. Em 36 anos de existência foram 258 números, com textos de geógrafos e outros especialistas brasileiros e estrangeiros. Recuperar nesta publicação os textos sobre Geografia Política e Geopolítica possibilitará o encontro e resgate da produção acadêmica do período e servir como uma referência para estudantes e pesquisadores destas áreas. A avaliação dos textos terá como referencial os pressupostos da Geopolítica Crítica, que busca uma visão da cultura e da sociedade em todas as suas vertentes, não submetida (ao menos teoricamente) a nenhum discurso oficial, nem aos dogmas dos grandes paradigmas. Seu método consiste precisamente em analisar criticamente estas estruturas aparentemente sólidas e indiscutíveis, com o objetivo de oferecer perspectivas alternativas e, frequentemente, desmascarar os mecanismos discursivos do poder estabelecido (FONT; RUFÍ, 2006, p. 47).

Palavras-chave: Geografia Política, Geopolítica, Boletim Geográfico do IBGE.

Introdução

O Boletim Geográfico (BG) publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, entre os anos de 1943 e 1978, foi um periódico de divulgação da geografia produzida no Brasil e no mundo. Em trinta e seis anos de existência foram publicados 258 números, o que indica a produção de textos de muitos geógrafos brasileiros e estrangeiros. Recuperar e estudar os textos publicados no Boletim possibilitará o encontro e resgate da produção acadêmica que orientou a formação docente durante sua existência. Analisar a quantidade de números publicados na totalidade dos textos publicados é tarefa de Hércules, por isso vamos restringir nossa busca aos textos relativos ao campo da Geografia Política e Geopolítica. A contribuição para a Geografia no Brasil justifica o projeto por trazer luz ao pensamento geográfico de uma época. Como nos indica um renomado estudioso de geografia política, “Um projeto desta natureza parece-nos, no entanto, justificar-se, em muitos aspectos. Em primeiro lugar, não existe no mundo [e no Brasil], ao nosso conhecimento da bibliografia geografia política [e geopolítica]. Por outro lado, as lacunas que a bibliografia certamente irá mostrar em muitos setores que parecem ser, por geógrafos políticos, um incentivo para empurrar ainda mais este tipo de pesquisa. Por fim, apesar destas deficiências, esta bibliografia vai servir como uma referência para estudantes, pesquisadores e especialistas das seguintes áreas: geografia, história, ciência política, relações internacionais, Militar e Estudos Estratégicos, Estudos Diplomáticos, Escolas de Serviço Público, comissões de fronteiras [limites]” (SANGUIN, 1976).

Nosso objetivo é conhecer e avaliar os textos de Geografia Política e Geopolítica publicados no Boletim Geográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 1943 a 1978. Para isso necessitamos identificar os textos de Geografia Política e Geopolítica existentes no Boletim Geográfico do IBGE, seleciona-los e lê-los buscando as concepções de Geografia existentes nos textos publicados.

A GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA COMO CAMPO

A definição do campo da Geografia Política e Geopolítica é o primeiro elemento para o projeto proposto. A ideia de campo, extraída de Bourdieu, é definido "como o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social" (BOURDIEU 1983, p. 122).

MACHADO (1998), em curto artigo, apresenta a Geografia Política como um campo. A essa proposição, acrescentaremos a Geopolítica. A construção de um campo único — Geografia Política - Geopolítica — no qual vários especialistas têm atuado, entre eles os geógrafos, compõem os textos em seções constantes do periódico pesquisado.

O ponto de encontro entre Geografia Política e Geopolítica é assumido considerando-se as relações entre os Estados (interna e externamente) e os atores que forjam a disputa por espaço na sociedade moderna (KAROL, 2014). Assim, apresenta-se para título de entendimento a fórmula usada por Maull, que elaborou um termo binário quando a discussão da identidade entre as ciências estava na retirada do caráter cientifico de uma ou de outra e grafou *Geografia Política-Geopolítica* (BACKHEUSER, 1942, 32). Nesse trabalho assume-se essa fórmula como norteadora da análise dos textos da Geografia Política e Geopolítica constantes no Boletim Geográfico do IBGE. Esse artifício não exclui o risco da perpetuação da produção de um "discurso frouxo", como bem salientou MACHADO (2000) sobre a utilização de formulações teóricas provenientes de outros contextos espaciais.

Esclarecida a ideia de campo, o avanço para a avaliação dos textos terá como referencial os pressupostos da Geopolítica Crítica, que busca uma visão da cultura e da sociedade em todas as suas vertentes, não submetida (ao menos teoricamente) a nenhum discurso oficial, nem aos dogmas dos grandes paradigmas. Seu método consiste precisamente em analisar criticamente estas estruturas aparentemente sólidas e indiscutíveis, com o objetivo de oferecer perspectivas alternativas e, freqüentemente, desmascarar os mecanismos discursivos do poder estabelecido (FONT; RUFÍ, 2006, p. 47). Os estudos recentes de Geografia Política também têm procurado os mesmos pressupostos citados acima, daí nos parece

fecundo perseguir a ideia de campo e propor a superação do debate dicotômico que hora privilegia uma disciplina ora outra.

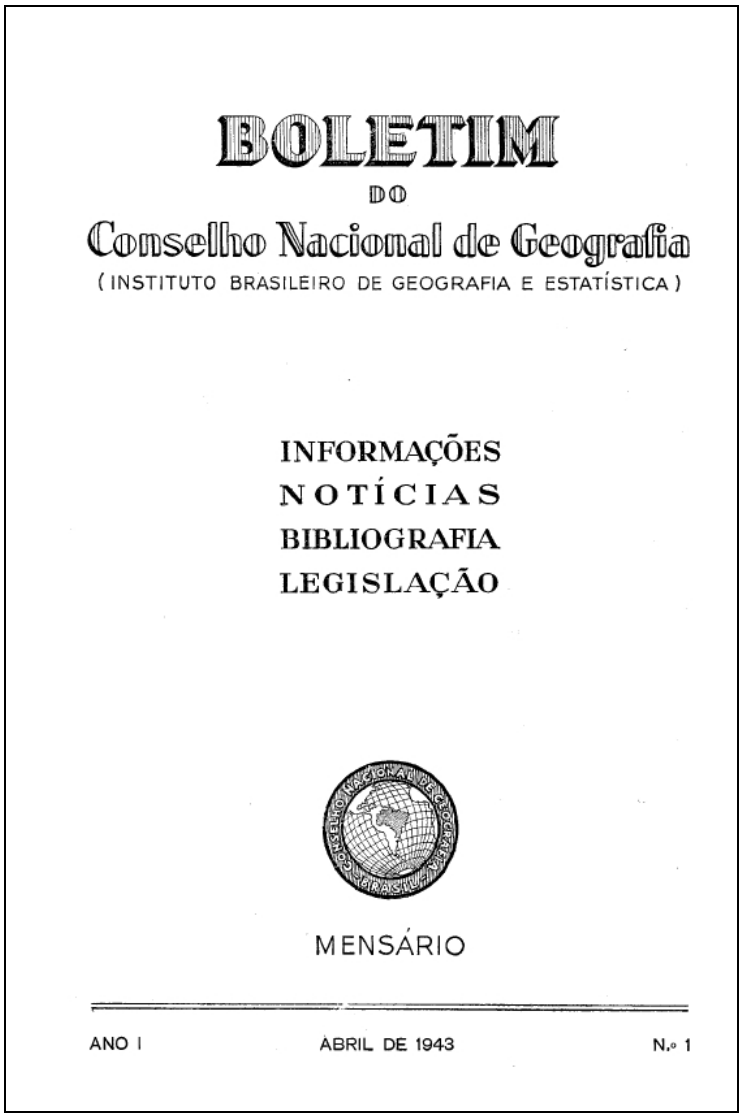
O BOLETIM GEOGRÁFICO (BG) DO IBGE

O primeiro aspecto a ser informado é sobre o título do boletim. Sua primeira edição é publicada com o título de Boletim do Conselho Nacional de Geografia (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Essa denominação durou só três meses, ou seja, nos três primeiros números. A partir do número quatro o editorial explica e justifica a mudança para Boletim Geográfico.

A criação e publicação do periódico é explicitada no editorial do número um da seguinte maneira: “A Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia, com a resolução nº 91, de 23 de julho de 1941, deliberou que a Secretaria do Conselho editaria mensalmente um boletim de informações”. O primeiro número foi publicado em abril de 1943. Dê um veículo de informação mensal (1943-1951), passou a bimestral (1952-1974) e findou com a periodicidade trimestral (1975-1978). Opresidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, José Carlos de Macedo Soares detalha a sua organização: “Compõem-no uma parte introdutória enfeixando selecionado conjunto de editoriais, comentários, transcrições, resenhas e contribuições especializadas e mais quatro secções”... São elas: Informações, Notícias, Bibliografias, Leis e Resoluções.

Poucas modificações podem ser constatadas nas seções desde o primeiro número. A não ser aquelas de concepções referentes as modificações da ciência geográfica.

Ao longo dos anos, nos fascículos publicados, houve inclusões e supressões que não modificaram a estrutura do periódico como divulgador do conhecimento geográfico. Nos anos setenta apresenta um formato que privilegia os artigos e mantém a divulgação de Bibliografia, Noticiário e Legislação. A título de ilustração segue abaixo capa e sumário.



BOLETIM

DO

Conselho Nacional de Geografia

(INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA)

INFORMAÇÕES
NOTÍCIAS
BIBLIOGRAFIA
LEGISLAÇÃO

MENSÁRIO

ANO I ABRIL DE 1943 N.º 1

Sumário dêste número

EDITORIAL DO MÊS: Apresentação — J. C. DE MACEDO SOARES (pg. 3).

COMENTÁRIO DO MÊS: Concurso de monografias de aspectos geográficos municipais — JOSÉ VERÍSSIMO DA COSTA PEREIRA (pg. 5).

TRANSCRIÇÕES DO MÊS: Nota preliminar sôbre as regiões pastoris do Brasil — OTÁVIO DOMINGUES (pg. 9) — A Geografia na Escola Primária — VIDAL DE LA BLACHE (pg. 18).

RESENHA: A divisão administrativa e judiciária a vigorar no qüinqüenio 1944/48 (pg. 25) — O crescimento da população brasileira através da última operação censitária (pg. 26) — A distribuição da população pelas regiões brasileiras (pg. 26) — População estrangeira em quatro Estados brasileiros (pg. 26) — Súditos dos países do eixo residentes no Brasil (pg. 27) — A tendência urbanística da população do país (pg. 27) — O tipo regional do vaqueiro (pg. 27) — Aproveitamento da terra nos municípios paulistas (pg. 28 — Parque Nacional da Serra dos Órgãos (pg. 28) — Aerofotogrametria de zonas agrícolas (pg. 29) — Ventos predominantes em Vitória (pg. 29) — Valor da produção industrial em 1940 (pg. 29) — A "Hora dos Prefeitos" (pg. 29) — Monumento aos bandeirantes (pg. 30) — Principais repartições americanas (pg. 30) — Academia de cultura guarani (pg. 30).

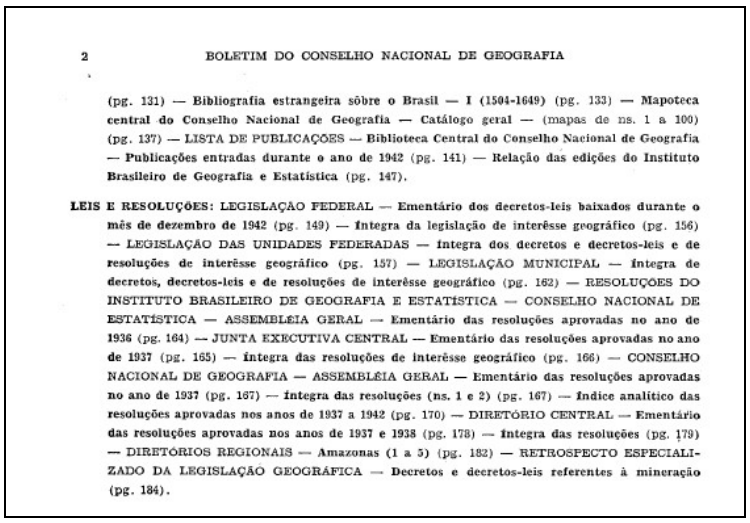
OPINIÕES: Brasil — expoente da ciência geográfica (pg. 31) — A beleza de um gesto (pg. 31) — O povoamento do Brasil (pg. 32) — Documentação Bibliográfica do Conselho Nacional de Geografia (pg. 33) — Mudança de nomes geográficos (pg. 33) — Os intelectuais aplaudem as campanhas geográficas (pg. 34) — Exploração científica no Nordeste (pg. 34).

CONTRIBUIÇAO DIDÁTICA: Divisão regional do Brasil (pg. 35) — Distribuição da área do Brasil, por Unidades Federadas e regiões (pg. 41) — Programas de Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Universidade de São Paulo (pg. 42).

INFORMAÇÕES: QUADRO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA — Administração federal (pg. 45) — Administração regional (pg. 53) — Administração municipal (pg. 58) — Nominata Geral das instituições e certames culturais (pg. 67).

NOTICIÁRIO: DA CAPITAL FEDERAL — Administração federal (pg. 73) — Instituições particulares (pg. 94) — Certames (pg. 97) — DAS UNIDADES FEDERADAS (pg. 98) — DOS MUNICÍPIOS (pg. 104).

BIBLIOGRAFIA: APONTAMENTOS BIO-BIBLIOGRÁFICOS DE GEÓGRAFOS BRASILEIROS CONTEMPORÂNEOS — Professor Everardo Adolfo Backheuser (pg. 109) — REGISTOS E COMENTÁRIOS BIBLIOGRÁFICOS — sôbre livros (pg. 113) — sôbre mapas (pg. 120) — CONTRIBUIÇÃO BIBLIOGRÁFICA ESPECIALIZADA — Achegas para uma bibliografia da "pororoca" amazônica (pg. 121) — RETROSPECTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO — "Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro — Índice das matérias insertas — (1885 a 1893) (pg. 123) — A cartografia brasileira nos periódicos estrangeiros — I (1836-1885)



2 BOLETIM DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

(pg. 131) — Bibliografia estrangeira sôbre o Brasil — I (1504-1649) (pg. 133) — Mapoteca central do Conselho Nacional de Geografia — Catálogo geral — (mapas de ns. 1 a 100) (pg. 137) — LISTA DE PUBLICAÇÕES — Biblioteca Central do Conselho Nacional de Geografia — Publicações entradas durante o ano de 1942 (pg. 141) — Relação das edições do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (pg. 147).

LEIS E RESOLUÇÕES: LEGISLAÇÃO FEDERAL — Ementário dos decretos-leis baixados durante o mês de dezembro de 1942 (pg. 149) — Íntegra da legislação de interêsse geográfico (pg. 156) — LEGISLAÇÃO DAS UNIDADES FEDERADAS — Íntegra dos decretos e decretos-leis e de resoluções de interêsse geográfico (pg. 157) — LEGISLAÇÃO MUNICIPAL — Íntegra de decretos, decretos-leis e de resoluções de interêsse geográfico (pg. 162) — RESOLUÇÕES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA — ASSEMBLÉIA GERAL — Ementário das resoluções aprovadas no ano de 1936 (pg. 164) — JUNTA EXECUTIVA CENTRAL — Ementário das resoluções aprovadas no ano de 1937 (pg. 165) — Íntegra das resoluções de interêsse geográfico (pg. 166) — CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA — ASSEMBLÉIA GERAL — Ementário das resoluções aprovadas no ano de 1937 (pg. 167) — Íntegra das resoluções (ns. 1 e 2) (pg. 167) — Índice analítico das resoluções aprovadas nos anos de 1937 a 1942 (pg. 170) — DIRETÓRIO CENTRAL — Ementário das resoluções aprovadas nos anos de 1937 e 1938 (pg. 178) — Íntegra das resoluções (pg. 179) — DIRETÓRIOS REGIONAIS — Amazonas (1 a 5) (pg. 182) — RETROSPECTO ESPECIALIZADO DA LEGISLAÇÃO GEOGRÁFICA — Decretos e decretos-leis referentes à mineração (pg. 184).

A EXTRAÇÃO DOS TEXTOS DO BG

A pesquisa teve início com a consulta a todos os números do periódico, de onde extraímos os textos. O critério de escolha teve como base o rótulo Geografia Política e Geopolítica e também palavras que são referências no campo, como fronteiras, limites, poder nacional, etc. Muitas vezes essas referências não constam dos títulos, porém uma leitura, ainda que superficial, nos indicou colocá-los no rol de textos que interessam a pesquisa. Com esses dois passos indicamos que a pesquisa está em seu início com perspectivas de aprofundamento no futuro. Optamos por apresentar os autores, títulos e dados temporais na tabela abaixo. A última coluna da tabelalocaliza os textos em cada seção o que nos permite visualizar o quantitativo de textos apresentados em cada uma. Não é só a visualização numérica que almejamos, a localização em cada seção indica a importância e destinação de cada item coletado.

Autor	Título	Ano	Mês	Núm	Vol	Seção

Pedro Paulo Lomba	Projeto Aripuanã – raciocínio ocupacional para a região	1973	Nov-Dez	237	XXXII	Artigo
Pedro Paulo Lomba	A cidade-laboratório de Humbolt – notas preliminares, mas razoavelmente definitivas	1973	Nov-Dez	237	XXXII	Artigo
Everardo Backheuser	Os Fatos Fundamentais da Geografia	1944	Jul	16	II	Comentário
Vitor A. Peluso Júnior	O Estudo Geográfico dos Limites Municipais	1944	Ago	17	II	Comentário
Blanca Mieres de Botto	Novos Fatos Geográficos	1944	Nov	20	II	Comentário
Everardo Backheuser	Novos Fatos Geográficos e sua repercussão no Brasil	1944	Dez	21	II	Comentário
Everardo Backheuser	Alguns Conceitos Geográficos e Geopolíticos	1946	Jul	40	IV	Comentário
Everardo Backheuser	Localização da Nova Capital do País no Planalto Central	1947	Ago	53	V	Comentário
Everardo Backheuser	Localização da Nova Capital: Clima e Capital	1947	Nov	56	V	Comentário
Everardo Backheuser	Localização da Nova Capital: Critérios de	1947	Dez	57	V	Comentário

	Escolha					
Everardo Backheuser	Localização da Nova Capital: Ponto Nevrálgico	1948	Jan	58	V	Comentário
Everardo Backheuser	Leis Geopolíticas da Evolução dos Estados	1950	Jul	88	VIII	Comentário
Therezinha de Castro	Alasca – 49º Estado Americano	1959	Jul-Ago	151	XVII	Contribuição à Ciência Geográfica
Meira Matos	Aspectos Geopolíticos de nosso território	1952	Jan-Fev	106	X	Contribuição à Ciência Geográfica
Everardo Backheuser	A Política e Geopolítica segundo Kjellén	1952	Set-Out	110	X	Contribuição à Ciência Geográfica
Therezinha de Castro	Antártica, o assunto do momento	1958	Jan-Fev	142	XVI	Contribuição à Ciência Geográfica
J. StollGonçalver	O Mar Territorial e o interesse brasileiro	1958	Mai-Jun	144	XVI	Contribuição à

						Ciência Geográfica

Arthur Cezar Ferreira Reis	A Formação Territorial do Brasil	1958	Set-Out	146	XVI	Contribuição à Ciência Geográfica
Therezinha de Castro	Gana independente (1957-1958)	1959	Mar-Abr	149	XVII	Contribuição à Ciência Geográfica
Therezinha de Castro	Antártica, o assunto do momento	1959	Mai-Jun	150	XVII	Contribuição à Ciência Geográfica
Therezinha de Castro	República das Filipinas	1959	Set-Out	152	XVII	Contribuição à Ciência Geográfica
Gen. F. Jaguaribe de Matos	Uma boa urbanização de Cuiabá como fator geopolítico do progresso de Mato Grosso	1959	Nov-Dez	153	XVII	Contribuição à Ciência Geográfic

						a
Halford John Mackinder	O Mundo Redondo e a Conquista da Paz	1954	Jan-Fev	118	XII	Contribuição à Geopolítica
Ten. Cel. William R. Kintiner	Geopolítica para o soldado	1954	Mar-Abr	119	XII	Contribuição à Geopolítica
Pe. Edmund Walsh	Geopolítica e moral internacional	1954	Mai-Jun	120	XII	Contribuição à Geopolítica
Major Waldyr da Costa Godolphin	Posição da Geopolítica	1955	Jul-Ago	127	XIII	Contribuição à Geopolítica
Delgado de Carvalho e Teresinha de Castro	Geografia Política e Geopolítica – estudos e ensaios	1956	Jul-Ago	133	XIV	Contribuição à Geopolítica
Gal. Ignácio José Veríssimo	Bolívia, país do Atlântico	1956	Nov-Dez	135	XIV	Contribuição à Geopolítica
Delgado de Carvalho e Teresinha de	A questão da Antártica	1956	Nov-Dez	135	XIV	Contribuição à Geopolíti

Castro						ca
Eng. Moacir M. F. Silva	Os Territórios Federais (Novo capítulo da Geografia das Fronteiras no Brasil)	1944	Janeiro	10	I	Contribuição ao Ensino
Giorgio Mortara	Os Territórios Federais recém-criados e seus novos limites	1944	Julho	16	II	Contribuição ao Ensino
Richard Joel Russel	A Geografia de Após Guerra	1946	Abril	37	IV	Contribuição ao Ensino
Cel. Renato Barbosa Rodrigues Pereira	Fronteira com a Colômbia	1947	Março	48	IV	Contribuição ao Ensino
Cel. Renato Barbosa Rodrigues Pereira	Fronteira com o Peru	1947	Maio	50	V	Contribuição ao Ensino
Cel. Renato Barbosa Rodrigues Pereira	Fronteira com o Peru	1947	Junho	51	V	Contribuição ao Ensino
Cel. Renato Barbosa Rodrigues Pereira	Fronteira com o Peru	1947	Julho	52	V	Contribuição ao Ensino

F. A. Raja Gabaglia	A Geopolítica	1947	Setembro	54	V	Contribuição ao Ensino
F. A. Raja Gabaglia	Geografia-Política-Engenharia	1947	Outubro	55	V	Contribuição ao Ensino
J. Cezar de Magalhães	Organização político-administrativa brasileira	1963	Set-Out	176	XXII	Contribuição ao Ensino
J. Cezar de Magalhães	Planisfério – Divisão Política	1965	Jul-Ago	187	XXIV	Contribuição ao Ensino
Jorge Zarur	A Aviação e a Geografia	1943	Outubro	7	I	Resenha e Opiniões
Lima Figueiredo	A Geopolítica das nossas fronteiras	1945	Fevereiro	23	II	Resenha e Opiniões
F. A. Raja Gabaglia	Geopolítica e política geográfica	1945	Abril	25	III	Resenha e Opiniões
Luís de Souza Martins	A Fronteira Setentrional do Brasil	1946	Junho	39	IV	Resenha e Opiniões
Everardo Backheuser	Territórios Nacionais	1946	Setembro	42	IV	Resenha e Opiniões

Leopoldo Cunha Melo	Conceituação de "Território Federal" como unidade política	1948	Janeiro	58	V	Resenhae Opiniões
Leo Waibel	Determinismo Geográfico e Geopolítica	1961	Set-Out	161	XIX	Resenhae Opiniões
Cap. Dario Croccia de Morais	O Poder Nacional – fundamentos fatores econômicos	1964	Mai-Jun	180	XXII	Resenhae Opiniões
Ruben Rosa (Mins TCU)	Dos Territórios Federais	1964	Jul-Ago	181	XXIII	Resenhae Opiniões
George Hass	A ONU e a criação de novos países	1964	Set-Out	182	XXIII	Resenhae Opiniões
João Alfredo Guedes	Direitos do Brasil sobre a Antártida	1964	Set-Out	182	XXIII	Resenhae Opiniões
Gal. Alfredo Souto Malan	Geopolítica e Segurança Nacional (Geoestratégia)	1964	Nov-Dez	183	XXIII	Resenhae Opiniões
Belarmino Maria Austregésilo de Athaide	Aspirações e interesses nacionais. Objetivos nacionais permanentes do Brasil	1965	Jan-Fev	184	XXIV	Resenhae Opiniões
Heitor Marçal	As teorias geopolíticas	1965	Mar-Abr	185	XXIV	Resenhae

						Opiniões
Therezinha de Castro	Geografia das Relações Internacionais – o Alaska	1965	Set-Out	188	XXIV	Resenha e Opiniões
Antônio Teixeira Guerra	Os recursos naturais, sua utilização pelo homem e o poder nacional	1967	Nov-Dez	201	XXVI	Resenha e Opiniões
Dennis Johnson	Levantamento das fronteiras internacionais – notas introdutórias	1969	Mar-Abr	208	XXVIII	Resenha e Opiniões
Dirceu Pessoa	Estabelecimento de uma política de ocupação territorial do Brasil	1969	Mar-Abr	208	XXVIII	Resenha e Opiniões
Antônio Carlos Diniz de Andrada	O Brasil e os Estados Africanos – Interesses e Relações	1969	Jul-Ago	211	XXVIII	Resenha e Opiniões
Jean Cermakian	A Geografia da Ajuda Estrangeira à América Latina – problemas de fontes e de método	1970	Mai-Jun	216	XXIX	Resenha e Opiniões
Vidal de La Blache	A Geografia na escola primária	1943	Abril	1	1	Transcriçõ es do Mês
Joseph J. Thorndike Jr.	Geopolítica: o espantoso desenvolvimento de um sistema científico que um inglês inventou, os	1943	Setembro	6	I	Transcriçõ es do Mês

	alemães usaram e os americanos precisam estudar					
Jean Gottmann	Doutrinas Geográficas na Política	1947	Setembro	54	V	Transcrições
Dep. Eunápio Queirós	Mudança da Capital do País: parecer da Comissão Parlamentar	1949	Julho	76	VII	Transcrições
Carl Troll	A Geografia Científica na Alemanha no período de 1933 a 1945 – uma crítica e prestação de contas	1950	Janeiro	82	VII	Transcrições
Carl Troll	A Geografia Científica na Alemanha no período de 1933 a 1945 – uma crítica e prestação de contas	1950	Fevereiro	83	VII	Transcrições
Antônio Teixeira Guerra e Amélia L. Teixeira Guerra	Subsídios para uma nova divisão política do Brasil	1964	Jan-Fev	178	XXII	Transcrições
José Setzer	Condições Políticas das Nações	1968	Jul-Ago	205	XXVII	Transcrições
Frederico Rondon	Amazônia Brasileira – Mistérios e	1968	Set-Out	206	XXVII	Transcrições

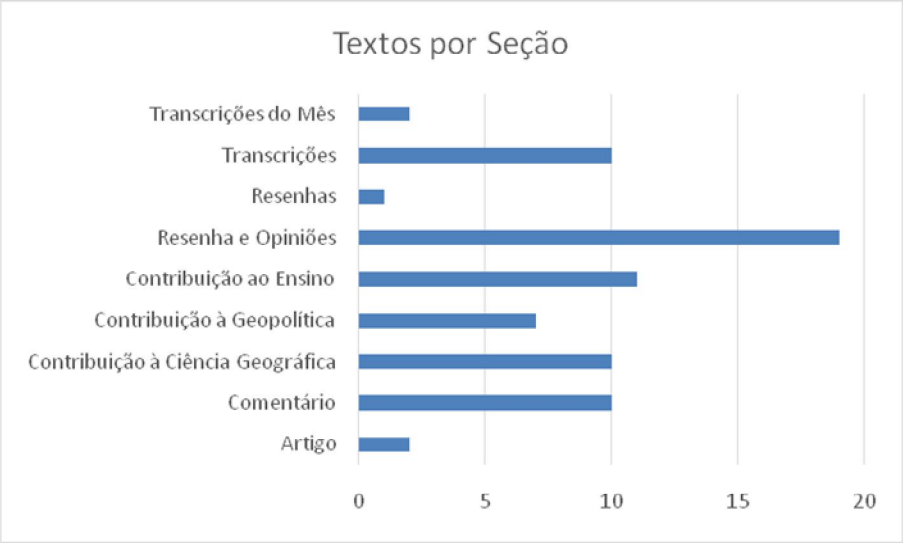
	Incompreensão versus Economia e Segurança					
Geraldo Wilson Nunan	O Mar e seu aspecto legal	1972	Jan-Fev	226	XXXI	Transcrições
André-Louis Sanguin	A Evolução e a renovação da Geografia Política	1977	Jan-Mar	252	XXXV	Transcrições
Paul Claval	A Geografia e os fenômenos de dominação	1977	Out-Dez	255	XXXV	Transcrições

O quantitativo de textos de cada seção[1] é apresentado no quadro e gráfico a seguir. A distribuição indica como, com o passar do tempo, o BG foi publicando artigos relacionados ao campo em diversas seções, não estabelecendo desde o início uma referência no periódico.

Seções	**Textos por Seção**
Artigo	2
Comentário	10
Contribuição à Ciência Geográfica	10
Contribuição à Geopolítica	7
Contribuição ao Ensino	11
Resenha e Opiniões	19

[1] As seções foram mantidas como apresentadas no Boletim Geográfico. Pode-se observar que houve pequenas modificações nos títulos apresentados. A seção Artigo não existe formalmente no periódico, no entanto, o resumo dos textos indicam essa nomenclatura.

Resenhas	1
Transcrições	10
Transcrições do Mês	2



As seções não foram classificadas em ordem de importância, pois estaríamos comparando funções e objetivos diferentes. Por exemplo, as transcrições trazem ideias de autores que discutiram teorias e foram consagrados com suas formulações, ao passo que a resenha e opiniões veiculam, muitas vezes, informações sintéticas e/ou resumidas. A proposta, quando da análise dos textos, é trata-los a partir dos objetivos definidos para cada seção.

Os títulos dos textos, aparentemente, nos fazem crer que as ideias apresentadas se enquadram na classificação bastante estudada de uma Geografia Política e Geopolítica voltada para a defesa externa do Estado e também de estudos que discutem suas divisões internas. Também se observa o debate sobre a

Geopolítica com o propósito de acusa-la ou defendê-la. No entanto, a análise pormenorizada dos textos, em continuidade à pesquisa, nos indicará a natureza espacial apresentada pelos autores.

FUNDAMENTOS PARA ANÁLISE DOS TEXTOS DO BG E PRIMEIROS APONTAMENTOS

A ideia de Herb (2008) de que os geógrafos políticos, a qual acrescento historiadores, jornalistas, conselheiros de governos, militares, etc., se envolveram com o Estado de três maneiras: apresentaram estudos que buscam facilitar o processo de maximizar o poder de Estado sobre o espaço; para manter e gerenciar sua existência territorial; e resistir ativamente e questionar suas ações espacialmente manifestadas.

Geógrafos políticos e demais especialistas que priorizam o Estado como o ator mais importante, privilegiam a ideia sobre interesse nacional, e são decididamente realistas ou orientados para o poder. Eles empregam identidades de oposição (nós/eles, preto/branco) e oposições de poder (mar versus poder terrestre) para oferecer representações do mundo que deslumbram através da sua simplicidade. Eles têm uma postura e defendem a mudança ativista para conseguir o domínio do Estado em um mundo caracterizado pela competição e conflito. Como consequência, o seu trabalho centra-se em escalas do Estado global para a maior parte, porém divisões internas são reconhecidas como importantes para a força do Estado. Seus esforços são para privilegiar o papel do executivo estatal.

Em sua grande maioria os textos extraídos do BG podem ser identificados na rubrica que prioriza o Estado[2] como ator por excelência. Confirmando a ideia de que muitas vezes o campo priorizou uma Geografia dos Estados e não a análise das

[2] Lembramos que a definição de Estado, muitas vezes defendida por autores, na geografia é aquela da sua existência quando uma população instalada num território exerce a própria soberania. Essa definição é citada por RAFFESTIN (1993, p. 22) tomada de MUIR, R. ModernPoliticalGeography. London, Macmillan Press Ltd., 1975.

relações daí provenientes. Em análise a ser apresentada em futuro artigo, detalharemos a relação dos autores com o ator que privilegiam.

Por outro lado, o trabalho dos autores que buscam manter e gerenciar a existência territorial do Estado, muitas vezes, nega motivos políticos e professa neutralidade e objetividade. O objetivo é manter um status quo equilibrado e pacífico ou para um equilíbrio homeostático em um sistema fechado. O Estado é visto como um dado e sua existência não é problematizada. O foco principal está na escala do Estado e de suas regiões administrativas. Os trabalhos são direcionados para a análise da gestão da administração política do Estado. Estão voltados para dentro e evitam o problema dos Estados em suas relações uns com os outros.

Recentemente ganhou força na literatura da Geografia, História, Ciências Sociais, um conjunto de autores que são críticos das atividades, propósitos e legitimidade do Estado. Eles reconhecem múltiplas escalas e expressões de poder dos corpos dos indivíduos nas redes globais. Alguns deles se concentram no estudo de classe e a influência dominante da economia mundial capitalista, outros direcionam sua atenção para diversos grupos e comunidades, abraçam a noção de hibridismo das identidades, e examinam o poder discursivo e produção de conhecimento. Eles estão unidos em seu compromisso com processo social, o que os torna distintos das outras interpretações. Os envolvidos na análise trabalham abertamente para a transformação e alcançar desestabilização, resistência e/ou revolução. Eles são identificados com os grupos de oposição e os novos movimentos sociais.

Pelo contexto temporal em que o periódico foi produzido, intuímos que a perspectiva — crítica das atividades, propósitos e legitimidade do Estado —, constará de maneira bem reduzida nos textos publicados no Boletim Geográfico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BACKHEUSER, E. Geopolítica e Geografia Política. **R. Bras. Geogr.** Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 21-38, 1942.

BORDIEU, P. O Campo Científico. In: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu – Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1983.

FONT, J.N.; RUFÍ, J.V. **Geopolítica, identidade e globalização**. São Paulo: Annablume, 2006. 282p.

HERB, Guntram H. The Politics of Political Geography. In: COX, K.R.; LOW, M. ROBINSON, J. (Edited by). **The Sage Handbook of Political Geography.** London: Sage Publications, 2008. p. 21-40.

KAROL, E. Geografia política e geopolítica no Brasil (1982-2012). 2014, 257f. **Tese** (Doutorado, Geografia) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – São Paulo – SP.

MACHADO, L. O. Geografia Política e Ciências Sociais. In: ESCOLAR, Marcelo; MORAES, Antonio C.R. (Org.). **Nuevos Roles del Estado en el Reordenamiento del Territorio: Aportes Teóricos**. Buenos Aires: Ed.Universidad de Buenos Aires, 1998, p. 57-72.

MACHADO, L. O. História do pensamento geográfico no Brasil. **Terra Brasilis**[Online], 1|2000, posto online no dia 05 Novembro 2012, consultado o 30 Junho 2016. URL : http://terrabrasilis.revues.org/295 ; DOI : 10.4000/terrabrasilis.295

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ed. Ática, 1993.

SANGUIN, A.-L. **GéographiePolitique; bibliographi e internationale.** Montréal: Les Presses de L'Université du Québec, 1976.

O Fenômeno do Terrorismo e o Espaço Urbano: Uma Análise Geográfica

Eixo Temático 1: Geografia política e geopolítica clássica e contemporânea dos séculos XX e XXI

Gleydson Gonzaga de Lucena

Após o fim da Guerra Fria, e com o aprofundamento da globalização, o fenômeno do terrorismo se tornou mais evidente como um dos grandes desafios geopolíticos mundiais. Apesar de tal fenômeno se diferenciar por suas causas (religiosas, políticas, etc) e pelos agentes envolvidos (grupos fundamentalistas, grupos separatistas, etc), pode-se notar um fator comum: suas ações violentas se dão em centros urbanos. Assim, a presente pesquisa objetivou analisar o terrorismo nos últimos 20 anos a partir da Geografia política e da Geografia urbana, procurando explicar as relações entre o terrorismo e o espaço urbano, em especial o das "cidades globais". Estas metrópoles concentram grande poder político-econômico pelo fato de terem, com a globalização, influencia global. No entanto, evidenciou-se, nessa pesquisa que são as cidades de países em desenvolvimento que sofrem mais intensamente com o terrorismo.

Palavras-Chaves: terrorismo, espaço urbano, cidades globais.

Introdução

Após o fim da Guerra Fria, e com o aprofundamento da globalização, o campo de estudo dessas áreas está mais ampliado. Além das relações entre os Estados, outros temas importantes que foram sendo acrescentados como o ressurgimento dos nacionalismos, as desigualdades socioeconômicas, o terrorismo, o tráfico de drogas, a imigração internacional, etc. (CASTRO, 2005 e HELD e MCGREW, 2001). Nesse sentido, o fenômeno do terrorismo se tornou mais evidente como um dos

grandes desafios geopolíticos mundiais. Apesar de tal fenômeno se diferenciar por suas causas (religiosas, políticas, etc), e pelos agentes envolvidos (grupos fundamentalistas, grupos separatistas, etc), pode-se notar um fator comum: suas ações violentas se dão essencialmente nos centros urbanos. Assim, a presente pesquisa objetivou analisar as relações entre o terrorismo e o espaço urbano, em especial o das chamadas “cidades globais”, integrando conhecimentos da Geografia política, da Geopolítica e da Geografia urbana.

Este trabalho começa apresentando a conceituação teórica do fenômeno do terrorismo, suas classificações e características advindas após o fim da guerra fria e o aprofundamento da globalização. Em seguida, reflete-se sobre o conceito de espaço urbano e suas implicações sócio-espaciais, levando-se em consideração o atual processo de globalização e a formação das “cidades globais”. Por fim, discuti-se como as ações terroristas influenciam e ajudam a produzir o espaço urbano em diversos países.

O fenômeno do terrorismo

O terrorismo nos dias atuais é um fato e uma realidade mundial, que se sobrepõe a qualquer fronteira, seja ela geográfica, cultural, financeira ou social. Como fenômeno recorrente e ao mesmo tempo complexo, constitui um tema dos mais preocupantes dos governos mundiais, tornando-se fundamental, portanto, para a Geografia política e a Geopolítica discutir sua definição e formas de ocorrência.

No âmbito global, não há um conceito amplamente aceito pelas nações. A Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 2000, estabeleceu um Comitê Especial, com o objetivo de negociar uma Convenção Global sobre Terrorismo Internacional. Contudo, devido às divergências políticas, não se chegou a um consenso único sobre a definição de terrorismo. Segundo a Revista Brasileira de Inteligência, o projeto apresentado para a referida Convenção afirma no seu artigo 2º que:

> Quando o propósito da conduta, por sua natureza ou contexto, é intimidar uma população, ou obrigar um governo ou

> uma organização internacional a que faça ou se abstenha de fazer qualquer ato. Toda pessoa nessas circunstâncias comete um delito sob o alcance da referida Convenção, se essa pessoa, por qualquer meio, ilícita e intencionalmente, produz: (a) a morte ou lesões corporais graves a uma pessoa ou; (b) danos graves à propriedade pública ou privada, incluindo um lugar de uso público, uma instalação pública ou de governo, uma rede de transporte público, uma instalação de infra-estrutura, ou ao meio ambiente ou; (c) danos aos bens, aos locais, às instalações ou às redes mencionadas no parágrafo 1 (b) desse artigo, quando resultarem ou possam resultar em perdas econômicas relevantes. (ABIN, 2007, p. 14).

No plano regional americano, tem-se a “Convenção Interamericana contra o Terrorismo”, negociada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e assinada em Barbados em 03 de junho de 2002, e insta, no seu artigo 1, os países membros da OEA a prevenir, combater, punir e eliminar o terrorismo de maneira solitária ou em cooperação com outras nações (NETTO, 2006, p. 2).

Na busca por uma definição, o governo brasileiro instituiu um grupo de trabalho com o objetivo de analisar, estudar e propor soluções de governo para temas de segurança, formado pela Creden (Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional) e pelo Conselho de Governo (Poder Executivo), tendo representantes de vários ministérios civis e militares. Tal grupo elaborou as seguintes definições de terrorismo, que são seguidas pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) em suas ações:

> Ato de devastar, saquear, explodir bombas, sequestrar, incendiar, depredar ou praticar atentado pessoal ou sabotagem, causando perigo efetivo ou dano a pessoas ou bens, por indivíduos ou grupos, com emprego da força ou violência, física ou psicológica, por motivo de facciosismo político, religioso, étnico/racial ou ideológico, para infundir terror com o propósito de intimidar ou coagir um governo, a população civil ou um segmento da sociedade, a fim de alcançar objetivos políticos ou sociais. (ABIN, 2007, p. 14).

> Apoderar-se ou exercer o controle, total ou parcialmente, definitiva ou temporariamente, de meios de comunicação ao público ou de transporte, portos, aeroportos, estações ferroviárias ou rodoviárias, instalações públicas ou estabelecimentos destinados ao abastecimento de água, luz, combustíveis ou alimentos, ou à satisfação de necessidades gerais e impreteríveis da população. (ABIN, 2007, p. 15).

Já no *Dicionário de Relações Internacionais,* o "(...) terrorismo pode ser defino como o uso da violência imprevisível e premeditada, de maneira sistemática e coordenada, para a obtenção de resultados políticos." (GONÇALVES e SILVA, 2010, p. 285). Segundo o mesmo dicionário, podem-se classificar as ações terroristas quanto à sua dimensão espacial (doméstico, internacional e tansnacional); quanto a suas motivações essenciais (nacionalista, ideológica, revolucionária, religiosa); e ainda há a distinção entre o terrorismo de Estado e terrorismo não estatal (GONÇALVES e SILVA, 2010, p. 285).

Utilizando-se os parâmetros acima, é possível classificar, por exemplo, a AL Qaeda com uma organização terrorista que pratica um tipo de terrorismo transnacional (não é ligado a nenhum Estado específico e está presente em diferentes partes do mundo), religioso e não estatal. Já os atos do Mossad (serviço secreto de Israel) no exterior com alvos iranianos ou palestinos poderiam ser classificados como uma ação terrorista internacional, nacionalista e estatal. No caso brasileiro, autores como Sabrina Schultz (2006), classificam como terrorismo de Estado, as ações de repressão aos grupos de opositores à ditadura militar no Brasil entre 1964 e 1985.

O complexo espaço urbano na era da globalização

Como assevera a geógrafa Cilícia Dias dos Santos (2009), constitui um trabalho complexo e polêmico, definir os conceitos de espaço urbano e de cidade, pois cada sociedade vê o espaço de uma maneira única e ligada as suas concepções sociais e culturais. Segundo Corrêa:

> O espaço urbano capitalista – Fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem. A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infra-estrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade (CORREA, 2000, p. 11).

O espaço urbano é sobretudo um produto artificial, manipulado numa teia de ações sociais, onde as relações entre os atores envolvidos nem sempre resultarão na aplicabilidade das soluções que visem os anseios da maioria (SANTOS, 2006). Como esclarece Cavalcanti:

> Colocar como meta compreender a cidade e explicar a produção do espaço urbano implica entender esse espaço como relacionado à sua forma (a cidade) mas não se reduzindo a ela, à medida que ela expressa muito mais que uma simples localização e arranjo de lugares, expressa um modo de vida. Esse modo de vida não está ligado somente ao modo de produção econômica, embora sofra seu constrangimento, mas está ligado a todas as esferas da vida social: cultural, simbólica, psicológica, ambiental e educacional. (CAVALCANTI, apud SANTOS, 2006, p. 181).

No atual período técnico-científico informacional, a cidade, principalmente as grandes metrópoles, adquire importância vital para a articulação entre o local e o global. Segundo Milton Santos, os territórios nacionais não participam de maneira igualitária no processo de globalização: “o espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo senão como metáfora. Todos os lugares são mundiais, mas não há um espaço mundial. Quem se globaliza mesmo são as pessoas e os lugares" (Milton Santos, 1994, p. 31). E esses lugares que ele se refere são as grandes cidades: “Para o homem comum, o mundo concreto, imediato, é a Cidade, sobretudo a Metrópole. (...) A cidade é o lugar em que o Mundo se move mais, e os homens também” (SANTOS, 1994, p.82-83).

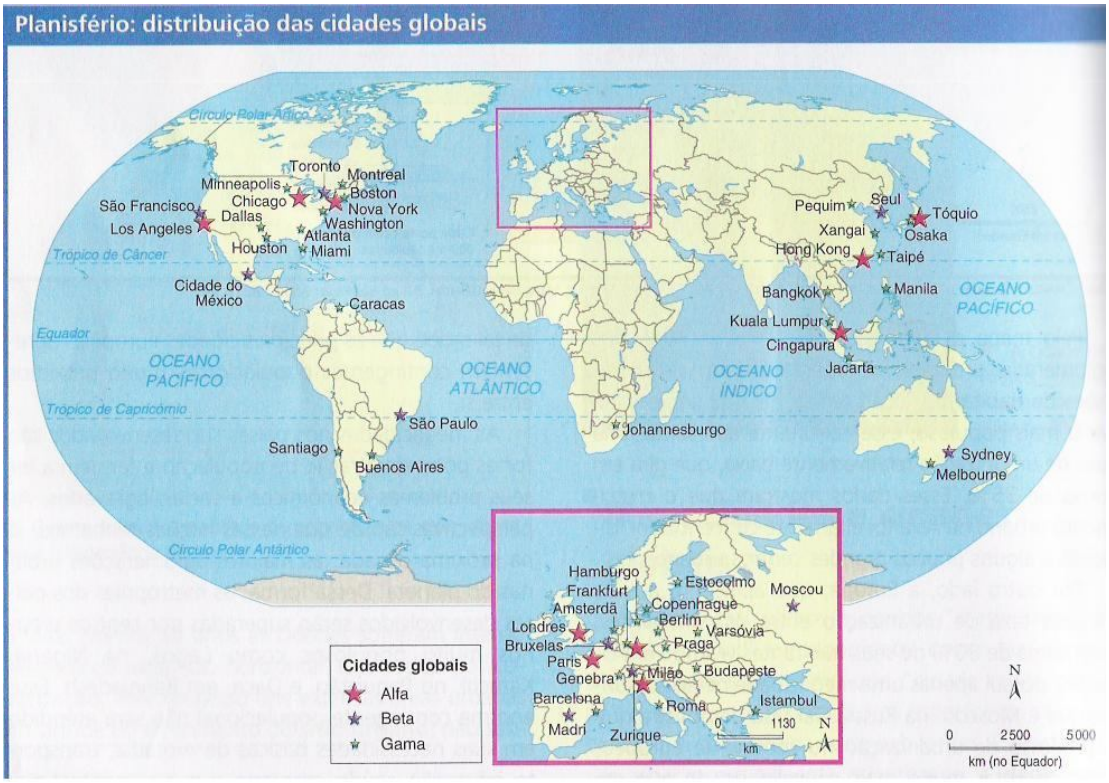
As cidades que estão mais conectadas com a redes mundiais da globalização são as denominadas “cidades globais”, termo popularizado pela socióloga holandesa Saskia Sassen em seu livro *The Global City*, de 1991. Segundo Sassen:

> Na fase atual da economia mundial, é precisamente a combinação da dispersão global das atividades ecoômicas e uma integração global o que contrubuiu para a atribuição de um papel estratégico a certas cidades que eu denomino de cidaes globais. (...) Hoje as cidades globais são centros de mando da organização da economia mundial; lugares chaces e mercados para as atuais indústrias-líderes, as financeiras e prestadoras de serviços às empresas, incluindo a produção de inovações (Sassen, 1994, p.4).

Estas cidade globais concentram e orientam a direção dos fluxos internacionais não só de produção econômica, mas também de informações e de poder político. É por elas que as cidades menores se relacionam com o restante do mundo. Assim, estando no centro do processo de globalização, elas centralizam e determinam as grandes contradições do sistema. Nesse sentido, emerge-se os seguintes questionamentos: o terrorismo, enquanto reação ao poder hegemônico internacional teria como alvo principal estas metrópoles mundiais? Quando se observa o ataque às torres gêmeas em Nova Iorque em 2001 e os recentes ataques na cidade de Paris, pode-se pensar que sim, principalmente para grande parte da humanidade que recebe a maioria das informações por meio das grandes empresas

de comunicação controladas a partir dessas cidades globais. No entanto, a análise da realidade mostra que não.

Figura 1 – Mapa com as cidades globais.



Fonte: Blog do professor Marciano Dantas. Disponível em: http://professormarcianodantas.blogspot.com.br/2012/06/as-cidades-na-economia-global.html. Acesso em 15 out 2016.

O terrorismo como fator importante na produção do espaço urbano

Há décadas, temas antes nacionais e até locais, estão se tornando, com o processo de globalização, preocupações globais. Esta é a tese dos professores David Held e Anthony McGrew (2001): as questões relevantes nos últimos anos vão além da geopolítica tradicional. E, portanto, se os principais grupos terroristas estão inseridos no contexto da globalização, cujos exemplos emblemáticos são as redes da AL Qaeda e do Estado Islâmico, a questão do terrorismo deve ser analisada do

ponto de vista mundial, embora ainda haja a ocorrência de atuações muito localizadas, como os ataques do grupo ETA (que significa “Pátria Basca e Liberdade”) em cidades espanholas e os ataques entre judeus e palestinos em Israel e nos territórios ocupados.

Antes da consolidação do período técnico-científico informacional, e principalmente antes do fim da Guerra Fria, os ataques terroristas eram mais locais ou regionais. Foi o caso, por exemplo, das atividades terroristas do Exército Revolucionário Irlandês (conhecido pela sigla IRA), circunscrito às ilhas britânicas, em especial na Irlanda do Norte, onde até hoje é possível observa as marcas nos espaços urbanos. A cidade de Belfast permanece dividida, mesmo após o fim das ações do IRA e dos grupos radicais protestantes. A noção de Côrrea (2000) de que o espaço urbano é fragmentado e palco de conflitos entre grupos segregados é levada ao extremo em Belfast.

Figura 2 – Cidade de Belfast dividida entre católicos e protestantes

Fonte: Blog do professor Marciano Dantas. Disponível em http://professormarcianodantas.blogspot.com.br/2016/10/a-irlanda-do-norte.html. Acesso em 15 out 2016.

Outro exemplo marcante de áreas urbanas fortemente influenciadas pelo terrorismo são as cidades em Israel e nos territórios ocupados. Fruto da contradição de interesses divergentes e de uma política centrada na questão da segurança, as cidades israelenses se tornaram grandes fortalezas a medida que se sucederam as ações terroristas de grupos árabes-palestinos na região. O perímetro urbano de algumas cidades são cercados e há postos de controle para monitorar a entrada e a saída das pessoas.

Figura 3 - Palestinos aguardam a abertura o posto de controle de Hableh.

Fonte: Site de notícias da UOL. Disponível em: http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2016/08/05/idosas-israelenses-monitoram-direitos-humanos-em-postos-de-controle.htm. Acesso em 15 out 2016.

No caso das cidades globais, entre as possíveis razões para que elas atraem a atenção de grupos terroristas seriam: que estes grupos buscam visibilidade para as suas causas e as cidades globais seriam seus alvos “perfeitos”; essas cidades traduzem as contradições do sistema internacional; e nelas estão representadas muitos dos grupos que as organização terroristas representam. Assim, segundo Font e Joan (2006), o papel global das referidas cidades implica transformações do espaço urbano. “Este processo pressupõe um dos aspectos mais críticos da globalização das cidades, seu efeitos desarticulador da sociedade, já que provoca

uma duplicidade entre grupos sociais integrados e os que ficam a margem.” (FONT e JOAN, 2006, p. 120).

Com efeito, pode-se notar que uma das grandes dificuldades para se enfrentar o terrorismo reside no fato de que ele está associado a questões culturais e sociais presentes nessas próprias metrópoles. Quando grupos fundamentalistas fazem propaganda na internet de suas causas, eles encontram prováveis militantes voluntários nas grandes cidades do Ocidente, onde estes indivíduos, muitas vezes, são vítimas de segregação espacial e vivem em bairros de nível social inferior ou simplesmente sofrem com a discriminação por motivos étnico-religiosos. Daí porque é comum encontrar militantes desses grupos terroristas entre jovens nascidos em cidades como Paris ou Londres. È neste contexto que se podem compreender os ataques recentes em Paris, Londres e Bruxelas, por exemplo.

Entre as principais conseqüências do terrorismo para o espaço urbano das cidades globais está o aumento da xenofobia contra estrangeiros e tendo como foco principal as populações de origem árabe-islâmicas, provocando, ou acentuando, uma maior segregação de certas comunidades dentro dessas cidades, realidade clara em Londres e Paris; e o aumento do custo financeiro com segurança, além daqueles já gastos com a criminalidade característica dos grandes centros urbanos.

Dessa forma, o terrorismo torna-se um dos agentes produtores do espaço urbano em determinados lugares do mundo. Suas ações, ou suas possíveis ações, determinam políticas públicas diversas, muitas vezes atentando até contra certas liberdades já há tempos consolidadas. Por exemplo, o governo francês tentou impor a proibição do uso de roupas típicas árabes, pois poderiam estar “mascarando” possíveis terroristas; Monitoramento de bairros onde vivem imigrantes (Londres. Paris, Nova Iorque, etc).

Por fim, cabe ressaltar que não é verdade que as cidades globais e os países desenvolvidos em geral são os mais afetados pelo terrorismo internacional. Apenas os ataques nessas metrópoles tendem a ter uma repercução maior a nível mundial, pois grande parte da mídia internacional é controlada a partir cidades globais. Segundo o *Institute for Economics and Peace* (2015)**,** os ataques terroristas entre

2000 e 2014 somam o maior total de ações terroristas no mundo, cerca de 70 mil casos. Os locais de maior intensidade se concentram no Norte da África, mas inclui também Iraque, com mais de 15 mil registros, seguido pelo Paquistão, Índia e Afeganistão. Ainda, segundo o referido instituto, os norte-americanos, espanhóis e franceses somam apenas entre 2% e 3% do total de vítimas dos atos terroristas no mundo desde a década de 1970.

Figura 4 – Mapa: incidência de ataques terroristas entre 2000 e 2014.

Fonte: *Institute for Economics and Peace,* 2015.

Quando, por exemplo, o grupo extremista islâmico Boko Haram mata dezenas de pessoas em uma cidade do interior da Nigéria, o impacto desse fato no plano internacional tende a ser bem menor do que o incidente em uma boate no centro de Paris, mesmo que o número de vítimas fosse maior. Santos explica que na era da globalização o mundo assiste “a grande revolução da informação que liga instantaneamente os lugares, graças aos progressos da informática.” (SANTOS, 1994, p. 123). No entanto, ele salienta que a “informação” nem sempre é sinônimo de “comunicação”, esta que significa pôr em comum (SANTOS, 1996). Ou seja, a

realidade é distorcida por aqueles que controlam os fluxos de informação, ligados ao grande capital internacional.

Figura 4 – Mapa: incidência de ataques terroristas entre 2000 e 2014.

Fonte: *Institute for Economics and Peace,* 2015.

Considerações finais

Constitui-se um relevante campo de pesquisa, embora ainda pouco explorado pelo geógrafos, os estudos sobre as relações entre o terrorismo e a produção do espaço, principalmente do espaço urbano, como foi o foco do presente ensaio. A análise geopolítica do fenômeno do terrorismo passa necessariamente pela reflexão espacial, em particular das cidades que, em geral, são seus alvos preferenciais.

Urge-se, portanto, aprofundar as pesquisas nesse campo, e especificamente, os impactos das ações terroristas nas cidades dos países em desenvolvimento, que são os mais afetados por tais ataques, como ficou constatado, mas que carece de

melhores estudos. Assim, a Geografia poderá ajudar a proporção soluções para este problema do mundo atual e, sobretudo, desfazer certos mitos.

Referencias bibliográficas:

ABIN. REVISTA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA. Brasília: v.3, n.4, set 2007.

CAVALCANTI, L. de S. **Uma geografia da cidade – elementos da produção do espaço urbano.** In: CAVALCANTI, L.de S. (ORG.). Geografia da Cidade: a produção do espaço urbano de Goiânia. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** 4ª edição, 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Ática, 2000.

FONT, Joan Nogué; RUFFI, Joan Vicente. **Geopolítica, identidade e globalização.** São Paulo: Annablume, 2006.

GONÇALVES, Williams; SILVA, Guilherme A.. **Dicionário de Relações Internacionais.** São Paulo : Manole, 2ª Ed., 2010.

HELD, David; MECGREW, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2001.

INSTITUTE FOR ECONOMICS AND PEACE. **Global Terrorism Index 2015 – Measuring and understanding the impacto of terrorism**. 2015.

NETTO, Sérgio de Oliveira. **A ameaça terrorista contra o Brasil**. 2010. Disponível em: http://www.impetus.com.br/noticia/download/1/a-ameaca-terrorista-contra-o-brasil_-sergio-de-oliveira-netto. Acesso em 01 out 2016.

SANTOS, Cilícia Dias dos. **A formação e produção do espaço urbano: discussões preliminares acerca da importância das cidades médias para o crescimento da rede urbana brasileira**. In Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 5, n. 1, p. 177-190, jan-abr/2009, Taubaté, SP, Brasil.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.** São Paulo : HUCITEC, 1994.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo : HUCITEC, 1996.

SASSEN, Saskia. (1991) **The Global City. New York, London, Tokio.** Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 1994.

SCHULTZ, Sabrina. **Operação Condor e Terrorismo de Estado: passado, presente e futuro**. In Debate: Revista Dig., ISSNe 1980-3532, Florianópolis, n. 2, p.90-92, 2006.

O Lugar de Julian Corbett na Geopolítica e na Geografia Política

El lugar de Julian Corbett en la Geopolítica y en la Geografía Política

Roberto Rodolfo Georg Uebel
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Pesquisador do Laboratório Estado e Território (LABETER/UFRGS) e do Laboratório de Estudos Internacionais (LEIn/UFSM).
E-mail: roberto.uebel@ufrgs.br

Resumo: A Geopolítica e a Geografia Política trazem em seu decurso autores considerados referenciais (e clássicos) no seu ínterim, como Ratzel, Kjellén, Mahan, Mackinder e, mais recentemente, Raffestin e Rosière. Porém, neste diapasão de referenciais, o nome do britânico Julian Corbett não aparece como um tal, e sim apenas como um importante geoestrategista naval. Assim, este trabalho identifica e analisa as contribuições da sua obra, que aportam, segundo a nossa hipótese, elementos fundamentais que caracterizá-lo-iam como um Geopolítico de igual relevância. Objetiva-se trazer então: 1) o debate sobre os elementos corbettianos que compõem a Geopolítica; 2) a proposta de categorizá-lo como um pensador da *Geopolitics* e, por conseguinte, da própria Geografia Política moderna, preconizando igualmente a sua inclusão e leitura nos estudos elementares contemporâneos destas duas áreas, não o restringindo apenas aos estudos e círculos militares navais. Por fim, encontrar o lugar de Corbertt na Geopolítica e na Geografia Política.

Palavras-chave: Julian Corbett. Geopolítica. Geografia Política.

Resumen: La Geopolítica y la Geografía Política traen en su decurso autores considerados referenciales (y clásicos) en su ínterin, como Ratzel, Kjellén, Mahan, Mackinder y, más recientemente, Raffestin y Rosière. Sin embargo, en este diapasón de referenciales, el nombre del británico Julian Corbett no se presenta

como un, pero sí como solo un importante geoestrategista naval. Así, este artículo identifica y analiza las contribuciones de su obra, que aportan según nuestra hipótesis, elementos fundamentales que caracterizarían él como un Geopolítico de igual relevancia. Se objetiva traer entonces: 1) el debate sobre los elementos corbettianos que componen la Geopolítica; 2) la propuesta de categorizarlo como un pensador de la *Geopolitics* y, por consiguiente, de la propia Geografía Política moderna y de los Estudios Estratégicos Internacionales, preconizando igualmente su inclusión y lectura en los estudios elementales contemporáneos de estas áreas, no quedándose restringido a los estudios y círculos militares navales. Por fin, encontrar el lugar de Corbett en la Geopolítica y en la Geografía Política.

Palabras-clave: Julian Corbett. Geopolítica. Geografía Política.

Introdução

A história da Geopolítica e da Geografia Política, neste ensaio entendidas como uma área de interação entre a Ciência Política e a Ciência Geográfica e uma subárea da Geografia, respectivamente, traz em seu decurso autores considerados clássicos ao pensamento geopolítico e geoestratégico, como Friedrich Ratzel, Rudolf Kjellén, Alfred Mahan, Halford Mackinder e, mais recentemente, Claude Raffestin e Stéphane Rosière.

As obras destes autores, que são utilizadas ainda na contemporaneidade pelas academias civis e militares, trazem aportes que são essenciais para o entendimento das estratégias de controle e coesão territorial (marítima e terrestre, principalmente) e militar, que garantem ou almejam a soberania do Estado nacional como fim.

Todavia, neste escopo de autores, o nome de Julian Corbett não consta como um clássico da Geopolítica, e sim como apenas um importante geoestrategista naval britânico. Nesse sentido, o presente ensaio identificará e analisará as contribuições das suas obras, em especial "*Some Principles of Maritime Strategy*", que trazem,

segundo a nossa hipótese, elementos fundamentais que caracterizariam Corbett como um Geopolítico histórico de igual relevância aos demais clássicos citados.

Portanto, pretende-se trazer com este ensaio: a) o debate sobre os elementos corbettianos que caracterizam a Geopolítica; b) a proposta de categorização deste historiador naval como um pensador da *Geopolitics* e, por conseguinte, dos próprios Estudos Estratégicos Internacionais; preconizando igualmente a sua inclusão e leitura nos estudos elementares destas duas áreas, não o restringindo apenas aos estudos e círculos militares navais. Por fim, encontrar o lugar de Corbett na Geopolítica e na Geografia Política.

Elencados estes objetivos, o ensaio está dividido nas seguintes seções:contextualizações de Julian Corbett; elementos corbettianos de e na Geopolítica e Geografia Política; interações com outros geopolíticos clássicos. O texto encerra com a análise dos resultados e proposta de categorização deste autor como um pensador da *Geopolitics*, além das considerações finais.

Tratando-se de um ensaio, o texto preconizará as discussões de forma sucinta, permitindo que debates futuros, bem como críticas e sugestões, possibilitem a inclusão de novos pontos de vista e direcionamentos relacionados à hipótese central do autor: Julian Corbett como um Geopolítico histórico.

Julian Corbett: contextos do geoestrategista naval britânico.

É comum na literatura e na própria academia, civil e militar – especialmente nas Ciências Sociais e Humanas e, portanto, na Geografia e nas Relações Internacionais – deparar-se e aprofundar-se com a história de vida e contexto histórico dos principais autores dos mais variados campos do conhecimento destas Ciências, vinculando-os inclusive à educação básica, vis-à-vis um melhor conhecimento das suas próprias teorias.

No contexto da Geografia Política e da Geopolítica, neste ensaio entendidas como uma subárea da Geografia e uma área de integração entre a Ciência Geográfica e a Ciência Política, respectivamente, os nomes de Friedrich Ratzel,

Rudolf Kjellén, Alfred Mahan, Halford Mackinder não são estranhos aos estudantes destas disciplinas, por serem considerados clássicos ou de extrema vanguarda em suas discussões. Mais recentemente, Claude Raffestin e Stéphane Rosière foram adicionados a este importante círculo de pensadores e teóricos da *Geopolitics*, talvez o mais relevante desde que Kant começou a pensar a Geografia como algo concreto e político no começo do século XVIII.

Igualmente, as Ciências Militares, aqui compreendidas pelo campo dos Estudos Estratégicos, possuem nomes de forte relevância e referência à formação de seus oficiais, entre eles,Carl Von Clausewitz, além dos já citados anteriormente, oriundos dos meios militares e trasladados aos meios civis universitários.

Assim, não raro se recorre a um fato vivido por Clausewitz em sua vida ou experiência estratégica, ou até mesmo os condicionantes históricos e políticos de Ratzel, que impulsionaram ideologias na Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial e transformaram a Geopolítica mundial desde então. É a historiografia destes nomes que contribui para o entendimento de seus pensamentos, ideais e teorias, o que diferencia estes dos autores triviais ou que se perderam no esquecimento ao longo do tempo.

Entretanto, um geoestrategista naval britânico, além de historiador e advogado formado nos meios civis, *Sir* Julian Stafford Corbett, não obtivera o mesmo patamar de categorização e reconhecimento como o seu par, Alfred Mahan, nos últimos dois séculos, quando suas teorias foram conhecidas e utilizadas pelas Marinhas do Hemisfério Norte nas duas grandes guerras mundiais, além de embasarem estratégias nacionais de defesa marítima até os dias de hoje.Moffat (2001) sintetiza a vida de Corbett:

> Unlike most military strategists and particularly naval strategists, Corbett was a civilian who never served in the military or the navy. He lectured for the Royal Navy at the British Naval College at Greenwich. He became the unofficial historical advisor to the Admiralty during the
>
> Dreadnought era and was a supporter of Admiral Jackie Fisher whose reforms changed the Royal Navy almost overnight.Although

> educated and trained as a barrister, he never practiced law, but spent his time studying history and writing. (MOFFAT, 2001, p. 11).

Cleaver (1995) resume, por fim, a vida e obra de Corbett, sendo este um dos seus principais estudiosos nos Estados Unidos, país onde o geoestrategista naval britânico tivera menos repercussão e aceitação que Mahan:

> Educated at Cambridge University, Corbett unenthusiastically practiced law for a numberof years. Only after widespread traveling, that took him to Egypt, India, Canada, and theUnited States, did he, at the age of 45, decide to specialize in the field of naval history. In 1886 Corbett published the first of his works entitled The Fall ofAsgard. With each successive work, Corbett exhibited a growing maturity in understanding the complexissues of naval history and strategy. Corbett's approach to naval history was both oldand new. He took a broad view and focused on the wide scope of national and international events. He wrote for a practical application in current events, rather than an antiquarianuse. Corbett served an innovative part in what he later called "the revival of navalhistory," a movement embodying the study and discussion of strategic, political, and administrative problems in light of informed historical investigation and analysis. [...]Perhaps the most important historical service of this work was to strip away the legends that obscuredthe real figure of Sir Francis Drake. His work revealed Drake as a strategist with strongpowers of organization and a devoted ideal of service. It also revealed Corbett as anhonest and thorough researcher who had little romantic attachment to Britain's past.(CLEAVER, 2005, p. 46, grifo nosso).

Em pesquisa documental realizada no acervo da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América[1], constatou-se que o número de publicações de Mahan e Corbett não são numericamente diferentes, e assemelham-se quanto à temporalidade, quantidade e, obviamente, relevância aos estudos da Geopolítica, Geografia Política e Estudos Estratégicos. Todavia, a diferença encontrada foi na quantidade de trabalhos que versam *sobre* estes dois autores e até mesmo sobre suas vidas.

Embora Corbett tenha recebido em vida um reconhecimento estatal, governamental e real pelos seus serviços prestados à Coroa e ao Reino Unido, vide-se o seu título de *Sir*, além de ter sido o historiador oficial naval da Grã-Bretanha, sua vida e contexto despertaram interesse a um número reduzido de autores, em especial Azar Gat e Jerken Widen, que assim explica:

> But in the words of the Israeli military historian, Azar Gat, Corbett's work, 'although generally treated with respect, [...] has attracted less scholarly attention than it deserves'. Indeed, in comparison with the works dealing with Mahan and his thinking, the overall literature available on Corbett is sparse. (WIDEN, 2007, p. 109-110).

Ainda segundo o autor, é um infortúnio que Corbett seja pouco conhecido fora dos círculos militares navais, já que o seu pensamento ainda tem muito a oferecer aos estudantes de teoria militar e estudos estratégicos e porque poucos teóricos destas áreas apresentam seus pensamentos de forma tão acurada e elegante como Corbett o fizera. (WIDEN, 2007).

Se o interesse por Corbett e sua historiografia e teoria é limitado, aqueles que estão dentro deste limite são os que reconhecem a sua relevância não apenas dentro dos estudos de defesa naval, mas a toda área de Estratégia, Defesa e

[1]A pesquisa foi realizada entre 20 e 24 de junho nas instalações da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América, em Washington, DC, com auxílio financeiro do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Geopolítica. Em uma conferência realizada pelo *Naval War College* dos Estados Unidos em 1992, pós-Guerra Fria e Guerra do Golfo, quando a Geopolítica era repensada nos meios civis e militares, cujo tema era “Mahan não é suficiente”, os *proceedings* daquele evento traziam o seguinte:

> Mahan, himself, admired Corbett's work and included his essay on the "Capture of Private Property at Sea" in the book, Some Neglected Aspects of War. In preparing lectures to give at the Naval War College in 1910, later published as part of his influential book, Naval Strategy, Mahan made direct use of Corbett's England in the Mediterranean and England in the Seven Years' War.” (GOLDRICK; HATTENDORF, 1993, p. 8).

Ou seja, o próprio Mahan fora influenciado pelos escritos e estudos corbettianos. Sua própria teoria geopolítica marítima aporta elementos do historiador britânico. Então, por que Corbett não recebeu o devido reconhecimento como um Geopolítico tal qual os seus influenciados? Por este motivo o presente ensaio levantará argumentos que colocá-lo-iam ao lado dos demais clássicos e vanguardistas.

Dois textos possuem uma posição proeminente no que se refere ao pensamento teórico de Corbett, a saber “*Green Pamphlet*” (1906) e “*Some Principles of Maritime Strategy*”, sua *Magnum opus*. Além destas obras, Corbett possui trabalhos reconhecidos sobre a história naval e institucional da Marinha britânica, que lhe conferiram o posto de historiador oficial daquele País, além de textos em prosa, artigos e textos para a grande imprensa.

Ademais, juntamente com a sua obra principal já citada, trabalharemos com um texto pouco debatido e quase que legado às prateleiras de bibliotecas, mas de grande relevância para a recategorização que propusemos a Corbett, o livreto “*The league of nations and freedom of the seas*” (1918), que traz fortes elementos de

Geografia Política e Relações Estratégicas Internacionais, os quais discutiremos na próxima seção.

Elementos corbettianos à Geopolítica, Geografia Política e Estudos Estratégicos

Na seção anterior discorreu-se de forma sucinta os contextos historiográficos e inclusive biográficos de Julian Corbett em seu percurso de vida, tendo influenciado geopolíticos e estrategistas como Mahan, geógrafos como Raffestin, além de ter em sua essência os elementos militares e estratégicos de Clausewitz.

Por possuir uma obra de vasto peso e volume, não se pretende adentar em cada produção corbettiana, mas sim discutir alguns dos seus elementos que permitiriam classificá-lo como um geopolítico e pensador da Geografia Política, além dos Estudos Estratégicos, embora estes envolvidos diretamente com sua produção sobre estratégia naval.

Muito questiona-se no ínterim da academia sobre como classificar um autor essencialmente da Geopolítica ou da Geografia Política, ainda mais se este não possui em sua formação a Ciência Geográfica, vide-se o caso de Milton Santos, por exemplo, formado nas Ciências Jurídicas, como o próprio Corbett, e que se consagrara na Geografia.

Deste modo, a comparação de obras, assim como Rosière (2007) o faz em sua enciclopédia sobre Geografia Política e Geopolítica, serve como o aporte mais fiel para propor uma categorização de um autor como pensador, e não apenas debatedor, destas duas áreas, o que se vislumbra para o caso de Corbett.

Assim, partindo-se da célebre obra “Por uma geografia do poder” de Raffestin (1993), podemos encontrar distintos elementos em comum com o “*Some Principles of Maritime Strategy*” de Corbett, que aqui usaremos como referência as edições de 1988 e a do Projeto Gutenberg, de 2005, que remete a edição de 1911. Substancialmente há poucas diferenças entre estas edições, sendo apenas anotações do autor, comentaristas e do próprio editor.

Se Raffestin (1993) considera o Estado e o território como os principais entes de consolidação e execução do poder, Corbett deixa ainda mais claro qual é este condicionante: a condição geográfica. Apesar de ser historiador e advogado, ele tinha uma noção profunda sobre a importância da geografia política para a determinação do sucesso de uma estratégia naval:

> An obvious element of strength is that where the geographical conditions are favourable we are able by the use of our navy to restrict the amount of force our army will have to deal with. We can in fact bring up our fleet to redress the adverse balance of our land force.(CORBETT, 2005, p. 73)

Corbett cita ainda mais de vinte vezes o termo “condições geográficas” ao longo do livro, além de trazer o conceito de “posição geográfica do objeto” de Clausewitz (CORBETT, 2005, p. 54). Ainda, Corbett amalgama os termos “território” e “geografia” como bases para a execução das estratégicas e também das relações políticas do Estado, do comandante das forças e do próprio soberano, ou seja, exatamente aquilo que Raffestin discutira um século mais tarde em sua obra magna.

A questão que levantamos, portanto, para o não reconhecimento de Corbett como um pensador da Geopolítica e da Geografia Política, encontra resposta em outro estudo de Widen (2009), conforme segue:

> […] it is apparent that Corbett’s ideas are much more influential in maritime/naval matters on the military-strategic level of war than on operational aspects. Second, Corbettian thinking often seems to be used to “intellectually” legitimize a proposition or a conclusion reached for other reasons. Furthermore, three Corbettian ideas are especially prominent in the BR 1806: a maritime rather than a naval perspective, the need for jointness, and the advantages with maritime power projection. Although these ideas are well known in peoples’

> minds, they are not always prominent in Corbett's main theoretical treaties […]. (WIDEN, 2009, p.171).

Ou seja, este conceito de "condição geográfica" também estaria inserido na justificativa apontada por Widen, por não ser proeminente nas suas obras ou até mesmo por ter passado desapercebido pelos seus leitores e debatedores nos círculos acadêmicos e militares.

O segundo conceito corbettiano que embasa a hipótese deste ensaio surge no seu livreto *The league of nations and freedom of the seas*" (1918): e é justamente o "liberdade dos mares". Embora seja um conceito que remeta ao século XVII, foi apenas Corbett que mesclou os elementos do Direito Internacional, História Naval e estratégia marítima em seu entorno.

Publicado logo após a Primeira Guerra Mundial, coincidente com a formação da Liga das Nações – predecessora da Organização das Nações Unidas – e com o auge dos estudos de Geopolítica, de todos os clássicos citados anteriormente, esse texto de Corbett foi relegado às prateleiras de bibliotecas e pouco estudado nos círculos militares, já que era considerado mais um panfleto do que um texto teórico.

Resgatamos ele neste ensaio com o intuito de comprovar que Corbett possuía, dentre suas mais diversas preocupações e interesses, uma atenção especial pelo Sistema Internacional, pelas relações internacionais e pela própria diplomacia dos mares, que fica registrada neste conceito de "liberdade dos mares".

Depreende-se deste conceito um anti-conceito mahaniano mas também vislumbrado em Kjellén, sobre os usos dos territórios terrestres e marítimos para a consecução do Poder, da soberania e da própria afirmação do Estado que belígera. Mais tarde Klein (2004) adapta-o para uma teoria estratégica do Espaço Sideral.

Posto isso, elaboramos o quadro explicativo abaixo com os dois conceitos que transladariam Corbett de uma posição de historiador e geoestrategista naval para uma de pensador da Geopolítica e da própria Geografia Política:

Quadro 1 – Conceitos corbettianos da Geopolítica e Geografia Política

- Condição geográfica: Conjunto de fatores políticos, territoriais (terrestres e marítimos), militares e ambientais que favorecem ou não a execução das estratégias militares navais. Está além do conceito de território ou espaço geográfico, pois incorpora elementos dos Estudos Estratégicos, conceitos militares e da própria História. **- Liberdade dos mares:** Pré-condição nos períodos imediatos de guerra – já que durante a paz é peremptória e mandatória a liberdade dos mares – para a circulação de marinhas civis, militares e mercantes. Também é uma condição para o sucesso da Liga das Nações e suas decisões e ingerências. Acabou sendo inserido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, publicada sete décadas após Corbett sintetizar este conceito.

Elaborado pelo autor.

Conquanto, fica nítido que estes elementos corbettianos se aplicam nas mais variadas teorias e estudos contemporâneos nas áreas de estratégia, Relações Internacionais, Geopolítica, etc. Todavia, Corbett não aparece como seu cunhador ou teórico, e sim autores de corte mais recente ou específicos dentro de seus campos.

Estes conceitos são apenas dois exemplos presentes na vasta obra de Corbett que permitiriam esta categorização, mas tratando-se de um ensaio, não adentraremos às demais obras. Antes de encerrar a seção e partir para as considerações finais, entretanto, é importante retomar qual seria o papel e o lugar do geoestrategista britânico na Geografia Política e na Geopolítica.

Rosière (2007) faz uma extensa discussão sobre os mais variados conceitos, termos e verbetes destas duas áreas e, aqueles que não foram citados, acabam por

aparecer no dicionário de Brunet, Ferras e Théry (2005). Logo, por que Corbett não é discutido por estes autores e fica restrito a um círculo específico na Grã-Bretanha?

Acreditamos que os elementos corbettianos da Geopolítica são mais debatidos quando em separado ou desfragmentados em outros conceitos maiores, como território, Estado, Poder e soberania, por exemplo, além do próprio contexto histórico, já que a História determina as discussões inclusive do presente, seja de uma forma dialética ou analítica (VAN EEMEREN et al., 2013).

Deste modo, a resposta está na própria pergunta: os círculos que fizeram despontar Corbett acabaram por restringi-lo, quanto ao seu estudo e investigação aprofunda, nestes mesmos, sendo difícil transpassar a fronteira entre a estratégia naval, academia militar e estudos estratégicos com as demais áreas do conhecimento. Mahan, de outro lado, assim como Ratzel, tivera a oportunidade de cruzar essa *frontière* por terem um elemento condicionante consigo: o caráter político-administrativo.

Na própria literatura de Geopolítica do Brasil isso ocorrera, como no caso dos escritos de Golbery do Couto e Silva (1967), que saíram das academias militares para as escolas civis de Geografia e Política, majoritariamente em virtude de sua ação política no Governo Federal da Ditadura Militar.

Corbett definitivamente não alcançara um posto político tão elevado como estes nomes referenciais, o que nos leva a crer que apesar de sua relevância e reconhecimento por parte da Coroa, vide-se ser um *Sir*, o fato de nunca ter ocupado um cargo político de destaque ou mesmo uma função administrativa elevada, pode ter dificultado uma projeção maior às outras áreas.

Considerações Finais

Neste breve ensaio foi possível elucidar e elencar elementos e conceitos advindos dos escritos de Corbett, sob uma ótica direta da sua obra e de seus estudiosos, que levam à inferência da possibilidade de caracterizá-lo como um

pensador da Geopolítica e da Geografia Política, além dos Estudos Estratégicos e da própria Ciência Militar.

Ao analisar-se o contexto historiográfico e também biográfico do geoestrategista naval britânico, identificou-se passagens que acabariam limitar o seu estudo inicialmente na Grã-Bretanha e, posteriormente, no campo das Ciências Militares, especialmente as navais e, mais tarde, os Estudos Estratégicos, mas sempre voltados ao poder marítimo.

Dentre estas passagens, cita-se o fator do não-envolvimento direto de Corbett com a política (eletiva e relacionada), ocupando apenas cargos por seu reconhecimento acadêmico entre os pares, além de ter sido um proeminente romancista e historiador. O título de Sir que recebera ao fim da vida possuía uma essência muito mais acadêmica e patriótica do que propriamente política.

Assim, percebeu-se que Corbett seguira uma carreira e trajetória distinta de Mahan, por exemplo, que hoje é reconhecido pelos seus pares militares e pela própria academia geográfica e geopolítica como um dos seus maiores pensadores. Apesar disso, identificou-se que Corbett influenciara em muito o pensamento mahaniano, conforme registrado ao longo do ensaio.

No que se refere a parte conceitual, registra-se as duas principais contribuições corbettianas à luz do pensamento geopolítico: “condição geográfica”, que envolve uma noção superior e mais agregativa do que território ou espaço geográfico, aí advindo também o próprio conhecimento dele nas ciências navais; e “liberdade dos mares”, que embora surgido em séculos anteriores a Corbett, foi apenas com ele que ganharam um sentido estratégico, político e diplomático, sendo incorporado nas discussões da formação da Liga das Nações e da Organização das Nações Unidas décadas mais tarde.

Deste modo, o presente ensaio registra que Corbett mereceria uma consideração quanto a sua categorização como pensador da Geopolítica e Geografia Política vis-à-vis suas enormes contribuições acerca da geoestratégia naval e dos conceitos próprios, oriundos ou re-significados em suas obras, que se

utilizam até hoje nestas duas áreas na maioria dos estudos que versam sobre soberania, território e Estado.

Especial destaque se faz também às contribuições de Julian Corbett para o desenvolvimento dos Estudos Estratégicos, onde fora possível vislumbrar nas últimas décadas, adaptações de sua teoria, por assim dizer, a outros espaços que não o marítimo, como o ar e o sideral.

Portanto, um autor que se faz presente nos mais diversos campos do conhecimento, que discute a Política e a *γῆ (Ghê, geo, Terra)*, e possui uma discussão estratégica, militar, territorial e histórica, encontra todos os requisitos e elementos para ser considerado um pensador de igual nível dentro da Geopolítica e, por conseguinte, da Geografia Política, assim como os clássicos Ratzel, Kjellén, Mahan, Mackinder.

Há que se ressaltar, por fim, que a extensa obra de Corbett possui ainda inúmeros elementos e debates que merecem ser aprofundados por seus estudiosos e leitores dos Estudos Estratégicos, com potenciais contribuições para o desenvolvimento deste campo e aperfeiçoamento das teorias pré-existentes – muitas construídas com base nas ideias corbettianas.

Assim como Clausewitz ainda desperta discussões e inovações no meio militar, o mesmo se conjectura para Sir Julian Corbett, um verdadeiro Geopolítico e pensador da Geografia Política, Estudos Estratégicos e Ciências Militares Navais.

Referências

BRUNET, Roger; FERRAS, Robert; THÉRY, Hervé. **Les mots de la géographie:** dictionnaire critique. 3. ed. Paris: La Documentation Française, 2005. 518 p.

CLEAVER, Liam J. The pen behind the fleet: The influence of sir Julian Stafford Corbett on British naval development, 1898–1918. **Comparative Strategy,** [S.l.], v. 14, n. 1, p.45-57, jan. 1995. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/01495939508403010>.

CORBETT, Julian Stafford. **The league of nations and freedom of the seas.** Londres: Oxford University Press, 1918. 15 p.

_____. **Some Principles of Maritime Strategy.** Annapolis: Naval Institute Press, 1988. 351 p.

_____. **Some Principles of Maritime Strategy.** [S. l.]: Project Gutenberg, 2005. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/files/15076/15076-h/15076-h.htm>. Acesso em: 12 jun. 2016.

GOLDRICK, James; HATTENDORF, John B. (Ed.). **Mahan is not enough:** the proceedings of a conference on the works of Sir Julian Corbett and Admiral Sir Herbert Richmond. Newport: Naval War College Press, 1993. 405 p.

KLEIN John J. Corbett in Orbit: A Maritime Model for Strategic Space Theory.**Naval War College Review**, v. 57, n. 1, 2004. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.190.7977&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 31 jul. 2016.

MOFFAT, Ian C.D. Corbett: A Man Before His Time. **Journal of Military and Strategic Studies,** Calgary, v. 4, n. 1, p.10-35, 2001. Disponível em: <http://jmss.org/jmss/index.php/jmss/article/view/255>.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

ROSIÈRE, Stéphane. **Géographie politique & Géopolitique:** Une grammaire de l'espace politique. 2. ed. Paris: Ellipses, 2007. 426 p.

SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica do Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967. 275 p.

VAN EEMEREN, Frans H. et al. **Fundamentals of Argumentation Theory:** A Handbook of Historical Backgrounds and Contemporary Developments. Nova York: Routledge, 2013. 440 p.

WIDEN, Jerken. Sir Julian Corbett and the Theoretical Study of War. **Journal of Strategic Studies,** [S.l.], v. 30, n. 1, p.109-127, fev. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/01402390701272533>.

WIDEN, Jerken.Julian Corbett and the Current British Maritime Doctrine. **Comparative Strategy,** [S.l.], v. 28, n. 2, p.170-185, 27 abr. 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/01495930902799764>.

O Mar no Pensamento Geopolítico Brasileiro no Século XX

Eixo 1: Geografia Política, Geopolítica Clássica e Contemporânea dos Séculos XX e XXI

Ana Carolina de Oliveira Assis (Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba - Membro do Grupo de Pesquisa em Estratégia e Segurança Internacional GEESI/CNPq)

Rodrigo de Souza Framento (Bacharelando em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba- Membro do Grupo de Pesquisa em Estudos Estratégia e Segurança Internacional GEESI/CNPq)

Resumo: Ao tratar da estratégia norte-americana acerca do Poder Marítimo, Alfred Mahan ficou conhecido com um dos pais fundadores da Geopolítica Marítima. No caso brasileiro, a tese de Meira Mattos é de que o país detém não apenas um fundador dos estudos geopolíticos sobre o Mar, mas apresentaria "vários Mahans". Para compreender como é pensado o mar na Geopolítica brasileira, o objetivo do presente artigo é lançar um panorama do pensamento geopolítico brasileiro voltado para o mar no século XX. A metodologia utilizada é de caráter qualitativo, baseado em pesquisas bibliográficas sobre a importância do Mar desde o pensamento de Mário Travassos a Therezinha de Castro. E como conclusão obteve-se que, conforme o contexto histórico da obra de cada autor, novas preocupações foram englobadas nas análises, e em diferentes momentos o mar apresentou-se como uma vantagem ou desvantagem para o Brasil.

Palavras-Chave: Geopolítica do Brasil; Poder Marítimo; Geopolítica Marítima.

Resumen: Al tratar de la estrategia estadounidense a respecto del Poder Marítimo, Alfred Mahan se quedó conocido como uno de los padres fundadores de Geopolítica

Marítima. En Brasil, la tesis de Meira Mattos habla que el país lleva a cabo no sólo uno de los fundadores de los estudios geopolíticos en el mar, pero presenta "muchos Mahans". Para entender cómo se piensa el mar en la geopolítica del Brasil, el objetivo de este artículo es proporcionar una visión general del pensamiento geopolítico de Brasil frente al mar en el siglo XX. La metodología es cualitativa, basada en la investigación bibliográfica sobre la importancia del Mar desde el pensamiento de Mario Travassos, llegando al pensamiento de Therezinha de Castro. Cómo conclusiones, se obtuvieron, de acuerdo con el contexto histórico de la obra de cada autor, nuevas preocupaciones comprendidas en las análisis; y en diferentes momentos se presentó el mar como una ventaja o desventaja para Brasil.

Palavras-Chave: Geopolítica do Brasil; Poder Marítimo; Geopolítica Marítima.

Introdução

O presente artigo propõe-se a elucidar o panorama do pensamento geopolítico brasileiro voltado para o mar no século XX. Os estudos pioneiros sobre a importância política e geoestratégica do mar são anteriores à formação do conceito científico da disciplina de Geopolítica pelo sueco Rudolf Kjellén (1906). Esses estudos são atribuídos a Alfred Thayer Mahan através da obra intitulada "The Influence of Sea upon History" (1890). O projeto de consolidação dos Estados Unidos como uma das principais potências mundiais, desenvolvido pelo autor, baseia-se na percepção de que a conquista do poder a nível mundial seria realizada através da utilização da posição geográfica favorável à maritimidade do país e de políticas estratégicas de desenvolvimento do Poder Naval para o controle das rotas marítimas no nível global (CASTRO, 1999; MAHAM, 1890 apud CROWL, 2001).

No caso brasileiro, segundo Meira Mattos (1975; 2002), os estudos sobre a importância do mar para o país não apresentam apenas um pai fundador, como no caso dos EUA, mas, teria "vários Mahans". Tal afirmação deriva do fato que nos estudos pioneiros da geopolítica brasileira não há um manual exclusivo sobre a Geopolítica marítima, mas, existiriam obras de diversos autores que abordam em a importância do mar para o país. Segundo Meira Mattos, tais obras, apesar de abordarem aspectos além da questão marítima - a exemplo da importância da Amazônia- destacaram a importância da posição estratégica brasileira no Atlântico Sul em diversos momentos (MATTOS, 1975; 2002).

Isto posto, a relevância do trabalho proposto decorre da organização em um guia sintético de como as questões estratégicas sobre o mar foram pensadas na geopolítica brasileira no século XX. A natureza do presente estudo é de cunho qualitativo baseado na revisão bibliográfica das principais obras dos autores geopolíticos do século XX: Mário Travassos, Golbery do Couto e Silva, Meira Mattos, Mário César Flores, Paulo Moreira da Silva e Therezinha de Castro. Optou-se pelo estudo de tais autores dado o recorte temporal de seus trabalhos, o que demonstra o pioneirismo nos estudos geopolíticos brasileiros, como também devido a influencia desses pensadores nos estudos posteriores. O artigo é constituído por breves análises de cada autor, para por fim, concluir-se com a síntese de como é pensado o mar no século XX.

Pensamento geopolítico brasileiro sobre o mar no século XX: uma síntese

A importância do mar para o Brasil é retratada por diversos autores em contextos e abordagens distintas. Desde a chegada portuguesa às terras brasileiras até a importância atual das rotas marítimas e das riquezas presentes no oceano, o mar é visto como um dos protagonistas do decorrer da história brasileira. Em relação à abordagem geoestratégica do mar para a política e economia do país, os primeiros

estudos sistematizados com base em metodologias pertencentes à disciplina de Geopolítica no país datam dos escritos de Mário Travassos (MATTOS, 2002).

A obra intitulada "Projeção Continental do Brasil" é considerada um dos trabalhos mais relevantes de Mário Travassos. Tal literatura exprime um dos trabalhos pioneiros sobre a Geopolítica e o potencial de desenvolvimento brasileiro. Militar de carreira, o autor é considerado um dos grandes ideólogos, juntamente com Golbery do Couto e Silva, do pensamento geopolítico brasileiro e fonte de inspiração para diversos acadêmicos e militares membros da Escola Superior de Guerra (ESG) (MATTOS, 2002; TRAVASSOS, 1947).

Sensível às questões das dinâmicas geográficas na política da América do Sul, e em especial do Brasil, Mário Travassos dedicou-se à leitura geográfica da América do sul através de estudos dos antagonismos geográficos da Região. Para o autor, o continente sul-americano pode ser analisado através das dinâmicas do Atlântico versus o Pacífico, na qual o Brasil estaria em vantagem por se situar na costa atlântica - oceano mais dinâmico e de geografia favorável, e através das questões dos antagonismos da Bacia Amazônia versus a Bacia do Prata - questão essa derivada da vertente atlântica (TRAVASSOS, 1947).

Além de preocupar-se com a caracterização da costa oceânica como uma característica favorável à geoestratégia brasileira e com as fontes de instabilidade no continente, outro ponto central do autor foi demonstrar como os focos de instabilidade no continente - em especial o planalto boliviano, como a política de comunicações da Argentina afeta o cenário geoestratégico do subcontinente e quais deveriam ser as respostas brasileiras para atrair para si os pesos na balança da influência política e econômica regional (Ibdem).

Segundo o autor, os antagonismos geográficos na América do Sul, em especial o das Bacias hidrográficas, e as instabilidades no planalto boliviano são um fator chave para as políticas interna e externa do Brasil. Através do reconhecimento do planalto boliviano como a região mais sensível do subcontinente e das conseqüências de uma crise na Bolívia para as relações ente Brasil- Argentina, a qual posteriormente englobaria toda América do Sul, Mário Travassos elabora um

receituário de políticas de valorização do interior e das vias fluviais do Brasil, em especial do aproveitamento das oportunidades da Bacia Amazônica em relação à Bacia do Prata - esta última sob maior influência argentina (Ibdem).

Mário Travassos reconhece que o Brasil deve aproveitar as vantagens ofertadas pelo território, pelas vias fluviais e o mar para atrair maior influência política para o Brasil na região de maior instabilidade do país. Seria necessário, portanto, o investimento em políticas de comunicação e de presença brasileira na região central e amazônica brasileira para mitigar o problema de má distribuição do desenvolvimento do país e neutralizar a influência argentina no continente, uma fez que estreitaria os laços políticos e econômicos com outros países que poderiam ceder às investidas de Buenos Aires no momento em que faltasse interesse político e investimentos econômicos brasileiros (Ibdem).

Companheiro de Mário Travassos na Escola Superior de Guerra e herdeiro de vários preceitos do autor, Golbery do Couto e Silva deu continuidade as análises geopolíticas sobre a importância do mar para o Brasil. Notório geopolítico e militar de carreira, Golbery do Couto e Silva destacou-se no cenário nacional como umas mentes influentes e umas das referências obrigatórias nos cursos de geopolítica brasileira. Sua obra mais reconhecida, "Geopolítica do Brasil", imprime em um contexto afetado pela dinâmica global da disputa entre Ocidente e Oriente a leitura geoestratégica do Brasil no mundo Ocidental (COUTO E SILVA, 1967).

Golbery divide a leitura geopolítica da posição brasileira em três níveis: interno (do império brasileiro); da vizinhança latina americana; e mundial. Não caberá a este artigo analisar cada uma dessas esferas, mas, demonstrar como o autor interpreta o papel do mar para a geopolítica brasileira nessa leitura geográfica. Ao analisar as características geográficas inerentes ao Brasil, Golbery ressalta a disponibilidade de recursos e o extenso litoral brasileiro. Segundo o autor, os recursos nacionais oferecem oportunidades ao país, que se articulados com políticas de interiorização e povoamento da Hiléia brasileira, acarretarão no desenvolvimento da economia e da integração nacional (Ibdem).

Em relação ao litoral, o autor demonstra que o Atlântico Sul é uma das regiões prioritárias à defesa nacional, juntamente com a região compreendida pela vizinhança latino americana. Para explicar como deve ocorrer esse plano de defesa, o autor elabora a teoria dos hemiciclos (Ibdem).

Segundo Golbery, as linhas de defesa do Brasil no contexto regional e mundial seriam divididas em hemiciclo interior e exterior. O Hemiciclo interior constitui a linha de defesa imediata do país. Tal região compreende um raio médio de 10 mil km a partir do centro brasileiro. Nele estão presentes a América do Sul, parte da América do Norte, Antártida, Atlântico Sul e os países africanos lindeiros a esse oceano. O autor ressalta a importância da vigilância dessa região devido ao caráter "ameaçador" do hemiciclo exterior - raio que engloba a eurásia, região de onde poderiam surgir as ameaças ao ocidente, e em consequência, ao Brasil (Ibdem).

Segundo Golbery, é necessário manter a defesa dos mares, pois o Brasil possui uma extensa fronteira marítima vulnerável ao transbordamento de investidas comunistas na África. Como políticas de defesa para reverter essa situação, o autor recomenda incentivos ao desenvolvimento econômico e integração nacional e regional, maior atenção à região norte do país, alinhamento militar e diplomático com os Estados Unidos (maior força no hemisfério) e estreitamento das relações com países africanos (COUTO E SILVA, 1967).

Outro autor da vertente militar da Geopolítica brasileira que destaca a importância da fronteira marítima com a África para o Brasil é o General Carlos de Meira Mattos. Assim como Golbery, o autor realça a importância estratégica do mar e de nossa fronteira marítima com a África, entretanto, utilizando de uma nova abordagem para a questão. Meira Mattos tornou-se conhecido na escola geopolítica brasileira através do seu projeto de potência mundial para o Brasil. Dentro da análise do desenvolvimento brasileiro até os anos 2000, o autor elabora um panorama da geoestratégia brasileira. Segundo o autor, a estratégia do Brasil esta estaria inserida em duas áreas: A do continente americano e do Atlântico Sul (MATTOS, 1960).

A nova abordagem sobre a fronteira marítima elaborada pelo autor relaciona a mudança de percepção que o Brasil teria para a região com o processo de descolonização africana e a criação de vários estados no continente. Meira Mattos considera a África a linha de defesa imediata brasileira, que com o avanço tecnológico do período diminuiu de forma significativa as distâncias e pode significar que caso algum país inimigo ao Brasil alcance a costa oeste africana, possa instalar mísseis e assim, atingir o país (MATTOS, 1975).

O que o autor traz de novidade em relação a Golbery é a análise da relação entre desenvolvimento tecnológico e segurança em assuntos relacionados ao mar para o desenvolvimento econômico nacional. Diferentemente do geopolítico anterior, Meira Mattos não observa a fronteira marítima apenas como fonte de ameaças externas, mas também ressalta a importância de estabelecer o limite das águas jurisdicionais e valorizar o potencial da região para contribuir no projeto de desenvolvimento do país(MATTOS, 1975).

Contemporâneos à Meira Mattos, podem ser citados também os militares da Marinha como fontes de estudos sobre a geopolítica brasileira. Destacam-se aqui Paulo Moreira da Silva e Mário Cesar Flores. O Almirante Paulo Moreira da Silva tornou-se reconhecido nos estudos sobre o mar brasileiro, pois, assim como Meira Mattos, o autor optou por abordar as vantagens estratégicas do Mar para o desenvolvimento e estratégia nacionais. Um dos seus estudos de destaque relaciona a importância estratégica do mar com o potencial de pesca, os transportes marítimos, e com as fontes de riquezas naturais (como minerais, gás e petróleo) na costa brasileira, o que deve ser aproveitado pelo país, a exemplo do projeto Cabo Frio(SILVA, 1970).

Já Mario Cesar Flores, destaca-se na literatura geopolítica sobre o mar devido à sua análise das ações do Poder Naval brasileiro para consecução dos objetivos nacionais tanto internamente como no âmbito das relações internacionais. Segundo o autor, o Brasil, devido à sua posição como potência secundária na hierarquia de poder internacional teria como objetivos estratégicos no mar atividades de

segurança da costa litorânea e aproveitamento dos recursos marítimos (FLORES, 1972).

Ainda segundo Mário César Flores, as falhas do passado na conformação do Poder marítimo brasileiro ainda persistiam, a exemplo da confusa legislação sobre elementos desse Poder. Devido a tal fator, o autor recomenda a coordenação na legislação dos elementos do Poder Marítimo e incentivo nessa área, como também a reforma e consolidação de uma Marinha de Guerra capaz de desenvolver as atividades particulares à estratégia indireta no cenário internacional (Ibdem).

Por fim, representando o pensamento civil sobre a geopolítica brasileira pode-se citar a autora Therezinha de Castro. Discípula de Delgado de Carvalho, ambos os autores elaboram prognósticos e recomendações sobre o Atlântico Sul. Deve-se destacar como um dos mais relevantes trabalhos dos dois autores, a Teoria da Defrontação, a qual defende que o Brasil deveria se guiar pelo equador terrestre e pela convenção do International Hydrographic Buereau (Mar austral na verdade seria um prolongamento do Atlântico, do Índico e do Pacífico) e reivindicar sua presença na Antártica. Segundo Therezinha, a defesa da América do sul baseia-se principalmente na vertente marítima e visto que não existem barreias que bloqueiem a passagem entre tais oceanos e o Glacial Antártico, é de suma importância que o Brasil salvaguarde os vasos de comunicação interoceânicos presentes em tal região, uma vez que se constituem como corredores vitais de circulação para fins pacíficos e militares (CASTRO, 1999).

Therezinha aponta que o Brasil pela extensão da sua costa, por sua ligação geo-história com o mar e por se encontrar na zona de estrangulamento do atlântico, necessita de grande e poderoso desenvolvimento marítimo para fundamentar sua expansão econômica e comercial e garantir uma liberdade desafogada de movimentos no seu tráfego através dos mares. Além disso, a autora ressalta que o Brasil possui posição geoestratégica vantajosa que permite a construção de portos, bases e a navegação de grandes embarcações em regiões interiores - inserem-se também nessa discussão aspectos comerciais, pesqueiros e energéticos no cálculo da importância estratégica do mar (Ibdem).

Tais questões levaram a uma distinta abordagem sobre a utilização do Poder Naval. Segundo a autora, o Poder Naval deve ser pensado no Brasil de modo a garantir além da segurança da costa, a garantia do acesso aos recursos nacionais. Isso se mostra claro com o requerimento de vários países a buscar afirmar a soberania até 200 milhas náuticas com direito a exploração dos recursos na área, que acabou evoluindo para lei do direito do mar em 1982 (CASTRO, 1999).

Inserida no contexto de guerra fria, a autora afirma que o Brasil é primordial para a defesa do ocidente por ser uma região de contenção em uma área repleta de conflitos no caribe, pela presença de Cuba, pelas vias marítimas vulneráveis da costa africana até índico, pela posição do Brasil na ilha americana de proximidade das rotas marítimas e estratégicas somada com a ausência de um cinturão de segurança na região, fazendo com que a atuação brasileira não devesse ser descartada para a defesa hemisférica e deve ser visto como parceiros sul-atlânticos (Ibdem).

Outro ponto relevante da obra de Therezinha é a tese Triangulação Insular no Atlântico Sul. Segundo a autora, as ilhas presentes no sul do Atlântico apresentam importância estratégica para as rotas marítimas, como uma forma de "esteira oceânica", e também são elementos-chave geoestratégicos no contexto dos escritos. Dessa maneira, o triângulo *Ascenção – Santa Helena – Tristão da Cunha* seria importante como base intermediária para chegar a América do Sul; *Malvinas – Trindade – Fernando de Noronha* seria primordial para manutenção da integridade do Brasil, Uruguai e Argentina; e *Shetlands do Sul – Orcadas do Sul – Ough*pela proximidade com a vulnerável antártica e zona sub-antártica (CASTRO, 1999).

Segundo a autora, devido a fatores geográficos, a exemplo da mobilidade marítima, o desenvolvimento do Cone Sul voltou-se mais para o Atlântico em detrimento do Pacífico, concentrando-se no eixo da Bacia do Prata o dinamismo marítimo. Entre os principais fatores, ela destaca a estrutura mais favorável e sua localização, abrangendo o encontro das ferrovias, hidrovias e rodovias importantes tanto para agricultura como para a indústria, estrutura essa aproveitada para o desenvolvimento do Brasil, que se também concentrou nessa região (Ibdem).

Tratando das possíveis ameaças ao atlântico sul autora concorda com o pensamento de Meira Mattos (1980) de que nenhuma marinha sozinha teria poder suficiente para conter as investidas soviéticas do atlântico sul e que a defesa da região só seria garantida por meio de alianças militares. Pensando nisso, pode ser atribuído à autora a criação de um arranjo político e militar com outros países sul-atlânticos, a exemplo da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS), instituição pensada pelo Brasil para reduzir à sua dependência das vias marítimas para o comércio exterior e pela vontade de desviar-se do confronto Leste/Oeste.Segundo a autora, arranjos desse tipo seria a base para a criação de uma identidade sul-atlântica na região, que ainda era inexistente,mas de suma importância para o Brasil (Ibdem).

Conclusão

Conclui-se que os pensamentos dos estudiosos evoluíram assim como novos marcos históricos surgiram ao decorrer do século XX. A abordagem inicial da Geopolítica marítima, com Mário Travassos, é pautada pelo antagonismo entre bacias oceânicas nas dinâmicas políticas e econômicas do Atlântico Sul, ou seja, uma abordagem mais fluvial. Posteriormente, no início da Guerra Fria, os estudos geopolíticos são marcados por estudos de defesa no Atlântico Sul.

Já inseridos nos cenário bipolar, os autores deixam em segundo planoos estudos de defesa do período anterior, buscando agora tratar de questões que até o momento eram pouco abordadas, como novas tecnologias marítimas que deveriam ser utilizadas no projeto de desenvolvimento do país (especialmente após os anos de 1970) e também escrevendo sobre o potencial dos recursos materiais da nossa costa (pesca, petróleo e minerais). Ou seja, com o decorrer do Século XX a Geopolítica Brasileira sobre questões marítimas parte de uma análise continental, para hemisférica e por fim para uma abordagem sobre as fronteiras marítimas e a influência do mar para o desenvolvimento brasileiro.

Referências Bibliográficas:

CASTRO, Therezinha de. **Geopolítica: Princípios, Meios e Fins**. Biblioteca do Exército Editora: Rio de Janeiro, 1999.

COUTO E SILVA, Golbery do. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

FLORES, Mário César. **Panorama do Poder Marítimo Brasileiro**. Biblioteca do Exército: Rio de Janeiro, 1972.

MATTOS, Carlos de Meira. **Projeção Mundial do Brasil**, São Paulo: Leal, 1960.

_____. **Brasil: Geopolítica e Destino**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975

_____. **A Geopolítica e as Projeções do Poder**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

_____, **Atlântico Sul: Sua Importância Estratégica**. Rio de Janeiro: A Defesa Nacional, n. 688, 1980.

_____. **Geopolítica e Modernidade: a geopolítica brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora. 2002.

_____. **Geopolítica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

SILVA, Paulo Moreira. **O Desafio do Mar**.Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1970.

TRAVASSOS, Mário. **Projeção Continental do Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1947.

O OIL BOOM ESTADUNIDENSE E O FUTURO GEOPOLÍTICO DO GOLFO PÉRSICO[1]

Eixo Temático 1: Geografia Política e Geopolítica clássica e contemporânea dos séculos XX e XXI

José Késsio Floro Lemos[2]
Raquel Katllyn Santos da Silva[3]
Ana Cristina Cordeiro da Fonseca[4]

Resumo: O presente trabalho se propõe a analisar a histórica relação entre o petróleo, a política externa estadunidense e a configuração geopolítica do Golfo Pérsico.Para alguns analistas, é muito provável que o momento atual se constitua em um *turning point* nessa relação. Afinal, os EUA retomaram o posto de maior produtor de energia do mundo.Segundo estimativas da IEA, entre 10 e 15 anos os EUA poderão se tornar autossuficientes em petróleo. Mediante um histórico contexto de dependência do petróleo estrangeiro, caso os EUA consigam esse feito, toda a lógica que orientou a política externa do país no Golfo Pérsico poderá ser reconfigurada. Através de levantamentos bibliográfico e documental, será feita uma análise conjuntural sobre o tema em tela, demostrando que a despeito dessas mudanças, o Golfo Pérsico continuará sendo uma área estratégica para os interesses de Washington.

Palavras-chave: Geopolítica. Golfo Pérsico. Estados Unidos.

[1] Eixo 1: Geografia Política e geopolítica clássica e contemporânea dos séculos XX e XXI.

[2] Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba; Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco e membro do Núcleo de Estudos de Política Comparada e Relações Internacionais (NEPI-UFPE).
[3] Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba; Mestranda em Relações Internacionais pela mesma instituição.
[4] Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba.

Resumen: Este estudio tiene como objetivo analizarl a relación histórica entre el aceite, la política exterior de Estados Unidos y la configuración geopolítica del Golfo Pérsico. Para algunos analistas, es muy probable que el momento presente se convierte en un punto de inflexión en esta relación. Después de todo, los Estados Unidosvuelve a ocupar la posición de mayor productor de energía del mundo. De acuerdo con estimaciones de la AIE, entre 10 y 15 años de los Estados Unidos podríal legar a ser auto suficiente en petróleo. A través de un contexto histórico de la dependencia del petróleo extranjero, si los Estados Unidos éxito este hecho, toda la lógica que guió la política exterior del país en el Golfo Pérsico podría ser reconfigurado. A través de encuestas bibliográficas y documentales, se har áun análisis de la situación sobre el tema, lo que demuestra que a pesar de estos cambios, el Golfo Pérsico seguirá siendo un área estratégica para los intereses de Washington.

Palabras clave: Geopolítica. Golfo Pérsico. Estados Unidos.

Introdução

É vasta a literatura que associa a instabilidade política do Oriente Médio ao ativo engajamento político e militar dos EUA no Golfo Pérsico. O coração petróleo mundial tem atraído de grandes potências na região por muito tempo. Os EUA e sua necessidade estratégica de garantir o livre fluxo do petróleo do Golfo para o mercado mundial, tem buscado uma participação sempre ativa e permanente na região. Aos olhos dos estadunidenses, as vastas reservas de petróleo disponíveis no Golfo são consideradas elementos estratégicos para a economia e segurança do país. Afinal, a energia tem papel significativo para o desenvolvimento econômico global (YERGIN, 1991).

Na atualidade, a principal fonte de energia da economia global é o petróleo. Ele responde por 95% da energia destinada aos meios de transporte no mundo

inteiro. É também, “um dos principais combustíveis utilizados na geração de eletricidade, além de servir de matéria-prima para uma infinidade de produtos, como os plásticos, os fertilizantes, os tecidos sintéticos e os explosivos” (FUSER, 2008, p. 37). Deste modo, o petróleo tornou-se o motor do modo de vida contemporâneo e da sociedade de consumo. A singularidade estratégica se encontra na interseção do petróleo com a dinâmica de poder mundial. Ele tornou-se um elo de ligação entre a política e a economia. Passou a ser sinônimo de poder. Durante a Segunda Guerra Mundial o acesso ao “ouro negro” teve papel decisivo no desfecho do conflito. No entanto, as guerras mundiais do século XX foram apenas o ponto de partida que conduziram o petróleo ao posto de elemento influenciador da política internacional.

Em 1945, um relatório do Departamento de Estado americano afirmou que o controle do petróleo do Oriente Médio seria uma fonte prodigiosa de poder político e econômico (MARSHALL, 2012; YERGIN, 2014). O relatório foi uma resposta às tensões políticas do final da guerra, e também ao rápido crescimento no consumo dentro dos EUA, que elevou a crença estadunidense de que a dependência energética do petróleo estrangeiro se tornaria inevitável. Esta percepção alertou a Casa Branca sobre a necessidade de proteger as futuras importações de petróleo do país. A estratégia escolhida consistiu no estabelecimento de um protetorado americano na Arábia Saudita e da presença militar permanente no Golfo Pérsico (YERGIN, 2014; KLARE, 2004; CRANE, 2009; BAHGAT, 2003).

Por conseguinte, “em 1956, o Oriente Médio estava dominado, não pelos britânicos nem por qualquer outro império, mas pelas estratégias dos Estados Unidos na Guerra Fria e seu compromisso com Israel” (CALVOCORESSI, 2011, p. 338). A partir de então, uma mistura de diplomacia, golpes de Estado, guerras e corrupção, fizeram da região um caldeirão de instabilidade política, econômica e social. A intervenção estadunidense no Golfo causou efeitos colaterais amargos, além de ter drenado dos EUA tempo, dinheiro e atenção.

A partir dessa constatação introdutória, o presente trabalho se propõe a analisar a histórica relação entre o petróleo, a política externa estadunidense e a configuração geopolítica do Golfo Pérsico.Para alguns analistas, é muito provável que o momento atual se constitua em um *turning point* nessa relação. Afinal, os EUA

retomaram o posto de maior produtor de energia do mundo.Segundo estimativas da IEA, entre 10 e 15 anos os EUA poderão se tornar autossuficientes em petróleo. Mediante um histórico contexto de dependência do petróleo estrangeiro, caso os EUA consigam esse feito, toda a lógica que orientou a política externa do país no Golfo Pérsico poderá ser reconfigurada. Através de levantamentos bibliográfico e documental, será feita uma análise conjuntural sobre o tema em tela, demostrando que a despeito dessas mudanças, o Golfo Pérsico continuará sendo uma área estratégica para os interesses de Washington.

A despeito das motivações para a realização desta pesquisa, são diversas. Em 2015, as discussões sobre política internacional orbitaram em torno de quatro importantes acontecimentos: a baixa no preço do petróleo; a expansão do ISIS; a crise de refugiados na Europa e o acordo entre o Irã e as potências ocidentais. Todos os acontecimentos acima relatados tiveram suas raízes germinadas em um mesmo solo: o Oriente Médio. Além disso, todos resultam de conflitos e disputas geopolíticas, quase sempre, “desenhadas” pelo petróleo.Diante destes fatos, delinear a dinâmica entre o petróleo, a política externa dos EUA e o Golfo Pérsico, é um importante instrumento para a compreensão da atual configuração geopolítica do Oriente Médio. Ou seja, analisar o passado, entender o presente, para imaginar o futuro.

A importancia estratégica do golfo pérsico

Demorou meio século para os EUA consolidarem sua influência no Golfo Pérsico. Este processo foi caracterizado por um comportamento intrusivo e intervencionista, mas também por momentos de cautela e relutância por parte dos líderes do país. Durante a Segunda Guerra Mundial, tropas americanas desembarcaram na região com o objetivo de proteger a linha de suprimentos dos Aliados. Entretanto, com o fim da guerra, praticamente todas as forças militares americanas se ausentam do Golfo por mais de uma geração. O controle do comércio da região (a mais rica em petróleo do mundo) foi praticamente entregue às gigantes

petrolíferas conhecidas como as Sete Irmãs[5]. Afinal, os “países do golfo Pérsico são responsáveis por mais de um quarto da produção mundial de petróleo e por 60% das reservas provadas, o que confere à região uma importância central no mercado mundial de petróleo e na economia global” (YERGIN, 2014, p. 296). Também é no Golfo Pérsico que fica localizado o estreito de Hormuz, “através do qual passam os navios-petroleiros em sua rota do golfo Pérsico em direção ao alto mar e aos mercados mundiais. Com cerca de 30km de largura em seu ponto mais estreito, Hormuz é o principal gargalo para o abastecimento global de petróleo” (YERGIN, 2014, p. 255). Ademais,

> Cerca de vinte navios-petroleiros passam por ali diariamente, transportando mais de 17,5 milhões de barris. É o equivalente a 20% da demanda mundial — e 40% de todo o petróleo negociado no comércio mundial. Na costa norte do estreito fica o Irã. A costa sul pertence ao Omã e aos Emirados Árabes Unidos (YERGIN, 2014, p. 255).

Quando os britânicos se retiraram do Golfo em 1971, coube aos EUA preencherem o vácuo de liderança deixada por Londres. Os interesses dos EUA na região do Golfo Pérsico eram simples e consistentes, e estavam ancorados em uma estratégia de dimensão global: em primeiro lugar, garantir o acesso do mundo industrializado aos vastos recursos petrolíferos da região; e, em segundo, impedir qualquer potência hostil de adquirir o controle político ou militar sobre esses recursos. Afinal, “o petróleo representa mais do que os lucros das companhias petrolíferas. O controle sobre o petróleo mundial é uma fonte sem igual de hegemonia regional e global” (JUHASZ, 2009, p. 333). Nas palavras de Paul Wolfowitz: “O significado da combinação dos imensos recursos do golfo pérsico é um só: poder” (WOLFOWITZ *apud* JUHASZ, 2009, p. 333). Nesses termos, nasceu a estratégia dos dois pilares. Alianças especiais com o a Arábia Saudita e o com Irã formaram as bases geopolíticas para a influência americana no Golfo Pérsico após a Segunda Guerra mundial.

[5] Cartel compostopelasseguintesempresas: Standard Oil of New Jersey (EXXON), Standard Oil of New York (Mobil), Standard Oil of California (Chevron), Gulf, Texaco, BP e Shell.

No que concerne à aliança do governo americano com a família real saudita[6],esta concedeu ao país a prioridade na exploração das reservas de petróleo do país, em troca do compromisso americano de garantir a segurança da monarquia árabe, tanto de inimigos externos, como de insurreições internas. Na prática, isso representava não só a presença militar estadunidense em terras estrangeiras, como também o compartilhamento de armas e tecnologia para o fortalecimento das forças militares do país[7] (KLARE, 2004).

No âmbito da Guerra Fria, a recusa soviética em desocupar o Irã após a Segunda Guerra Mundial[8], foi considerada pelo presidente Truman como parte de um "*giantpincersmovementagainsttheoilrich áreas ofthe Near West*" (TRUMAN *apud* PAINTER, 1986, p. 112). A Doutrina Truman[9] considerava inconcebível a instalação de regimes pró-comunista em países estratégicos e vitais à segurança norte-americana - assim como o Irã e suas ricas reservas de petróleo (YERGIN, 2014, p. 156). Deste modo, se iniciou o processo desmilitarização no continente. Através de golpes e intervenções, o Irã foi atraído à esfera de influência dos EUA e logo se tornou uma potência regional militar à serviço dos interesses de Washington. A relação especial entre os dois países foi selada em maio de 1972, durante a visita do presidente Richard Nixon (1969-1974) e do conselheiro de segurança nacional Henry Kissinger a Teerã (LAWRENCE, 2008, p. 297).

Após o colapso da União Soviética, o Irã e o Iraque continuaram como alvos prioritários da agenda americana. Preservar a estabilidade e independência dos estados do Golfo e conter a ameaça do radicalismo islâmico eram objetivos diluídos nas duas grandes estratégias da política externa americana: o petróleo e a

[6] A *Casa de Saud* é a casa real no poder na Arábia Saudita desde a criação do país em 1932. Em 1945, o rei saudita era Abd al-Aziz Al Saud, primeiro rei do país, que governou entre os anos de 1932 e 1953.

[7] Conhecido como *Lend-lease*, o arranjo constitucional norte-americano aprovado em 1941, permitia o empréstimo ou arredamento de equipamentos e suprimentos para qualquer Estado cuja defesa fosse considerada vital para a segurança dos Estados unidos.

[8] Durante a Segunda Guerra Mundial, a Grã-Bretanha e a URSS ocuparam o Irã alegando necessidade estratégica. Um tratado em 1942, sancionou a ocupação estrangeira, mas estabeleceu a retirada dos britânicos e dos russos para seis meses após o término dos conflitos. As tropas britânicas saíram do Irã pontualmente em 1946, mas as russas tiveram que ser forçadas a sair pelo governo iraniano.

[9] Um princípio da política externa norte-americana que objetivava conter o comunismo. O congresso americano votou grandes somas para fornecer ajuda militar e econômica aos países cuja estabilidade estivesse ameaçada pelo comunismo.

contenção[10]. A preocupação com a segurança de Israel também foi um fator de condução na política dos EUA no Oriente Médio. Essas duas arenas têm interagido umas com as outras nos últimos 50 anos.

A estratégia dos EUA no Golfo Pérsico garantiu a segurança energética do país nas últimas décadas. No entanto, o sentimento de vulnerabilidade que a dependência energética trouxe, guiou a Casa Branca por caminhos tortuosos. Muitos povos e governos da região sentiram-se explorados, subjugados. Em conseqüência, houveram retaliações. Uma delas ocorreu em 1973. O choque do petróleo que abismou o Ocidente levou os líderes americanos a usar pela primeira vez o termo “segurança energética”. Nada mais foi do que o reconhecimento explícito da natureza complexa e multidimensional no qual o ouro negro passou a navegar. O petróleo, a política e a economia agora se encontravam em uma mesma interseção.

The american oil boom: perspectivas e implicações geopolíticas

A necessidade estadunidense por fontes externas de petróleo guiou a Casa Branca por uma série de decisões que afetaram diretamente nas estruturas social, política e econômica do Oriente Médio. Um cenário caótico, com recorrentes conflitos e instabilidades, faz dessa região riquíssima em petróleo, também uma das mais instáveis do planeta. Mas afinal, se o petróleo influenciou em muitas das diretrizes da política externa estadunidense para o Oriente Médio nas últimas décadas, o que aconteceria se o país não fosse mais dependente do petróleo da região? Pois bem, ao que parece, essa resposta poderá ser respondida em um futuro não muito distante.

[10] Política que nasceu no pós Segunda Guerra, a partir de famoso artigo de X (1947) publicado na Foreign Affairs. Nele o autor defendia o argumento de que a influência soviética e a ideologia comunista deveriam ser contidas dentro de áreas ocupadas pelas forças da URSS. Posteriormente tomou-se conhecimento que o tal artigo havia sido escrito por George Kennan, acessor dos EUA que morou durante muito tempo na URSS.

No *Stateofthe Union Address* de 2014, o presidente Barack Obama demonstrou muito otimismo ao afirmar que a América poderia atingir a independência energética pela primeira vez em décadas. Esta expectativa está ancorada no grande *boom* da produção de petróleo dentro dos EUA, que aumentou de 5 (Mdb) em 2008, para bem mais de 9,4 (Mdb) em 2015 (US ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2015). Este crescimento tem sido alcançado, em grande parte, devido às novas descobertas de "*tightoil*" e "*shalegas*". Há muito se sabia sobre a existência de petróleo e gás adicional preso dentro de xistos e outros tipos de rochas. Todavia, não "havia maneira de extraí-lo - pelo menos não em volumes comerciais" (YERGIN, 2014, p. 274). O alto custo na extração fazia do *tightoil* um recurso economicamente desinteressante. No entanto, com o aperfeiçoamento de tecnologias avançadas chamadas de "fraturamento hidráulico" e a "perfuração horizontal", o sonho americano de ser autos suficiente de energia, finalmente, pode se tornar realidade (YETIV, 2015, p. 03).

No início de 2013, os EUA consumiram pouco mais de 19 (Mdb) de petróleo. Dentre estes, 8,3 (Mdb) provieram de importações. Enquanto o país é praticamente autos suficiente em termos de carvão, gás natural, e em produção de bio combustíveis, a dependência do petróleo estrangeiro tem sido o grande desafio para a segurança energética norte-americana (MAUGERI, 2013, p. 25). No entanto, nos últimos 5 anos a quantidade de petróleo importada pelo país tem caído consideravelmente, e o *oil boom* estadunidense já levou o país a reassumir o posto de maior produtor mundial em 2015, fato que não ocorria desde 1975.

Apesar desta melhoria significativa no *outlook* energético do país, é altamente improvável um desengajamento dos EUA no Oriente médio. Como uma grande potência global, o país persegue vários objetivos econômicos e estratégicos de forma simultânea. Estes objetivos incluem a estabilidade no abastecimento de petróleo mundial, a paz no conflito árabe-israelense, a luta contra o terrorismo e a não-proliferação de armas de destruição em massa. Durante décadas, diplomatas e líderes americanos investiram tempo e capital político na tentativa de encontrar uma solução pacífica que garanta a segurança de Israel e o estabelecimento de um Estado palestino. Desde os ataques de 11 de setembro, a "guerra ao terror"tornou-

se um grande objetivo de segurança nacional. Da mesma forma, a contenção da proliferação de armas nucleares, biológicas e químicas esteve no topo da agenda estratégica americana no Oriente Médio nos últimos anos.

Não obstante, apesar dos esforços sauditas e de outros países do Golfo para construir relações estratégicas e militares com outras potências mundiais (Rússia, China, França), os EUA continuam a ser a principal potência mundial capaz de projetar um substancial poder militar para manter e/ou restaurar estabilidade regional no Oriente Médio. Afinal, as forças militares do país são espalhadas estrategicamente afim de responder a situações emergenciais em qualquer parte do globo e um curto espaço de tempo. Isso faz com que um desengajamento militar americano do Oriente Médio se torne muito improvável.

No entanto, é provável que o momento atual se constitua em um *turning point* nessa dinâmica entre o petróleo, a política externa estadunidense e a configuração geopolítica do Oriente Médio. Afinal, a América retomou o posto de maior produtor de energia do mundo. Mediante um histórico contexto de dependência do petróleo estrangeiro, caso os EUA consigam esse feito, a lógica que orientou a política externa do país no Golfo Pérsico poderá sofrer alterações. Ademais, o país tem plenas convicções da necessidade de mudar sua forma de agir na região. Afinal, o preço pago foi alto e impopular. E apesar de um desengajamento ser improvável, com a diminuição da importância do petróleo do Golfo na sua agenda, o país poderá manobrar com maior cautela e de forma mais pragmática.

Um exemplo disso é a histórica reaproximação entre os EUA e o Irã, selada pelo acordo sobre o programa nuclear do país. Em nenhum outro momento, nas últimas cinco décadas, os EUA ousaram criar litígios com o grande produtor mundial de petróleo – a Arábia Saudita. Pelo contrário, a estabilidade no reino saudita foi uma prioridade na agenda de Washington por várias décadas. O país estava preso nas garras da dependência energética e o peso da Arábia Saudita e da OPEP no mercado mundial de petróleo já havia sido demonstrado de forma muito contundente no passado. Agora, contudo, a realidade é diferente.

A aproximação dos EUA com o Irã e o fim parcial das sanções econômicas contra Teerã, anunciado recentemente, tem criado uma clara insatisfação no reino saudita. Além da histórica rivalidade entre Riad e Teerã, os sauditas temem que a

reconstrução da indústria petrolífera iraniana possa encharcar ainda mais o mercado mundial de petróleo, gerando mais competição e derrubando os preços. Além disso, o Irã poderá alavancar consideravelmente suas receitas e fortalecer o seu papel de potência regional, enfraquecendo a influência saudita na região. Portanto, essa realidade tem criado em Riad dúvidas sobre qual será o posicionamento dos EUA nessa questão: se os manterão como o principal aliado no Golfo ou se serão substituídos pelo Irã. A partir dessa desconfiança, o acirramento entre Teerã e Riad parece inevitável e pode reverberar de forma muito negativa nos conflitos da Síria.

Considerações finais

Ao longo das últimas décadas, os EUA gastaram trilhões de dólares com as guerras no Golfo Pérsico. Em nome da segurança nacional, o país carregou o fardo de polícia da região, de garantidor do livre fluxo do petróleo do Golfo para as economias ocidentais. Esta realidade drenou dinheiro, forças militares e recursos políticos. A vulnerabilidade que a dependência do petróleo estrangeiro trouxe ao país, condicionou os movimentos políticos da Casa Branca e afetou diretamente na geopolítica do Oriente Médio. A relação do país com dois dos principais produtores de petróleo da região, Irã e Iraque, foram marcadas por guerras, golpes, revoluções e instabilidade. A Revolução Iraniana (1979), a Guerra Irã-Iraque (1980-1988) e as Guerras do Golfo (1991, 2003), causaram mudanças na configuração geopolítica do Oriente Médio que são sentidas ainda hoje. Além disso, ajudou a instigar o aparecimento de grupos terroristas como a Al Qaeda e o ISIS. Já com o maior produtor de petróleo mundial, a Arábia Saudita, foi arquitetada uma relação petróleo por proteção. Apesar de mais estável do que as duas outras, a relação positiva da Casa Branca com a monarquia saudita ajudar a oxigenar um dos regimes políticos mais fechados e opressores do mundo.

No entanto, o aumento da capacidade energética do país acabou despertando em muitas expectativas quando à uma mudança nos movimentos políticos dos EUA no Oriente Médio.Ou seja, uma espécie de desengajamento político e militar na região. Esta pesquisa, no entanto, aponta para o sentido

contrário. Como uma potência global, os EUA perseguem objetivos diversos e de forma simultânea.

Por isso, mesmo diante as muitas incertezas que cercam esse momento, é possível afirmar que: independente dos cenários prospectados, o processo decisório dos EUA continuará envolvendo o Golfo Pérsico em razão de sua posição estratégica. Afinal, o petróleo e o gás da região ainda são elementos fundamentais para as relações de poder e para a saúde econômica de muitos dos seus aliados. Ademais, o Golfo Pérsico é uma importante peça geopolítica que pode ser decisiva em conflitos futuros. Por isso, em um contexto de globalização e interdependência, elas continuarão influenciando na política e na economia global. Para os EUA, no entanto, a margem de manobra política cresceu. O país está menos vulnerável e menos dependente. Deste modo, poderá perseguir seus objetivos geopolíticos sem que o agressivo instinto da vulnerabilidade influencie nas decisões políticas dos seus líderes.

Referências

BAHGAT, Gawdat. **American oil diplomacy in the Persian Gulf and the Caspian Sea**. Gainesville: University Press of Florida, 2003.

CALVOCORESSI, Peter. **Política Mundial a partir de 1945**. 9. ed. Porto Alegre: Penso, 2011.

CRANE, K. et al. **Imported Oil and U.S. National Security.** Santa Mônica: RAND, 2009.

FUSER, Igor. **Petróleo e poder: o envolvimentos militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico**. São Paulo: UNESP, 2008.

JUHASZ, Antonia. **A tirania do petróleo: a mais poderosa indústria do mundo e o que pode ser feito para detê-la**. São Paulo: Ediouro, 2009.

KLARE, Michael T. **Blood and Oil: The Dangers and Consequences of America's Growing Dependency on Imported Petroleum**. 1. ed. New York: Metropolitan Books, 2004a.

LAWRENCE G. Potter. **The Persian Gulf in History**. New York: PALGRAVE MACMILLAN. 2008.

MARSHALL, Andrew Gavin. **The U.S. Strategy to Control Middle Eastern Oil: "One of the Greatest Material Prizes in World History"**. Disponívelem: <andrewgavinmarshall.com/2012/03/02/the-u-s-strategy-to-control-middle-eastern-oil-one-of-the-greatest-material-prizes-in-world-history/>Acessoem: 09 jul. 2015.

MAUGERI, Leonardo. **The Shale Oil Boom: a U.S phenomenon.** Cambridge: Harvard Kennedy School, 2013.

MAUGERI, Leonardo. **The Shale Oil Boom: a U.S phenomenon.** Cambridge: Harvard Kennedy School, 2013

PAINTER, David. **Oil and American Century**. New York: The Johns Hopkins University Press. 1986.

U.S ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **USA**. **Crude oil production**. Disponível em: <http://www.eia.gov/dnav/pet/pet_crd_crpdn_adc_mbblpd_m.htm>. Acesso em: 07 set. 2015.

YERGIN, Daniel. **A Busca: energia, segurança e a reconstrução do mundo moderno**. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

_____. **The prize: the epic quest for oil, money, and power**. New York: Simon & Schuster, 1991.

YETIV, Steve A. **Myths of the Oil Boom: American National Security in a Global Energy Market**. New York: Oxford University Press, 2015.

O Soft Power Indiano no Afeganistão: A Geopolítica da Reconstrução

Eixo Temático 1: Geografia Política e Geopolítica clássica e contemporânea dos séculos XX e XXI

Rafael Regiani

Resumo: Alvo de uma campanha de guerra da OTAN, o Afeganistão viu o seu antigo regime Taliban ruir e o país entrar numa era democrática, com a eleição de Hamid Karzai. Concomitantemente, o país passou a receber grandes investimentos de seus parceiros internacionais, entre os quais a Índia. Este artigo tem como objetivo elucidar os esforços de Nova Delhi na reconstrução econômica afegã em sua relação com a organização do espaço regional indiano. Analisando-se os componentes do soft power indiano presentes no país, tais como infraestruturas viárias, energéticas, de saúde e de educação, chega-se a conclusão de que a Índia terá um papel privilegiado no Afeganistão quando da saída das tropas internacionais.

Palavras-chave: Índia; Afeganistão; Reconstrução.

Resumen: Blanco de una campaña de guerra de la OTAN, el Afganistán ha visto su antiguo régimen Taliban derrumbarse y el país entrar en una era democrática, con la elección de Hamid Karzai. Al mismo tiempo, el país pasó a recibir grandes inversiones de sus socios internacionales, entre los cuales la India. Este artículo tiene como objetivo elucidar los esfuerzos de Nueva Delhi en la reconstrucción económica Afgán en su relación con la organización del espacio regional indio. Analizándose los componentes del soft power indio presentes en el país, tales como

infraestructura de carreteras, energía, salud e educación, llegase a conclusión que la India habrá un papel privilegiado en el Afganistán cuando las tropas internacionales se ha retirado.

Palabras-clave: India; Afganistán; Reconstrucción.

Introdução

Desde o nascimento como países independentes em 15 de agosto de 1947, Índia e Paquistão travam uma disputa sobre o território da Caxemira. O Afeganistão, país vizinho a esse território, acaba sendo envolvido também por essa rivalidade política, e vê sucessivos governos seus serem alvos de esforços diplomáticos de ambos os países na tentativa de torná-lo um aliado. Durante o regime Taliban (1996 – 2001), uma facção *proxy* de Islamabad, a vantagem era paquistanesa. Mas a ascensão e eleição de Hamid Karzai (2001 – 2014), da facção rival ANA[1], representou uma virada de jogo em favor da Índia.

A geografia a priori favorece a influência paquistanesa sobre o Afeganistão, uma vez que compartilham quilômetros de fronteira da Linha Durand. Além do contato direto, o Paquistão também controla os passos de Khyber e Bolan, historicamente as duas portas de entrada e saída do subcontinente utilizadas pelos exércitos invasores oriundos da Ásia Central, o que lhe dá vantagens de acesso nas comunicações viárias. Por fim o rio Cabul, que atravessa a capital afegã, é um afluente do rio Indus, o rio da unidade paquistanesa, o que também caracteriza uma dependência hidrográfica afegã. Assim, a geografia inclina o Afeganistão na direção do Paquistão.

A Índia, por outro lado, isolada geograficamente do Afeganistão, tem na projeção marítima de sua península a sua grande força geográfica. Contornando o Paquistão via Mar da Arábia, ela tenta atingir o Afeganistão pelo lado oposto do

[1] Aliança do Norte Afegã.

território, penetrando suas influências através dos vales dos rios Helmand e Farah, que correm para o lago Hamun na fronteira com o Irã. Daí a importância do porto de Chabahar, construído pela Índia na província iraniana de Sistão e Baluquistão, juntamente das rodovias que o conectam ao Afeganistão.

Enquanto o Paquistão, herdeiro de uma mentalidade imperial continental do Império Mogol, tenta transformar o Afeganistão em um estado vassalo seu, a Índia, com sua força marítima, tenta contrapor-se transformando o Afeganistão em sua hinterlândia.

Hinterlândia é a área de influência de um porto. Abarca toda aquela área que provê mercadorias para um porto. Pode ser subdividida numa zona primária, representada pela vizinhança mais estrita do porto, em que ele não enfrenta concorrentes por seus clientes, que no caso de Chabahar é a província iraniana do Sistão e Baluquistão, e uma zona secundária, representada pelas áreas mais distantes, no caso o Afeganistão e Ásia Central, em que o porto enfrenta concorrentes pela exportação/importação de mercadorias, no caso os portos paquistaneses de Gwadar e Karachi. As ações de Nova Delhi tem que ser compreendidas dentro desse escopo de desenvolver o potencial do porto de Chabahar e justificar o investimento indiano feito até aqui.

Transporte

A geopolítica da reconstrução marca uma reviravolta na geopolítica do Afeganistão. Historicamente, sendo um Estado-tampão entre a Índia Britânica e o Império Russo, as redes viárias afegãs ficaram desconectadas dos demais países da região a fim de preservar sua independência, tal como foi o caso dos projetos russos e britânicos de estenderem suas malhas ferroviárias para o interior do país, vetados pelo então Amir Abdur Rahman (1844 – 1901) (REGIANI, 2013, pp. 919-20). Mas a perda de função separatória como Estado-tampão em uma era marcada por projetos de integração econômica e continental, e formação de blocos de estados, pode ser compensada com uma nova função geopolítica de integração, como um

estado de trânsito capaz de aproximar os mercados das potências continentais (REGIANI, p. 14).

A mais concreta obra nesse sentido é a rodovia que conecta o anel viário afegão com a fronteira do Irã. A rodovia Zaranj-Delaram (Figura 1), construída entre 2008 e 2009 pela *Border Roads Organization*[2], possui 220 quilômetros e abre a possibilidade das cidades de Qandahar e Herat, dois dos mais importantes centros urbanos do Afeganistão, escoarem sua produção pelo porto de Chabahar através de uma rota mais curta e rápida do que seria pelos portos paquistaneses concorrentes de Gwadar e Karachi (HANAUER; CHALK, pp. 17-18).

Inaugurada em 22 de janeiro de 2009, com a presença do presidente afegão Hamid Karzai e do ministro do exterior indiano Pranab Mukherjee, a construção da rodovia envolveu a participação de 339 engenheiros e trabalhadores indianos, e muitos mais afegãos, a um custo de US$ 150 milhões. Porém, 129 afegãos e 11 indianos falecerem durante as obras, sendo 6 destes últimos por ataques terroristas (MINISTRY OF EXTERNAL AFFAIRS, p. 17).

Outra possível obra relevante é o projeto de ferrovia que ligará Hajigak a Chabahar via Zaranj. Localizada na província de Bamyan, Hajigak possui um dos poucos ricos depósitos ferríferos ainda inexplorados na Ásia. Se construída, Chabahar poderia se tornar num centro siderúrgico, e o pobre interior do Afeganistão, especialmente a região povoada pela minoria xiita discriminada dos Hazaras, onde está Hajigak, poderia se desenvolver com a indústria mineradora.

[2] Organização ligada ao Exército indiano e responsável por construir estradas em regiões fronteiriças e de difícil acesso na Índia, e países amigáveis.

Figura 1 – Mapa dos Investimentos Viários Indianos no Afeganistão. Fonte: elaboração própria.

Institucional

Como parte dos esforços indianos para o fortalecimento político-institucional e a consolidação da democracia no Afeganistão, a Índia construiu o novo edifício do Parlamento. A obra ficou a cargo da *Central Public Works Development* (CPWD), autarquia ligada ao Ministério do Desenvolvimento Urbano da Índia e responsável pela realização e manutenção de obras públicas deste país.

Iniciada em 2009, o palácio-sede do legislativo foi inaugurado em dezembro de 2015 em cerimônia que contou com a presença do primeiro-ministro indiano Narendra Modi e o presidente afegão Ashraf Ghani. Possui duas câmaras, incluindo uma ala que carrega o nome de Atal, numa referência ao ex-primeiro-ministro indiano Atal Bihari Vajpayee (1999-2004). Dotado de um estilo arquitetônico que mistura traços mogol e moderno, a nova Assembleia Nacional afegã (Figura 2) é um dos maiores parlamentos asiáticos.

Além de demonstrar seu *soft power* econômico e técnico, a Índia busca exportar também sua cultura democrática para outros países da região, pois a democracia indiana, a maior do mundo em termos de eleitores, é um dos grandes trunfos do estado indiano sobre o estado chinês e seu modelo político fechado e autoritário. Servindo de espelho para outros países da região, a democracia também faz parte do *soft power* indiano. E juntamente da cultura democrática, a Índia oferece o treinamento necessário aos oficiais eleitorais afegãos, reforçando o seu papel de referência na região (MINISTRY OF EXTERNAL AFFAIRS, p. 21).

A retribuição à assistência indiana veio na forma de um decreto de Hamid Karzai para que fossem reservados assentos no parlamento para as minorias hindus e sikhs que, no entanto, foi rejeitado em votação pelos congressistas, os quais alegaram que feriria a igualdade religiosa prevista na Constituição (KHAAMA PRESS, 14/12/2013). Ainda assim, os hindus não ficaram totalmente sem representação nesse novo Afeganistão democrático que se constrói. Pela primeira vez na história um afegão hindu foi nomeado como embaixador do país (KHAAMA PRESS, 08/05/2014).

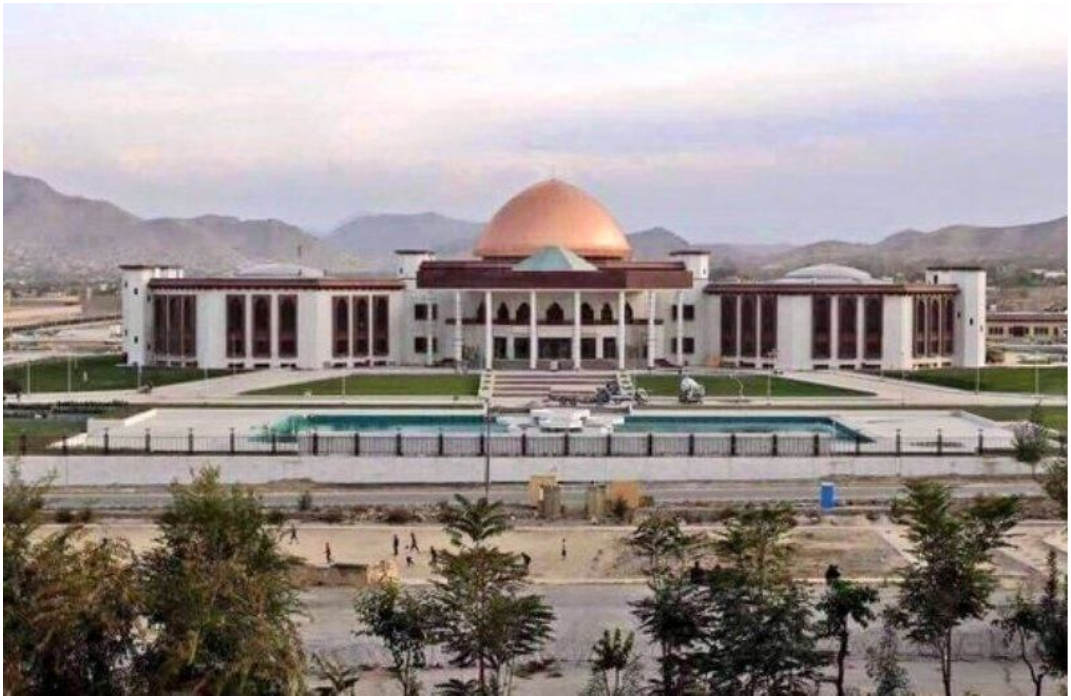


Figura 2 – Edifício da Assembleia Nacional do Afeganistão. Fonte: Hindustan Times.

Energia

A hidrelétrica de Salma, na província de Herat, é um dos maiores projetos desenvolvidos pela Índia no Afeganistão. Construída pela WAPCOS Ltd[3], empresa estatal indiana ligada ao Ministério dos Recursos Hídricos, a usina foi inaugurada em 4 de junho de 2016, em cerimônia que contou com a presença do primeiro-ministro indiano Narendra Modi e de sua contraparte afegã Ashraf Ghani. Num gesto para estreitar as relações entre os países, o nome oficial da represa foi alterado pelo Senado afegão para Represa da Amizade Afegano-Índia (Figura 3). A planta é capaz de gerar 42 Megawatts de energia, além de ter permitido a irrigação de 75.000 hectares de terra nos arredores.

O projeto em si não era novo. Seus estudos de viabilidade remontam à primeira metade do século XX. No entanto, a insegurança decorrente da intervenção

[3] Water and Power Consultancy Services Limited.

soviética no Afeganistão e, em seguida, da guerra civil suspendeu os planos de reconstrução, que só forem retomados após a derrubada do regime Taliban.

Contudo, o projeto teve a resistência do Irã, que temia que o represamento do rio Hari Rud reduzisse em até 73% o volume de água que chegaria ao Irã, a qual é utilizada para abastecer a população de sua porção oriental, como a cidade de Mashhad, a segunda maior do país. Porém, a dependência que Teerã tinha das importações de petróleo de Nova Delhi durante o período das sanções minimizou a oposição à represa (NADER et alii, p. 36).

Figura 3 – Usina Hidrelétrica da Amizade Afegano-Índia. Fonte: NDTV.

Saúde, Educação e Outros.

Na área da saúde, o projeto-piloto da Índia é o Hospital Pediátrico Indira Gandhi. Sua pedra fundamental foi posta pelo Rei Zahir Shah em companhia do vice-presidente indiano Zakir Hussain, em 1966, sendo inaugurado seis anos depois. É o único hospital do ramo no Afeganistão, e um dos mais bem equipados do país. Obras de expansão foram interrompidas pela guerra civil, e retomadas apenas

quando da derrocada do regime Taliban em 2003, para incluir um centro de tratamento de paralisia cerebral, e outro centro protético.

Além das missões médicas, a base aérea de Farkhor (ver Figura 1), reformada e adquirida pela Índia no Tajiquistão, era utilizada como um hospital de campanha para os guerrilheiros da Aliança do Norte na guerra contra o Taliban. Posteriormente o hospital foi fechado, e reaberto na cidade de Qurga Teppa sob o nome de Hospital da Amizade Índia-Tajiquistão, o qual atende militares e civis.

Mas mesmo as missões humanitárias mais nobres não escapam da violência terrorista. Um atentado em 2010 contra uma pensão habitada por estrangeiros matou 9 indianos, alguns dos quais eram médicos do hospital Indira Gandhi.

Projetos de educação também recebem atenção da Índia como forma de prevenir que jovens caiam no discurso radical islâmico, e como forma de garantir a influência da Índia sobre a classe dirigente afegã. A tradicional escola de Habibia, onde estudaram muitos membros da elite nacional, como o atual presidente Ashraf Ghani, os ex-presidentes Hamid Karzai e Mohammad Najibullah, e o ex-rei Zahir Shah, foi reformada pela Índia a um custo de US$ 5 milhões e reinaugurada em 2005 com a presença de Karzai e do então primeiro-ministro indiano Mamohan Singh.

Nessa área a Índia ainda concede todos os anos 500 bolsas para afegãos nas universidades indianas, garantido a qualificação de profissionais para diversas áreas, bem como a instrução da elite, e tornando a Índia uma referência em desenvolvimento. Karzai, por exemplo, pós-graduou-se em Relações Internacionais pela Universidade de Himachal Pradesh.

Os projetos aqui apresentados são apenas os de mais destaque. Além desses, há uma série de outros menores, cujos orçamentos são de menos de um milhão de dólares, e de rápida implantação (até um ano), nos mais diversos setores, como agricultura, saúde, educação, treinamento vocacional, etc. (MINISTRY OF EXTERNAL AFFAIRS, p. 26). No total, os vários projetos de assistência indiana, nos mais diversos níveis, podem ser visualizados no mapa abaixo (Figura 4).

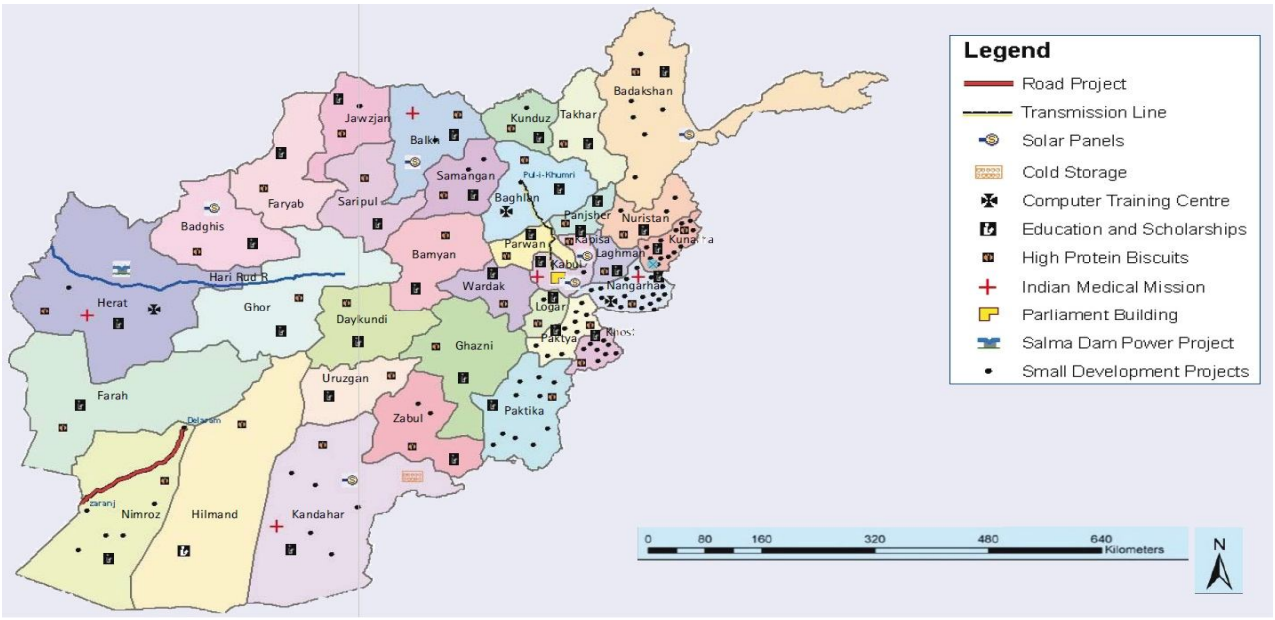


Figura 4 – Mapa da Assistência Indiana ao Afeganistão. Fonte: MINISTRY OF EXTERNAL AFFAIRS, pp. 22-23.

Conclusão

Dada a existência de forças nucleares entre os *players* principais da Ásia Meridional (China, Índia e Paquistão), estes se sentem dissuadidos a utilizar o *hard power* contra os adversários. O *soft power* se torna numa opção política mais viável para fazer aliados, provocando uma 'guerra desenvolvimentista' que beneficia os países mais pobres da região.

No entanto, da mesma maneira que o *hard power* é desigual, o *soft power* também é. O estado chinês é mais rico e mais ágil que o indiano, que por sua vez também o é em relação ao paquistanês. Para compensar essa defasagem, a guerra irregular aparece como alternativa, em que poderes econômicos concorrentes mobilizam seus *proxies* para criar um ambiente de insegurança que atrapalhe, retarde ou paralise obras de infraestrutura cujo impacto no cenário estratégico afete seus interesses econômicos. Os ataques dos talibans contra projetos indianos no Afeganistão, os ataques de milícias baluques nacionalistas no Baluquistão

paquistanês contra obras chinesas, ou os ataques de baluques islamistas no Baluquistão iraniano contra alvos indianos, são exemplos de violência contra *soft powers* adversários na região.

Dentro da SAARC, o Afeganistão pode ser considerado o país mais promissor, após a Índia. Isto porque os problemas políticos com o Paquistão limita o comércio entre eles, e o Bangladesh, apesar de seus mais de 100 milhões de habitantes, é um país predominantemente rural e pobre. O Afeganistão, embora não seja tão populoso, com seus recursos naturais e localização estratégica, apresenta alto potencial comercial para a Índia no interior do bloco, e o *soft power* indiano visa a alavancar ao máximo esse potencial de intercâmbio econômico.

Ao mesmo tempo em que busca garantir sua parcela nos negócios da reconstrução, a Índia utiliza o Afeganistão como uma vitrine de seu *soft power* para o mundo. Tal política também objetiva a combater o fundamentalismo islâmico, que Nova Delhi considera a ameaçar na Caxemira. Impossibilitada de utilizar seu *hard power* para combater grupos terroristas islâmicos no Afeganistão, ou mesmo vender equipamentos militares pesados para que Cabul o faça, posto que o assunto é sensível nas relações com o Paquistão, uma vez que este considera estar sendo cercado e ameaçado por tal movimento dos estados vizinhos, a política do *soft power* indiano surge como opção não perigosa para a segurança de Islamabad.

Considere-se ainda que poder ideológico também é *soft power*, e que neste quesito, o Paquistão possui influência maior sobre grupos islâmicos no Afeganistão do que a Índia secular e hinduísta. Nesse caso o *soft power* indiano visa a promover o progresso social afegão na esperança de esvaziar as fileiras de grupos terroristas islâmicos de jovens miseráveis cativados pelo discurso radical religioso.

Bibliografia

HANAUER, Larry; CHALK, Peter. **India's and Pakistan's Strategies in Afghanistan: implications for the United States and the region**. RAND, 2012.

HINDUSTAN TIMES. **Modi inaugurates new Afghan Parliament built by India in Kabul**. 25 de dezembro de 2015. Disponível em: http://www.hindustantimes.com/india/modi-in-kabul-pm-meets-ghani-to-inaugurate-afghan-s-parl-building/story-wua2CtN8gj4IQsRnmNknHM.html - Acesso: 12/10/2015.

KHAAMA PRESS. **Afghan Parliament reject reserved seat for Hindu/Sikh minority**. 14 de dezembro de 2013. Disponível em: http://www.khaama.com/afghan-parliament-reject-reserved-seat-for-hindusikh-minority-2617 - Acesso: 15/09/2016.

_____. **First Afghan Hindu appointed Afghanistan's special envoy**. 08 de maio de 2014. Disponível em: http://www.khaama.com/first-afghan-hindu-appointed-afghanistans-special-envoy-8044 - Acesso: 15/09/2016.

MINISTRY OF EXTERNAL AFFAIRS. **India and Afghanistan: a development partnership**. Government of India. Disponível em: http://www.mea.gov.in/Uploads/PublicationDocs/176_india-and-afghanistan-a-development-partnership.pdf - Acesso: 09/09/2016.

NADER, Alireza; SCOTTEN, Ali G.; RAHMANI, Ahmad Idrees; STEWART, Robert; MAHNAD, Leila. **Iran's Influence in Afghanistan: implications for the US drawdown**. RAND, 2014.

NDTV. **Afghan Senate thanks India for construction of Friendship Dam**. 12 de junho de 2016. Disponível em: http://www.ndtv.com/india-news/afghan-senate-thanks-india-for-construction-of-friendship-dam-1418225 - Acesso: 12/10/2016.

REGIANI, Rafael. A Fronteira Terrestre de um Império Marítimo. **Revista Geonorte**, Edição Especial 3, v.7, n.1, pp. 914-932, 2013.

_____. “O Estado-tampão: nova geopolítica ou novas fronteiras?” In: III GEOFRONTERAS. Universidad Nacional de Itapúa (UNI), Encarnación (Paraguay), 8 a 10 de setembro de 2015, pp. 1-17. Disponível em: http://humanidades.uni.edu.py/wp-content/uploads/2015/09/13-RAFAEL-REGIANI1.docx

Perfil das Migrações Internacionais Contemporâneas para o Brasil: o Papel das Fronteiras Terrestres[1]

Perfil de las migraciones internacionales para Brasil: el papel de las fronteras terrestres

Roberto Rodolfo Georg Uebel
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Pesquisador do Laboratório Estado e Território (LABETER/UFRGS) e do Laboratório de Estudos Internacionais (LEIn/UFSM).
E-mail: roberto.uebel@ufrgs.br

Aldomar Arnaldo Rückert
Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Pesquisador-Líder do Laboratório Estado e Território (LABETER/UFRGS)
E-mail: aldomar.ruckert@gmail.com

Resumo: A partir de 2010 o Brasil registrou dois *booms* imigratórios e um crescimento dos fluxos migratórios internacionais acima das projeções dos órgãos oficiais e da própria academia. Neste ínterim, verificou-se que pela primeira vez na história territorial brasileira, as fronteiras terrestres – em especial da Região Norte e Centro-Oeste – passaram a ter um papel fundamental nas imigrações e na própria gestão migratória brasileira como uma política pública governamental e estatal. Assim, este trabalho discorre sobre o perfil das migrações internacionais para o país a partir do ano de 2013, atualizando e complementando a pesquisa prévia apresentada no 1º CONGEO, utilizando-se das abordagens metodológicas das redes migratórias e dos instrumentais da cartografia temática. Discorre-se ainda o papel das fronteiras terrestres brasileiras nestes novos fluxos imigratórios, exigindo

[1]Este trabalho é parte da dissertação de mestrado de um dos autores, Roberto Rodolfo Georg Uebel, que pode ser consultada nesta página: http://hdl.handle.net/10183/117357.

os princípios do ordenamento do território e integração institucional vis-à-vis as problemáticas e desafios decorrentes deste fenômeno.

Palavras-chave: Perfil. Migrações Internacionais. Brasil. Fronteira.

Resumen: A partir del año 2010, Brasil ha registrado dos *booms* inmigratorios y un crecimiento de los flujos migratorios internacionales arriba de las proyecciones de los órganos oficiales y de la propia academia. Así, se ha observado que, por primera vez en la historia territorial brasileña, las fronteras terrestres – especialmente de las regiones norte y centro oeste – ganaron un papel fundamental en las inmigraciones y en la propia gestión migratoria brasileña como una política pública gubernamental y estatal. De este modo, este trabajo discute acerca del perfil de las migraciones internacionales para el país a partir del año 2013, actualizando y complementando la investigación previa presentada en el Primer CONGEO, utilizándose de los abordajes metodológicos de las redes migratorias y los instrumentales de la cartografía temática. Se debate aún el papel de las fronteras terrestres brasileñas en estos nuevos flujos inmigratorio, que exigen los principios del ordenamiento del territorio y de la integración institucional *vis-à-vis* las problemáticas y desafíos decurrentes de este fenómeno.
Palabras-clave: Perfil. Migraciones Internacionales. Brasil. Frontera.

Introdução

O tema que se apresenta para este trabalho decorre das transformações e repercussões do cenário socioespacial contemporâneo do Brasil face às transformações demográficas, econômicas e políticas no espectro maior do cenário global. As migrações internacionais para o país vêm ganhando singular destaque desde que Bacha e Klein (1989) apontaram o ano de 1985 como divisor de águas nas relações do Brasil com as escalas globais (em rede) em diversas questões setoriais, como desde a reabertura à democracia no país e a nova caracterização do território brasileiro para o recebimento de imigrantes estrangeiros.

Assim, este cenário que completa três décadas, acarretou em transformações muito significativas nas relações do indivíduo brasileiro e do imigrante chegado com o espaço social do próprio país, possibilitando neste espaço – tanto na concepção social como territorial – a aferição de novas territorialidades de imigrantes, aqui como atores do processo imigratório, que replicaram em graus diferentes, suas especificidades e processos – vide-se novamente o caso dos imigrantes haitianos e senegaleses, conforme apontado por Uebel (2015).

As razões que levaram a este deslocamento de pessoas em um crescimento verificado ao longo das últimas três décadas foram motivadas especialmente pela própria transformação das relações e escalas em nível internacional, tendo-se, por exemplo, questões de conflitos étnicos e civis, desastres naturais, condições econômicas e laborais como repercussões e "fomentadoras" de tal processo em uma escala global, que se relacionam em uma escala nacional com questões do uso do espaço brasileiro (tanto de corte social como territorial-geográfico), fronteiras e política setorial de imigração com repercussões territoriais e, diretamente, nas escalas regionais com questões de trabalho, assistência social e outras temáticas pertinentes à imigração.

Estas escalas e redes relacionam-se dentro deste cenário, mais recentemente descrito pela obra *Perfil Migratório do Brasil 2009*, de autoria do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil com a Organização Internacional para as Migrações (OIM) (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES, 2009), que em relação com o referencial teórico e literatura recente sobre o tema, fornecem lacunas a serem estudadas para responder questões importantes sobre este novo e contemporâneo panorama (cenário) das migrações internacionais para o Brasil e seu perfil socioespacial e demográfico; ademais de considerar seus atores e cenários regionais, que por meio destas escalas e redes, permitem a compreensão das questões locais/regionais que levam a uma inferência sobre a sua situação em nível nacional.

Com a expansão do capitalismo internacional nas duas últimas décadas do século XX e sua estabilização nos países dito centrais, bem como seu crescimento atrativo nos países ditos periféricos na primeira década do século XXI, inúmeras

especificidades tomaram espaço e ganharam destaque nas esferas econômica, social, política e também geográfica.

Dentre as especificidades, o crescimento populacional e a expansão demográfica, aliados à procura cada vez maior por melhores condições laborais, de vida e bem-estar, colocaram em voga novamente um assunto que era recorrente entre o final do século XIX e a ebulição da Segunda Guerra Mundial e *a posteriori* tornou-se esquecido ou subjugado a pontualidades nacionais restritas: as migrações internacionais.

Porém, essas migrações de ordem econômica também ocorrem entre os diferentes países, o que constitui outro traço do desenvolvimento do capitalismo, dado que este se desenvolve de forma distinta entre os países(CARDOSO; FALETTO, 1977). A história recente não poderia ser bem entendida se não fosse considerada a interação entre os países por meio das suas populações, estas e seus movimentos migratórios aqui entendidos como uma conseqüência da expansão dos investimentos, do comércio e da ampliação territorial por parte do Estado. A própria identidade de muitos deles, a sua constituição como nação, foi um produto do movimento internacional de diferentes povos.

Inserido nesta seara das novas migrações internacionais, o Brasil, que recebeu perto de cinco milhões de imigrantes entre 1819 e fins da década de 1940 (SANTOS, 2010) e posteriormente estagnou e recebia apenas refugiados judeus, sírios, libaneses e palestinos em sua maioria, apresentara nas últimas duas décadas, com enfoque especial nos Censos de 2000 e 2010, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, um crescimento expressivo no número de imigrantes autorizados, não-autorizados e refugiados. Estes escolhem o país por distintas questões, porém, com distinção especial às oportunidades de trabalho, ainda que sejam análogos à escravidão em alguns casos (RANINCHESKI; UEBEL, 2014).

Assim, a retomada dos fluxos imigratórios no século XXI ao Brasil começa a tomar uma linha de frente já abordada por autores como Zamberlam *et al.* (2009), que também torna incipiente o interesse da mídia e da sociedade sobre estas novas

levas de imigrante que adentram ao território brasileiro anualmente, trazendo-se as relações e indagações abaixo:

- Quais as motivações que incitam os grandes fluxos migratórios que aportam no território brasileiro nas últimas duas décadas;
- Quais são as principais regiões brasileiras que recebem este fluxo migratório;
- Quais são os principais grupos de imigrantes que escolhem o território brasileiro e sua relação com as questões de trabalho, refúgio, desenvolvimento econômico, crescimento demográfico, etc.;
- As repercussões destes grupos imigratórios na sociedade e economia brasileira.

Portanto, neste trabalho apresentar-se-á o panorama imigratório no Brasil após o ano de 2013, com enfoque nos dados fornecidos[2] pelo Ministério do Trabalho e Emprego, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Polícia Federal, que foram compilados e cartografados para a obtenção de uma expressão real do *outlook* imigratório brasileiro, que apresentava até o final de 2015 um número de quase dois milhões de imigrantes.[3]

Perfil das migrações internacionais para o Brasil na contemporaneidade: o novo *boom* imigratório e o país das novas migrações

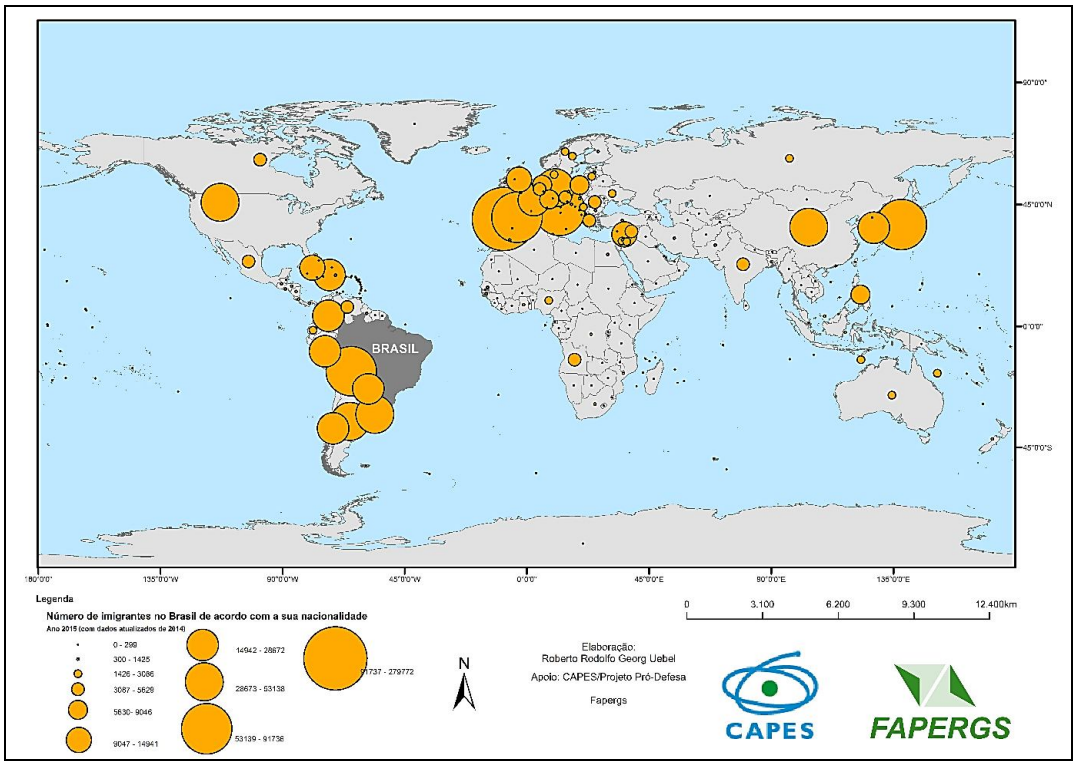
Se o ano de 2010, conforme apontam Uebel e Rückert (2016), já apresentava um *boom* imigratório e indicava um aumento expressivo dos fluxos imigratórios em

[2] Ressalta-se que os dados migratórios passam por constantes mudanças nas searas institucionais e metodológicas, não estando este trabalho, portanto, isento de variações futuras quanto à forma de se mensurar os fluxos migratórios no Brasil. Ademais, devido à conturbada situação política no Brasil, que levou à destituição da presidente democraticamente eleita, Dilma Rousseff e ascensão do governo ilegítimo de Michel Temer – interinamente em maio de 2016 e definitivamente a 31 de agosto do mesmo ano –, muitas instituições sofreram alterações em seus nomes e atuações, inclusive o Ministério do Trabalho. Como o período de análise deste trabalho compreende os últimos dois governos democráticos, optou-se por manter os nomes destas intuições como prevaleciam à época.

[3] Estes dados foram obtidos junto aos órgãos oficiais por meio da Lei de Acesso à Informação. Todos os dados foram tabulados e compilados pelo autor, encontrando-se disponíveis para livre consulta neste link: https://www.dropbox.com/sh/fg7dq7xq6gj2049/AAC0bhS-eurv0vpTHSeBfjIta?dl=0.

direção ao Brasil, o biênio 2013-2014 registrou o maior ingresso e número de imigrantes desde a década de 1930 e só é menor que o maior fluxo da história brasileira, que compreende o período de 1870-1930 – as décadas das grandes imigrações, de alemães, italianos e japoneses em sua maioria – com 2,5 milhões de imigrantes à época (BRITO, 2014); em 2013 ingressaram 65.654 imigrantes, em 2014 chegaram 1,13 milhões de imigrantes e em 2015 esse número tivera um recuo de 50% – número que ultrapassa o somatório dos últimos dez anos – e o número atual de imigrantes no Brasil é de cerca de 2,1 milhões de imigrantes, população maior que 90% das capitais brasileiras.

Portanto, o panorama imigratório contemporâneo do Brasil é este: os imigrantes representam já 1% da população total do Brasil, maior cifra desde o período colonial brasileiro que remonta aos séculos XVI a XVIII. Cifras grandes representam também panoramas ampliados e uma reconfiguração dos grupos imigratórios que chegam ao Brasil na última década, conforme se observa no Mapa 1 as procedências dos imigrantes no ano de 2015 com dados atualizados de 2014.



Mapa 1 – Mapa de nacionalidade dos imigrantes no Brasil no ano 2015 (com dados atualizados de 2014).

Elaborado pelos autores.

Se até 2010 as nacionalidades que representavam os maiores contingentes imigratórios no Brasil eram aquelas que provinham de países em crise econômica ou instabilidade social e laboral, a situação em entre 2014 e 2015 tem uma representação gráfica distinta e desafiadora à análise geográfica-estatística:

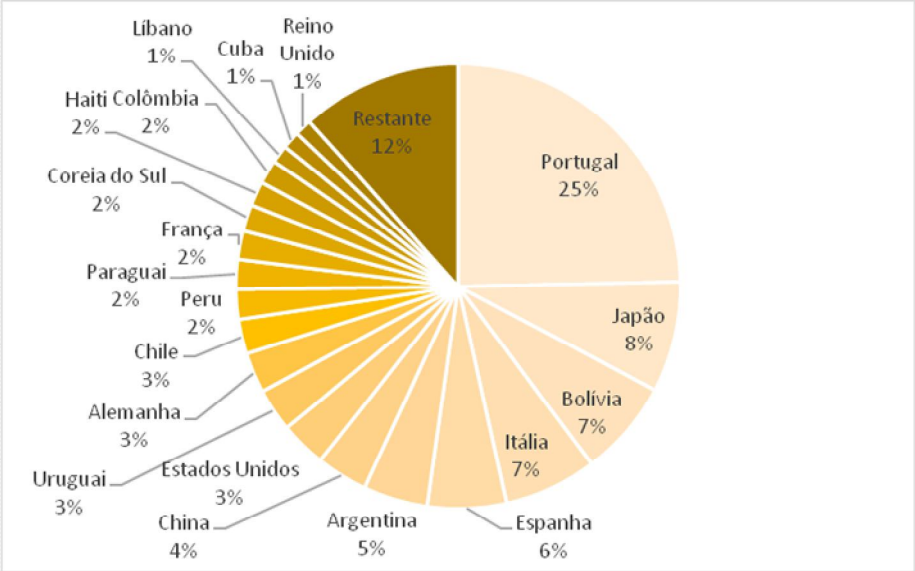


Gráfico 1 – Representação percentual dos maiores grupos imigratórios no Brasil no ano de 2015.

Fonte: Polícia Federal e Ministério do Trabalho e Emprego – Dados compilados e tabulados pelos autores.

A interpretação que se faz acerca da queda de posições das nacionalidades é agrupada e leva em consideração o cenário internacional e suas mudanças políticas e econômicas nos últimos anos. Por exemplo, a queda de posições – mas não no número de imigrantes em relação aos outros anos – de imigrantes de nacionalidade estadunidense e britânica deve-se ao fato da recuperação econômica e dos índices

de emprego e crescimento verificados naqueles países após o ano 2010, ainda embora que estes fluxos se mostrem estáveis para o Brasil.

Novamente os imigrantes de nacionalidade portuguesa, italiana e espanhola chamam a atenção, ao somarem 38% do número total de imigrantes nestes dois últimos anos, em uma situação contrária aos britânicos e norte-americanos, por exemplo, já que estes três países, apresentaram uma piora nos quadros de desemprego – principalmente entre jovens – que levaram a *mass migration* em direção a países como o Brasil e Argentina.[4]

Outros grupos tradicionais de imigrantes, como bolivianos e japoneses, também teve um aumento na composição imigratória do Brasil para o período em análise. No caso dos bolivianos, deve-se ao fato da implantação de acordos de cooperação nas matérias de imigração e trabalho entre o Brasil e a Bolívia, país este que embora apresente um crescimento econômico maior que o Brasil, ainda não consegue responder à sua demanda interna por emprego, exportando imigrantes para seus vizinhos, Brasil, Argentina e Paraguai, sendo que o Brasil lidera neste ranking.

Já no caso da nacionalidade japonesa, a explicação do aumento considerável de imigrados se deve ao fato do retorno daqueles que haviam emigrado para o Japão até o início da crise econômica internacional, coincidente também com o terremoto de 2011 que atingiu boa parte do território japonês; portanto, não se pode ignorar também as *motivações ambientais*[5] para o aumento da imigração japonesa – no caso, uma migração de retorno ou, ainda, uma remigração.

[4] No intervalo dos últimos dez anos, o número de imigrantes que obtiveram visto de residência permanente na Argentina aumentou 660%, segundo dados da Diretoria Nacional de Migrações. Em 2004, foram menos de 18 mil. Em 2013, o número superou 138 mil. No período, cerca de 807 mil imigrantes conseguiram o papel, com o qual podem trabalhar legalmente e ter acesso aos benefícios sociais. Em um país com 40,1 milhões de habitantes, isso representa 2% da população.

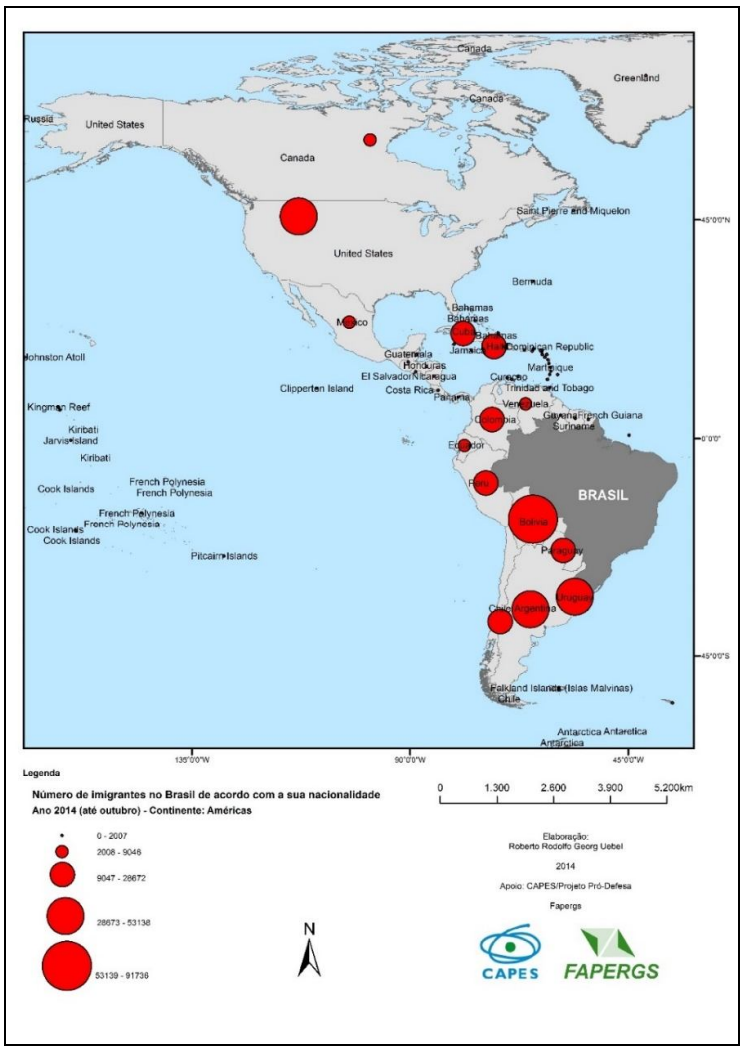
[5] Há um grande debate contemporâneo na academia sobre até que ponto as intempéries ambientais, ecológicas e a força da natureza podem ser consideradas como uma motivação para emigrar ou solicitar refúgio em outro país. Afim de tomarmos um posicionamento nesta pesquisa, defendemos que tais motivações oriundas do meio ambiente e da natureza podem sim ser consideradas como uma arguição para emigrar ou para o refúgio. As obras *Climate change, environmental degradation and migration*, de Karoline Popp (2012), e *Migration and climate change*, de Oli Brown (2008), são referência nas temáticas de imigrações ambientais.

Destarte, destaca-se nesta nova configuração imigratória do Brasil, o crescimento considerável dos novos fluxos, entre eles, de haitianos, libaneses, colombianos, cubanos – apesar do programa de *importação* de profissionais de saúde cubanos do governo brasileiro aumentar a população desta nacionalidade no Brasil, o número de imigrantes de lá também cresceu nos últimos quatro anos, em virtude do afrouxamento das leis imigratórias de Cuba no governo de Raul Castro –, filipinos, indianos, angolanos, nigerianos, senegaleses, sírios e outras nacionalidades não tradicionais, que antes emigravam para países da União Europeia, Austrália e Nova Zelândia e também Estados Unidos.

Assim, este período configura e consolida o Brasil no cenário internacional como um receptor de todos os grupos imigratórios principais, que antes eram exclusivos aos países do Hemisfério Norte, conforme já citado, e caracteriza-o como o pólo mais atrativo de imigração da década, a frente de nações mais centrais como Austrália, Nova Zelândia e Canadá. Das 203 nacionalidades aferidas, apenas nove países de pequena expressão não têm imigrantes em território brasileiro; em 2000 eram 63 nacionalidades não representadas e em 2010 eram 23.

Este segundo *boom* imigratório surpreende pelo fato de ser exponencialmente maior que não apenas aos tradicionais receptores de imigrantes, mas também aos próprios indicadores e recordes brasileiros e por atrair 91% de todas as nacionalidades, não se restringindo apenas a uma região geográfica ou concentração continental.

Nos mapas a seguir, destacar-se-á por continente quais as nacionalidades que mais possuem imigrantes no Brasil, além de uma breve análise conjuntural das motivações e repercussões destas migrações.



Mapa 2 – Mapa de nacionalidade dos imigrantes no Brasil provenientes do continente americano e Caribe.

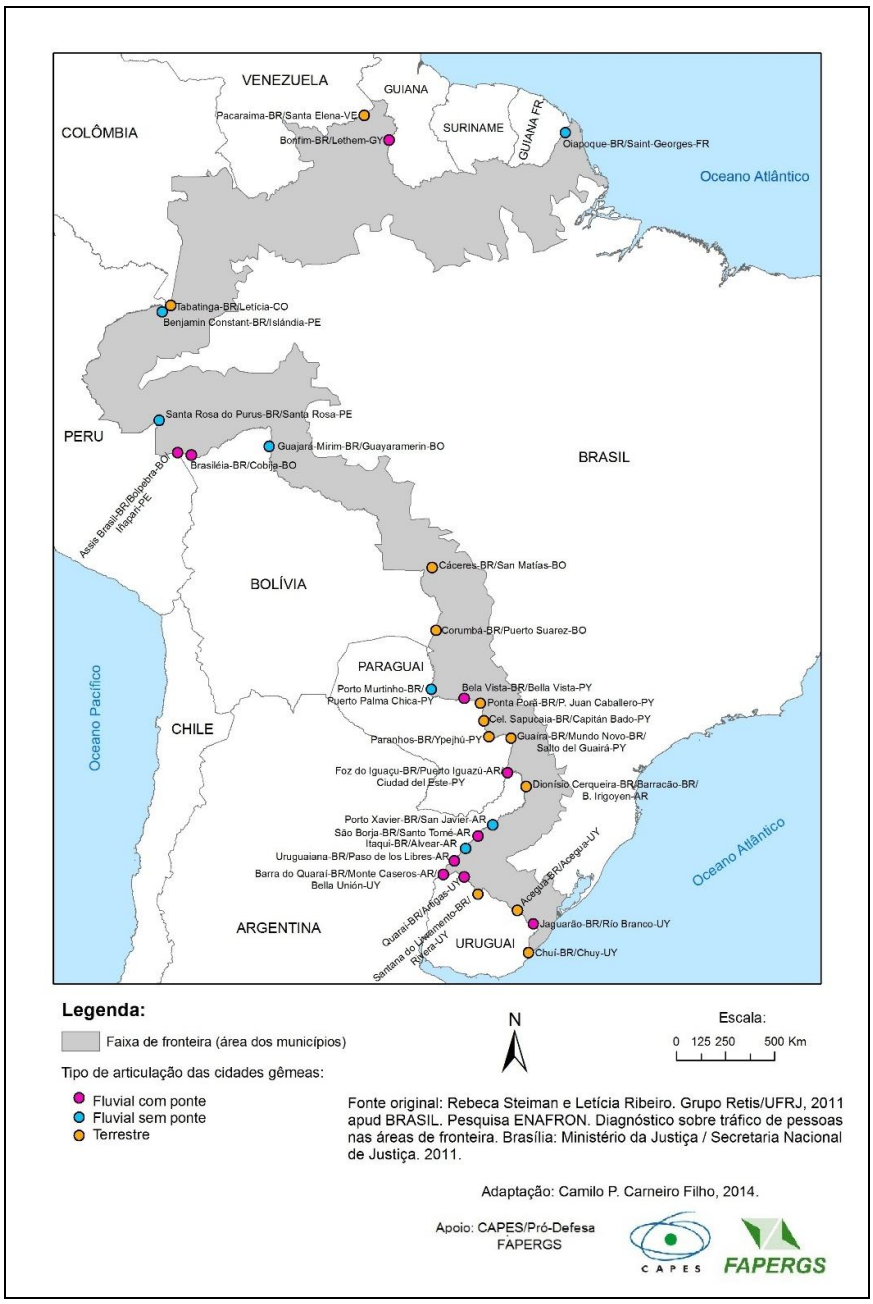
Elaborado pelos autores.

No Mapa 2, é possível observar que os grupos migratórios mais presentes no Brasil de origem do continente americano são os bolivianos, argentinos, uruguaios, haitianos, cubanos e estadunidenses, ao passo que os de origem centro-americana e caribenha destinam-se em sua maior parte aos outros dois *polos de atração imigratória* do grande continente: Estados Unidos e México.

Conforme já citado anteriormente, o Brasil atrai estes fluxos em quatro diferentes grupos que assim interpretou-se, de acordo com estas motivações: Grupo 1 (bolivianos) em virtude das instabilidades econômicas, laborais e sociais vividas

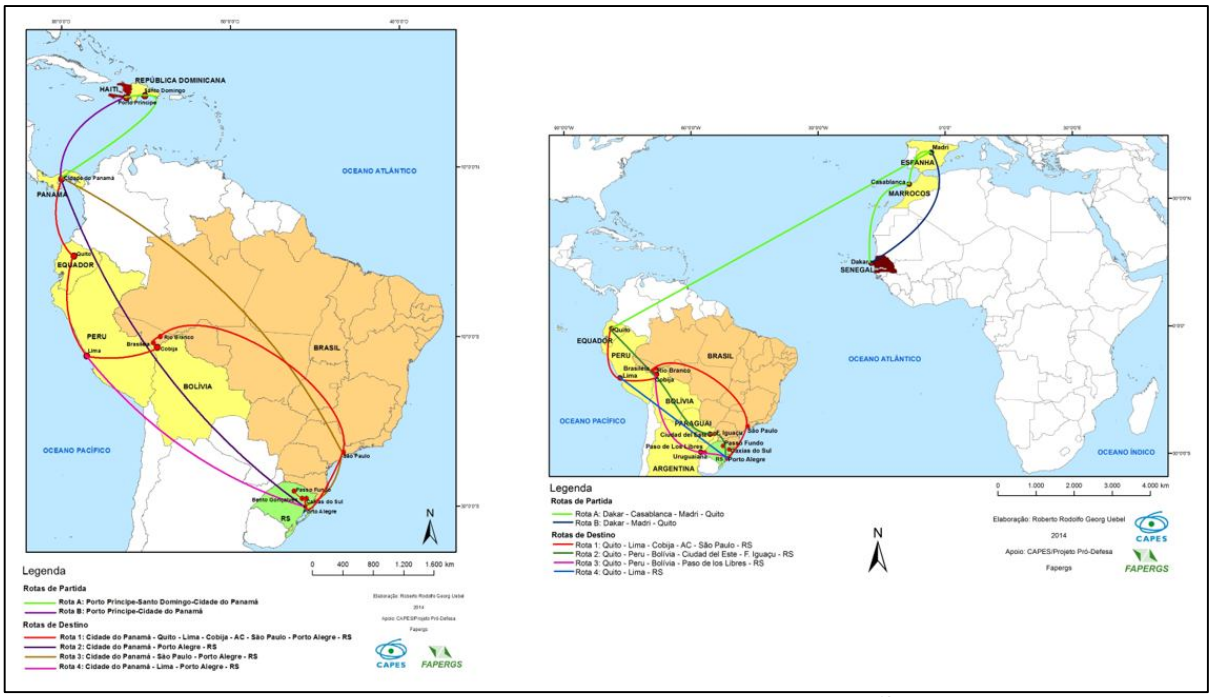
naquele país, além do emprego destes em confecções e indústrias de mão de obra barata no Brasil (muitas vezes sob forma de trabalho escravo e ilegal); Grupo 2 (argentinos, uruguaios e em menor proporção os andinos – chilenos, peruanos e colombianos): imigram para o Brasil como conseqüência da atratividade econômica do país exclusivamente nas áreas de indústria, finanças e ensino, ou seja, uma mão de obra mais qualificada, combinada com o desempenho econômico fraco aliado aos baixos índices de emprego naqueles países; Grupo 3 (haitianos e cubanos): a hipótese que mais aceitável é que dada a inserção do Brasil nestes dois países e *propaganda* e atuação do país por meio de sua Missão de Paz no Haiti e do Programa Mais Médicos com a contratação de profissionais de saúde cubanos, o país tornou-se uma atração alternativa aos destinos tradicionais destes imigrantes, antes o México e os Estados Unidos, aliada a uma *rede* de imigração consolidada por parte dos haitianos e afrouxamento das leis emigratórias de Cuba; Grupo 4 (estadunidenses): apesar de ainda constituírem um considerável contingente imigratório no Brasil – e estarem fortemente representados no Mapa 2 – este grupo vem diminuindo sua presença em relação aos demais fluxos, em virtude da recuperação econômica e conseqüente retomada da criação de empregos nos Estados Unidos, arguindo um dos principais processos de remigração da história brasileira-norte-americana.

E é justamente a migração de latino-americanos e africanos que destaca o papel das fronteiras terrestres nestes processos: como partícipes e meio de ingresso no território brasileiro, totalmente diferente das circunstâncias das migrações históricas em direção ao país entre o final dos séculos XIX e metade do século XX. O Mapa 3 apresenta a Faixa de Fronteira do Brasil, onde podemos observar os pontos em que ingressam estes grupos migratórios, representados no Quadro 1 com os mapas das rotas dos imigrantes haitianos e senegaleses, a fim de exemplificar este fenômeno de “novo papel das fronteiras terrestres” nas migrações para o Brasil, antes restritas – quanto ao ingresso – às fronteiras marítimas e aeroportos.



Mapa 3 – Faixa de Fronteira do Brasil.

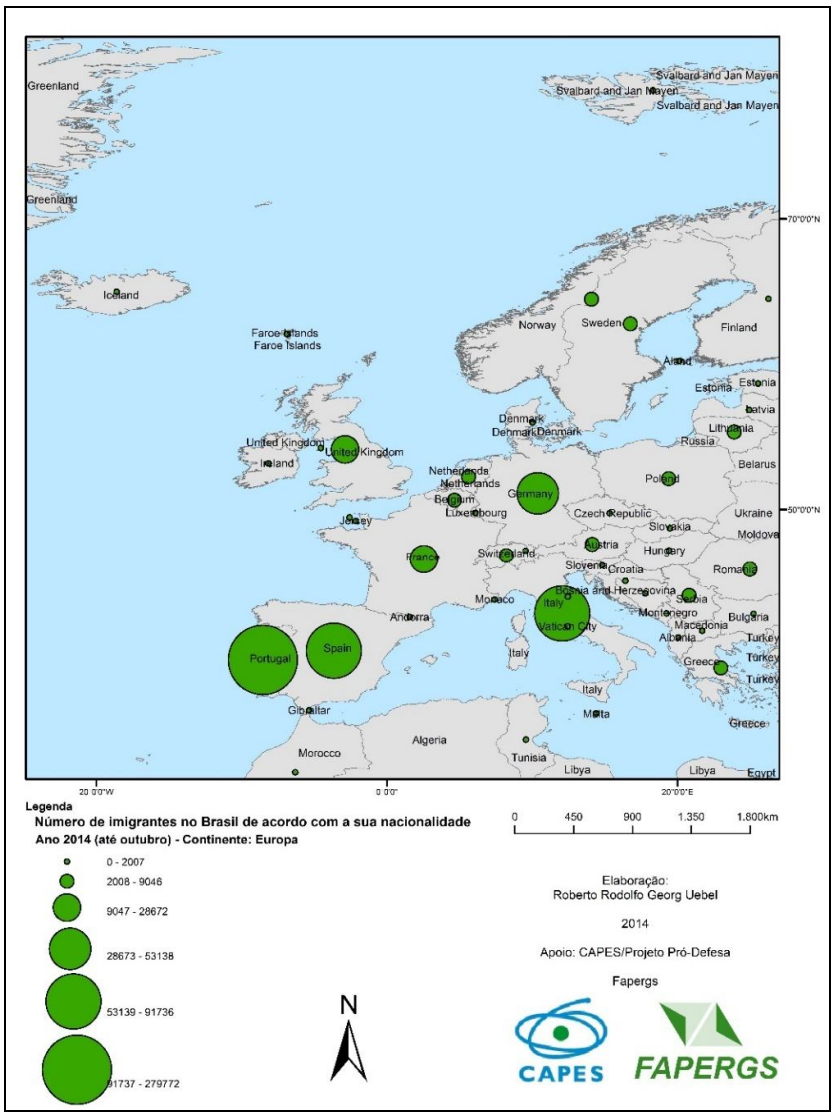
Fonte: Carneiro Filho (2016).



Quadro 1 – Rotas dos Haitianos e Senegaleses em direção ao Brasil

Fonte: Uebel (2015).

No Mapa 4 apresenta-se a proporção dos imigrantes em território brasileiro de acordo com sua origem do continente europeu:



Mapa 4 – Mapa de nacionalidade dos imigrantes no Brasil provenientes da Europa.

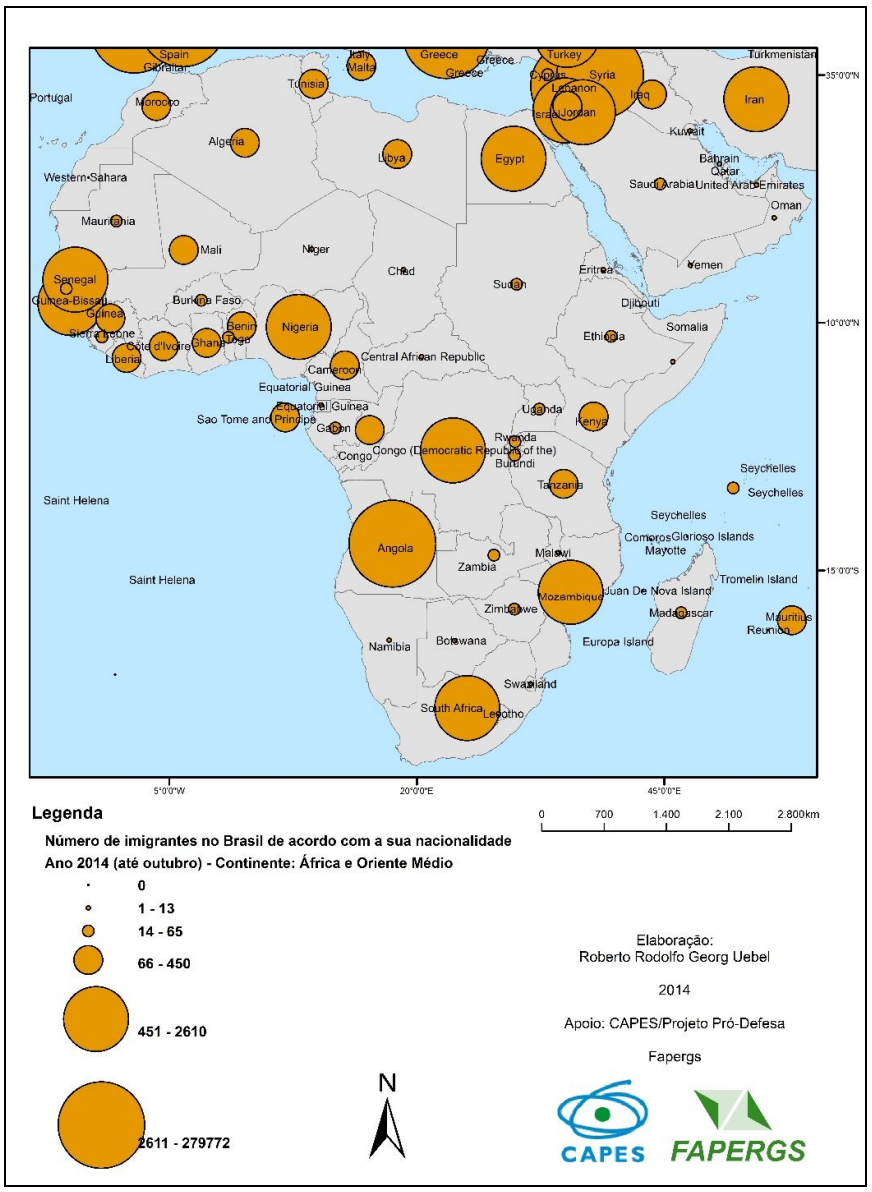
Elaborado pelos autores.

Os imigrantes de origem européia no Brasil continuam representando um contingente populacional ativo e considerável, principalmente ao observar-seos países que mais sofreram com a última crise econômica e laboral europeia: Portugal, Espanha e Itália e em menor parte os de origem francesa, alemã e britânica, além dos cipriotas. Como a crise européia ainda está em curso, acredita-se que estes fluxos citados continuem até o momento em que a situação econômica

e laboral brasileira atingir o seu ponto ótimo ou de inflexão, isto é, o momento em que retornar à Europa tornar-se-á mais barato e lucrativo do que permanecer trabalhando no Brasil.

Outro ponto interessante dos fluxos imigratórios provenientes do continente europeu, é o fato de que o Brasil não absorveu ou atraiu os grupos de imigrantes do leste europeu, que continuam emigrando em massa para a o *core* da União Européia, ou seja, Alemanha, França e Grã-Bretanha. Contudo, os imigrantes de origem ucraniana parecem repetir os fluxos após a Guerra da Crimeia em direção ao Brasil: os fluxos de ucranianos com direção ao Brasil aumentaram consideravelmente após as tensões entre Kiev e Moscou no início de 2014.

Já o Mapa 5 apresenta a conjuntura e fluxos migratórios de indivíduos do Oriente Médio e da África em direção ao Brasil, regiões que apresentaram um crescimento dos fluxos emigratórios muito considerável nos últimos anos, em direção ao Brasil e Europa, em virtude de tensões geopolíticas e econômicas:



Mapa 5 – Mapa de nacionalidade dos imigrantes no Brasil provenientes da África e Médio Oriente.

Elaborado pelos autores.

Pode-se afirmar que a África se apresenta, pelo menos nas duas últimas décadas, como o principal polo emissor de imigrantes para o Brasil em uma proporção de crescimento em relação aos demais continentes. Também é um

continente que apresenta situações opostas e questionadoras acerca da origem dos imigrantes.

À exceção de Moçambique e da África do Sul, os países que mais enviam imigrantes para o Brasil no continente africano são os da costa oeste, isto é, aqueles voltados para o Atlântico e que tradicionalmente emigram para a União Europeia e em cifras menores para os Estados Unidos e Canadá.

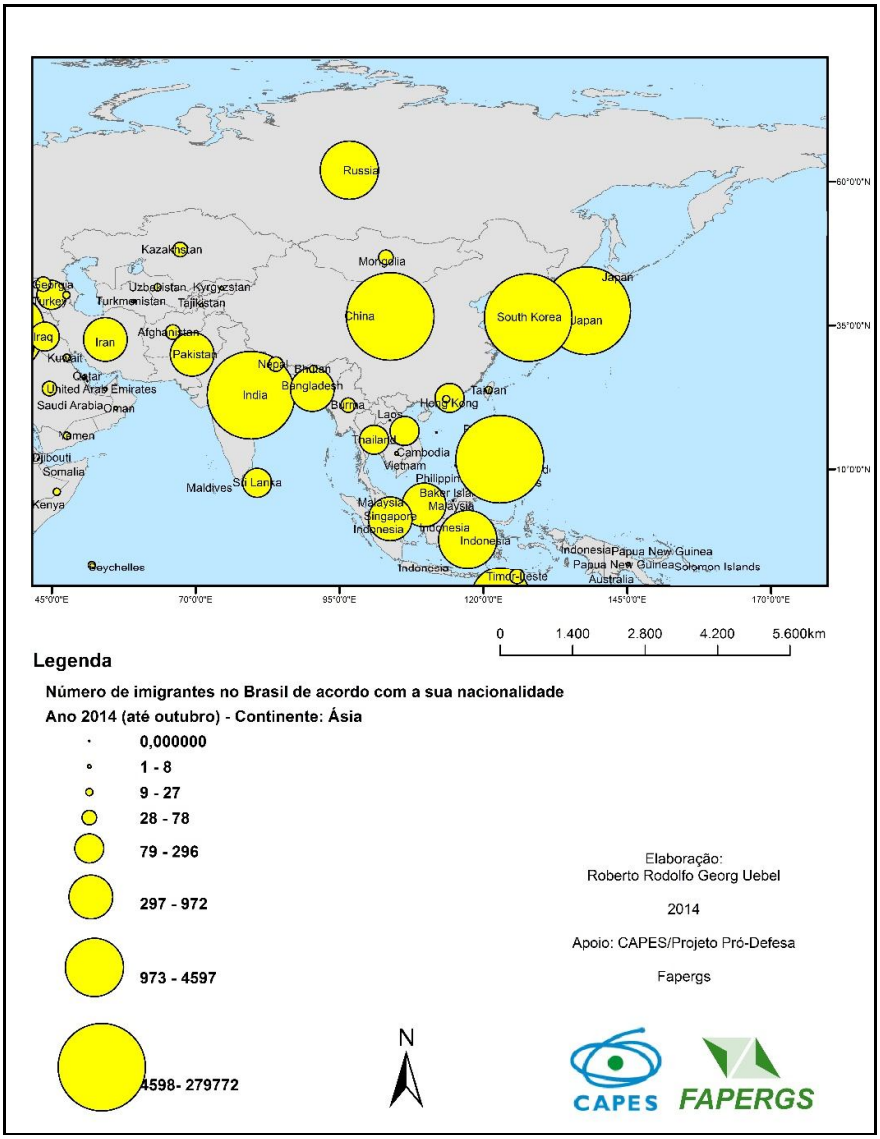
Além da proximidade linguística entre o Brasil e os países da costa oeste africana – onde em sua maioria se fala o português e o francês –, o que justifica este crescimento dos fluxos imigratórios de africanos é a formação das *redes* – facilitadas pelas ligações aéreas diretas com o Brasil – de contatos entre os próprios imigrantes, em grande parte com formação superior, conhecimento de mais de duas línguas, profissionais liberais e que buscam no Brasil um *mix* de atividade laboral com todas as garantias legais – uma situação raramente verificada em seus países de origem – além de oportunidade de ensino gratuito e ponto de partida para outros países posteriormente, como Estados Unidos e Canadá.

Portanto, propõe-se um termo específico para definir esta imigração em massa de africanos, ainda que seja numericamente menor que a de outras nacionalidades americanas e européias: o *Brazilian dream*, ou seja, o sonho, objetivação de alcançarem condições laborais melhores aliadas ao crescimento pessoal acadêmico e estabilidade financeira, embora muitos exerçam atividades informais como camelôs, por exemplo, grande parte está empregada em indústrias pesadas, comércio, serviços e até mesmo sendo contratados por pequenos empreendedores.

Oriundo deste mapa, ressalta-se ainda que a migração de cidadãos do Oriente Médio obedece majoritariamente uma migração forçada, em muitos casos, o refúgio, em virtude da instabilidade geral naqueles países, tais como Palestina, Síria, Egito, Irã e Líbano, Estados cujos nacionais já estão integrados à sociedade brasileira, com grandes comunidades nos estados do Sul e Sudeste, tendo, provavelmente, o crescimento de tais fluxos nos últimos anos justificado pelo aumento dos conflitos no Médio Oriente, ou seja, uma correlação direta: aumento

dos conflitos e instabilidade → aumento das migrações para o Brasil e países vizinhos.

Já o Mapa 6 apresenta algumas curiosidades e pontualidades interessantes acerca das migrações de asiáticos para o Brasil – migrações estas que já foram em massa no século XX, como a de chineses e japoneses:



Mapa 6 – Mapa de nacionalidade dos imigrantes no Brasil provenientes da Ásia.

Elaborado pelos autores.

Os imigrantes asiáticos, assim como os africanos, apresentam-se como uma grande *surpresa* quando da análise das estatísticas de imigração recente para o Brasil. Além da China e Japão, tradicionais emissores de imigrantes para o país e com dezenas de comunidades espalhadas pelo território brasileiro, tais como a *Chinatown* e colônias japonesas [no estado do Paraná, Ivoti (Rio Grande do Sul), Bairro da Liberdade (no município de São Paulo), etc.], novas nacionalidades chamam a atenção quando da análise deste mapa do novo perfil imigratório brasileiro: indianos, bengalis, filipinos, malaios, indonésios e sul-coreanos.

Tais migrações substituem novamente os receptores tradicionais, no caso, Japão, Cingapura, Austrália e Nova Zelândia, pelo Brasil, apesar do país estar a milhares de quilômetros de distância. O que explica este fenômeno é o que a literatura contemporânea vem apresentando como uma oportunidade de emprego de mão de obra semiqualificada, como no caso destes países, em economias em desenvolvimento, ou seja, no Brasil, já que as economias semelhantes, como do próprio BRICS, já esgotaram tais postos de trabalho ou preferenciam seus próprios nacionais.

Além disto, outro ponto em comum com as migrações dos africanos para o Brasil, está representado nas garantias e leis trabalhistas e previdenciárias do país, se tornando um dos principais atrativos a estes imigrantes, além também da maior facilidade de inserção destes no Brasil em comparação ao Canadá, Austrália e outros, que exigem maiores requisitos no processo de imigração legal, portanto, não é raro a imprensa brasileira noticiar casos de imigração clandestina de nacionais asiáticos, como no caso dos chineses:

> Seis chineses foram presos quando tentavam entrar ilegalmente no Brasil. Eles atravessaram de barco o Rio Uruguai – que liga Paso de Los Libres, na Argentina, a Uruguaiana, na fronteira oeste gaúcha – e foram pegos próximo à margem brasileira [...]. De acordo com a

> Polícia Federal, os estrangeiros não portavam visto de entrada no Brasil nem na Argentina e nos passaportes havia o registro de passagem pelos Emirados Árabes. Além de pagar multa no valor de R$ 165, o grupo terá um prazo de três dias para deixar o país. (BACELO, 2012).

E também dos bengalis:

> A Polícia Rodoviária Estadual localizou um grupo de imigrantes ilegais [...] no Paraná. Eles estavam em um ônibus que seguia para Cruzeiro do Oeste (25 km a leste de Umuarama). De acordo com a PRE, os 11 homens são de Bangladesh e não têm permissão para permanecer no Brasil. Todos portavam passaporte e visto boliviano. [...] Durante a ocorrência, um imigrante legalizado de Bangladesh compareceu ao Posto de Polícia Rodoviária de Iporã, Ele seria o facilitador da entrada dos estrangeiros no país e seria o responsável por levar os imigrantes até Cruzeiro do Oeste. (ANDRADE, 2013).

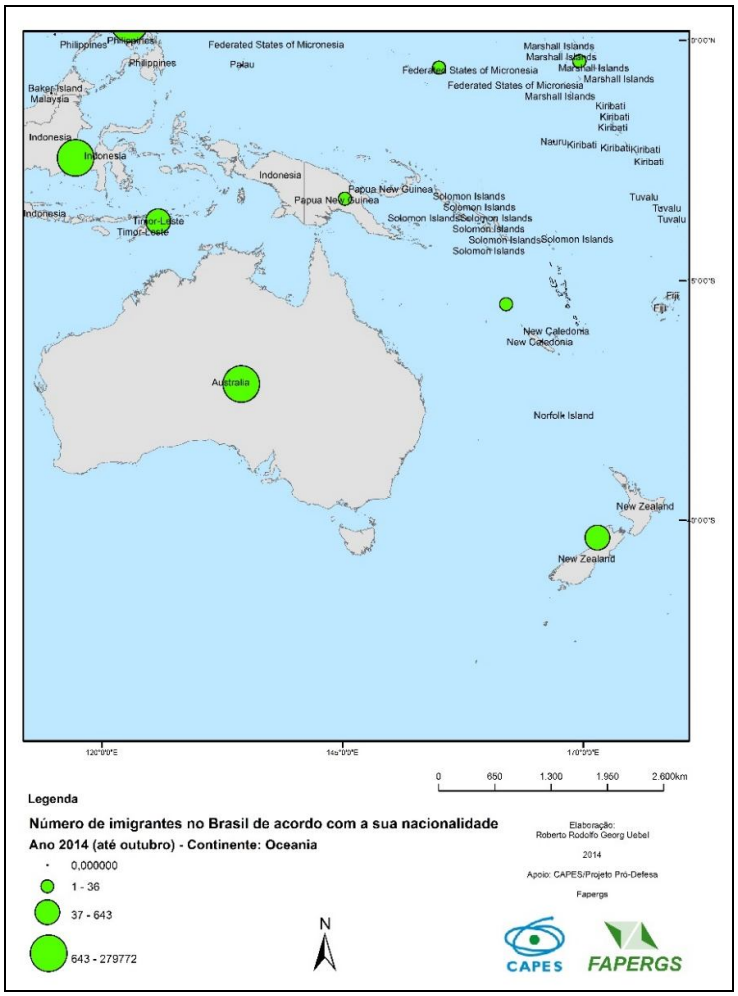
A própria inserção do Brasil por meio dos BRICS no continente asiático justifica o número considerável de indianos, chineses e russos que emigraram para cá nas últimas duas décadas, ou seja, uma hipótese que não pode se descartar é os BRICS como um mecanismo *subjetivo* de fomento às migrações dentre do próprio bloco, já que é elevado o número de brasileiros que migram para os países partícipes deste bloco, em especial à China e Rússia.[6]

O que também é interessante observar que a maioria destes imigrantes asiáticos segue um padrão para ingressar no Brasil: utilizam-se de vias não

[6] Embora o surgimento do termo BRICS e da própria proto-integração entre seus membros seja recente, os fluxos imigratórios entre os países do bloco aumento na última década em virtude da facilitação de acesso a estes países (isenção de vistos de curta-duração ou estudos, flexibilização na emissão de vistos de trabalho, aproveitamento e acordos de seguridade social e previdência, etc.). Nesse sentido, trata-se de uma hipótese não descartada que merece um estudo científico aprofundado futuramente.

tradicionais ou não diretas, como pelos Emirados Árabes ou pelo Peru, ingressam por fronteiras fluviais, são apreendidos e solicitam refúgio, o que normalmente é concedido. Seriam o que se define como *refugiados econômicos* ou *refugiados laborais*.

Por fim, o Mapa 7 apresenta a procedência dos imigrantes da Oceania, continente com menor participação no envio de cidadãos ao Brasil:



Mapa 7 – Mapa de nacionalidade dos imigrantes no Brasil provenientes da Oceania.

Elaborado pelo autor.

Austrália e Nova Zelândia apresentam-se, se comparado a um panorama global, como inexpressivos emissores de imigrantes para o Brasil, em virtude de serem pólos naturais de atração de imigrantes, dentre eles, os próprios brasileiros.

Portanto, o número de imigrantes destes países reflete-se na ocupação de postos de trabalho que exigem mão de obra qualificada, principalmente na indústria, universidades e multinacionais, além de que muitos possuem dupla-nacionalidade, o que leva à inferência de que são brasileiros retornados, hipótese já levantada no trabalho de Irigaray e Freitas (2014).

Conclusões e perspectivas migrações internacionais para o Brasil

Diferentemente dos fluxos imigratórios do século XIX e princípio do século XX, em que os imigrantes originários do hemisfério norte eram desejados porque tinham a função de "ocupar" territórios, na contemporaneidade, o incremento da chegada de imigrantes provenientes da Ásia, América Latina, Caribe e África comporta uma ambivalência.

Por um lado, porque coloca o Brasil na arena geopolítica dos países receptores de fluxos imigratórios. Assim como os americanos, com os mexicanos e centro-americanos; os argentinos, com os bolivianos; e os franceses, com os africanos – até a década passada –, o Brasil insere-se nesta seara.

Essa imigração inesperada e a crise dos dois grandes modelos de integração dos imigrantes no ocidente — o assimilacionismo francês, inspirado na fórmula republicana tradicional; e o modelo multicultural dos países anglo-saxões — provocam sensibilidades no trato governamental e da gestão pública na questão imigratória no nosso biênio em análise.

No caso brasileiro, a progressiva presença de imigrantes no país neste início de século XXI inicia a exigência um modelo próprio e criativo que se desmarque das posturas repressivas que reduzem a imigração a um fenômeno jurídico ou policial susceptível de repressão ou medo. E fujam de uma representação *ingênua*

humanista que simplifique a situação, já que comprovadamente centenas de imigrantes, como bolivianos, haitianos e senegaleses, encontram-se em situação análoga a de escravidão em boa parte do país.

Nesse sentido, em 2013, dentro deste novo perfil dos fluxos imigratórios para o Brasil, o governo brasileiro iniciou as conferências regionais de imigração e refúgio sobre o trato destas questões em todos os estados brasileiros e em grande parte dos municípios em parceria com entidades e órgãos públicos de todas as esferas, afim de começar o delineamento de uma nova política imigratória face aos dos *booms* imigratórios que se foram apresentados anteriormente neste trabalho.

A 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (COMIGRAR) foi uma iniciativa governamental inovadora na abordagem da questão migratória no Brasil, com mobilização nacional e internacional dos diversos atores interessados no tema e na discussão dos conceitos centrais da política migratória, sendo realizada durante a ocorrência deste fenômeno imigratório no Brasil, no mês de junho de 2014.

O objetivo desta 1ª COMIGRAR foi reunir migrantes, profissionais envolvidos na temática migratória, estudiosos, servidores públicos, representações diversas que vivenciam a realidade da migração e do refúgio, para uma reflexão coletiva e elaboração de aportes para a construção da Política e do Plano Nacionais de Migrações e Refúgio, que estão em tramitação no Ministério da Justiça e Congresso Nacional, em processos de apreciação e futura votação.

O processo de implementação da 1ª COMIGRAR previa a realização de eventos participativos de mobilização dos atores locais que trabalham e convivem com diferentes contextos da temática migratória.

Tais eventos foram oportunidades para promover a reflexão e o fortalecimento institucional de parceiros governamentais e não governamentais, além do engajamento de migrantes, refugiados, e representantes da sociedade no diálogo em torno dos temas relacionados com migrações e refúgio, já que desde o fim das migrações européias para o Brasil e a implantação do Estatuto do Estrangeiro ainda no período ditatorial, não houve qualquer participação ou interesse do Estado

brasileiro nas questões migratórias, o que pode justificar-se – em certa medida – pela diminuição dos fluxos imigratórios e de refúgios à época.

Em suma, este trabalho aporta a conclusão de que o Brasil está inserido numa nova seara das migrações internacionais, exigindo-se tanto da academia como por parte da esfera da Gestão Pública um debate maior acerca do que pode ser feito para a positiva inserção destes imigrantes, afim de que se evitem e combatam-se os males do trabalho escravo, preconceito e xenofobia, já que tanto o país como o estado foram construídos majoritariamente por imigrantes.

Ademais, percebeu-se a importância das fronteiras terrestres brasileiras como agentes de inserção e atuação do Estado – papel histórico e reconhecido – mas também como reconstruídas ao passo em que são a nova porta de entrada destes fluxos imigratórios do século XXI, fator nunca verificado para migrações em massa na historiografia brasileira, sendo sempre restritas às migrações transfronteiriças. Percebe-se assim que a questão e a gestão fronteira passam então a demandar o *issue* migratório, isto é, não apenas o simples controle, mas também acompanhamento e atenção aos imigrantes e refugiados.

As relações oriundas das imigrações são, neste escopo analisado, recíprocas, positivas e enriquecedoras para ambos, imigrantes e sociedade, apesar das pontualidades negativas ainda preponderantes, tais como a xenofobia e racismo, e que devem ser combatidas, pelo bem do desenvolvimento comum e coletivo do país vis-à-vis suas ambições de inserção estratégica como um *regional power* à época dos governos legítimos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, imperando dúvidas sobre essa continuidade no governo não-eleito de Michel Temer, sob a chancelaria de um ministro não-diplomata e desconhecedor da realidade migratória brasileira e dos próprios interesses do Brasil na agenda internacional.

Por fim, considerando-se o cenário econômico, político e social-estrutural brasileiro em transe a partir do segundo semestre de 2015 e com ápice durante 2016, a tendência dos fluxos novos, tais como de africanos e haitianos, é de minoração e retorno ou remigração a outros países, onde os índices de empregabilidade e integração estejam dentro dos patamares que permitam esta migração, posto que vislumbra-se para o Brasil, um declínio das migrações

internacionais ainda em 2016, vis-à-vis as motivações e cenários expostos de instabilidade e, principalmente, de redução da atividade econômica.

Referências

ANDRADE, Lucas Emanuel. **Polícia flagra imigrantes ilegais de Bangladesh no Paraná.** 2013. Disponível em: <http://www.bonde.com.br/?id_bonde=1-3--426-20130511>. Acesso em: 13 dez. 2014.

BACELO, Joice. **Seis chineses são presos em Uruguaiana ao tentar entrar ilegalmente no país.** 2012. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2012/10/seis-chineses-sao-presos-em-uruguaiana-ao-tentar-entrar-ilegalmente-no-pais-3924822.html>. Acesso em: 15 nov. 2014.

BACHA, Edmar L.; KLEIN, Herbert S. **Social change in Brazil:** 1945-1985 The Incomplete Transition. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1989. 346 p.

BRITO, Gisele. **Fluxos migratórios recentes já somam novos traços a São Paulo.** 2014. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2014/01/fluxos-migratorios-recentes-ja-somam-novos-tracos-a-sao-paulo-2184.html>. Acesso em: 12 nov. 2014.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina:** ensaio de interpretação sociológica. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. 143 p.

CARNEIRO FILHO, C. P. **Fronteiras irmãs:** transfronteirizações na Bacia do Prata. 1. ed. Porto Alegre: Ideograf, 2016. 273p .

IRIGARAY, Hélio Arthur Reis; FREITAS, Maria Ester de. Diáspora brasileira e os trabalhadores retornados do exterior: quando a fantasia encontra a realidade. **Gestão & Planejamento,** Salvador, p.628-641, dez. 2014. Disponível em:

<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/3029/2529>. Acesso em: 03 abr. 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **Perfil Migratório do Brasil 2009.** Genebra: Organização Internacional para as Migrações, 2009. 148 p. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/brazil_profile2009.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2016.

RANINCHESKI, Sonia Maria; UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. La acción del Estado brasileño en relación a los migrantes bolivianos en Brasil: la cuestión del trabajo (in)documentado, refugio e inmigración económica. **Revista de Estudios Transfronterizos: Si Somos Americanos,** Santiago, v. 14, n. 2, p.47-79, dez. 2014. Disponível em: < http://dx.doi.org/10.4067/S0719-09482014000200003 >. Acesso em: 11 jan. 2016.

SANTOS, Mauro Augusto dos et al. **Migração:** uma revisão sobre algumas das principais teorias. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010. 18 p. (Texto para discussão nº 398). Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD 398.pdf>. Acesso em: 16 set. 2014.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. **Análise do perfil socioespacial das migrações internacionais para o Rio Grande do Sul no início do século XXI:** redes, atores e cenários da imigração haitiana e senegalesa. 2015. 248 f. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015. (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/117357> Acesso em: 17 jun. 2015.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg; RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. Perfil Imigratório do Estado do Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XXI. **Signos,** Lajeado, v. 37, n. 2, p.1-25, 2016. (No prelo)

ZAMBERLAM, Jurandir *et al.* **Desafios das migrações:** buscando caminhos. Porto Alegre: Sólidus, 2009. 84 p.

PERSPECTIVAS E GEOPOLÍTICA DAS CATEGORIAS AMÉRICA LATINA E CARIBE

Eixo Temático 1: Geografia Política e Geopolítica clássica e contemporânea dos séculos XX e XXI

Adalberto de Salles Lima
sallesvitoria@hotmail.com

Resumo: A questão central do trabalho é refletir parte dos processos geopolíticos dominantes sobre as Américas. O objetivo é analisar os discursos hegemônicos por traz das categorias “América Latina” e “Caribe” e novas interpretações. As recentes dinâmicas sociais estimuladas pela geopolítica regional e global contribuem para ampliar a interpretação sobre o território. A metodologia volta-se para produções que questionam o saber produzido pelo Norte, uma vez que oferecem novas interpretações epistêmicas. A elaboração de novas práticas sociais e teóricas amplia o diálogo entre os pensamentos latino-americano, europeu e mais recente com os Estados Unidos. Por fim, as categorias impostas à região são questionadas, ao passo de nem sempre, servirem para explicar fenômenos sociais particulares.

Palavras-chave: América Latina, Caribe, Geopolítica.

Resumen: La cuestión central de la obra es reflejar parte de los procesos geopolíticos dominantes en las Américas. El objetivo es analizar los discursos hegemónicos detrás de la " América Latina " y " Caribe" y nuevas interpretaciones. Las recientes dinámicas sociales estimuladas por la geopolítica regional y global contribuyen a ampliar la interpretación del territorio. La metodología de nuevo a producciones que desafían el conocimiento producido por el Norte, ya que ofrecen nuevas interpretaciones epistémicas. El desarrollo de nuevas prácticas sociales y teóricos se expande el diálogo entre los pensamientos latinoamericanos, europeos y

más tarde con los Estados Unidos. Por último, las categorías impuestas a la región son cuestionados, aunque no siempre, sirven para explicar determinados fenómenos sociales.

Palabras-clave: América Latina, el Caribe, la geopolítica

Introdução

O artigo pretende compreender brevemente o discurso universalista construído entorno de América Latina e Caribe, alguns rebatimentos e desafios teóricos não hegemônicos. A América é construção ideológica do universalismo europeu, arquitetado a partir de valores culturais particulares, uma invenção da modernidade e a idéia de civilização fundada no ideário de progresso justificou a expansão do modelo de organização social europeu. A modernidade produziu novas identidades e inseriu o território colonizado na rota da economia internacional.

Parte da tentativa de obter êxito na colonização deve-se ao catolicismo e a língua que significaram alguns dos instrumentos mais efetivos da dominação européia. A interpretação da região por meio de categorias como América Latina, Caribe, Américas do Norte, Central e do Sul e América Anglo-saxão inclina-se para uma perspectiva de análise de divisões territoriais, ciclos econômicos e hierarquias interculturais e tem objetivo de criar marcadores econômicos e culturais de diferenciação entre si e com a Europa.

A interpretação de um mundo antagônico é uma ferramenta discursiva específica da sociedade ocidental. As antigas colônias tiveram que incorporar a forma de organização social de suas metrópoles, descaracterizando parte de seus arranjos culturais e territoriais anteriores a exploração, para melhor ser incorporadas na lógica do capitalismo moderno. Agora, as sociedades do hemisfério sul são caracterizadas pelas acentuadas desigualdades, dependência econômica e a colonialidade do saber (QUIJANO, 2005) produziu nos imaginários a Europa como único modelo de sociedade e a América sua antítese.

O artigo está dividido em dois momentos. No primeiro, trata das categorias América Latina e Caribe como construções sociais, resultados do discurso hegemônico. No segundo momento, se por um lado, o papel geopolítico dessas categorias é manter a dicotomia centro-periferia, por outro, a produção de estudos latino-americanos nas ultimas décadas oferecem novos contornos analíticos ao entender a região como resultado de processos históricos e culturais que resignificam práticas, saberes e identidades.

O discurso dominante e contrapontos

Os significados das categorias América Latina e Caribe são fundamentados historicamente na subalternização das culturas violentadas pela colonização. O processo de exploração nas Américas geraram mudanças na perspectiva de tempo e espaço dos povos que foram integrados ao novo padrão de poder mundial. Em outros termos, a produção de uma subjetividade coletiva que resultou na percepção da mudança histórica (QUIJANO, 2005).

Em linhas gerais, entende-se por “categoria” o recurso teórico-metodológico utilizado para buscar um olhar mais objetivo e essencialista de uma realidade. A definição da natureza das categorias no desenvolvimento do conhecimento está ligada a resolução dos problemas da correlação entre o particular e o geral na realidade objetiva e na consciência, na busca pelas origens das evidencias e suas essências e diálogo com as formações materiais das realidades concretas (CHEPTULIN, 1982).

O uso de categorias serve para analisar fenômenos particulares, cada categoria aplicada explica uma realidade e como este estabelece relação com a totalidade. O lugar, como escala de investigação para compreender dinâmicas específicas não é questão central do universalismo europeu. Isso porque a invenção das categorias aqui tratadas são efeitos de dinâmicas hegemônicas, seja no período inicial da modernidade ou em processos mais contemporâneos produzidos pelos Estados Unidos, Espanha, Reino Unido e França. Portanto, a origem da construção

geopolítica de América Latina e Caribe serve para verificar a construção de um discurso dominante sobre a região através da condição imposta de periferias do sistema macroeconômico, sobretudo na perspectiva do Sistema-Mundo (WALLERSTEIN, 1979).

A análise do discurso do dominador proposta por Wallerstein (2007) entende que a estrutura ideológica do sistema legitima o poder econômico, político e militar. As ideologias[1] que carregaram os discursos universalistas de paz, democracia e liberdade foram difundidas por representantes das classes dominantes que legitimou as barbáries no período colonial. O discurso da colonização girou em torno dos ideais de progresso ao demonstrar a visão essencialista da realidade social pautada em valores ditos universais.

A crítica da teoria do discurso desenvolvida por Ernesto Laclau mostra que a hegemonia dos valores coloniais se sobrepôs as culturas dos povos originários da região. Há hegemonia quando o objetivo de um projeto particularista amplia para uma visão universalista de seus interesses.

> Há hegemonia apenas se a dicotomia universalidade/particularidade está suspensa; universalidade existe apenas encarnando e subvertendo algum objetivo particular, mas, de forma recíproca, nenhuma particularidade pode constituir-se como política sem se tornar o lócus de efeitos universalizantes (LACLAU, et al., 2000: 56).

Nesse sentido, hegemonia existe onde há desigualdade de poder, na possibilidade da existência de processos discursivos não hegemônicos. O discurso dominante pressupõe uma relação de ordem, essencialmente sistematizado e universalista que parte de um discurso particular.

[1] Ver: EAGLETON, Terry. Ideologia. Uma introdução. Tradução de Silvana Vieira; Luiz C. Borges. São Paulo da UNESP/Boitempo, 1997.; ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos do Estado. 2ª edição. Tradução de Maria Laura V. de Castro; Walter J. Evangelista. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

A atual divisão do continente Americano em três: em ibérico, castelhano e inglês pela atual geopolítica imperialista põem em questionamento a validade dessas representações para explicar processos socioculturais particulares, que inclusive, antecedem a colonização. Na literatura, o nome “América” significa uma homenagem ao navegador Florentino Americo Vespuccio, a quem atribuía à confecção cartográfica do mapa do *Mundus Novus*.

A partir de 1960 surge na região organismos que buscavam promover o desenvolvimento social e econômico interno e integração regional para encontrar alternativas de superação da Teoria da Dependência[2], como a Comunidade e Mercado Comum do Caribe em 1973, substituída pela Comunidade do Caribe, o Pacto Andino em 1969, o Mercado Comum do Sul em 1991, a Associação Latino-Americana de Integração, em 1980 e a União de Nações Americanas criada em 2008. Os últimos organismos tiveram maior preocupação no fortalecimento das relações culturais como aspecto preponderante do processo de integração regional.

A dimensão de unidade regional político-econômica proposta pelos organismos americanos pretende diminuir a dependência econômica ao desenvolver os setores produtivos internos de cada país e relações de cooperação intrarregional. Essas novas configurações geopolíticas vai de encontro à inquietação de Andrade (1997) ao ressaltar que é comum a América Latina ser identificada com atraso tecnológico, pobreza e com dominação estrangeira, mesmo após a independência política de alguns países.

A partir de meados do século XX as Ciências Sociais na região procurou desprovincializar pensamentos, ao passo que o elitismo das teorias oriundas da Europa não dispunha de instrumentos para explicar a relevância de novos atores sociais, a exemplo de grupos indígenas e afrodescendentes no processo de democratização (COSTA, 2010). Procurou-se uma perspectiva crítica às categorias

[2] CARDOSO, F. H.; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de uma interpretação sociológica. Rio de janeiro: Zahar, 1984; FURTADO, C. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL**. v 1. São Paulo: Ed. Record, 2000; IANNI, Octávio. Imperialismo na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974; PRADO, Eduardo. **A ilusão americana**. 4ª ed. São Paulo: Magalhães, 1917.

fundantes, ao rever o sentido de América Latina e valorização dos conhecimentos produzidos nos países do Sul, o que possibilitou iniciar um caminho para se pensar em mudanças dos paradigmas.

O termo América Latina aparece em meados do século XIX como projeto ideológico em pleno governo de Napoleão III. O objetivo era criar uma unidade entre as recentes repúblicas de língua hispânica sob o controle do Estado francês para diminuir as influências do imperialismo estadunidense (FERRET; PINTO, 2011). Diante do exposto, a definição de América Latina inclina-se mais para uma concepção político e econômico fruto de processos hegemônicos, uma vez que todos os países situados ao sul dos Estados Unidos, incluindo as ilhas, compõem os países sub-julgados a lógica do capital representado pela Europa e mais recentemente pelos Estados Unidos.

Na busca por uma noção que possa representar a região para além das relações econômicas e construções estereotipadas, a arqueologia pré-colombiana revela que a presença africana[3] na América ocorreu muito antes da colonização européia. Através dessas pesquisas é possível saber por meio da história oral de origem maia que os primeiros habitantes do México eram africanos. Nascimento (1997) ao investigar as origens das populações afro-latinas destaca que alguns povos antigos do México e do Peru compartilham a mesma palavra *Ra,* para designar sol e os hieróglifos mexicanos e egípcios para essa palavra são iguais.

As evidências científicas elaboradas pela arqueologia pré-colombiana indicam que a descolonização do pensamento requer considerar outras cosmovisões como constituintes das relações socioculturais na região. De fato, a modernidade trouxe novas configurações culturais, mas o contato dos povos autóctones com outras culturas para além do Atlântico é anterior à colonização. Segundo Grosfoguel (2008: 43):

[3] NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Pan-Africanismo na América do Sul**: emergência de uma rebelião negra. Brasília: Vozes, 1980; ANTA, Diop Cheikh. Civilisation ou barbárie. Paris: Présence africaine, 1981; SERTIMA, Ivan Van. **Eles vieram antes de Colombo**: a presença africana na América antiga, 1976.

> Trata-se de uma perspectiva que é crítica em relação ao nacionalismo, ao colonialismo e aos fundamentalismos, quer eurocêntricos, quer do Terceiro Mundo. [...] O que todos os fundamentalismos têm em comum (incluindo o eurocêntrico) é a premissa de que existe apenas uma única tradição epistêmica a partir da qual pode alcançar-se a verdade e a Universalidade.

No entendimento do autor, essa postura é essencial uma vez que as epistemologias influenciam nas relações de poder, seja o lado dominante ou subalterno. As Ciências Sociais americanas adota uma perspectiva crítica na construção do pensamento local ao compreender os desafios de desprovincializar os saberes hegemônicos.

Um Caribe em discussão

A porta de entrada da colonização no Caribe foi em Hispaniola (atualmente Haiti e República Dominicana) e Cuba e se estendeu para outros países como Porto Rico (1493) e Jamaica (1494). Logo no início as ilhas que formam o arquipélago localizado próximo ao México foram chamadas de Antilhas e tempos depois Caribe.

A etimologia da palavra Caribe na qual conhecemos se prende a uma tradução espanhola ocorrida na primeira viagem à América por Cristóbal Colón em 1492. Suas anotações revelam que o Caribe é um lugar ocupado por habitantes "canibales" e a resistência dos *ayayanos*[4] a colonização espanhola resume o primeiro destino da categoria: nativo rebelde e/ou escravizado (GAZTAMBIDE, 2003).

Os grupos populacionais antes da colonização estavam organizados em reinados e identidades. No entanto, as novas configurações espaciais estimularam a ampla tentativa de homogeneização territorial, através da ocidentalização das

[4] Povos originários da ilha de Ayaya conhecida atualmente como Santa Cruz.

sociedades. Os Estados foram condicionados a lógica do mercado internacional e resultaram em novas configurações socioespaciais profundas e ainda em cursos.

Atualmente, por não haver definição exata de Caribe alguns pesquisadores propõem uma regionalização ou sentidos que considerem a definição histórica, econômico-cultural e político, como Caribe Geopolítico, Gran Caribe ou Cuenca del Caribe, Caribe Insular ou Étno-Histórico, Caribe Afro-América Central ou Caribe Cultural. Essas representações negam a dimensão puramente econômica e propõe uma [Figura 1. El Gran Caribe]o-raciais tornam-se elementos unificadores de projetos de identidade nacional e regional e soberanias.

Fonte: Ceceña, et al. (2000).

A categoria América Latina compõe o universo de categorias sobre a região, uma vez que cada categoria representa diferentes perspectivas regional em diálogo com o mundo.

A definição de *Gran Caribe* (figura 1) por alguns autores[5] compreende a "América das plantações" (parte do Norte e Nordeste brasileiro, Centro-América, as Ilhas e a região do Sul dos Estados Unidos). Diante desse pressuposto, a categoria *Gran Caribe* parte de um lugar de atuação específica na produção do conhecimento, legitimada por uma episteme local que começa a ampliar os horizontes de compreensão sobre o significado da região na contemporaneidade. As identidades, projetos de nação, políticas de integração regional e desenvolvimento estão em constante dinâmica quando relacionada com a desconstrução de um discurso enviesado de Caribe e América Latina.

> Em primer lugar, entiendo ló caribeño, em su dimensión sociocultural, como producto resultante de la plantación esclavista, ya corresponda ésta a las Antillas o a su periferia continental; esto es, escrita dentro de sociedades esclavistas, se extiende a lo largo del siglo XIX desde Cuba hasta el Brasil (ROJO-BENÍTEZ, 2004: 14-15).

A definição de *Gran Caribe* proposta pelo autor considera processos sócio-históricos e culturais singularizados pela escravidão, ao resultarem na combinação de novos elementos culturais e o sistema de *plantation*. A colonização estabeleceu conexões de sentidos entre diferentes territórios e culturas e não é possível compreender *El Gran Caribe* sem considerar as dinâmicas geopolíticas a partir do século XIX como o (neo)liberalismo, capital hegemônico, urbanização, nacionalismos, transições políticas, identidades, imperialismo norte-americano, desigualdades e migrações.

Até a última metade do século XIX a economia caribenha foi caracterizada pela produção do açúcar. Antes, a região cumpriria o papel de escala de abastecimento para frotas de comércio e pirataria. O imperialismo norte-americano no Caribe começou com a Guerra de Secessão (1861-1865), ao marcar a transição

[5] Ver: MAYOR, Federico. **Historia General del Caribe**. Disponível em: http://www.unesco.org/culture/caribbean/pdf/ghc_preface_es.pdf.

do arranjo econômico dos Estados Unidos de agrícola em industrial. A intervenção dos Estados Unidos na guerra de independência de Cuba implicou em maiores condições para a penetração do capital norte-americano na região e domínio econômico sobre o território cubano.

O imperialismo [6] estadunidense nas Américas ocorreu por meio de intervenções ideológicas como a Doutrina Monroe, União Pan-americana e a Política da Boa vizinhança, a partir da ideia de "binômio", como combinação entre políticas de integração com doutrinas de seguridade (NOVION, 2014). O período pós-Segunda Guerra caracterizou a maioria dos países americanos na busca por autonomia política e solução dos problemas sociais. A influência de capitais norte-americanos e a progressiva redução dos interesses europeus levaram à expansão do imperialismo estadunidense. Esse contexto desencadeou processos políticos particulares, insatisfações por parte de movimentos sociais e novos conflitos urbanos, além de aprofundar as desigualdades.

O pensamento *antillanista*[7] é um caso representativo as novas configurações políticas e ideológicas. O movimento *antillano* surge num contexto de lutas independentistas e anticolonialistas em Porto Rico e Cuba no final do século XIX, exprime o sentimento de união das Antilhas e tem como inspiração o pensamento de José Martí. As pautas giravam em torno do anti-imperialismo, reconhecimento das identidades locais e independência para a construção de uma unidade latino-americana.

A noção de latino-americano (incluindo o Caribe) mais difundido pelo mundo é fabricada pelo capitalismo moderno. Na América meridional, as desigualdades têm duas funções que se complementam: primeiro, revela um projeto de desenvolvimento incompleto que, quando não incluiu, insere precariamente as

[6] Ver: AZEVEDO, Elizabeth Ribeiro; HERBOLD, Hildegard. **Caribe**: o paraíso submetido. São Paulo: editora Brasiliense, 1986.
[7] Ver: CARVALHO, Eugênio R. de; OLIVEIRA, G. Garcia de. Perspectivas interpretativas do Caribe e o Anilhanismo de Eugenio Maria de Hostos. In: ALMEIDA, Jaime; CABRERA, Olga. (Orgs.). **Caribe, sintonias e dissonâncias**. Goiânia: Centro de Estudos do Caribe no Brasil, 2004.

populações tradicionais nas relações de produção e não garante universalmente direitos sociais. Segundo, tornou-se uma peça importante para o capitalismo moderno que se sustenta na exploração do trabalho, produção da pobreza e por meio de políticas liberais.

A manutenção da atual estrutura da Divisão Internacional do Trabalho é um caso para observar que as relações entre economias criam condições favoráveis à circulação desigual do capital hegemônico, uma produção capitalista do espaço propositalmente diferenciada, sobretudo em termos de desenvolvimento e de distribuição de estruturas materiais (HARVEY, 2005).

A condição de periferias estabelecida pela estrutura econômica internacional tem rebatimentos internos e externos no âmbito das relações culturais e construções sociais. Mello (2003) ao analisar a região a partir de discursos brasileiros por meio de jornais, estudantes de escola pública e revistas de turismo identifica como fio condutor entre esses recortes investigados o estereótipo sobre o *Gran Caribe*. A pesquisa mostrou que a região é vista como um produto de um mercado turístico, ligado à prostituição, permissividades, sensualidade, racialização do trabalho, imagem de uma “terra sem lei”, festas, danças, dentre outras características que formam um conjunto de representações negativas.

Os imaginários sociais que compõem a representação de latino-americano e caribenho difundidos pelo mundo e replicado em partes, nas Américas, elaborados pelas ideologias excludentes, delimitam a própria percepção das identidades locais e uma ideia voltada para as dimensões de subordinação econômica e hierarquia sociocultural, sobretudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo procurou problematizar que o uso das categorias América Latina e Caribe é insuficiente para englobar as dinâmicas socioculturais, políticas e históricas regionais por originalmente construída pelo discurso hegemônico. As construções por traz dessas categorias têm diferentes rebatimentos negativos no âmbito das

relações sociais. A produção de um campo de conhecimento descolonizado permite pensar nos limites conceituais que os termos América Latina e Caribe nos oferecem.

Apesar das diferentes interpretações sobre a região, nenhuma categorização é suficiente para explicar sua complexidade. As construções das categorias sobre a região são representações ideológicas que criam espaços de diálogo dentro da região e com o mundo.

Num caminho contrário do reducionismo que se sobrepõe a particularidade é necessária uma perspectiva de análise que melhor se adeque a abordagem e metodologia da pesquisa acerca da região, uma vez que há várias Américas. O uso da categoria *El Gran Caribe*, como representativo de parte das dinâmicas histórico-cultural ainda em curso é uma alternativa não enviesada que estabelece conexões com outras dimensões de investigação para descortinar novas perspectivas regional.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Manoel Correia de. **Brasil e a América Latina**, 1997.

CABRERA, Olga. Entre a invisibilidade e a cor do medo: literatura e escravidão no Brasil e em Cuba. In: ALMEIDA, Jaime; CABRERA, Olga. (Orgs.). **Caribe, sintonias e dissonâncias**. Goiânia: Centro de Estudos do Caribe no Brasil, 2004.

CECEÑA, Ana Esther. et al. (Orgs.). **El Gran Caribe.** Umbral de la geopolítica mundial. Quito, Equador: Edición: Observatório Latinoamericano de Geopolítica, 2010.

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista**: categorias e leis da dialética. São Paulo: Alfa & Omega, 1982.

COSTA, Sérgio. “Teoria por Adição”. In: C.B. Martins, H. H. de Souza Martins (Orgs.). **Horizontes Sociológicos**. São Paulo: ANPOCS, 2010.

FARRET, Rafael Leporace; PINTO, Simone Rodrigues. América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia. **Topoi** (Rio J.) vol.12, nº 23. Rio de Janeiro jul./dez. 2011.

GAZTAMBIDE. Antonio. **La invención del Caribe a partir de 1898** (Las definiciones del Caribe, revisitados), 2003. Disponível em: <http://www2.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0798-29682003000200004&lng=es&nrm=i>. Acesso em: maio, 2016.

GROSFOGUEL, Ramón. Developmentalism, modernity and dependency theory in Latin America". In: MARANÃ, Mabel; DUSSEL, Enrique; JÁUREGUI, Carlos (Eds.) **Coloniality at large. Latin America and the postcolonial debate.** Duke University Press, 2008.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

LACLAU, E.; BUTLER, J; ZIZEK, S. **Contingency, Hegemon, Universality**: Contemporary Dialogues on the Left. London, Verso, 2000.

____.; MOUFFE, C. **Hegemonía y estrategia socialista.** Hacia una radicalización de la democracia. London, Verso, 1985.

MELLO, Maria T. N.. Santa Maria, Pinta e Nina: a redescoberta dos Caribes em espaços discursivos brasileiros. In: ALMEIDA, Jaime. et al. **Cenários Caribenhos.** Brasília: Paralelo 15, 2003.

NASCIMENTO, Abdias. Aspectos da experiência afro-brasileira. In: **Thoth**. Informe de distribuição restrita do senador Abdias Nascimento. nº 3, p. 167-184, 1997. Acesso em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/502815/000526595_3.pdf? sequence=3>. Disponível em: abr., 2016.

NOVION, Jacques de. **Hegemonia, integración y Seguridad en las Américas**. 2014. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task= doc_view&gid= 9075&Itemid=456>. Acesso em: abr. 2016.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Edgardo Lander (Org.). Colección Sur-Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, 2005.

ROJO-BENÍTEZ, Antonio. El Caribe a Conexão Afro-Atlântica. In: ALMEIDA, Jaime; CABRERA, Olga. (Orgs.). **Caribe, sintonias e dissonâncias**. Goiânia: centro de estudos do Caribe no Brasil, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The modern world-system**: capitalist agriculture and the origins of the european world-economy in the sixteenth century. New York/London: Academic Press, 1979.

____. **O universalismo europeu:** a retórica do poder. Tradução: Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2007.

REFLEXÕES SOBRE O TERRITÓRIO: idéias a serem exploradas a partir do diálogo da Geografia com outras ciências

Eixo Temático 1: Geografia Política e Geopolítica clássica e contemporânea dos séculos XX e XXI

Gabriel Bias Fortes (BIAS FORTES, G.) - bias_fortes@yahoo.com.br
Programa de Pós-Graduação em Geografia – UERJ
Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense – NEGEF

Resumo: O estudo disserta acerca da evolução da concepção do território na Geografia desde a associação do território como condição de existência do Estado até a multiterritorialidade e a idéia do território como apropriação do espaço. A partir desta análise e através do levantamento bibliográfico em outras ciências (como a ciência política e jurídica) e na própria legislação brasileira, é estabelecido um diálogo de como o território é abordado como objeto de estudo e como ele pode ser inter-relacionado na Geografia. Podemos falar em territórios de direito (legalmente constituídos) de territórios de fato (observada as condições de materialidade da apropriação e relações de poder) ao abordar a possibilidade de múltiplas territorialidades no espaço? Percebe-se a complexidade que envolve o tema território ainda que às vezes se pense no conceito de forma objetiva.

Palavras Chave: Território, Território de Direito, Território de Fato.

Resumen: El estudio trata sobre la evolución del concepto de territorio en la geografía desde la asociación del territorio como una condición de existencia del Estado hasta la existencia de multiterritorialidade y la idea de territorio como apropiación del espacio. A partir de este análisis ya través de la literatura en otras ciencias (como la ciencia jurídica y política) y de la propia legislación brasileña, se estabelece un diálogo sobre cómo se toma el territorio como objeto de estudio y

cómo puede estar inter-relacionado con la Geografía. Podemos hablar en territorios formales (legalmente constituida) y en territorios de hechos (observado las condiciones de materialidad y relaciones de poder) para hacer frente a la posibilidad de múltiples territorios en el espacio? Nos damos cuenta de la complejidad que rodea el tema territorio, aunque a veces pensar en el concepto de forma objetiva.

Palabras Clave: Territorio, Territorio de Derecho, Território de Hecho.

Introdução

Sabe-se que o paradigma do território como uma mera delimitação espacial constitutiva do Estado moderno (ou como um território delimitado e constituído pelo poder legalmente estabelecido) já fora há tempo superada na Geografia. Autores como Raffestin, Santos, Castro, Haesbart, Souza, Saquet (entre vários outros) expandiram a discussão e interpretação do tema para além da concepção do território posta e idealizada por Ratzel no século XIX.

Apesar desta superação presente na Geografia, a ideia do território como elemento constitutivo do Estado ou como uma delimitação formal/legal que reflete o exercício do poder (aqui aludindo ao poder “racional-legal”) ainda se faz presente em outras ciências, a exemplo das Ciências Políticas e Direito, ainda que alguns autores manifestem interesse pela exploração do tema território nos conceitos geográficos. Dessa forma, a realização de um diálogo conceitual destas ciências com a Geografia, no que diz respeito à concepção do território, possibilita a superação deste paradigma.

A escolha da Geografia como principal ferramenta de contato com as outras ciências a partir do território é justificada pelo caráter expansivo, dinâmico e (às vezes) subjetivo das análises geográficas (parte-se do princípio que o Espaço é objeto e sujeito), não se limitando a conceitos fixos e pré-determinados, e seu contato inerente com outras áreas do conhecimento. Sendo a facilidade em lidar

com a extrapolação comum na Geografia, é natural que o diálogo com outras ciências saia a partir dela.

A partir deste estudo, pretende-se uma revisão conceitual comparada acerca do tema Território na Geografia, no Direito e nas Ciências Políticas (fundamentada através do levantamento bibliográfico teórico-conceitual nestas áreas de conhecimento). Este diálogo permite destacar, dentro da revisão conceitual sobre território, os elos que ligam as interpretações geográficas com as demais interpretações encontradas, tal como permite propor interpretações geográficas de temas jurídicos (mais especificamente a ideia de “territórios de direito” e “territórios de fato”) e possibilitar a superação do paradigma do território como delimitação legal nas outras áreas do saber.

Desenvolvimento

A revisão conceitual pode ser dividida em duas discussões: a concepção do território na Geografia considerando sua evolução desde o século XIX e a concepção do território nas Ciências Políticas e no Direito. Uma terceira discussão é realizada a fim de se verificar as interseções conceituais e se estabelecer uma interpretação geográfica das situações territoriais formalmente estabelecidas e daquelas que, embora externas à formalidade jurídica, contém os elementos que refletem na materialidade da formação territorial.

O território na Geografia

Ratzel (1990, p. 73) considera o território como elemento necessário a existência do Estado. Corrêa (2000, p. 18) observa que, para Ratzel, o território é uma transformação do espaço pela ação política; uma apropriação do espaço. Percebe-se na obra de Ratzel a relação estabelecida entre o território e o Estado Nacional, geralmente mantida e apropriada pelos estudos do tema nas ciências políticas e teoria geral do estado e, consequentemente, serviu de paradigma para legislação brasileira. Já Raffestin (1993, p. 143) considera que o território se forma a

partir do espaço, resultado de uma ação de um ator sintagmático que “territorializa” o espaço em sua apropriação concreta ou abstrata, de forma que o espaço vem antes do território (este se constitui a partir da ação de um terceiro elemento).

Santos (1996) na obra Natureza do Espaço interpreta o território como uma forma de apropriação do espaço geográfico composto por um sistema de objetos e ações, o qual a técnica se relaciona dialeticamente com a natureza. Para o autor, a materialidade do território é dada por objetos que têm uma gênese técnica, um conteúdo técnico e participam da condição da técnica, tanto na sua realização como na sua funcionalidade (SANTOS, 1996, p. 146). Assim, Santos (1996) vê o território como uma configuração espacial estruturada na sociedade (o território usado) que vai se diferenciar pelas delimitações previamente estabelecidas (território em si).

A associação do território às relações de poder é bastante explorada na Geografia. Conforme Souza (2000, p. 78), o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder e ainda, um instrumento de exercício de poder[1]. Ao longo do estudo, o autor conclui que o território consiste em relações de poder espacialmente delimitadas que operam sobre um substrato referencial, embora o autor disserte posteriormente que o território não se confunde com este substrato, valorizando mais a concepção do território como estrutura relacional (SOUZA, 2009, p. 65). Egler (2000, p. 215), também concorda que o conceito de território pressupõe a existência de relações de poder, sejam elas definidas por relações jurídicas, políticas ou econômicas, extrapolando a visão puramente espacial. Castro (2005, p. 112) considera o território como recorte e conteúdo de interesses políticos. Para a autora, o território é a materialidade e a arena dos interesses e disputas dos atores sociais.

Parte-se também das interpretações de Haesbaert (2000, p. 169) sobre o território nas relações de dominação – aqui não restrita a dominação juridicamente estabelecida do poder político – e nas relações da apropriação do espaço pela sociedade separando o que o autor considera como território funcional e território simbólico. O autor chama atenção, com base nos estudos de Lefevre (1986) e

1 Souza (2013) indica que esta concepção é apenas uma abordagem inicial dado a complexidade do tema.

Harvey (1992), na diferenciação entre domínio e apropriação do território, onde o primeiro reflete mais o caráter político (da autonomia e soberania) sobre o espaço e o segundo o caráter da identidade cultural/simbólica com o mesmo, e que nem sempre são processos coincidentes. Haesbaert (2000, p. 168), também traz a abordagem funcional-estratégica de território, concordando com Sack (1986), como um espaço sobre o qual se exerce um domínio político e, como tal, um controle de acesso. Haesbaert (2005, p. 6780) ao tratar dos múltiplos territórios identifica quatro modalidades: territorialidades mais fechadas/uniterritoriais; territorializações político-funcionais tradicionais (como o Estado Nacional); territorializações flexíveis (que permitem a sobreposição sucessiva ou concomitante como o caso das sobreposições político-administrativas) e as multiterritorialidades. Para o autor, a multiterritorialidade envolve mais que a delimitação, mas a consolidação de uma (ou várias) identidades culturais no espaço, sendo assim, um território socialmente constituído.

Saquet (2015) ao discutir as abordagens e concepções do território, trata do caráter relacional do território, estando mais voltado ao processo de territorialização e às relações sociais referentes a este processo (que podem envolver questões imateriais) que a própria delimitação física/material em si.

Percebe-se assim que, na Geografia, superou-se o paradigma de compreensão do território como uma mera delimitação/zoneamento físico/material e já se entende o território como um processo relacional. A associação do território com o poder ocorre na relação social que vai gerar os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, como bem indicado por Saquet (2015).

O território no Direito e nas Ciências Políticas

Nestas ciências, o território tradicionalmente é visto como um dos elementos constitutivos do Estado, freqüentemente associado à sua delimitação. Conforme Azambuja (2008, p. 64), o território é a base física do Estado, a porção do globo por ele ocupada que serve de limite à sua jurisdição (constitui o limite físico do poder jurídico estatal) e lhe fornece recursos materiais. Dallari (1998, p. 39) segue o mesmo entendimento ao afirmar que a noção de território veio junto ao Estado

Moderno e expõe duas teorias que sustentam esta relação: a teoria da relação de dominação, sustentada por autores como *Laband* e *Bordeau*, que partem do princípio do direito do Estado sobre o território em si, e a teoria da relação de império, sustentada por outros autores como *Jellinek* e *Ranelleti*, onde o Estado tem poder sobre os indivíduos que ocupam o território e este é concebido como o espaço onde o Estado exerce o poder de império sobre pessoas e coisas (de forma que o território está intimamente relacionado ao poder do Estado sobre o espaço).

Bonavides (2000, p. 122) lista quatro conceituações do território: território-patrimônio, onde o território é visto como propriedade; território-objeto, onde o território é um objeto de domínio público; território-espaço, onde o território é a base física da soberania do Estado; e território-competência, onde, nesta última, concebe-se o território sob o âmbito da competência da ordem jurídica do Estado. O autor ainda faz observações a respeito do território na concepção política, onde os elementos geográficos (espaço e sociedade) são significados na esfera política, elevando a Geopolítica como um ramo distinto de estudos sociais voltados para esta concepção (Bonavides, 2000, p. 120).

Na legislação brasileira, percebe-se que o território é inicialmente visto na forma concebida nas ciências políticas e jurídicas; como espaço apropriado pelo Estado no qual vale as normas jurídicas por ele formuladas, apresentando contudo, a possibilidade de encaixes territoriais nas esferas de cada ente federado (CR/88 art. 1º). Esta concepção se aproxima da ideia do território-competência (validade da norma jurídica) defendida por Kelsen (2000).

A concepção do território-competência possibilita o início de um rompimento com o paradigma do território como uma delimitação formal, a medida em que permite encaixes de ordens jurídicas autônomas (não exclusivas à delimitação do Estado soberano), contudo, a concepção ainda mantém a vinculação da territorialidade com o exercício do poder racional-legal na forma exposta por Weber (1982). Assim, temos nestas ciências o território visto exclusivamente como um elemento material constituído por um poder legal/formal.

Elementos em comum e a possibilidade da existência de Territórios de Direito e Territórios de Fato

O primeiro elemento em comum faz referência ao conceito do termo território associado à formação do Estado moderno. Fonseca (2000, p. 4) afirma a existência de um consenso quanto ao território como um elemento constitutivo do Estado moderno, estando assim, vinculado ao seu surgimento. Castro (2005, p. 111), também concorda que a noção de território, tal como conhecemos na esfera política, surgiu com o nascimento do Estado moderno que definiu o marco da centralidade territorial e institucional do poder político, o que delimitou o território de eficácia das normas e leis estabelecidas (e reconhecidas como legítimas), permitindo a coerção física em caso de desobediência. A autora ainda reforça que esta centralidade territorial do poder político só foi possível pela submissão e controle do território a partir da racionalização do direito apoiada em uma burocracia administrativa impessoal junto a um aparato militar de sustentação. A ideia da autora é baseado na forma de dominação racional-legal, ou burocrática, proposta por Weber (1982), que também sustenta a idéia do território legalmente constituído nas ciências políticas.

O segundo elemento em comum observado tanto na Geografia como nas outras ciências citadas se manifesta na relação do território com o poder social, considerando o poder no que se refere ao homem e suas relações sociais, de acordo com Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 933), desde a capacidade geral de agir até a capacidade do homem de determinar o comportamento do homem. Assim, ao incluir esta interpretação do poder na discussão, o território não se consolidaria simplesmente pelo poder do homem sobre a natureza ou recursos naturais, mas envolveria necessariamente a relação do homem na sociedade, ainda que o objeto de “territorialização” se constitua em um elemento natural. Como o poder social envolve questões inerentes as relações sociais, o próprio território se consolidaria por estas relações[2].

A diferença, entretanto, é vista na forma de poder social que se manifesta na consolidação territorial. Para o Direito e Ciências Políticas, considera-se o poder

2 Saquet (2015, p.32) trabalha com a abordagem de Michel Foucault, que também endente o poder como produto das relações sociais e não restrito à atuação do Estado.

legitimamente constituído na forma do poder legal proposto em Weber (1982)[3]. Na Geografia, observa-se que a formação dos territórios e das territorialidades exclusivamente por meio do poder legal já fora superada, aceitando, inclusive, a constituição de territórios e territorialidades a partir de apropriações espaciais culturais e identitárias, além da considerar a formação de territórios constituídas a partir de relações sociais de poder externas ao poder legal.

Devido a esta vinculação – nas Ciências Políticas e no Direito – do território ao poder legal, pode-se buscar novos conceitos territoriais a partir de temas já pacificados nestas ciências. Assim, propõe-se a ideia dos territórios de direito e territórios de fato com base nas concepções de situação de fato e de direito.

Por situação de direito, entende-se aquela prevista segundo os princípios de direito, de acordo com a lei, em virtude de disposição legal, ao contrário da situação de fato, em que se constituiu circunstância material, referente à ocorrência e não ao direito que ela se aplica (França, 1977, p. 13, p.18). Guimarães (2007, p. 238) segue o mesmo entendimento na abordagem dos temas de direito e de fato.

Dessa forma, os territórios de direito seriam aqueles delimitados e pré-determinados a partir do poder legal na concepção de Weber (1982), configurando a mesma interpretação do território visto no Direito e nas Ciências Políticas. Já os territórios de fato seriam aqueles em que se observa as condições materiais de apropriação do espaço através de relações sociais, destacando aqui as relações que envolvem o poder social. Na análise geográfica, os territórios de direito estariam mais associados ao território funcional, na interpretação de Haesbaert (2000), com delimitações menos dinâmicas que os territórios de fato – que podem ser associados tanto aos territórios funcionais quanto aos simbólicos – que não estão limitados às continuidades territoriais (permitindo inclusive territorializações em rede) e aceitam a existência de várias territorialidades convivendo no mesmo espaço.

3 Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 940) caracterizam o poder legal de Weber como típico da sociedade moderna, fundado a partir da crença na legitimidade de ordenamentos jurídicos que definem expressamente a função do detentor do poder.

Considerações finais

O território na Geografia já não se encontra mais limitado ao substrato material[4] e a expressão e consolidação das territorialidades ocorre através de processos ligados à apropriação e reprodução das relações sociais, como bem indicado por Saquet (2015, p. 164), daí aceitando a possibilidade de um caráter imaterial e diferentes formas de configuração espacial. Assim, nas análises geográficas território não se confunde com polígonos cartográficos previamente estabelecidos ou consolidados a partir do poder legal. Dado a dinâmica do espaço, o território é continuamente (re)construído na sociedade; tem um caráter relacional.

Embora o território ainda seja abordado em sua concepção paradigmática no Direito e nas Ciências Políticas, na forma do substrato material onde há a validade do exercício do poder racional/legal, já se percebe demandas e movimentações a fim de expandir as abordagens territoriais nestas ciências. Além do diálogo que Fonseca (2000) faz com a abordagem territorial de Milton Santos, o decreto não numerado de 25/02/2008 que trata dos *territórios da cidadania* já traz nos artigos 1º e 2º elementos simbólicos para formação territorial do programa, ainda que não tenha superado a "vinculação cartográfica" na consolidação territorial.

Através do diálogo com a Geografia, que já absorveu o caráter relacional do território, e das apropriações dos termos jurídicos "de direito" e "de fato", foi possível consolidar uma proposta de retrate os territórios na forma tradicionalmente concebida (os territórios de direito) e os territórios em sua concepção relacional, frutos da apropriação e reprodução da sociedade no espaço geográfico (os territórios de fato). A partir desta proposta, torna-se possível analisar, no Direito e Ciências Políticas, os territórios e as territorialidades de maneira alternativa à abordagem tradicional. Como as políticas públicas geralmente são baseadas e concebidas através das interpretações postas na legislação e na doutrina vista no Direito e nas Ciências Políticas, a ideia das territorialidades de fato possibilitam visibilidade às relações sociais e configurações espaciais que extrapolam as territorialidades estabelecidas pelo poder público.

4 A expressão *substrato material* é utilizada por Souza (2000, 2009, 2013).

Por fim, tem de se considerar que as concepções de território envolvem também as concepções de poder. A partir do momento em que se estabelece novas formas, interpretações e abordagens do que se constitui o poder, deve-se rediscutir os conceitos que envolvem o território e as territorialidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZAMBUJA, D. **Introdução à Ciência Política**. 2 ed. São Paulo: Editora Globo, 2008.

BONAVIDES, P. **Ciência Política**. 10 ed.. São Paulo: Malheiros Editores, 2000.

BOBBIO, N., MATTEUCCI, N., PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Tradução por João Ferreira. 11 ed. v. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília:1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm (acesso em 28/09/2016).

BRASIL. Decreto não numerado de 25/02/2008. Brasília: 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Dnn/Dnn11503.htm (acesso em 28/09/2016).

CASTRO, I. E. **Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CORREA, R. L. Espaço: um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P. C. C.; CORREA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 15-48, 2000.

DALLARI, D. A. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 2 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1998.

EGLER, C. A. G. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P. C. C.; CORREA, R. L. **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 207-238, 2000.

FONSECA, J. R. F. Formação político-jurídica do território brasileiro. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**. v. 95. São Paulo, p. 3-18, 2000. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/rfdusp/issue/view/5428 (acesso em 28/09/2016).

FRANÇA, R.L. (Org.). **Enciclopédia Saraiva do Direito**. Edição comemorativa do sesquicentenário da fundação dos cursos jurídicos no Brasil, 1827-1977. São Paulo: Editora Saraiva, 1977. 23 v.

GUIMARÃES, D.T. (Org.). **Dicionário Técnico Jurídico**. 9. ed. São Paulo: Editora Rideel, 2007.

HAESBAERT, R. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. In: Encontro de Geógrafos da América Latica, 10. 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo, p. 6774 – 6792, 2005.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P. C. C.; CORREA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 165-206, 2000.

KELSEN, H. **Teoria Geral do Direito e do Estado.** Tradução por Luís Carlos Borges. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Séries Temas, Volume 29, Geografia e Política. São Paulo: Editora Ática S.A, 1993.

RATZEL, F. A Geografia do Homem (Antropogeografia). In: MORAES, A. C. R. **Ratzel**. São Paulo: Editora Ática S.A, 1990.

SACK, R. D. **Territorialidade Humana: sua teoria e história**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 1996.

SAQUET, M.A. **Abordagens e Concepções de Território**. 4 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SOUZA, M. L. Território da Divergência (e da Confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M.A. SPOSITO, E. S. **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1 ed. São Paulo: Expressões Populares, 2009.

SOUZA, M. L. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-Espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P. C. C.; CORREA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 77-116, 2000.

WEBER, M. **Ensaios de Sociologia**. Tradução por Waltensir Dutra. 5. ed.. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.

“Sangue e Solo”: as políticas de preservação da paisagem e de conservação da natureza no III Reich

Eixo Temático 1: Geografia Política e Geopolítica Clássica e Contemporânea dos Séculos XX e XXI

Antonio Carlos Vitte,Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Unicamp, Campinas SP), CP 6152, CEP 13083-970.
Email: acarlosvitte@gmail.com

Resumo: O objetivo do artigo é discutir as políticas de preservação da paisagem e de conversação da natureza durante o regime nazista (1933-1945) na Alemanha, quando o III Reich apropriou-se e transformou ideologicamente o ideário romântico de relações entre a natureza e a cultura. A política de conservação da paisagem e da natureza estava fundamentada na concepção autoritária de que a natureza era o lar (Heimat) da civilização germânica. O regime nazista produziu uma simbiose entre os conceitos de *Landschaft* e de *Lebensraum,* que se manifestava na divisão regional da própria Alemanha.

Palavras-Chave. Nazismo, conservação da natureza, paisagem, Lebensraum, planejamento ambiental.

"Blood and Soil": the policies of landscape preservation and nature conservation in the III Reich

Abstract: The main goal of this article is to discuss the landscape preservation and nature conservation policies during the Nazi regime (1933-1945) in Germany taking

for granted that the III Reich, had appropriated and transformed ideologically the romantic ideology relations between nature and culture. These policies were based on the authoritarian conception that nature was the home (Heimat) of Germanic civilization. The Nazi regime produced a symbiosis, between the concepts of Landschaft and Lebensraum, which manifested the regional division of Germany itself.

Keywords: environmental planning, landscape, Lebensraum, nature conservation, Nazism.

Introdução

A partir do século XVIII, a Europa passou por um forte movimento de construção e afirmação das várias identidades nacionais. Para isto, uma poderosa retórica foi utilizada: a de que haveria uma forte correlaçãoentre o caráter de um povo e de sua paisagem. No século XVIII este culto da paisagem como uma razão simbólica que definiria uma nação foi filosoficamente justificada por Herder, na poesia por Heine,nas artes visuais foi representada por Caspar David Friedrich e na música,já no século XIX, por Richard Wagner.

Além da paisagem, o nacionalismo romântico também se utilizou das características da geografia física das nações, como as montanhas, as florestas e os rios que transmitiam uma certeza de longevidade e permanência de uma nação,uma entidade orgânica, um território que não seria determinado pela história, mas, pela dádiva da natureza (ROLLINS, 1997).

Spender (1946), comentando o uso indiscriminado no nazismo da paisagem natural como símbolo ideológico daquela ideologia, afirmou que a Alemanha já era um país todo impregnado por uma topografia nacionalista, em que a noção de proteção da natureza (*Naturschutz*) e a proteção do lar (*Heimatschutz*) se fundiam em uma dimensão estética, na qual o local de nascimento, com sua região natural, era o verdadeiro lar da comunidade.

Assim,, o nacional-socialismo utilizou as noções advindas do nacionalismo romântico para com isso recriar a noção de povo *(Volk*) enquanto uma entidade que teria o direito natural de ocupar a paisagem (*Landschaft*), pois ela era a sua moradia (*Heimat*). Este foi um forte discurso para justificar ideológica e politicamente a expansão territorial do *III Reich* (1933-1945) e suas políticas de segregação e ordenamento territorial-racial.

Neste contexto, oobjetivo deste trabalho é discutir brevemente as políticas de preservação da paisagem e de conservação da natureza durante o *III Reich* que estavam fundamentadas no sonho nazista de preservar a pureza ariana, ao mesmo tempo em que procurava implementar o antigo *sonho* do Reich de se construir um império alemão na Europa.

O nazismo e a ideologia da natureza

O nacional-socialismo e o *III Reich* foramprodutos de uma trama complexa que envolveu a própria condição do imperialismo europeu e que levou ao surgimento de regimes totalitários na Europa, após a Primeira Guerra Mundial (ARENDT,1983, 1998). Associado a este fato, não podemos deixar de destacar o próprio processo políticode unificação territorial alemão (MADLEY, 2005; DICKINSON, 2008).

Historicamente, mesmo com a dissolução do Sacro Império Romano Germânico em 1806, ou mesmono Segundo Império, após 1870, a Alemanha sempre teve o sonho de ser um império continental e marítimo[1], muito antes de arriscar-se em aventuras expansionistas fora da Europa. Esta obsessão pelos domínioscontinental e marítimo era instigada pelo temor da ação geopolítica russa

[1] Segundo Madley (2005) e Smith (2008, p. 182-9) o sonho alemão de domínio marítimo foi instalado pelo monarcaGuilherme II (1859-1941). Ainda segundo os autores, Hitler (1889-1945) inicialmentedesdenhava desta hipótese, mas durante sua prisão depois do putsh de Munique em 1923, na fortaleza de Ladsberg tomou contato com as ideias de Ratzel, que concebia a geografia como expressão da cultura dos povos. Devoto de ThayerMahan (1840-1914), Ratzel (1844-1904) defendia o poder naval como um meio de obtenção de espaço vital e aprovava a colonização alemã do Sudoeste Africano. Neste momento, década de 1920, Hitler foi apresentado ao geógrafo Karl Haushofer (1869-1946), de Munique, pelo seu aluno Rudolf Hess (1894-1987) e pelo especialista em agricultura antroposófica Walther Darré (1895-1953). Haushofer reiterou a declaração de Ratzel a respeito da maleabilidade das fronteiras continentais e a importância de um espaço vital para o Volk alemão. Hitler aceitou os argumentos geopolíticos de origem ratzeliana, mas desprezou os argumentos de poderio naval, pois segundo ele, a manutenção de colônias extra-continente europeu encarecia muito a construção do império nazista.

no leste europeu e nos Bálcãs (BERMAN, 2011), mas, também, pela concorrência com a Inglaterra e a França.

Assim, a conjunção entre o território e a Nação alemã a partir de 1870, com a unificação nacional, foi marcada por uma tensão histórica que se tornou constante no imaginário alemão e nela o regime nazista se assentou ideológica e politicamente. Esta tensão foi um ingrediente importante para explicara obsessão do regime nazista pela natureza, nela buscando os fundamentos para o comprometimento biológico do *Volk*alemão e de seus recursos com o Estado; de forma que o território, a paisagem e a natureza em conjunção, formavam o *espaço vital* (*Lebensraum*) da pureza racial alemã.

Historicamente, esta situação nos remete ao período de 1871 a 1945, que foi marcado por muitas rupturas que ocorreram durante o processo de unificação territorial alemã eque trouxeram sérios problemas políticos internos e externos à Alemanha, tais como a derrota e o colapso após a 1ª Guerra Mundial em 1918, com o "desastre" da República de Weimar, a perda da colônias alemãs na África, o fortalecimento da social-democracia e do comunismo e a crise no sistema de estados europeus no entre-guerras. Some-se a isto uma *neurose* da nação alemã,que se debatia, com o problema da diversidade étnica, mas cujo ideal político era o de zelar pela pureza racial e ideológica do povo alemão.

Esta situação e*squizofrênica* gerou várias linhas de tensão e de conflitoque Hanna Arendt, em seu livro *Eichmann em Jerusalém,* chamou de "ataque à dignidade humana". Para o nazismo o*espaço vital* (*Lebensraum*) possibilitaria, ao mesmo tempo, a agregação do *Volk* alemão em torno do ideal da pureza racial cuja marca seria a conquista e o reestabelecimento de territórios anteriormente ocupados pelos antepassados teutônicos, com a expansão territorial interna à Europa, o que garantiria o poder continental alemão (MAZOWER, 2013).

Neste cenário, a ideologia nazista apelou para o uso estereotipado de elementos conceituais e simbólicos do romantismo, como a noção de *sangue e solo*, na qual a paisagem passou a ser apreciada como um símbolo místico que

representava a união entre história e geografia na construção da identidade e da civilização alemã. Assim, o regime nazista defendia que o Estado-nação deveria ser o protetor da natureza que, por sua vez, era a casa, a moradia (*Heimatschutz*) da civilização alemã e o guardião de sua pureza (ROLLINS, 1997).

Embasados neste bastião simbólico e de agregação social, o nacional-socialismo fomentou leis de proteção da natureza (Naturschutz), em que organizações não governamentais, fundadas na lógica romântica da comunidade, cuidariam da natureza em suas localidades e os governos locais e provincianos elaborariam políticas de conservação ambiental - as chamadas políticas de planejamento e conservação da paisagem regional (*Landschaftspflege*)[2](BARTHELMESS, 1988, WETTENGEL, 1993).

Ao inserir a discussão sobre a conservação da natureza e a preservação da paisagem na estrutura política do Estado Nazista, o *III Reich* não somente politizou e militarizou a natureza, mas tornou-a também um forte recurso ideológico para, com isto, cimentar a sua concepção de *Volk*, além de ser um critério que o diferenciava dos *indesejáveis*, particularmente judeus e eslavos.

Neste sentido, o III Reich inseriu uma política cultural em variadas escalas geográficas,, que passavam a funcionar articuladamente do local para o global incluindo o nível regional, e nela a identidade nacional do *Volk* seria o produto de uma reflexão regional sobre as relações entre a identidade cultural e a paisagística, relação que redefinia o próprio sentido de *Lebensraum* (UEKOETTER, 2006).

Com isto, a política nacional entranhava-se na tessitura comunitária de tal maneira que o intelectual e o natural se confundiam e se dissolviam na política do Estado-Nação, pois *Naturschutz* e *Heimatschutz* se fundiam e davam suporte para a formação de uma identidade coletiva, organicamente articulada em um território específico (UEKÖTTER, 2005)..

[2] Para a elaboração de tais leis e políticas de proteção da natureza, o III Reich utilizou como modelo as leis de proteção ambiental e da natureza dos EUA.(BLACKBOURN, 2006).

Para Rollins (1997), Berman (1978, 1998), MADLEY (2005) esta fusão ocorreu a partir do governo de Bismarck, sendo intensificada a partir de 1880, quando o discurso de pureza racial se fundiu com de pureza natural, resultando no conceito de *Heimat,* cujo viés político-ideológico é xenófobo e étnico-racial e que voltava-se inicialmente contra os poloneses e os eslavos, mas que ao longo dos anos passou a ser utilizado contra todos aqueles não arianos, principalmente os judeus. Se, por um lado o *Heimat* excluía, por outro, servia para aglutinar todos os considerados arianos. Ele constituía-se em um conceito que carregava um sistema de sentimentos, uma metáfora utilizada em todas as escalas geográficas e que ligava o *Volk* às suas bases territoriais, sejam elas locais, regionais ou nacionais, de tal maneira que o mosaico de paisagens refletia a riqueza do Volk alemão, *ungidos* por uma mesma experiência, a da pureza natural.

Foi nesse contexto que a frase *sangue e solo*, cunhada no nazismo, significava a defesa da pureza ariana e incluía também a natureza que os havia criado, de forma que com a defesa desta herança natural, a paisagem, o III Reich estaria defendendo o futuro e preservação da cultura ariana (BRAMWELL, 1985).

A militarização e as leis de proteção da natureza no III Reich

O processo de militarização da natureza, que ocorreu com a construção do conceito de *Heimat,* desenvolveu-se na chamada *Era Guilhermina*[3], marcada pelo aumento estrondoso do nacionalismo racial associado ao darwinismo social e ao antissemitismo.

[3] Era Guilhermina, diz respeito ao período que vai da queda de Bismarck em 1889 à 1918. Foi uma fase comandada pelo Imperador Guilherme II (1859-1941). Guilherme II substituiu Bismarck pelo primeiro-ministro Leo vonCaprivi (1831-1899). Esta fase foi marcada por uma estratégia geopolítica anti-russa, pela adesão da Alemanha a Triplice Aliança, pela expansão colonial alemã na África e a incorporação do Oriente Médio na órbita política alemã. Também neste período se desenvolveu uma corrida armamentista entre Alemanha e Grã-Bretanha, com a Alemanha investindo pesadamente na construção de navios de guerra, pois pretendia fazer frente ao poder naval britânico nos mares. Além disto, Guilherme II percebeu que o exército era mais prussiano do que alemão e ao deslocar o poder para a Marinha, calculava que assim intensificaria a união nacional, além de exercer maior poder no cenário internacional (Weltpolitik) (EVANS, 2003).

Na Era Guilherminao apetite territorial alemão se exacerbou, inclusive como uma forma de se colocar como um ator global no cenário mundial. Assim, de 1890 a 1898, vários grupos sociais dominados pela classe média, de orientação ultra-conservadora, passaram a criar ligas e sociedades que passam a pregar o ódio racial, a conquista colonial e a expansão territorial continental como um antídoto à fraqueza alemã frente à França, à Grã-Bretanha, aos Estados Unidos e à Rússia (RÜGER, 2007).

Certamente, uma das ligas mais importantes foi a Pangermânica, na qual Friedrich Ratzel foi membro e fundador do Comitê Colonial,que, se opunha à *russificação* das fronteiras alemãs, pregava a união do povo germânico e também a *limpeza* étnica da Alemanha. Para isto alcançarem tais fins, eles defendiam a expansão da *Lebesnraum* alemã no continente europeu, além de uma *hierarquização racial*, fundamentada em critérios biológicos e naturais. Desta forma, o culto à paisagem natural teutônica era um dos fundamentos ideológicos da Liga Pangermânica(BERMAN, 1998; BLACKBOURN, 2006;LIULEVICIUS, 2000, 2009).

Internamente à Alemanha, a política cultural da Era Guilhermina incentivava as relações entre o sentimento da *Heimat* e a preservação da paisagem, como uma extensão lógica do idealismo nacional, e de tal forma, que o esforço propagandístico era justamente construir um sentimento de união nacional em torno da noção de que a preservação da natureza implicava diretamente na preservação da cultura ariana, frente à migração polonesa, russa, eslava e judia que afluíam para o vale industrial do Rhur(CIOC, 1999).

Era como se a etnicidade germânica fosse determinada por uma *etnicidade geográfica*. Assim,ideologicamente, se pregava que havia uma organicidade entre a paisagem e sua estética que estava diretamente imbricada na etnicidade germânica, sendo, então, o caráter cultural do *Volk* alemão biologicamente determinado.

Durante a I Guerra Mundial (1914-1918) o discurso estético e de preservação da paisagem pregavam a preservação dos rios, das florestas, dos lagos, do solo, dos animais que em interação formariam um todo harmônico e que no plano

histórico moldara a Volk alemã. Estes discursos, o estético e o de preservação da paisagem, foram utilizados para arregimentar jovens para os campos de batalha. Assim, lutar na guerra era o mesmo que lutar para a preservação e manutenção da *germanicidade* e, ao mesmo tempo, era defender a paisagem que gerou este caráter nacional. A retórica para a guerra envolvia um *ar romântico* que relembrava a *Pastoral* de Beethoven, na qual o espírito do jovem morto na guerra voltaria à natureza e, com isto, manteria viva a germanicidade e a etnicidade do povo alemão(CIOC, 1998; WETTENGEL, 1993).

Nas correspondências dos jovens soldados, os mesmos lamentavam a morte das árvores, as plantações e os solos destruídos pelos bombardeios e pelas trincheiras, ao mesmo tempo em que descrevem para seus familiares o colorido das flores na primavera e louvam o sangue de seus amigos que penetraram no solo, do qualse ergueria um novo espírito alemão (MOSSE, 1990).

Com a ascensão de Aldof Hitler ao poder em 1933, a concepção de unidade entre o Estado, a comunidade e a natureza (*Volksgemeinschaft*) como símbolo da pureza racial alemã foi rapidamente implementada e um dos primeiros atos de Hitler foi o incentivo para a criação de organizações sociais privadas ou governamentaisde proteção e preservação da natureza, cujo tema era a “volta à terra”. Montanhas, rios, florestas passaram a fazer parte do discurso oficial que procurava exaltar a beleza e a pureza da natureza e do solo alemão(CIOC, 1998).

Segundo Wettengel (1993),o nacional-socialismo encaminhou uma postura ideológica de que não haveria mais cisão entre o Estado e a sociedade civil, mas, uma sincronização entre ambos, formando uma totalidade orgânica, uma *Gleichschaltung*.

Entre os principais interessados nessa nova prática política e entre os que abraçaram plenamente a concepção de preservação e proteção da natureza, instrumentalizada no ideário de preservação da paisagem como uma forma de resgatar a pureza racial alemã, consta a classe média que, apelando para o slogan

sangue e solo, procurou resgatar o sentido da *Heimat*, no qual a paisagem seria o *locus* de identificação nacional da nação alemã.

A primeira ação prática do Nazismo foi a criação de leis que visavam a proteção da paisagem na bacia do rio Reno, historicamente considerado pelos alemães como sendo o berço natural (*Heimat*) do povo alemão. A preservação ambiental da bacia do rio Reno trazia a mensagem de que o III Reich estava lutando para resgatar o rejuvenescimento cultural da Alemanha e que a preservação daquela paisagem significava uma luta contra o liberalismo e contra o modernismo que haviam rompido as ligações orgânicas e eternas do *Volk*com a nação (CIOC, 1999)..

Junto com as idéias preservacionistas, resgatou-seuma transformação no sentido ontológico da paisagem cultural, como formulada a por Herder e desenvolvida por Carl Ritter. Sob o Nazismo, a paisagem cultural era o próprio território alemão enquanto um espaço organicamente articulado, uma *Lebensraum* (BASSIN, 1987).

Enquanto que em termos de política externa, o Nazismo entendia a *Lebensraum* a partir de uma posição geopolítica clássica, como a formulada por Ratzel. No plano interno, por sua vez, no território alemão, a *Lebensraum* foi concebida como um conceito estético que refletia a identidade regional. Isto significa dizer que, diferentemente do *II Reich* quando a eugenia e o racismo eram interpretados de uma maneira clássica, no Nazismo, a *Lebensraum* foi equiparada à paisagem, em especial à paisagem regional, formada a partir de uma intrincada relação histórica entre a cultura e a natureza, em especial as montanhas que, para o Nazismo, eram formadoras do caráter nacional e da purificação racial alemã (BASSIN, 1987; APPLEGATE, 1990).

"Sangue e Solo"[4]: a concepção racial da paisagem

[4] Esta expressão foi criada pelo ministro da Alimentação,Agricultura e Abastecimento de 1933 à 1942 do governo nazista Ricardo Walther Oscar Darré, que era argentino, filho de pai alemão e uma mãe argentina com ascendência suéca e alemã. No início dos anos 20 a famíliaimigrou para a Alemanha, mais especificamente para a região da Pormerânia, aos 29 doutorou-se em filosofia pela

Com a ascensão ao poder de Hitler, em 1933, foi escolhido Hans Klose como Comissário Nacional Para a Proteção da Natureza. Em seu discurso de posse, Klose defendeu que a reconstrução da Alemanha no novo *Reich* exigia a união entre a *Heimatschutz* e a *Naturschutz*, união que deveria ser a base para o planejamento ambiental da paisagem e o desenvolvimento regional da Alemanha (CIOC, 1998; DITT, 1988).

Como Ministro da Agricultura, Hitler escolheu Walther Darré, que defendia a idéia de um desenvolvimento sustentável para a agricultura e o manejo de florestas na Alemanha, a partir de fundamentos da agricultura biodinâmica[5], além de incentivar a população alemã à um maior consumo de alimentos de origem vegetal, mas de origem nativa (BRAMWELL, 1985).

O primeiro ato administrativo de Darré foi alterar profundamente a Lei de Proteção das Florestas que havia sido criada em 1920. Com uma nova *roupagem*, esta Lei, em seus parágrafos 19 e 20 afirmava que "... a proteção das florestas deveria ser para todo o país e que a defesa das florestas era importante para a harmonia humana ou mesmo para a experiência humana da natureza", além do que, "... todas as agências governamentais eram obrigadas a consultar a administração central de conservação da natureza antes de aprovar qualquer projeto que porventura provocasse alterações profundas na paisagem"afirmando também, em

---

universidade de Halle. Em meio a crise do pós-guerra e as turbulências da República de Weimer, Darré entrou para o grupo Artamans, um grupo de jovensque defendiam o pangermaninsmo.

Em 1928, Darré publicou o livro *Das BauerntumalsLebensquell der nordischenRasse,* em que defendia a agricultura antroposófica, a conservação e a preservação da paisagem e o papel do camponês alemão da expansão e manutenção da verdadeira cultura germânica. Este livro e a participação de Darré no grupo *Artamans* impressionou Heinrich Himmeler, que também era vegetariano e adepto das práticas antroposóficas (BRAMWELL, 1985).

[5] WaltherDarré pode ser considerado o pai do "movimento verde" e era admirador de Rudof Steiner (1861-1925) idealizador do movimento da antroposofia. Darré incentivou a criação de vários órgãos no Ministério da Agricultura como a Sociedade para o Desenvolvimento da Horticultura (*Deutsche Gartenbau-Gesellschaft*) em 1933; a Agência Prussianapara a Proteção dos Monumentos Naturais; a Agência para a Proteção dos Animais e a Agência Nacional de Proteção dos Pássaros, por exemplo. Todos estes órgãos estavam diretamente ligados à Liga para o Desenvolvimento do Caráter Nacional e *Heimat* (*ReichsbundVolkstumundHeimat*ou RVH)(BRAMWELL, 1985).

seu parágrafo 24, que “o bem comum deve estar acima do bem individual”(HOFER, 1957, p.200).

O maior enfoque na conservação e preservação da natureza e da paisagem foi em relação às florestas (SCHAMA, 1996),de tal maneira que, segundo os ideólogos nazistas, em especial Göring, que foi o *Reichsforstminister* do Reich, haveria uma forte correlação entre as florestas e o *Volk* alemão, ou seja, essa correlação deveria ser uma doutrina no Reich, que acabou sendo chamada de *Dauerwald.* Fundamentado nesta doutrina, Darré ordenou que todas as árvores que não fossem nativas deveriam ser extirpadas do solo alemão, o que possibilitou a flexibilização do conceito de natural (naturgemass) e que acarretou um significativo aumento na produção de madeira na Alemanha entre 1935 e 1937. Assim, a maior parte das árvores foi dizimada e um grande processo de reconstrução das florestas nativas foi desenvolvido pelo nazismo. As áreas com florestas conservadas e muitas daquelas em que houve o reflorestamento foram imediatamente transformadas em reservas naturais nacionais (*Reichsnaturschutzgebiete*), conforme estabelecido no parágrafo 18 da Lei de Conservação da Natureza. Imediatamentealgumas reservas foram criadas: a Schorfheide, no oeste da Pomerânia; a Rominten, no leste da Prússia e o delta do rio Memel(CIOC, 1999).

Estas reservas eram propriedade do Estado nazista que criou um destacamento especial de funcionários do Serviço Florestal para cuidarem das reservas. As propriedades rurais que acabaram por serem incorporadas nas reservas, seja integral ou parcialmente, recebiam uma compensação financeira, além da possibilidade de se deslocarem para o leste europeu, ocupando novas terras agrícolas. Segundo Piechocki (2000), entre 1937 e 1939, as áreas de proteção passaram de 125 mil hectares para141.200 hectares. Nestas reservas foram introduzidas espécies nativas de plantas, animais e pássaros.

A ênfase de Walther Darré na preservação da paisagem vinha de sua convicção de que a paisagem era a figura simbólica com maior capacidade de articular a relação entre a raça e o ambiente. Em seu aspecto estético, a paisagem atuaria na esfera educacional demonstrando o caráter imanente da raça. Esta

concepção de Darré estava fundamentada em duas obras publicadas em 1906 e 1914, respectivamente:o livro *The ShapingoftheLandscapebyMan* e *ArtandRace,* ambos de Alfred Rosenberg, que era membro da Liga da Cultura Germânica (UEKOETTER, 2006).

Em ambos os livros, Alfred Rosenberg defendia uma herança artística e política inata da raça ariana, cuja origem estaria no Renascimento, mas cujo padrão tradicional fora destruído pela modernidade, na qual o expressionismo era o signo da degeneração racial, demonstrando o poder judeu na Europa.

O primeiro impacto dessas ideias foi na arquitetura, com uma retomada de projetos clássicos e neoclássicos nos quais os prédios deveriam refletir a característica natural do nordeste europeu, principalmente o tipo climático, pois aquelas formas arquitetônicas eram vistas como um resgate da tradição cultural teutônica.

Para os nazistas as cidades não eram o foco cultural da raça ariana, principalmente as metrópoles, que para eles significavam o exemplo claro de degeneração da raça humana e o poder judeu; ao contrário, a *Heimat* ariana era o meio rural, o solo alemão.

Preservar a paisagem era uma condição *sine qua non* para lutar contra a degeneração cultural e por sua vez, o ideal nazista pregava a reconstrução da paisagem natural, para com isto gerar uma paisagem cultural típica, uma *Kulturlandschaft.*, já que,segundo os ideólogos do regime, o sucesso de uma nação dependia mais do caráter racial do que dos fatores históricos e culturais (APPLEGATE, 1992; BERMAN, 2011).

Em 1930, Schultze-Naumburg publicou um ensaio, intitulado *State of the Art,* apontando que as causas da degradação ambiental na Alemanha eram raciais, pois a poluição racial e não a industrial é que estava conduzindo a Alemanha para uma catástrofe. Ele considerava que até a entrada de poloneses, eslavos e judeus, as cidades e o povo alemão viviam em harmonia com a natureza, tal qual os descendentes nórdicos. Mas,a I Guerra Mundial, o comunismo e a República de

Weimar propiciaram a rápida degeneração do povo alemão. Para este autor, a solução seria lutar para manutenção das raízes biológicas do povo alemão, por meio de um trabalho cultural no qual o sistema educacional alemão deveria enaltecer as raízes históricas do povo alemão e principalmente resgatar cultural e materialmente as ligações entre o povo e sua *Heimat*, ou seja, o seu ambiente, a sua paisagem, pois somente assim seria possível reconstruir uma comunidade germânica integrada e pura(BERMAN, 2011).

Para Schultze-Naumburg, a *Lebensraum,* dada pela relação orgânica entre natureza e cultura, entre *sangue e solo* do povo alemão, deveria sergarantida pelo Estado por meio de um trabalho comunitário, pois a saúde de um povo era diretamente relacionada à saúde da natureza. Assim, entendia que povos degenerados provocavam degeneração da natureza e degradação da paisagem.

Considerações Finais

Procuramos demonstrar no artigo como as políticas de preservação da paisagem e conservação da natureza durante o regime nazista na Alemanha estavam ligadas a uma concepção extremamente autoritária sobre a sociedade.

Essa ação do *III Reich* na sociedade alemã e a maneira como ele concebia e interpretava o mundo foi o produto de um longo processo histórico, cuja matriz está diretamente ligada ao processo político de unificação territorial alemã e à concorrência intercapitalista em fins do século XIX.

Se, de um lado, o Nazismo capitalizou o sonho do mal fadado império alemão que fora timidamente construído no *II Reich*, por outro, ele canalizou com extrema maestria o ódio e o ressentimento do povo alemão frente ao estrangeiro, ao diferente, sendo este um cimento político importante para a tomada do poder em 1933.

Sob o ponto de vista cultural e ideológico, este processo de aceitação da sociedade alemã frente ao Nazismo ocorreu com a apropriação desvirtuada dos

ideais do movimento romântico, particularmente de Herder e Schiller, no qual a glorificação e as relações da natureza com a cultura formariam a personalidade nacional. No caso do Nazismo, este sentido foi transferido para o sentido de morada, da casa, uma *Heimat*, que moldaria o caráter de cada pessoa, da comunidade e de uma região.

É por isto, que para o Nazismo, preservar a paisagem e a natureza era estratégico, não por causa de recursos naturais, mas pelo poder simbólico que a todo instante era acionado no imaginário e que procurava religar a comunidade à história da raça. Neste sentido, a reforma ambiental para o Nazismo foi sinônimo de reforma racial e de purificação racial.

Por isso, a *Lebensraum* no Nazismo pôde ser lida e implementada como *espaço vital* de dois modos: primeiro no sentido tradicional, ou seja, como espaço conquistado para o fornecimento de recursos naturais e trabalhadores escravos; em segundo lugar, o conceito de *Lebensraum* ligado ao de *Landschaft* , sob o ponto de vista simbólico e ideológico, formaria a identidade nacional, mas principalmente a identidade regional, na qual se dava a sociabilidade da comunidade.

Bibliografia:

APPLEGATE, Celia. **A nation of provincials: the german idea of Heimat.** Berkeley: University California Press, 1990.

_____. The questions of Heimat in the Weimar Republic.**New Formations,** 17, 1992, p. 62 – 78.

ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. SP: Cia das Letras, 1998.

_____. **Eichmann em Jerusalen: um relato sobre a banalidade do mal**.SP: Diagrama, 1983.

BARTHELMESS, Alfred. **Landschaft, Lebensraum des menschen: probleme von lanschaftsschutz und lands chafts pflegegeschi chtlichdargestellt und dokumentiert**. Freiburg: Karl Alberts, 1988.

BASSIN, Mark. Race contra Space: the conflict between german Geopolitik and national socialism. **Political Geography Quarterly**, 6, n. 2, april, 1987, p. 115-134.

BERMAN, Russel Eastern germany as a structural problem in the Weimar Republic. **Social History**, 3, 1978, p. 113-126.

_____**. A. Enlightenment or empire: colonial discourse in german culture**. Lincoln/ London: University of Nebraska Press, 1998.

_____. Colonialism, and no end:the other continuity theses. In: LANGBHEN, Volker, SALAMA, Mohammad (eds.) **German colonialism: race, holocaust, and postwar german.** NY: Columbia University Press, 2011.

_____. BLACKBOURN, David. **The conquest of nature: water, landscape, and the making of modern Germany**. NY/London: W.W. Norton & Co, 2006.

BRAMWELL, Anna. **Blood and Soil. Walther Darré and Hitler's green party.** NY: Abbots brook, 1985.

CIOC, Mark. The impact of the Coal Age on the german environment: a review of the historical literature. **Environmental and History**, 4, n. 1, 1998, p. 105-124.

_____.**The Rhine an eco-biography, 1815-2000.** NY: University Washington Press, 1999.

_____. DICKINSON, Edward Ross. The german empire: an empire? **History Workshop Journal**, n. 66, 2008, p. 72-99.

DITT, Karl. **Raum und volkstum: die kulturpolitik des provinzi al verbandes westalen, 1923-1945**. Munster: Aschendorffsche, 1988, p. 60.

EVANS, Richard J. **A chegada do terceiro Reich**. SP: Planeta, 2 edição, vol. 1, 2003.

HOFER, Walther. Der National sozialismus. Dokument 1933-1945. Frankfurt, document 31, **Liebezur LandschaftTeil,** I, p. 200.

LIULEVICIUS, Vejas Gabriel. **War land in the east: culture, national identity and german occupation in World War I.** Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

_____. **The german myth of the east: 1800 to the present.** Oxford/NY: Oxford University Press, 2009.

MADLEY, Benjamin. From Africa to Auschwitz: how german south west Africa incubated ideas and methods adpted and developed by the Nazis in eastern Europe. **European History Quarterly**, 35, n. 3, 2005, p. 38-57.

MAZOSWER, Mark. **O império de Hitler. A Europa sob o domínio nazista.**SP: Cia das Letras, 1 reimpressão, 2013.

MOSSE, George. **Fallen soldiers: reshaping the memory of the World Wars**. Oxford: Oxford University Press, 1990.

ROLLINS, Williams. **A greener vision of home: cultural politics and environmental reform in the German Heimatschutz movement**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1997.

RÜGER, Jan. **The great naval game: Britain to the final solution: the nazi program for deporting ethinic poles, 1939-1941**. Lawrence: University of Kansas Press, 2007.

SCHAMA, Simon**. Paisagem e memória.**SP: Cia das Letras, 1996.

SMITH, Helmut Walser. **The continuities of Germany history: nation, religion, and race across the long nineteenth century.** Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

SPENDER, Stephen. **European Witness**. NY: Reynal and Hitchcock, 1946.

UEKOETTER, Frank. The old conservation history and new.An argument for fresh perspectives on an established topic.**Historical Social Research,** 29. n. 3, 2004, p. 171-191.

_____. Naturschutz und demokratie. Pladoyer fur eine reflexive natur schutzbewegung. **Natur und Landschaft**, 80, 2005, p. 137-140.

_____. **The green & the brown.A history of conservation in nazi Germany**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

WETTENGEL, Michael. “Staat und Naturschutz”, 1906-1945: zur geschichte der staatlichenstelle fur naturdenkmalpflege in Preussen und der Reichstelle fur naturschtz. **Historische Zeitschrift,** 257, n. 2, 1993, p. 355-399.